

Eliana Santos da Silva Laurentino



TENSÕES E CONCILIAÇÕES

A escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal
de Duque de Caxias (1971-2008)



EDITORA
MILFONTES

Tensões e conciliações

*Vencedor do Prêmio da SBTHH
Categoria: História da Historiografia Brasileira - Tese*



Copyright © 2025, Eliana Santos da Silva Laurentino.
Copyright © 2025, Editora Milfontes.
Rua Santa Catarina, 282, Carapina, Serra, ES, 29.160-104
Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>
comercial@editoramilfontes.com.br
Brasil

Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Cadernos de História e Historiografia:

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) - Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) - Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) - Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) - Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) - Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) - Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) - Prof^ª. Dr^ª. Helena Miranda Mollo (UFOP) - Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) - Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) - Prof^ª. Dr^ª. Karina Anhezini (UNESP - Franca) - Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) - Prof^ª. Dr^ª. Rebeca Gontijo (UFRRJ) - Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) - Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) - Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP) - Prof^ª. Dr^ª. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires)

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia - SBTHH (2021-2024)

Presidente: Prof^ª. Dr^ª. Karina Anhezini (UNESP)

Diretor de publicações: Prof. Dr. Fábio Franzini (Unifesp)

Conselho Editorial

Cadernos de História e Historiografia:

Alexandre Avelar (UFU) - Beatriz Vieira (UERJ) - Carlos Fico (UFRJ) - Cássio Fernandes (UNIFESP) - Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) - Estevão de Rezende Martins (UnB) - Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) - Helena Mollo (UFOP) - Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio) - João Paulo G. Pimenta (USP) - Julio Bentivoglio (UFES) - Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ) - Luiz Costa Lima (PUC-Rio) - Mara Cristina Rodrigues (UFRGS) - Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio) - Marcia de Almeida Gonçalves (UERJ) - Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ) - Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO) - Sérgio da Mata (UFOP) - Temístocles Cezar (UFRGS) - Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Eliana Santos da Silva Laurentino

Tensões e conciliações

*a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara
Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)*

*Vencedor do Prêmio da SBTHH
Categoria: História da Historiografia Brasileira - Tese*



Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva da autora

Capa

Imagem da capa:

Recorte de imagens do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Autor:

Desconhecido

Aspectos:

Bruno César Nascimento e Maria Luiza Fontana Nascimento

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento

Impressão e Acabamento

Maxi Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L383t LAURENTINO, Eliana Santos da Silva.

Tensões e contradições: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)/ Eliana Santos da Silva Laurentino

Serra: Editora Milfontes, 2025.

310 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-5389-125-8

1. Duque de Caxias 2. Instituto Histórico 3. história local I. Laurentino, Eliana Santos da Silva II. Título.

CDD 901.0



Resultados do Concurso de Teses, Dissertações e Monografias 2022

Subárea: Teoria da História

Tese: A perenidade de uma questão: vínculos entre história, tempo e identidade no Brasil e no México, de Mauro Franco Neto (UFOP – orientador: Marcelo de Mello Rangel)

Menção honrosa: O brilho de mil sóis: história, memória e esquecimento sobre a bomba atômica no Japão e nos Estados Unidos, de Mario Marcello Neto (UFRGS – orientador: Arthur Lima de Ávila)

Dissertação: Tempo, Representação e Justiça: limites para uma historiografia do Holocausto, de Fernando Gomes Garcia (UFRGS – orientador: Arthur Lima de Ávila)

Monografia: não houve trabalho indicado

Subárea: História da Historiografia Geral

Tese: A liberdade do pensamento: estudo sobre o fundo místico da história de Alexandre Koyré, de Hallhane Machado (UFG – orientador: Marlon Salomon)

Dissertação: François Simiand contra a “história historizante”: análise de uma desavença (1898-1914), de Robson Bertasso (UFPR – orientador: Rafael Benthien, coorientado por Miguel Palmeira – USP)

Monografia: Diálogos nas cortes antigas: a recepção maquiaveliana da historiografia clássica, de Antonio Passos Rodrigues Carreira (PUC-Rio – orientador: Eduardo Wright Cardoso)

Subárea: História da Historiografia Brasileira

Tese: Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008), de Eliana Santos da Silva Laurentino (FFP-Uerj – orientador: Rui Aniceto Nascimento Fernandes)

Dissertação: Uma revolução em tempo inoportuno: figuras do tempo histórico nacional na História da Revolução de Pernambuco em 1817, de Francisco Muniz Tavares, de Lucas dos Santos Silva (PUC-Rio – orientador: Eduardo Wright Cardoso)

*Para Maria José Santos e
Antônio Pinheiro (in memoriam),
meus pais, meus grandes contadores de histórias.
Para Livia, uma criança incrível, a quem tenho a honra de
chamar de FILHA.*

Agradecimentos

Agradecimentos sempre me atraíram nos livros e nas produções. Acho que eles contam um pouquinho sobre as “filiações e heranças” de cada autor: não é por menos que também as escolhi como fontes na pesquisa. Comigo, no final dessa jornada, não seria diferente. Meus agradecimentos representam um esforço de registrar os significados e a felicidade de concluir este trabalho com muitos vínculos e afetividades.

Assim, começo agradecendo aos meus pais, Maria e Antônio, paraibanos, semianalfabetos, migrantes em Duque de Caxias-RJ e contadores de muitos causos. Dentro de todas as suas expectativas para um futuro melhor, meu e de meus dois irmãos, nunca imaginaram que teriam uma filha doutora. O universo acadêmico sempre foi bem distante de nossas vivências. Meu pai, se estivesse vivo, talvez, nem acreditaria nisso. Quando fui aprovada no vestibular da PUC-Rio para realizar o curso de História, mesmo com 100% de bolsa, meu pai, com toda sua trajetória de exclusão, me disse: “minha filha, esse lugar é de rico, não é pra você”. Minha mãe desconhecia completamente esse universo e *não sabia muito bem o que dizer*, mas comemorou muito cada conquista, como mãe reconhecia a felicidade da filha. Até hoje ela vibra e renova o estranhamento de minhas conquistas ao perguntar sempre: “Li, o que você está fazendo mesmo?” Amo vocês e tudo o que puderam fazer por mim. Acredito que se tem algo que aprendi e que gostaria de deixar como “herança” para minha filha é: esse e qualquer lugar que a gente desejar é nosso e vamos lutar por isso.

Agradeço, claro, à Lívia, minha filha, que foi responsável pelas pausas, mais que necessárias, durante a pesquisa e escrita, seja com suas muitas perguntas, necessidades cotidianas ou mesmo por sua insistente demanda de brincar. Com você aprendi ao longo desses anos que “brincar é coisa séria”. Espero continuar

essa jornada buscando o equilíbrio da vida que você me ensina todos os dias. Obrigada pelos abraços e pelos muitos afetos que envolvem nossa relação. Meu amor por você é sem igual. Agradeço ao meu companheiro Mairton. Sua calma foi fundamental para os momentos de mais adrenalina, bem como sua paternidade ativa. Sempre com palavras de apoio para as diferentes demandas e com um olhar positivo para as muitas adversidades da vida. Com seu acolhimento e muitos incentivos para que eu participasse de eventos, seleções, apresentações, sei que essa jornada foi mais leve. Te amo!

À minha irmã Daiana, minha geminiana querida. Obrigada pela escuta atenta e pelo carinho de sempre. A família é gigante, mas deixo meu carinho especial à minha sogra, Josefa, e à minha cunhada, Edjane, que, com minha irmã e minha mãe, são as mulheres da família que sempre foram minha rede de apoio e ajudaram no equilíbrio entre a vida acadêmica e a maternidade.

Aos meus “sobrinhos” e amigos, Amanda e Jonathan, parceiros de “farinhada” pelo mundo. Aos amigos do Programa de Pós-graduação em História Social, especialmente à Tamires Pereira e Lorena Gouvêa, amigas de muitas partilhas. À Elodia Honse, uma das pessoas maravilhosas que a vida de pesquisa me deu. Desde nosso trabalho, em 2005, para o Museu da Pessoa, eu tenho a honra de contar com sua amizade, mesmo com uma certa distância, afinal, ela mora em uma cidade tão charmosa quanto ela, Ouro Preto, MG. Agradeço aos congressos da Universidade Federal de Ouro Preto que me permitiram visitas maravilhosas.

Aos membros do grupo de pesquisa “Cor da Baixada”. Em primeiro lugar, às mulheres incríveis: Marta Ferreira, uma super parceira, com quem continuo dividindo sonhos pelo mundo; Daniela Cavalheiro, com quem tenho o prazer de conviver no cotidiano; Edyana Barreto e Juliana Lima, as “novinhas” mais incríveis que conheço. Tenho muita admiração pela trajetória e o modo de ser de cada uma: vocês são especiais. Agradeço também aos rapazes do grupo: Vitor Hugo, Moisés Peixoto e Eduardo Possidônio. São feras! E aos que cada dia chegam e enriquecem o grupo.

E, com muita emoção, agradeço ao coordenador do grupo a “Cor da Baixada”, Nielson Bezerra. Uma pessoa que contagia a todos com seu ânimo para os eventos e projetos. Alguém que vibra com nossas conquistas como se fossem dele e que está sempre pronto para ajudar. Inacreditável como consegue ser tão presente. Obrigada por acreditar e me apoiar, você é um dos principais responsáveis por essa conquista. Minha família e eu somos honrados com sua amizade, que já vai para mais de 20 anos.

E Nielson, com sua generosidade sem fim e como um bom bandeirante da Baixada Fluminense, me permitiu conhecer muitas pessoas maravilhosas, mas uma é muito especial, Amália Dias. Sua energia e determinação me encantam. Tive a honra de ser orientada por ela no mestrado e estabelecer uma linda amizade. Amália, meu carinho eterno!

Agradeço aos membros do grupo de pesquisa Ehelo – Estudos de História da Educação Local, pelas muitas trocas, especialmente, aos professores Marcos César, Angélica Borges, Alzira Alcântara e Amália Dias, pela dedicação e carinho ao grupo. Nessa rede de afetos, novos laços foram estabelecidos, obrigada aos membros do grupo e às meninas Isabela Jara e Angélica Bauer. Um carinho especial à Ana Paula Esteves, minha “segunda melhor amiga”, de acordo com as classificações de Livia.

Nessa trajetória, manter o equilíbrio emocional e a fé foi bem difícil. Então, agradeço as conversas, os cafés, as cervejas, as parceiras com todos os amigos e ao grupo MAGIS – Rio, na pessoa do Filipe Mendes, porque as orações também foram essenciais. Ainda nas necessidades da alma e da mente, agradeço à Heloene Ferreira, porque, sem um apoio psicológico, foi difícil de avançar, principalmente nos dias atuais, ainda com as marcas de uma pandemia.

Para o êxito deste trabalho, a generosidade do acesso às pessoas e às suas pesquisas foram mais que necessárias. Agradeço aos professores Marlucia Souza, Alexandre Marques, Antônio Augusto Braz, Rogério Torres, Stélio Lacerda, Gênesis Torres, Guilher-

me Peres, Tania Amaro de Almeida e, novamente, Nielson Bezerra, por realizarem um trabalho incrível de pesquisa e ensino na Baixada Fluminense.

Aos funcionários do Instituto Histórico que me receberam com muita atenção. Tânia Amaro de Almeida, que foi muito atenciosa e generosa na partilha e na orientação das informações e fontes sobre o instituto e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico. À Alda, Elisangela, Rose, Tais Noronha, ao Ângelo, à Sueli e ao Diego, que me atenderam com dedicação ao longo dos anos desta pesquisa. Obrigada!

Agradecimento especial ao meu orientador Rui Fernandes, atencioso, sereno e erudito. Obrigada por acolher essa proposta de pesquisa. Suas observações, incentivos e sua serenidade foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Certamente, você representa o modelo de universidade pública que acredito.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Aos coordenadores e aos funcionários do departamento, especialmente à Andréia Cabral.

Agradeço à banca de qualificação, composta pelo Prof. Dr. Luís Reznik, pela Profa Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães e pelo Prof. Dr. José d'Assunção Barros. Seus apontamentos e as leituras atenciosas contribuíram significativamente para qualificar a pesquisa. Espero ter correspondido às sugestões com o trabalho final. Agradeço ao Prof. Dr. Felipe Ribeiro por aceitar compor a banca de defesa.

Por fim, agradeço pelo financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) para a realização deste trabalho.

Obrigado.

Sumário

Introdução.....	15
- I - Instituto Histórico: um projeto político e historiográfico no município de Duque de Caxias.....	37
Instituto Histórico Municipal: o papel para produção de conhecimento.....	39
Cultura histórica em Duque de Caxias.....	66
Instituto Histórico: um lugar de legitimidade da escrita sobre o passado.....	101
- II - O território e as disputas de memória: a invenção da Baixada Fluminense.....	105
Produção local: impactos historiográficos	107
Definições sobre a Baixada Fluminense: impactos a partir da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro	142
História local: da Vila de Iguaçu à Duque de Caxias	156
- III - História local entre regimes historiográficos: a escrita e o patrimônio em Duque de Caxias.....	161
Uma “rede de confiabilidade” entre os membros: leituras patrimoniais.....	166
História e memória: como escrever sobre a Baixada Fluminense?.....	190
Um território de chegadas: símbolos de Duque de Caxias	210
- IV - Revista <i>Pilares da História</i> : caminhos da institucionalização universitária da história local em Duque de Caxias.....	229
Caxias Magazine: “a Revista da Nova Cidade”	233
Revista <i>Pilares da História</i> : o papel da revista especializada	252
O Instituto e a Revista como o instrumentos de legitimação das referências geográficas	279

Considerações finais.....	283
Referências.....	293
Fontes	293
Documentos eletrônicos.....	295
Fontes bibliográficas.....	296
Bibliografia.....	301
Anexos	311

Introdução

*Bom de bola
Bom de samba, paixão
Com Perácio aprendi
A sambar de pé no chão
E com Zeca Pagodinho
Deixo a vida me levar
Eu me chamo Grande Rio
E qualquer dia chego lá
Vou falar da minha terra, ô ô
Minha fonte de riqueza
Vou abrir meu coração
E a história do meu chão, vou cantar
Ai, que terra boa de plantar!
Povo bom de trabalhar
Valente, guerreiro
Que capinou, ô ô, foi carvoeiro
Construiu um município cem por cento brasileiro
Depois fabricou motor de avião
E criou um sindicato
Modelo de trabalho e união
Quando o Rio de Janeiro era capital
Imigrantes estrangeiros vieram pra cá
E o sonho caxiense se realizou
Foi preciso emancipar pra melhorar
Foram leis, foram decretos Mas a mão do povo*

*prevaleceu
E na velha estação
Um adeus a Meriti, Caxias nasceu
Homem da Capa Preta
O rei da Baixada
Ajudava o nordestino
Amigo da criançada
Salve a Igreja do Pilar
Nossa crença, nossa fé
Joazinho da Golméia
Foi o rei do candomblé
Quero brincar à vontade
Lembrar com saudade a minha raiz
Cair na folia, no grupo de congo
Quadrilha e calango eu vou dançar feliz
Na minha refinaria
Tem combustível para exportação
Eu sou de Caxias, sou pura energia Suficiente pra
alegrar seu coração*

Márcio das Camisas / Mariano Araújo /
Professor Elísio / Robson Moratelli

A letra deste samba compõe o material de formação de professores nos estudos sobre a Baixada Fluminense.¹ A música faz parte do grupo de atividades que objetiva propor debates e questionamentos sobre o reconhecimento de alguns símbolos da cidade e seus significados. Essas reflexões questionam o registro sobre velhas referências de liderança, como “o homem da capa preta”, o rei da Baixada, que “ajudava o nordestino amigo da criançada”, o que sugere outras abordagens sobre o papel desses líderes, bem como do registro de suas trajetórias. São exploradas outras canções que propõem que os professores, por meio de atividades com músicas, percorram

1 Secretaria Municipal de Educação. Grupo de Estudos da História Local e Regional – Baixada Fluminense e Município de Duque de Caxias – Material de Apoio ao Estudo 2. Participei da turma de 2009.

um caminho de narrativas que, além de indicar as mudanças e os significados da região, também constroem identidades. A música de Nei Lopes e de Wilson Moreira, cantada por Zeca Pagodinho, é outro exemplo dessa proposta.

Sapopemba e Maxambomba
Tarietá hoje é Paracambi
E a vizinha Japeri
Um dia se chamou Belém (final do trem)
E Magé, com a serra lá em riba
Guia de Pacobaíba
Um dia já foi também (tempo do vintém)
Deodoro também já foi Sapopemba
Nova Iguaçu, Maxambomba
Vila Estrela hoje é Mauá (Piabetá)
Xerém e Imbariê, mas quem diria
Que até Duque de Caxias
Foi Nossa Senhora do Pilar
Atualmente a nossa velha Baixada
Tá pra lá de levantada
Com o progresso que chegou
Tá tudo “Olinda”
O esquadrão fechou a tampa
O negócio é Rio Sampa
Grande Rio e Beija Flor
Morreu Tenório
terminou sua epopeia
E Joãozinho da Goméia
Foi Oló, desencarnou
Naquele tempo
Do velho Amaral Peixoto
Meu avô era garoto
E hoje sou quase avô!
(CD Zeca Pagodinho, 1998)

Esses estudos sobre a Baixada Fluminense estavam preocupados com as representações de alguns símbolos do território,² como: Joãozinho da Gomeia, considerado o pai de santo mais conhecido do Brasil e que teve seu terreiro na cidade de Duque de Caxias, e Tenório Cavalcanti, uma liderança política polêmica. Outras referências patrimoniais, como a igreja do Pilar e as danças e festas, para “cair na folia no grupo de congo *Quadrilha e calango*” foram apresentadas, juntamente com as indicações físicas de percursos e os usos do território no passado.

Além dos vestígios materiais na região, os aspectos geográficos também foram recorrentes nos estudos. Relacionados aos primeiros caminhos abertos, que promovem conexões diretas com outras partes do Brasil, as produções reforçam o papel desses percursos nas transformações e nos investimentos para o desenvolvimento do território. Uma referência recorrente nos trabalhos sobre a Baixada Fluminense é o Caminho de Garcia Paes, iniciado em 1699 e inaugurado em 1704, com ênfase no seu papel para o período da mineração no Brasil e os impactos socioeconômicos para o desenvolvimento da região.

O significado dos caminhos para o período da mineração ocupou boa parte das produções realizadas sobre a Baixada Fluminense e também destaca a importância desses percursos para outras fases econômicas, o que nos faz considerar as apropriações físicas do território. Imagens que são acionadas com recorrência, como as que aparecem no mapa a seguir.

A cidade de Duque de Caxias é a terceira mais populosa do Estado de acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2010), e tem uma população de 855.048 habitantes.³ Dividida em quatro distritos, o município faz divisa com Miguel Pereira, Petrópolis,

2 O território é aqui entendido na perspectiva de “campo de forças”, e, apesar da utilização de termos espaço, região e território como sinônimos, estamos cientes das particularidades conceituais (BARROS, 2006).

3 De acordo com o censo de 2010, São Gonçalo (999.728) é a segunda cidade mais populosa e o município do Rio de Janeiro (6.320.446) é a primeira. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/23/25207?tipo=ranking/>>. (Acesso em: 22 jul. 2019.)

Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e com o Rio de Janeiro.⁴ A imagem do mapa da cidade compõe a contracapa da revista *Pilares da História*, criada em 2002, pelos membros da Associação dos Amigos do Instituto Histórico (ASAMIH).



Figura 1 -Mapa do município de Duque de Caxias. Fonte: *Pilares da História*, ano 18, n. 18, dez. 2019 (contracapa)

Por meio de um olhar mais detalhado do mapa é possível identificar os significados físicos do espaço que o periódico sugere, considerando a importância dos caminhos para as conexões com os municípios limítrofes. São pontuadas as estradas de ferro, que conectam desde o terceiro distrito até a cidade do Rio de Janeiro; às rodovias, que cortam todo o município, como: RJ-163, RJ-BR 040 e RJ-BR-116; bem como os rios: Iguaçu, Pilar, Sarapuí

⁴ O mapa aparece com diferentes layouts desde a terceira edição, em 2003. *Pilares da História*, ano 18, n. 18, dez. 2019 (contracapa).

e Saracuruna. Também constam as estradas: do Garrão, Estrada Rio D'ouro e a Estrada para Xerém e outras avenidas.

A valorização e os significados dos caminhos construídos para definir a região são recorrentes nos estudos sobre a Baixada Fluminense realizados pelos pesquisadores da ASAMIH, e isso direcionou a tese para uma leitura das definições identitárias da região (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011), considerando os processos de diálogos entre as primeiras escritas sobre a Baixada Fluminense e os estudos desenvolvidos. Desse modo, consideramos que a criação do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias cumpre um papel no desenvolvimento da escrita sobre a história local e regional na cidade. Com a criação da ASAMIH, em 2001, os desdobramentos dos projetos políticos dos agentes estiveram sob o suporte público da instituição, o que promoveu um encontro entre diferentes propostas de leituras sobre a cidade e os modos de escrita.

O Instituto Histórico recebeu autorização para funcionar em 1971, no governo de Francisco Estácio. O município de Duque de Caxias era considerado uma Área de Segurança Nacional, desde 1968 (BRASIL, 1968), e, somente em 1971, recebeu o primeiro intervenor militar. O instituto, que ocupa um espaço dentro da Câmara Municipal da cidade, durante muito tempo, possuiu, nos seus quadros efetivos, funcionários ligados diretamente aos cargos políticos.

Durante os primeiros anos de existência da instituição, as atividades desenvolvidas no espaço estavam associadas aos interesses de memória do regime político da ditadura militar, em diálogo com os projetos fluminenses. Em 1975, com a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, ocorreu uma valorização de ações que visavam à construção de uma identidade fluminense, que fomentou a centralidade das demandas antigas de infraestrutura na região e investimentos de produções historiográficas para legitimar projetos políticos.

A presença de lideranças influentes no espaço sugere que os institutos municipais têm relevância na produção da escrita sobre

história local, pois ocupam um lugar de autoridade e de referência sobre as narrativas do passado. Assim, o interesse de diferentes intelectuais, com trabalhos no campo, de se vincularem à instituição, fazem com que o espaço promova um diálogo e a incorporação de diferentes regimes historiográficos.

A escrita da história é um reflexo da prática e das intenções de articulação que a temática permite construir. Como apresenta Certeau (1982, p. 88), “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber”. Desse modo,

encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática” (CERTEAU, 1982, p. 56).

Considerar que a escrita da história é resultado de uma operação historiográfica e decorrente de um lugar de produção é instrumental para própria análise das escritas advindas do instituto. Contudo, a relação entre a escrita, os agentes e o instituto pode ser melhor analisada quando observadas as conexões entre o regime de historicidade e o regime historiográfico. Fernando Nicolazzi (2017) chama atenção que várias formas de historiografia podem emergir em um mesmo regime de historicidade. Em linhas gerais, em seu estudo, ele identificou que uma série de textos produzidos, entre as décadas de 1870 e 1940, permitiu a percepção da diversidade das formulações que nem sempre estão de acordo com os mesmos princípios epistemológicos. Nas palavras de Nicolazzi (2017, p. 25):

Hartog já alertou para o fato de que, se há uma ligação evidente entre regime de historicidade e regime historiográfico, ela não é de forma alguma mecânica, e carrega em si a possibilidade de despertar um olhar diferenciado sobre o fazer da história ou, em outras palavras, sobre os regimes historiográficos possíveis.

Para Nicolazzi (2017), a operação historiográfica de Certeau seria muito profícua, mas, naquele momento, este autor não teria articulado de forma mais intensa a escrita da história e a experiência de tempo. Nesse sentido, Nicolazzi (2017, p. 26) acrescenta:

[...] um regime historiográfico, sem perder de vista a operação que lhe dá sentido, direciona o olhar analítico a seu entorno, às expectativas projetadas a ela e as suas formas de recepção; remete ainda à experiência de tempo que torna possível definir as relações entre passado, presente e futuro.

Os agentes do instituto são herdeiros de uma cultura histórica na Baixada Fluminense. As relações entre os projetos historiográficos e os vínculos e interesses políticos foram recorrentes, desde os escritos de Matoso Maia Forte, em 1933, com os projetos de memória para a comemoração do Centenário do município de Iguaçu, bem como com a fundação da Arcádia Iguaçuana, na década de 1950, na qual os intelectuais se organizaram diante de um projeto histórico para superar as crises das transformações socioeconômicas do período, até a criação dos Institutos Históricos e os espaços museais.

Além do Instituto Histórico de Nova Iguaçu, em 1960, do Instituto Histórico em Duque de Caxias, na década de 1970, do Instituto Histórico e Geográfico de São João de Meriti, na década de 1980, e do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPABH), na década de 1990, podemos também considerar a criação do Museu Vivo do São Bento (MVSB), nos anos 2000, como representação da importância atribuída pelos pesquisadores ao registro sobre o passado.

A participação ativa de alguns membros que experienciaram as práticas de escritas históricas na região parece ter ensaiado uma agremiação, na década de 1990, no Instituto Histórico em Duque de Caxias. Contudo, essa primeira agremiação não se manteve ou mesmo se consolidou, apesar dos eventos realizados ao longo dos anos 1990, conforme registros da diretora Gladis Braga.⁵

5 Documento agrupado com um conjunto de recortes de jornais sob o título: “Ação Educativa e Cultural do Instituto Histórico de Duque de Caxias (1991-1996) – O Tes-

O que se observou, nos anos de 2000, foi uma dinamização do espaço. Stélio Lacerda, que foi secretário de Cultura na década de 1990, permaneceu entre os membros da segunda agremiação, em 2001, na ASAMIH, com figuras que ocuparam cargos significativos, como Gênesis Torres, chefe de gabinete do secretário de Educação de São João de Meriti, na década de 1980. As redes políticas dos agentes favoreceram a perpetuação do instituto, bem como a presença de um grupo de professores/pesquisadores oriundos, especialmente, da Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC).

Com a ASAMIH, a articulação entre os pesquisadores que já atuavam em outros espaços da Baixada Fluminense, como o IPAHB, o Instituto de São João de Meriti, somaram esforços ao projeto de uma outra geração de pesquisadores, que já orbitava nos Institutos Históricos na região, os membros da FEUDUC.

O grupo da FEUDUC, na década de 1990, realizou outros esforços para o registro da história local, como criação do Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense e da Associação de Professores e Pesquisadores de História (AP-PH-Clio), criada em 1999. Esses agentes, influenciados pela Nova História e estimulados pelo processo de profissionalização do campo, realizaram um movimento de legitimação de suas produções por meio dos cursos de pós-graduação. O vínculo dos agentes no instituto em Duque de Caxias indicava que essa “outra geração” valorizava as escritas sobre a região e os pesquisadores anteriores, mas acreditava que suas obras e práticas patrimoniais precisavam ser legitimadas academicamente.

Alguns desses professores, oriundos e/ou com vínculos com a FEUDUC, realizaram mestrado, doutorado, publicaram e se organizaram para ocupar outros espaços na cidade. Além desse novo enfoque historiográfico, eles não romperam com o instituto e ocuparam atividades vinculadas à ASAMIH. Estão no grupo editorial da revista *Pilares da História*, receberam apoio para publicações de

temunho da Imprensa”, que foram organizados e selecionados pela diretora do período, Gladis Braga.

suas obras, moções de reconhecimento de suas escritas e convites para palestras e eventos comemorativos na cidade. Esse movimento sugere que o instituto promoveu um encontro geracional, marcado por diálogos e disputas de memórias de diferentes regimes historiográficos.

Nesse sentido, entendemos que o encontro geracional é marcado pelo compartilhamento de ideias e valores e não por demarcações etárias (SIRINELLI, 2003), e que o encontro dos agentes gerou inúmeras ações no instituto ao longo dos anos, o que parece ter sido um dos pilares para a manutenção do espaço.

O encontro geracional promovido pela ASAMIH favorece o entendimento das continuidades e das discontinuidades na escrita. Não estamos considerando que as recepções das primeiras obras são isentas de disputas de memórias, ou mesmo afirmando que as escritas são semelhantes, ou com os mesmos propósitos. A proposta é chamar a atenção que a produção sobre a história local, que está em diferentes agências na cidade de Duque de Caxias, desde universidades, espaços museais e no instituto, é realizada por membros que reconhecem os primeiros trabalhos, que os citam e, por vezes, operam no mesmo espaço, como no caso do Instituto Histórico. Isso sugere trocas e valorizações contemporâneas que justificam o próprio encontro geracional dos intelectuais, e que nos faz indagar a existência de contínuos incentivos para a manutenção da escrita sobre a Baixada Fluminense, no sentido de valorização e divulgação sobre o passado do território.

As primeiras produções sobre a região da Baixada Fluminense são parte de um modelo de escrita da história, associado à própria construção do conhecimento histórico. Essas formas de escrita local não eram dissociadas de outros saberes, como a própria geografia. Eram obras que ofereciam bibliografias, estatísticas e genealogias que promoviam um registro histórico. Rui Fernandes (2009, p. 234) indica que essas produções apresentavam permanências de práticas historiográficas diversas, desde:

[...] o antiquariado, as orientações rankeanas e as da Escola Metódica francesa, que se associavam à geografia regional lablachiana na configuração de uma história que se queria associada ao que então estava em voga como parâmetros de construção do conhecimento histórico e como tal reconhecida.

Com a consolidação profissional da produção histórica, especialmente, com a criação dos Programas de pós-graduação, na década de 1970, novas diretrizes foram aplicadas aos estudos regionais e, paralelamente, as universidades se afastaram das produções locais (FERNANDES, 2009). Entretanto, a permanência de Institutos Históricos municipais pode indicar uma leitura para a identificação das influências e dos diálogos dos diferentes regimes historiográficos. Assim, a opção pelos “caminhos” é uma chave para analisar os enraizamentos dessas escritas, bem como as disputas de memórias e os espaços de sua legitimação.

Nesse sentido, o instituto representaria um fortalecimento de redes de atuação e das práticas educativas e culturais na cidade de Duque de Caxias, o que favoreceria os usos do passado para a própria construção do território. Diferentes intelectuais constituíram e constituem esse Instituto Histórico, com isso, várias são as produções desses agentes ligados a esse espaço, o que indica a disputa de muitos projetos de memória sobre o município e sobre a região, em diálogo com as demandas da própria experiência de tempo que impacta a escrita da história.

Além disso, partir do Instituto Histórico para a análise de obras sobre história local também é relevante, visto que o espaço apresenta muito mais que uma referência de registro oficial sobre o passado. A análise historiográfica das produções realizadas a partir e/ou vinculadas aos institutos possibilitou uma compreensão dos diferentes regimes historiográficos. Essa compreensão passa pelo entendimento de que a história local faz parte do processo de construção da própria historiografia, o que exige uma análise de suas implicações e seus usos, em uma perspectiva de escalas.

Meu interesse neste tema teve início no ano de 2015, durante o mestrado. Minha pesquisa sobre a relação entre as escritas

e as práticas patrimoniais vinculadas à temática da cultura afro-brasileira indicou um crescimento de produções sobre temáticas diversas na Baixada Fluminense. Dentre as obras analisadas durante a pesquisa, identifiquei um volume significativo de autores que agradeciam à professora Tania Amaro de Almeida, atual diretora do instituto, e indicavam fontes utilizadas neste espaço. Entretanto, não foi apenas o uso técnico do espaço que chamou minha atenção, mas, sobretudo, o fato de que, durante o período de análise sobre as práticas patrimoniais, consegui verificar uma rede de articulação, produção e divulgação dos trabalhos, na qual os agentes que atuam em diferentes espaços também reaparecem com contatos com a instituição. Essas obras são parte de um processo de disputas de memórias recorrentes na Baixada Fluminense.

Durante minha pesquisa de mestrado, intitulada *Duque de Caxias: história local, patrimônio e cultura afro-brasileira (2000-2014)*, o foco foi as produções relacionadas à cidade de Duque de Caxias e às práticas patrimoniais desenvolvidas pelos agentes de produção. Ao longo do estudo, percebi que existe um volume de trabalhos sobre a Baixada Fluminense, ou seja, outros agentes estão produzindo e pautando, na cidade, temas com abordagens distintas e problemáticas diversas.

O estudo realizado durante o mestrado fortaleceu o entendimento de que a escrita acadêmica da história é um dos veículos, atualmente, mais legitimadores de produção de memórias coletivas, e de que as produções de diferentes agentes e instituições estão inseridas nas disputas de poder que envolvem a memória e a história.

Le Goff (2013, p. 390) chama atenção para os usos do passado na relação entre o saber e o poder, e assinala que a memória coletiva é “posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”. Essa proposta da relação entre a memória e a história é fundamental para o entendimento dos diferentes usos do passado no instituto. Vale considerar que, por meio da escrita, se promove diferentes formas de memória, em especial, por meio de comemorações e celebrações, que transformam o acontecimen-

to memorável. E, na abordagem do documento/monumento, Le Goff (2013, p. 396) permite entender a dimensão de potência para a memória do documento, ao indicar que “todo documento tem em si um caráter de monumento”, o que permite tanto o armazenamento de informações, quanto a apresentação visual e auditiva do registro.

O significado da memória para o presente trabalho é fundamental, visto que muitos atos de memória foram promovidos por agentes do instituto, no sentido de utilizarem o passado para legitimar suas ações presentes. Nessa perspectiva, Joël Candau (2005) oferece reflexões interessantes para entender como as instituições se inserem e se apropriam das comemorações como políticas de memória, ou seja, o que deve ser lembrado ou esquecido.

O autor recupera as reflexões de Maurice Halbwachs (1950) e oferece leituras sobre a memória coletiva, ao chamar atenção ao fato de que, com os estudos biológicos, os homens não vivem confinados às suas cabeças, mas são seres sociais e são afetados pela natureza coletiva. Para Candau (2005), a obra de Halbwachs (1950) oferece significativa contribuição para o debate ao falar em “memória coletiva”, pois o autor não abandona o lugar do “lembrar” do indivíduo, o que ele faz é destacar como as memórias individuais são articuladas. Para Halbwachs (1950), o indivíduo nunca se lembra sozinho, ele volta para o passado, seu ou do outro a que pertence, e recorre, mais ou menos, aos quadros sociais em que vive.

Contudo, para Candau (2005), Halbwachs (1950) teria forjado e imposto o conceito de memória coletiva. Candau (2005) considera que a memória individual pode ser socialmente orientada, mas isso não significa que seja, necessariamente, partilhada. O autor aponta para algumas armadilhas nas quais podemos incorrer ao pensar que a partilha é garantida. Uma significa confundir as recordações memorizadas e as manifestadas, visto que o vivido se torna diferente do recordado e, por conseguinte, do narrado. Diferentes contextos podem estimular uma multiplicidade de narrativas sobre um mesmo acontecimento. A segunda armadilha

seria a de induzir a existência de uma memória partilhada, por meio de atos de memória, como comemorações e construções de museus; e a terceira armadilha seria considerar que o dito, o escrito e o pensado representam a memória coletiva.

Nesse sentido, ciente das possíveis armadilhas dos usos da memória, Candau (2005) ainda considera que a memória coletiva é uma noção prática, pois permite designar algumas formas de consciência do passado ou inconsciência, aparentemente partilhadas. Assim, o conteúdo da narrativa seria objeto de uma memória coletiva, que depende de uma memória individual, do contexto social e dos interesses no momento da narrativa. Dessa forma, o autor afirma que a memória coletiva é mais “a soma dos esquecimentos do que a soma das recordações, porque essas são antes de tudo e essencialmente resultado de uma elaboração individual” (CANDAU, 2005, p. 92).

Candau (2005) assinala que a memória individual tem sempre uma dimensão coletiva e, nesse sentido, reforça a importância dos quadros sociais para entender a orientação que as memórias individuais recebem de um grupo. Desse modo, pode se tornar semelhante a ponto de produzir uma memória compartilhada do passado, marcado, certamente, por disputas constantes entre lembrar e esquecer, uma abordagem que atravessa o estudo atual, considerando o papel de uma instituição pública e de suas práticas de memórias.

Assim, além do foco nas políticas de memórias, esse estudo pretende operar com a ideia de que a escrita da história está relacionada à memória ou à reivindicação de uma memória em disputa (POLLAK, 1989). Pollak (1992) permite refletir sobre a relação entre história e memória, a partir do aspecto seletivo para aplicação de um “enquadramento da memória”. Nessa perspectiva, a memória estaria materializada por meio de instrumentos da História, que estariam a serviço ou com a “função” de serem interpretados, reinterpretados, modificados e revisitados de acordo com as disputas do presente ou com disputas futuras de um determinado passado. Assim, a memória é considerada, neste estudo,

como uma chave de análise que permite a constituição de campo de disputas políticas, ideológicas, institucionais e cotidianas dos indivíduos. A Baixada Fluminense é, então, um campo fértil para o estudo sobre os projetos pessoais e profissionais de agentes e instituições envolvidos em uma teia de memória e história da região.

A relação entre a memória e a história possui uma centralidade neste estudo, visto que determinados agentes do instituto estão envoltos em uma tensão classificatória do próprio campo disciplinar. Com a criação do curso de pós-graduação, na década de 1970, as produções sobre local/regional foram preteridas, homogeneizadas e rotuladas de memorialistas, o que promoveu uma visão preconceituosa sobre as obras.

Rui Fernandes (2009, p. 19) afirma que os projetos políticos na esfera econômica, entre as décadas de 1940 e 1950, consideravam o papel agro-fluminense para uma recuperação do Estado do Rio de Janeiro no cenário nacional, muito pautado nos discursos de um “saudosismo histórico de um período que fora perdido”. Ele apresenta, em sua tese, que a historiografia sobre o assunto é significativa, mas que a abordagem da temática sobre o ponto de vista intelectual e considerando a historiografia local não foi realizada.

Assim, partindo dos balanços historiográficos sobre o Rio de Janeiro, produzidos por Eulália Lobo e Francisco Falcon, como conferências na ANPUH (1994), ele identificou que os trabalhos têm como referência a produção universitária, o que exclui estudos realizados em instituições de acervo e pesquisa, como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e a Casa Rui Barbosa. Para Fernandes (2009), o foco ficou no campo universitário, especialmente após a década de 1970, e não abarcou os trabalhos realizados fora dos círculos acadêmicos.

A produção historiográfica local/regional fora desse circuito era desqualificada e reconhecida, no máximo, como um caráter informativo. As obras que circulavam em paralelo aos meios universitários, como as Academias de Letras, Cenáculos ou Institutos

Históricos, eram rotuladas como memorialistas e caracterizadas de forma pejorativa. Esse movimento permitiu que obras fossem classificadas sem muita distinção e, nas palavras de Rui Fernandes (2009, p. 24):

engloba-se nesse grupo uma gama variada e díspar de estudiosos, desde aqueles que escrevem pequenas notas para a história de uma instituição ou personagem, até aqueles que se dedicaram a desenvolver extensos inventários da história de uma cidade ou região.

Analisar as produções, em especial, vinculadas ao Instituto Histórico municipal, foi um caminho para avaliar como os agentes estavam instrumentalizando o espaço para legitimar suas obras, ao mesmo tempo que legitimavam o próprio espaço de produção. Além disso, permitiu aprofundar a leitura sobre os projetos políticos no Estado fluminense, considerando que a historiografia é fundamental para sua consolidação.

Assim, o presente estudo considera que os estudos sobre a história local, realizados a partir do instituto na cidade de Duque de Caxias, revelam as dimensões de poder da produção do conhecimento para o desenvolvimento dos projetos políticos dos agentes. A partir da autorização para a criação do Instituto Histórico, em 1971, e até 2008, ano em que a ASAMIH, por meio do Projeto “Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro”, tornou-se ponto de cultura estadual e passou a receber verbas⁶ com foco em atividades culturais, entende-se que este espaço, o instituto municipal, fortaleceu os vínculos políticos para a materialização do projeto historiográfico dos agentes, o que impactou no desenvolvimento de pesquisas na região e promoveu a divulgação das produções. Isso fez com que a escrita da história da cidade pudesse ser considerada parte do processo de construção desse território e se tornasse um elemento legitimador para a consolidação de ações e projetos na Baixada Fluminense.

A escrita da história e da história regional envolvem a reflexão sobre as conexões entre o local e o global, ou seja, uma

⁶ De acordo com a direção atual, o projeto recebeu verbas durante o período de três anos, durante a vigência do projeto.

postura metodológica de análise, mais do que um recorte temático. Operar com a micro-história é considerar que ela contribuiu para uma revisão da importância dos estudos sobre história local e regional e que seus trabalhos permitiram uma revisão de análise de muitas temáticas, consideradas pertencentes a matrizes positivistas, a partir da observação de novos atores sociais, com novas metodologias e fontes. Nas palavras de Jacques Revel (1998, p. 20):

a abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama.

Essa proposta de pesquisa se interessa na variação de escalas de Revel (1998), com o objetivo de pensar as relações entre a “escrita da história” e a “história local”. Para tanto, destaca-se que não se pretende isolar o objeto, mas variar as escalas, visto que as produções de conhecimentos dos intelectuais envolvidos com o instituto possuem conexões com um fazer histórico. Essas escritas não se restringem às disputas locais, mas estão relacionadas aos impactos estaduais, nacionais e globais da produção historiográfica, bem como às disputas políticas e ideológicas, que compreendem que “cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global” (REVEL, 1998, p. 28). Dessa forma, para o desenvolvimento deste trabalho, utilizei um conjunto de fontes variadas.

O primeiro grupo de fontes é composto pelos jornais *Municipal* e *Luta Democrática*, a revista *Caxias Magazine*, e o Autorização para criação do Instituto dentro da Câmara Municipal de Duque de Caxias, que estão arquivados no Instituto Histórico. Essas fontes foram importantes para o contexto de institucionalização do instituto, das influências fluminense e nacional nesse cenário,

além da possibilidade de investigar como os agentes reaparecem no cenário público por meio de suas atuações.

No segundo grupo de fontes, constam as Atas de Reuniões realizadas pela ASAMIH (2003-2015). Mesmo com o recorte temporal da pesquisa e a análise dos documentos até o ano de 2008, consideramos apresentar o conjunto das atas disponibilizadas pela instituição, no sentido panorâmico do documento. Dessa forma, pontuamos a crítica da fonte no sentido de indicar a recorrência dos registros e os interesses de documentar as reuniões.

No terceiro grupo de fontes estão as bibliográficas. Foram identificados alguns títulos produzidos pelos autores com conexão direta com o instituto, por meio da ASAMIH, com os trabalhos de: Stélio Lacerda (2001; 2003; 2004; 2007; 2010), Rogério Torres (1987; 2004; 2012; 2018), Gênesis Torres (2004; 2008), Guilherme Peres (1992; 1993; 2000), Dalva Lazaroni de Moraes (1978; 1990; 2010), Marlúcia Souza (2014), Alexandre Marques (2006), Antonio Augusto Braz Braz (2010), Nielson Bezerra (2008; 2019; 2011a; 2011b; 2012; 2013; 2015) e Tania Amaro de Almeida (2010; 2016; 2019; 2014). Também foram considerados os artigos produzidos pela revista *Pilares da História*, entre os anos de 2002 e 2008, que é uma realização do Instituto Histórico da CMDC junto com a ASAMIH.

Além das obras, foram identificadas as fichas cadastrais dos sócios fundadores e colaboradores da ASAMIH, arquivadas no Instituto Histórico. Essa documentação permitiu identificar as origens profissionais desses agentes e estabelecer contatos para a realização de entrevistas, o que promoveu um melhor entendimento das obras. Assim, nosso quarto grupo de fontes foram as entrevistas realizadas com os membros selecionados,⁷ que seguiram uma orientação semiestrutural, com questões direcionadas às escolhas e aos interesses dos agentes sobre a temática da História Local e suas relações com o Instituto Histórico e a ASAMIH.

7 Infelizmente, não foi possível realizar a entrevista com Gênesis Torres, falecido em 2020, durante o período da realização das entrevistas. Stélio Lacerda também não foi entrevistado, primeiramente, por motivos de adoecimento e, posteriormente, em função do distanciamento social provocado pela pandemia da COVID-19. O material audiovisual das entrevistas foi disponibilizado no Instituto Histórico da CMDC.

Desse modo, por meio do cruzamento das fontes, foram identificadas as conexões e as ações dos “amigos do instituto” para os projetos da escrita da história local/regional. A proposta foi mapear os documentos que melhor ofereciam informações sobre o processo de idealização e de institucionalização do instituto e, com isso, identificamos os agentes envolvidos nesse movimento e analisamos algumas de suas produções e ações.

Para análise das obras historiográficas, alguns tópicos foram orientadores: a periodização, considerando se são abordagens temáticas, cronológicas e como articulam a história local e nacional; as fontes utilizadas, se registros orais, documentos oficiais, periódicos e/ou relatórios; como ocorriam as edições, se por meio de financiamento público, como o apoio da Câmara Municipal ou via recursos próprios, a partir de gráficas ou da articulação na ASAMIH; os estilos historiográficos, considerando o uso metodológico e a aplicação do fazer historiográfico do período e as representações do território, como eram definidos os limites territoriais, e a referência da própria municipalidade e da Baixada Fluminense.

Importante salientar que esses parâmetros de análise operam para além do “que” está contido nas obras dos autores. Assim, consideramos “como” foram produzidas essas narrativas, na relação entre texto e contexto, com o cuidado de identificar os modos e as dinâmicas do conteúdo e do discurso, inseridos no processo de produção.

Como afirmam *Ciro Flamarion Cardoso* e *Ronaldo Vainfas* (1997), a produção do discurso está na forma do texto e se vincula aos valores da sociedade que o produz. As condições de reconhecimento estão relacionadas ao poder, ou seja, às “instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade”, o que indica que a semântica é portadora de um valor histórico (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 541). É preciso analisar o texto, com atenção ao modo como se apresenta o conteúdo histórico, seja informação ou ideia. Nesse sentido, a produção historiográfica analisada não se reduz apenas à estrutura do texto, mas ao conteúdo histórico-social dos discursos.

Eni Orlandi (2009) também chama atenção para a importância da condição de produção, ou seja, o contexto da enunciação, considerando os aspectos sócio-históricos e ideológicos, como o imaginário produzido pelas instituições. Para Orlandi (2009), a enunciação seria o cruzamento de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualização do já-dito (formulação). Conforme suas palavras,

saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível a diferente, a ruptura, o outro (ORLANDI, 2009, p. 10).

Trata-se de analisar os processos e as condições de produção da linguagem, que podem ser entendidos com a materialização das vivências do tempo.

Desse modo, os trabalhos produzidos pelos intelectuais vinculados a essa instituição são parte da construção do território e, como sugere Faria Filho (2009, p. 63), a região é “resultado de operações políticas, e por que não, acadêmicas, que fundam essa mesma realidade e condicionam o modo de seu entendimento”.

Assim, o trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, apresento a relação entre escrita, agentes e Instituto Histórico em Duque de Caxias. São identificados os agentes que experienciaram outras formas de agremiações intelectuais, como: as Academias de Letras, a Arcádia e os institutos de pesquisas, ou mesmo os agentes que, após a existência de faculdades na cidade de Duque de Caxias, se vincularam a um espaço de preservação, de arquivo e de produção de conhecimento histórico com a nomenclatura de Instituto Histórico, e realizaram esforços para a sua manutenção.

Para entender o significado da dinâmica entre a história local e a escrita da história, foi necessário recuperar o significado do modelo de Instituto Histórico e o papel da história regional na própria historiografia. Isso permitiu uma leitura de como esses agentes estão respondendo às demandas e às pressões no campo

historiográfico, e de que suas obras não são apenas registros apaixonados sobre o território, mas parte de projetos e interesses dos grupos que atuavam e atuam na região, com pautas e reflexões distintas para a Baixada Fluminense. Os dados sobre a história da instituição, as articulações com outros espaços de conhecimento e sua localização permitiram a identificação do perfil dos intelectuais atuantes no Instituto Histórico. Recuperar a cultura histórica foi necessário para operar com as trajetórias das ações desenvolvidas na Baixada Fluminense com o foco na valorização e na apropriação de determinados passados.

No segundo capítulo, a partir dos 115 fundadores da ASAMIH, consideramos importante avaliar as obras dos agentes da primeira associação e dos atuais fundadores, com formação ou especialização em História e que possuem livros publicados, são eles: Nielson Rosa Bezerra, Tania Amaro de Almeida, Antonio Augusto Braz, Gênesis Pereira Torres, Marlucia Santos de Souza, Rogerio Torres da Cunha, Stélio José da Silva Lacerda, Alexandre Marques, Guilherme Peres.

São apresentadas as leituras sobre o significado da escrita para os agentes e os indicativos de definições de Baixada Fluminense para esses autores, diante de uma perspectiva que considera a importância de uma construção de identidade do território. Nesse sentido, longe de um consenso, o debate sobre a definição conceitual de Baixada Fluminense não se restringe apenas aos limites físicos do espaço, mas indica uma preocupação de fortalecimento de identidades territoriais. Isso tem ocupado um espaço significativo nas apresentações e introduções das obras dos intelectuais que contribuíram para a existência do instituto e que são base para outros estudos e pesquisas sobre a região.

No terceiro capítulo, são analisados os livros dos membros vinculados ao Instituto Histórico. Estamos considerando o significado da escrita acadêmica da história, na atualidade, para a legitimação das diferentes produções de conhecimento e a consolidação de memórias, e que os agentes estão inseridos nas disputas de poder que envolvem a memória e a história na cidade. Assim, é

fundamental entender que as escritas não são apenas indicadoras de experiência de tempo, mas também constituintes dessa mesma experiência. Para tanto, foram analisadas as obras mais divulgadas dos agentes selecionados.

O quarto capítulo dá continuidade às reflexões sobre as produções dos agentes. Para tanto, consideramos as publicações realizadas na revista *Pilares da História*. O capítulo tem como objetivo identificar os modos de produção em uma revista da área de História, com foco acadêmico, que sofreu influência de uma cultura histórica na região, com a presença de lideranças de periódicos na cidade, com práticas de escritas históricas, especialmente da revista *Caxias Magazine*, voltada para um público mais amplo, não especialista.

Destaco o papel da cultura histórica como forma de enfatizar que a chegada dos agentes na ASAMIH e o encontro geracional dos membros está atravessado por suas práticas e ações realizadas, que antecedem a associação. O uso da revista especializada para ampliação das pesquisas, que fortalece uma identidade territorial, é antecedido por práticas de memórias, como a revista *Caxias Magazine*, que operou com a intencionalidade pedagógica para o desenvolvimento de uma consciência histórica.

- I -

Instituto Histórico: um projeto político e historiográfico no município de Duque de Caxias

Poucas cidades no país sofreram tanto com estigmas quanto Caxias, praticamente um bullying midiático durante anos.

Heraldo HB

Considerar que, durante anos, a cidade de Duque de Caxias sofreu com o “bullying midiático”, especialmente, por meio da figura de Tenório Cavalcanti, o “Homem da Capa Preta”, e dos registros do Esquadrão da Morte, permite entender que a abordagem cultural é um campo de grande disputa na cidade para referências identitárias e consolidação de projetos políticos no território. Dessa forma, diferentes grupos se estabeleceram com o objetivo de desconstruir uma imagem de cidade violenta e apresentar os diferentes potenciais dos agentes na região. Para Heraldo HB (2013), o campo cinematográfico é uma chave importante para uma narrativa da cidade e, em seu livro, *O cerol fininho da Baixada Fluminense* (2013), ele apresenta como o cineclube Mate com Angu, um coletivo de audiovisual

criado em 2002, se apresentava como uma provocação “a partir de uma ótica periférica e inconformada” (HB, 2013, p. 14). HB pontou que “o Instituto Histórico funciona no subsolo da Câmara de Vereadores, sendo esse um dos lugares mais mal frequentados da cidade, para ser bastante franco [...]” (HB, 2013, p. 62). Mesmo com resistências ao instituto ou ao uso realizado por ele, até os anos 2000, tanto HB como outros agentes culturais resolveram ocupá-lo e usá-lo depois da criação da ASAMIH.

O cineclube Mate com Angu faz parte de uma série de movimentos impulsionados na cidade a partir dos anos 2000, e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias contribuiu para a história desse movimento. Tanto que Heraldo HB (2013, p. 63, grifo nosso) considerou que, “no início de 2003, ficamos sabendo que o *novo instituto* tinha inaugurado uma sala de projeção novinha em folha, com cinquenta lugares, um bom projetor multimídia, ar-condicionado e carente de ocupação cultural [...]”. Essa ocupação do espaço faz parte de um reconhecimento de que o instituto estava em uma nova fase, devido à criação da ASAMIH em 2001, conforme destaque abaixo:

fruto da articulação de vários setores da sociedade caxiense, dos mais variados matizes políticos e sociais, a ASAMIH foi um importante avanço político na cultura na cidade e foi fundamental para que o presidente da Câmara Municipal naquele momento promovesse uma reforma geral nas dependências do Instituto e contratasse técnicos gabaritados para cuidar do acervo, sua catalogação, preservação e disponibilização para o público (HB, 2013, p. 62).

Esse movimento de ocupação do espaço se insere na proposta de dinamização do instituto, depois da criação da ASAMIH, em 2001. Assim, a proposta do capítulo é apresentar o contexto de inauguração, durante as Comemorações de Independência do Brasil, e identificar as particularidades do Instituto Histórico e como ele foi instrumentalizado como um lugar de memória, na figura do patrono da cidade – o Duque de Caxias, bem como os impactos da cultura histórica na Baixada Fluminense e o ato político que promoveu uma “reestruturação” da instituição.

Instituto Histórico Municipal: o papel para produção de conhecimento

A autorização de criação do Instituto Histórico, em 1971, no contexto da ditadura militar, estava inserida nos projetos políticos de Duque de Caxias de solidificar uma imagem pacífica para estabelecer diálogos com os interventores na cidade. Desse modo, é importante pontuar que a nomenclatura do espaço em Duque de Caxias sofreu influência da valorização do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), durante a conjuntura de criação, como acreditamos ter sido para muitos outros institutos municipais no período. Mas, no caso dessa instituição, sua própria existência a partir do poder legislativo, sem corpo social definido e mantido nos moldes de um arquivo, indicaria uma certa finitude, como foram os outros espaços do “conglomerado cultural” criado pela Câmara Municipal, composto por teatro, biblioteca e pelo instituto, como será abordado mais à frente. Porém, o instituto, considerando seu uso e sua manutenção, do ponto de vista historiográfico, foi se configurando à medida que os intelectuais se incorporaram ao espaço ao longo dos anos e estabeleceram diálogos, especialmente a partir da década de 1990. Isso reforça que o instituto, em Duque de Caxias, está no cruzamento da História Política, Institucional e da própria História da Historiografia.

Considera-se que os institutos municipais, no Brasil, têm investido na produção da história local, e que ocupam um lugar de autoridade sobre as narrativas do passado que possibilita leituras sobre seus usos e suas representações. A criação desses espaços indica a manutenção de uma referência de legitimidade aos trabalhos e às narrativas sobre o passado, no âmbito local. Isso poderia implicar no interesse de diferentes intelectuais, com trabalhos no campo, de se vincularem à instituição, o que constituiria um espaço de diálogo e de incorporação de diferentes regimes historiográficos.

Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2007) afirma que identificar os significados e os impactos dos institutos na atualidade para

a construção do conhecimento histórico ainda é algo bastante limitado. Nas palavras de Guimarães (2007, p. 16) sobre o próprio IHGB:

a historiografia contemporânea tem passado ao largo da contribuição do Instituto na construção do conhecimento histórico nas primeiras décadas dos anos 1900. Normalmente, os especialistas preferem se debruçar sobre a obra de autores do período, com o objetivo de identificar as matrizes conceituais que informam a sua produção, sem investigar as possíveis conexões existentes entre aqueles intelectuais e o ambiente acadêmico no qual se inseriram.

Do ponto de vista dos institutos estaduais, Rodrigo da Silva (2013) avalia que, embora tenham sido construídos institutos ao longo do século XIX, a República potencializou a necessidade de estudos com recortes federativos e isso refletiu em uma certa disputa pela hegemonia nacional. A criação de institutos, na virada do século XIX para o XX, também reforçou o investimento em espaços que promovessem escritas com ênfase na federação. De certa forma, esses lugares refletiam as disputas regionais de memória, que tentavam alinhar suas histórias regionais à história da nação (SILVA, 2013), o que sinaliza a necessidade de maiores investigações sobre a relação desses espaços e a escrita da história.

É possível observar que, nas últimas décadas, tem ocorrido um investimento de pesquisadores no sentido de pensar os significados dos institutos estaduais. Isso pode ser identificado no dossiê “Os Institutos Históricos”, da *Revista Patrimônio e Memória*, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), publicado em 2011. Os trabalhos apresentaram uma abordagem de análise da construção da identidade dos Estados por meio das narrativas produzidas a partir dos institutos.⁸ Mais recentemente, outras pesquisas sobre institutos foram apresentadas no 30º Simpósio Nacional de História (ANPUH), e o volume de pesquisas permitiu reunir os

8 Ver sobre o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (FERREIRA; MAH, 2011); sobre o Instituto Histórico Geográfico Paraibano (OLIVEIRA, 2011); sobre o Instituto Histórico Geográfico do Mato Grosso (LEOTTI, 2011); sobre o Instituto Histórico Geográfico da Bahia (LEITE, 2011). *Revista História e Memória*, UNESP/FCLAS/CEDAP, v. 7, n. 1, p. 78-100, jun. 2011.

trabalhos em uma única sessão, no GT de Teoria e História da Historiografia, ocorrido em 2019. Quatro pesquisas de diferentes instituições do país expuseram diversas conexões entre as abordagens historiográficas e os institutos,⁹ e o debate considerou oportuno refletir sobre o significado desses estudos para a atualidade, especialmente no evento com foco no papel da História para a educação do Brasil.

Entender o lugar de autoridade que esses institutos ocuparam para a criação de uma narrativa sobre a história dos Estados foi significativo para o evento. Isso parece reverberar na necessidade de estudos sobre outros institutos que foram criados recentemente e que permanecem em funcionamento. Dessa forma, concordo com Guimarães (2007) que é preciso maior investimento para investigar como esses espaços se constituíram e quais conexões existem entre os intelectuais e a instituição.

Na década de 1970, foram criados alguns institutos municipais: o Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, MG (1970); o Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, MG (1977); o Instituto Histórico de Jaboatão, PE (1973). Mais recentemente, criou-se o Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, MG (2006).¹⁰ Durante certo tempo, os institutos locais foram comumente observados como vestígios de um tipo de história apenas apaixonado pelo território, focado em grandes nomes e no resgate de um passado com características ufanistas. Contudo, consideramos que o período de criação e a manutenção desses lugares revelam algo mais, pois possibilitam identificar as relações entre o saber, o poder, as mudanças e as permanências na escrita.

9 Simpósio 153 – Teoria da História e História da Historiografia I (sessão 2), coordenado por Luiz Carlos Bento (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Wagner Geminiano dos Santos (Secretaria de Educação de São José da Coroa Grande). Trabalhos de Juliana Saliz de Carvalho, Patrícia da Silva Azevedo, Bruno Balbino Aires da Costa e de Aryana Lima Costa. Somente uma das apresentações publicou o texto nos anais do evento, a de Patrícia da Silva Azevedo (2019), intitulada “A formação de um lócus: o IHGRN e seus sócios fundadores”.

10 Para ter acesso aos links dos institutos municipais congêneres ao IHGB, ver: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/instituicoes-congeneres.html/>>. (Acesso em: 6 nov. 2018.)

Assim, o investimento voltado para ações culturais, na década de 1970, compõe as demandas do regime político. Além disso, as transformações no cenário fluminense também impactaram a criação de institutos e o apoio local aos trabalhos desenvolvidos a partir desses espaços. Em 1963, foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), um órgão com foco no patrimônio cultural do Estado, substituído pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em 1975, no contexto da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. Esses órgãos incentivaram trabalhos com foco na memória e sugeriram estímulos para a criação de institutos, o que ocorreu com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói, RJ, fundado em 1973, no mesmo ano de fundação da Academia Resendense de História e da inauguração do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.¹¹

O Instituto Histórico apresenta algumas particularidades e, mesmo que a sua nomenclatura sugira um vínculo com o IHGB, a organização interna das duas instituições difere muito. Do mesmo modo, o corpo social não possui qualquer semelhança, e foi se configurando dentro do processo de profissionalização do campo, especialmente com os cursos de pós-graduação na década de 1970.

A criação do instituto compõe as demandas internas da região, em que a escrita, a produção e a divulgação interferiram na própria construção do território. Desse modo, consideramos que as ações, os diálogos e as escritas sobre a história local impactaram e foram impactadas pelo contexto e a partir desse lugar social.

Duque de Caxias: imagens do território

O município de Duque de Caxias se constituiu administrativamente desvinculado de Nova Iguaçu em 1943, quando o então 8º Distrito de Nova Iguaçu, sob a denominação de Caxias, teria adquirido autonomia, com São João de Meriti, Xerém e Estrela,

¹¹ Sempre que se mencionar o Instituto Histórico será para abordar o instituto de Duque de Caxias. Qualquer outro instituto mencionado será identificado com seu nome completo.

e se tornado município de Duque de Caxias. Em seguida, Duque de Caxias também sofreu desmembramentos, quando São João de Meriti se emancipou, em 1947, e Imbariê deu origem a outros dois distritos: Xerém e Campos Elíseos, em 1954 (SOUZA, 2014).

Essas e outras mudanças são uma continuidade de rearranjos políticos que são o resultado das reformas administrativas que ocorreram em Iguaçu no início do século XX. O distrito-sede foi denominado Nova Iguaçu em 1916 e todo o município foi designado de Nova Iguaçu, em 1938.

Nova Iguaçu, até 1943, estava dividida em nove distritos: Nova Iguaçu, Queimados, José Bulhões, São João de Meriti, Bonfim, Xerém, Nilópolis, Caxias e Estrela. A fragmentação ocorreu a partir de 1943, com a emancipação de novos municípios, como Duque de Caxias (1943), e seguiu com São João de Meriti e Nilópolis (1947), Queimados e Belford Roxo (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999).¹²

Atualmente, Duque de Caxias está dividida em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. De acordo com Marlúcia Souza (2014), a construção da Siderúrgica de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Duque de Caxias, seriam um impulso para a promoção da indústria de base no Brasil. Assim, a região pode ser considerada uma área estratégica economicamente para o Estado, mesmo antes de sua emancipação, visto que, na década de 1940, sob o projeto de colonização e de desenvolvimento industrial do Estado Novo, recebeu a instalação da FNM (SOUZA, 2014).

12 Manoel Ricardo Simões (2006), em *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*, apresenta como as emancipações ocorreram em momentos distintos e estavam relacionadas a determinados contextos políticos. A década de 1940 favoreceu que determinados municípios se emancipassem dentro da lógica dos interesses políticos dos projetos do interventor estadual Amaral Peixoto. Já a fragmentação de 1947 estava relacionada aos impactos da nova constituição, pós-Estado Novo. O autor ainda recupera os primeiros movimentos de emancipação de Mesquita, Belford Roxo e Queimados, mas observa que ocorreu um “hiato das emancipações da Baixada Fluminense – 1947-1988”, somente retomando as fragmentações pós-Constituição de 1988 (SIMÕES, 2006, p. 155).

Souza (2014) confere atenção ao processo de ocupação do território da Baixada Fluminense, em especial a Duque de Caxias, ao apresentar o jogo de interesses dos grupos dominantes locais e suas articulações com os núcleos centrais de poder. O impacto dos interesses de um chamado “poder central” é parte do processo de construção desse território. Além da FNM, o município recebeu, na década de 1960, a implementação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e a primeira empresa petroquímica brasileira, a Fábrica de Borracha (FABOR), em 1962. Posteriormente, outras empresas se instalaram no entorno e compuseram o chamado polo petroquímico (SOUZA, 2014).

Esses fatores também contribuíram para um crescimento populacional na região, que se mantém na atualidade, com a presença de outras empresas privadas. Além disso, o escoamento da produção é facilitado pelas principais rodovias que cortam o município, como: Rodovia Washington Luís, Rodovia Presidente Dutra, Linha Vermelha e Arco Metropolitano. A existência de muitas empresas na região impacta na arrecadação fiscal da cidade, e a REDUC fortalece sua posição estratégica para o Estado, o que confere à Duque de Caxias uma das melhores arrecadações de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Estado. Contudo, esses dados não reverberam na qualidade de vida na cidade.

Algumas pesquisas sobre a região permitiram identificar essas singularidades das condições de infraestrutura. Uma delas foi realizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), que adotou “critérios como grau de urbanização, violência e densidade populacional” (SOUZA, 2014, p. 15), e restringiu a Baixada Fluminense à denominação de Unidades Urbanas Integradas a Oeste (UUIO) do Rio de Janeiro. De acordo com a classificação da FUNDREM, citada por Souza (2014), a Baixada Fluminense é composta pelos seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Japeri. Apesar da definição da FUNDREM, a Baixada Fluminense é um conceito

polissêmico, mas, de maneira geral, pode ser definida como o conjunto de municípios localizados na região metropolitana da atual cidade do Rio de Janeiro.

Alguns estudos destacaram as imagens que, ao longo dos anos, foram construídas sobre a região, especialmente por meio da mídia. Ana Lucia Enne (2002), preocupada em entender como determinados agentes construíram uma identidade do território, partiu dos registros em jornais de grande circulação na capital do Rio de Janeiro, como o *Jornal do Brasil*, a *Última Hora* e o *Jornal O Dia*. Com isso, ela nos apresenta um panorama das representações entre as décadas de 1950 e 2000, e ressalta como as imagens de violência foram se constituindo já nas décadas de 1950 e 1960, e como ganharam maior amplitude e outros desdobramentos com o chamado saque de 1962.

De acordo com Enne (2002), a violência ocupou um lugar relevante nos discursos utilizados pela imprensa ao se referir à Baixada Fluminense, o que teria se consolidado em meados dos anos de 1950 e no início dos anos 1960. Por meio da análise da autora, são apresentados os fatores que propiciaram as leituras de violência, com ênfase para as ocupações de terras e o movimento de venda de loteamentos na Baixada Fluminense. Tais acontecimentos renderam registros na imprensa sobre as lutas por terra, o que conferiu à região a imagem de “faroeste fluminense”. Esse período é considerado como o momento de expansão demográfica da região metropolitana do município do Rio de Janeiro, o que gerou problemas urbanos, como: falta de saneamento, de abastecimento de água, sistema de transporte e coleta de lixo ineficazes, entre outros (ENNE, 2002).

Pensando nessas ausências e nos conflitos na região, Enne (2002) estabelece um diálogo com a obra de Mário Grynzpan, ao destacar as ocupações camponesas que envolveram muitas lutas e ações violentas. A autora reforça que a imprensa enfatizou que a Baixada Fluminense era como um “Nordeste sem seca”, também chamada de “um barril de pólvora” (ENNE, 2002, p. 94). Isso também teria sido confirmado por Israel Beloch (1984), citado por

Enne (2002, p. 92) quando se referiu ao “acirramento das lutas no campo”, o que ele chamou de “coronelismo urbano”.

Essa imagem de um cenário de violência se manteve nos anos seguintes, por meio das ações de Tenório Cavalcanti, um político de Duque de Caxias, com histórico complexo e polêmico na região. Cavalcanti veio do Nordeste apadrinhado, enriqueceu, se tornou uma figura política poderosa e se apoiou em uma “rede de relações pessoais, de amizade, parentesco e patronagem, trançada pela reciprocidade, a dependência, a lealdade e a deferência, tendo no líder seu fio central” (GRYNSPAN, 1990 *apud* ENNE, 2002, p. 96).

Tenório Cavalcanti formou-se em Direito, advogou em muitas causas de lutas por terras, e se projetou como um forte líder regional, o que lhe rendeu um volume considerável de votações. Por meio de ações clientelistas e com base na violência, ele se apoiou em uma imagem mítica configurada pelo uso da capa preta, da metralhadora chamada de “Lurdinha” e da fama de ter “o corpo fechado”. Tenório Cavalcanti criou seu próprio jornal, o *Luta Democrática*, que, no âmbito local, difundia sua imagem, além da divulgação das matérias que eram registradas nas grandes mídias (ENNE, 2002, p. 96). O *Luta Democrática*, um jornal popular, foi fundado em 1954, e apresentou as inúmeras facetas das ações de Tenório Cavalcanti. Com ampla circulação estadual, possuía um caráter sensacionalista e concorria com o *Jornal O Dia* e *A Notícia*. Assim,

segundo Tenório Cavalcanti, a primeira página era a responsável pela vendagem do jornal. Daí o uso de manchetes ambíguas, como a que dizia “Cachorro fez mal à moça” para se referir a uma indigestão provocada por um cachorro-quente deteriorado. A fórmula da *Luta Democrática* consistiu em resumo em mesclar apelos ilusórios com fotografias em close de cadáveres do noticiário policial, retratos de mulheres em trajes sumários e uma coluna diária, “Escreve Tenório Cavalcanti”, que ensejava ao deputado a defesa de sentidas reivindicações populares (GASPARIAN, 2010, VERBETE).

Entre notícias sensacionalistas, outras mensagens eram exibidas nos jornais locais. Acreditamos que as representações de resistência na cidade se confundem com as imagens de violência registradas nos periódicos. Um evento que permite identificar tal situação foi o saque de 1962, que, para a imprensa, significou a máxima falta de segurança na região. Ao mesmo tempo, se verificou, nos anos seguintes, na própria imprensa, um esforço realizado por lideranças locais de apagar uma memória de resistências e lutas na cidade associadas ao evento.¹³

O cenário nacional não era favorável, a população estava sofrendo com o crescimento da inflação, das perdas de salários e da sonegação de alimentos por parte dos produtores e dos comerciantes, devido à desvalorização das mercadorias. Em meio a uma crise econômica somada às disputas políticas, foi organizada uma greve geral no país, marcada para o dia 5 de julho de 1962 (SOUZA, 2014). Por conta da greve geral, cerca de 20 mil pessoas se aglomeraram na Praça do Pacificador, no centro da cidade de Duque de Caxias, à espera do transporte público. A notícia de existência de feijão escondido nas lojas da região provocou agitação e o início dos saques no comércio. De acordo com Santos (2014, p. 238), o “saque iniciado em Caxias se espalhou pela Baixada Fluminense. Cerca de 42 pessoas morreram, setecentas ficaram feridas e dois mil estabelecimentos comerciais foram atingidos”. A repercussão nos jornais e nas revistas foi intensa e a resposta dos comerciantes foi praticamente imediata.¹⁴

Além da reação violenta dos comerciantes locais, a visibilidade midiática do saque de 1962 promoveu outros contornos políticos para a cidade após o golpe de 1964. A inclusão de Duque de Caxias como Área de Segurança Nacional, em 1968, potencializou a leitura do legislativo de que o evento, amplamente divulgado na mídia, teria influenciado tal decisão. O que se percebe, no

13 A utilização de periódicos, neste estudo, considera uma abordagem de que a imprensa faz parte do campo de disputas sociais inseridas nos processos que se constituem (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

14 Sobre as reações dos comerciantes e da polícia local, Cf. *Baixada Fluminense: a construção do poder* (ALVES, 2002).

discurso político, é que essa imagem de uma população resistente e vinculada aos movimentos de contestação, como no caso dos saques, poderia ser encarada como um risco ao novo regime. Assim, entre os anos de 1969 e 1985, Duque de Caxias realizou inúmeros esforços para criar determinadas representações para a cidade.

Duque de Caxias: Área de Segurança Nacional

Duque de Caxias, inicialmente, foi o único município do Rio de Janeiro a ser enquadrado como Área de Segurança Nacional.¹⁵ Posteriormente, Angra dos Reis e Volta Redonda também foram incluídos, em 1969 e 1974, respectivamente (CANTALEJO, 2008). As autoridades locais pareciam acreditar que uma determinada memória sobre a cidade, com imagens de resistências e lutas sindicais, teria forte impacto para a decisão de uma intervenção direta no município.

Os reflexos das ações no novo regime já eram sentidos em Duque de Caxias, especialmente, com a edição do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), com impactos diretos no município. O vice-prefeito Ruyter Poubel foi preso no dia seguinte à promulgação do AI 5, e ficou 10 dias encarcerado para averiguação. Seguidamente foram enviadas denúncias de irregularidades administrativas, com o objetivo de derrubar o prefeito. Prevendo a cassação, Moacyr do Carmo tomou algumas medidas: a primeira “foi a nomeação de militares (o tenente-coronel Eder Fogaça Travassos e o capitão Décio) no governo municipal durante a Reforma Administrativa que poderiam fazer ‘ponte’ junto aos meios militares” (CANTALEJO, 2008, p. 105); a segunda foi nomear uma comissão para estudar e aplicar o AI-5, para que não pudesse ser acusado de negligenciar as medidas adotadas; por fim, o prefeito e o vice ingressaram no partido Arena, seguidos por vereadores e deputados estaduais (CANTALEJO, 2008).

Mesmo diante dessas medidas, Duque de Caxias foi enquadrada como Área de Interesse de Segurança Nacional, sob a justi-

¹⁵ A partir da Emenda Constitucional no. 1, em 1969, os municípios passaram a ser chamados de Área de Interesse de Segurança Nacional.

ficativa da questão estratégica, já que, desde o início da década de 1960, a REDUC estava instalada no município. A resistência local foi realizada por diferentes articulações, como as declarações do vice-prefeito na época, Ruyter Poubel, que criticou a intervenção sobre o município, e as matérias nos jornais locais, *O Municipal* e o *Jornal Luta Democrática*.

Uma comissão articulada pela Câmara Municipal, que se juntou a outra formada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, se organizou para ir à Brasília contestar a situação da cidade. Dentre as alegações, registravam que não tinha necessidade da medida de intervenção e que o município não oferecia ameaça. O reconhecimento de que a região possuía uma imagem de lutas e resistências, com forte presença sindical, é confirmado com o pedido do prefeito, que dizia que “o seu povo é pacifista e não pode ser julgado nem condenado desta forma, não pode ser culpado por erros do passado, cometidos não por ele, mas por líderes já completamente alijados da vida pública” (Jornal *O MUNICIPAL*, 1968 *apud* CANTALEJO, 2008, p. 98). Essas ações locais não impediram o enquadramento e o período de interventores no município foi longo, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Prefeitos interventores (Área de Interesse de Segurança Nacional, 1968-1985)

Prefeito	Ano
Francisco Estácio Silva	1971 (fevereiro a julho)
General Carlos Marciano de Medeiros	1971-1975
Coronel Renato Moreira da Fonseca	1975-1979
Coronel Américo de Barros Gomes Filho	1979-1982
Vilson Campos Macedo	1982 (3 a 12 de maio)
Hydekél de Freitas Lima	1982-1985

Fonte: Cantalejo (2008, p. 111), 1971.

Duque de Caxias, inicialmente, foi o único município do Rio de Janeiro a ser enquadrado como Área de Segurança Nacional, contudo seu primeiro interventor foi em 1971.

Desse modo, a partir do período de intervenção militar na região, o papel do legislativo foi decisivo para estabelecer as relações entre o poder estadual e federal. Os símbolos, as comemorações e as atividades foram práticas constantes dos vereadores, como mecanismos de participação política no período.

O movimento do legislativo para revogar o ato não foi suficiente, mas era possível identificar como as tentativas serviram de diálogo político local ou mesmo serviram para minimizar os efeitos da intervenção. Assim, um esforço de instrumentalizar a própria figura do Duque de Caxias para criar uma imagem próxima do legislativo da cidade com o novo regime político foi realizado.

De acordo com Cantalejo (2008), a prática de reconhecimento das autoridades no âmbito estadual e federal representava o alinhamento do poder local com o poder nacional, o que podia ser verificado logo após a posse de Castelo Branco na presidência da República. Além de enviar telegrama para felicitar o presidente, a Câmara de Vereadores “decidiu cassar os títulos de Cidadão Caxiense de algumas figuras políticas que pertenciam ao trabalhismo, como João Goulart e Leonel Brizola” (CANTALENO, 2008, p. 84).

Cantalejo (2008) ainda afirma que os políticos locais não se limitaram aos títulos de Cidadão Caxiense, mas também utilizaram a comemoração do 25 de agosto, Dia do Patrono – o Duque de Caxias – para apresentar novos significados para a cidade.

O Discurso do prefeito no dia 25 de agosto de 1964 ao se referir ao presidente [...] ‘Ao Presidente da República, Marechal Castelo Branco, militar da mesma estirpe de Duque de Caxias, os meus agradecimentos pelo apoio com que nos distinguiu [...]’ (O MUNICIPAL, 29/08/1964, p. 1 *apud* CANTALEJO, 2008, p. 85).

As medidas culturais na cidade, em diálogo com as propostas ideológicas do regime político, foram alimentadas com políti-

cas de memória no esforço de atuação do legislativo no contexto. Assim, o Instituto Histórico foi instrumentalizado nesse esforço de construção de um lugar de memória durante o período em que o município de Duque de Caxias ficou sob intervenção direta do regime político.

Instituto Histórico em Duque de Caxias: “A Cidade Progresso’ não é aquela comuna”

O documento de 13 de abril de 1971, assinado pelo interventor Francisco Estácio da Silva, autorizou ao “Dr. Elias Lazaroni, diretor geral da secretaria, a tomar as necessárias providências para a fundação e funcionamento do Museu Histórico Municipal”.¹⁶ A criação do Instituto Histórico, em 1971, que foi inaugurado em 1973, cumpriu um papel no período, ao solidificar uma imagem de confiabilidade. A figura do Duque de Caxias, patrono da cidade, foi significativa como mecanismo para minimizar as visões de resistência e luta no território e favorecer um diálogo com o novo regime político.

Francisco Estácio assumiu, mediante conflitos internos, a definição do primeiro interventor. O General Paulo Teixeira da Silva seria o candidato do Governador Raimundo Padilha, o que gerou insatisfação da direção arenista em Duque de Caxias, já que não tiveram participação na decisão ou mesmo foram notificados. O general não chegou a assumir o cargo, pois sua nomeação tinha resistências nos altos cargos militares e ele acabou sendo nomeado para a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Isso abriu brechas para articulações no âmbito local entre os interessados na nomeação (CANTALEJO, 2008).

Os fatores internos na cidade foram fundamentais nesse momento, pois estava em jogo a eleição do presidente da Câmara de Vereadores para o início do período legislativo. Assim, como não tinha prefeito nomeado, o cargo seria ocupado pelo presidente da Câmara. Francisco Estácio da Silva, parente de Ruyter

¹⁶ Autorização de 13 de abril de 1971 para a abertura do Instituto Histórico. Acervo Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto.

Poubel e Zoelzer Poubel,¹⁷ recebeu apoio de nove vereadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e de três vereadores da Arena, e acabou sendo eleito como presidente da Câmara (CANTALEJO, 2008).

O cenário de instabilidade política promoveu reações do legislativo local, no sentido de demonstrar que a cidade era pacífica e favorável ao novo regime político. Foram realizadas ações com o objetivo de estabelecer relações “amigáveis”, como as premiações de lideranças do governo com o título de “cidadão duque-caxiense”, além da utilização das comemorações recorrentes na cidade, no dia 25 de agosto, Dia do Patrono Duque de Caxias, para almejar estreitar laços com os militares.

José Peixoto Filho, em 1968, se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro, pelo MDB, e possuía um forte reduto eleitoral em Duque de Caxias, onde foi vereador na década de 1950 (ABREU, 2010). Foi uma das vozes no Congresso que discutiu a situação de intervenção do município. O jornal *O MUNICIPAL* registrou que o deputado pautou inúmeras vezes, como poderia ser observado no “Diário do Congresso de 13 de abril de 1971, pág 115, de 06 de maio de 1971, pág 756, e de 14 de junho de 1971, pág. 1830”, a questão que envolvia a permanência de Duque de Caxias como Área de Interesse de Segurança Nacional. O relato do deputado enfatizou o papel dos líderes da Câmara Municipal, com destaque para o governo de cinco meses de Francisco Estácio da Silva – o presidente de Câmara que assumiu interinamente – e, de acordo com suas palavras:

Câmara Municipal de Duque de Caxias, subscrito por seus ilustres edis, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pedindo “a devolução da autonomia municipal à terra que serviu de berço ao patrono do nosso Exército”. Fui distinguido pelos vereadores da minha terra com a honrosa incumbência de ser o portador desse memorial como toda a imprensa divulgou, aproveitei a audiência da Comissão de Finanças da qual faço parte, para

17 Os irmãos foram fundadores do jornal *Folha da Cidade*, criado em 1953. Ruyter Poubel foi eleito vice-prefeito na mandato de Moacyr Rodrigues do Carmo, que era oriundo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e representava a ala trabalhista dentro do partido do MDB (CANTALEJO, 2008).

desincumbir-me da missão que me fora confiada. Ao entregar ao Presidente Médici o memorial dos vereadores da “Cidade Progresso”, fiz ciente a Sua Excelência de que o Presidente da edilidade duque-caxiense governou o município durante mais de cinco meses, num clima de tranquilidade, o que bem demonstra e caracteriza a nova imagem do Município, cujo povo ordeiro, patriota e laborioso, “está integrado nos seguros e progressistas destinos traçados pelo Governo Revolucionário”, impondo-se, conseqüentemente, o atendimento do apelo de mais de 500 mil duque-caxienses consubstanciado no memorial da Câmara Municipal. Nessa oportunidade, aos membros da Comissão de Finanças mantiveram cordial diálogo com o Sr. Presidente da República, que, a certa altura afirmou “a colaboração do Poder Legislativo é valiosa, não só para o Poder Executivo” [...] (O MUNICIPAL, 03/11/1972, p. 3, grifo nosso).

Além de falar sobre o memorial realizado pelos “edis”, como um movimento de registro sobre um passado desejado para o território e com uma determinada expectativa de futuro que visava à autonomia de eleição no município, o deputado também destacou o governo de Francisco Estácio. José Peixoto reforçou o “clima de tranquilidade” do governo do prefeito interino, que estaria de acordo com a própria “imagem do Município”, de ordem e progresso. Essa imagem foi evocada no próprio discurso sobre o município, conforme o registro abaixo:

nos dois primeiros discursos procurei defender a nova imagem do município que tenho a honra de representar nesta Casa, acentuando que, mesmo desconhecendo os motivos que levaram o Governo Revolucionário a privar o povo da terra berço do Patrono do glorioso Exército Brasileiro de escolher livremente o seu Prefeito, acreditava que o Sr. Presidente da República reexaminava o assunto, depois de convencer-se que a “Cidade Progresso” não é aquela comuna que durante tanto tempo, teve o seu laborioso povo caluniado e injuriado pelos noticiários sensacionalistas sem efeito o ato punitivo, devolvendo aos duque-caxienses o direito que lhes era assegurado desde 1947 de votar em eleições diretas para Prefeito e Vice-Prefeito Municipais. Ressaltar que em 1960, Duque de Caxias, tinha uma população de 330 mil habitantes [...] (O MUNICIPAL, 03/11/1972, p. 3, grifo nosso).

Desvincular o passado de resistências e lutas do território seria uma forma de construir uma memória que se desejava, afi-

nada ao discurso de progresso do novo regime político. Esse movimento para criar essa nova imagem e gerar um apagamento de ações passadas parecia ultrapassar o interesse de revogar o ato de enquadramento do município como Área de Interesse de Segurança Nacional. As lideranças, além de utilizarem as medidas de registro de uma imagem da cidade para estreitar diálogos e participação política no governo, também pareciam adotar um forte apelo político ao povo, com a divulgação, nos noticiários, de suas constantes e insistentes lutas pela “terra”. O deputado, ao informar que foi escolhido pelos vereadores da cidade para entregar o memorial, revela que outro parlamentar, de oposição, estaria adotando medidas para “promoção pessoal”. Como afirmou:

[...] desde a entrega do memorial. E se agora volto ao assunto é porque ilustre colega de bancada surpreendentemente, muito mal informado ou à guisa de promoção pessoal apresentou sexta-feira última projeto dispondo sobre a revogação do ato punitivo que inclui Duque de Caxias na área considerada de interesse da Segurança Nacional.

Nas condições atuais o Poder Legislativo não dispõe de prerrogativas para revogar ato do Poder Executivo, notadamente se tratando de projeto apresentado por parlamentar da oposição. Ademais, a Constituição Federal em seu artigo 15, S 1, alínea “b”, fulmina a iniciativa desse parlamentar por ser matéria de competência do

Sr. Presidente da República. Como tal, jamais deveria ocupar a tribuna desta Casa para apresentar proposições dessa natureza, que nenhum proveito trará ao povo de Caxias, que está saturado de promessas mirabolantes, e muito menos o seu autor (*O MUNICIPAL*, 03/11/1972, p. 3. grifo nosso).

Mesmo sem o indicativo do nome ou do partido do opositor, as divergências indicam movimentos internos de apropriação da possibilidade de revogação do ato como mérito pessoal para a promoção nas eleições locais. No entanto, as lideranças no poder, representadas, ainda, na administração do prefeito interino, pareciam direcionar ações de diálogos. Assim, acreditamos que, diante do novo cenário político e da situação de controle direto do município, os membros do legislativo assumiram o papel de construção

de memórias sobre o território e de apagamento das imagens de um passado da cidade.

Durante o enquadramento da cidade como Área de Segurança Nacional e da chegada de um prefeito interventor, as declarações das lideranças políticas reforçam o desejo de uma imagem pacífica do município. Foi durante o período de governo de Francisco Estácio que o instituto recebeu a autorização de criação e a inauguração ocorreu em 1973, durante a gestão do General Marciano de Medeiros. A instituição ocupou um espaço no interior da Câmara Municipal e a inauguração foi manchete nos jornais locais, que destacaram a ação do legislativo para o apoio à cultura em Duque de Caxias.

O jornal *Luta Democrática* realizou alguns registros do evento, afirmou que o espaço homenageava e valorizava a cultura na cidade e foi destaque a matéria com a seguinte manchete: “Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Caxias”. O texto relatava a presença de civis e de militares no evento, que inauguraram o Instituto Histórico, bem como a Biblioteca Pública José do Patrocínio, em 1970, como parte do apoio da Câmara à cultura.

Assim, para eles, a

obra resultante do trabalho intensivo do grupo de funcionários do Legislativo duque-caxiense, o Instituto Histórico, que teve o mais *acendrado apoio do Vereador Francisco Estácio da Silva*, Presidente da Câmara Municipal até o dia 31 de janeiro próximo passado, logrou através de diuturnas pesquisas reconstituir com fotos e documentos valiosos, até a presente data [...] (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 01/02/1973, p. 6, grifo nosso).

Além de reconhecer a participação de Francisco Estácio da Silva, o texto valorizava a continuidade e o interesse do legislativo em apoiar essas ações na cidade. O sucessor na presidência da Câmara, o vereador Laury Villar, indicou que “a Câmara prosseguirá no seu esforço de colocar o Município, do ponto de vista cultural, à altura do que já conquistou em progresso e desenvolvimento no concerto dos demais municípios fluminenses” (*LUTA*

DEMOCRÁTICA, 01/02/1973, p. 6), e o texto fechou com a seção “Elogios”, no qual registrou que:

após a inauguração do Instituto Histórico, as autoridades e demais pessoas que o percorreram foram unânimes em exaltar a obra, que constitui, inegavelmente, *um desmentido aos que asseveram continuar Caxias fazendo juízo à imagem deformada com que ainda o apresentam* (LUTA DEMOCRÁTICA, 01/02/1973, p. 6, grifo nosso).

A inauguração foi seguidamente noticiada pelo jornal *Luta Democrática*, o que reforça a importância do espaço para os interesses políticos. Sob o título de “Inaugurado em Caxias o Instituto Histórico”, a matéria informava que:

em solenidade realizada na sede da Câmara Municipal de Duque de Caxias com a presença do governador Raimundo Padilha, o capitão da PM José Guilherme Springer, do prefeito do Município, general Marciano Medeiros e outras autoridades, foi inaugurado o Instituto Histórico “Duque de Caxias”, *uma iniciativa da Câmara local, como homenagem ao Patrono do Exército* (LUTA DEMOCRÁTICA, 02/02/1973, p. 3, grifo nosso).

Essa e outras notícias nos jornais locais sobre a inauguração do instituto reforçam o movimento político do legislativo para a construção de uma determinada memória para a cidade, tanto que o destaque da própria matéria é o vínculo do instituto com o nome do Duque de Caxias e a homenagem ao “Patrono do Exército”. Essa construção foi parte do movimento contínuo de diferentes intelectuais que gravitaram no espaço e que, ao longo do tempo, foram fortalecendo ou desconstruindo algumas imagens e memórias para a cidade e para a própria Câmara de Vereadores.

Durante muito tempo, os quadros efetivos do instituto foram ocupados por funcionários ligados diretamente aos cargos políticos. A primeira diretora foi Elaine Estácio da Silva, irmã do ex-prefeito da cidade, Francisco Estácio da Silva. Sua sucessora foi Dalva Lazaroni, irmã de Elias Lazaroni, chefe de gabinete no governo de Moacyr do Carmo, em 1966, e que ficou no cargo até 1986. Até o final da década de 1980, os agentes parecem querer

destacar a função de arquivo do instituto, e a matéria de inauguração salienta:

o Instituto Histórico ocupa cinco salas do Legislativo e *reúne milhares de documentos e dezenas de quadros, gravuras, recortes de jornais, revistas*, sobre a história daquele município fluminense. Entre os trabalhos ali expostos destacam-se um *retrato a óleo do Patrono do Exército* e uma galeria fotográfica de toda a família de Luiz Alves de Lima e Silva (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 02/02/1973, p. 3, grifo nosso).

Esses registros do passado da cidade destacam a figura do Duque de Caxias e seu vínculo com o território. Além do retrato do patrono, também constaria no acervo uma “paisagem da antiga vivenda de Estrela, hoje Imbariê, que foi residência de Duque de Caxias” (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 02/02/1973, p. 3), bem como uma coleção de fotografias de visitas de ex-presidentes ao município, como: Getúlio Vargas, Castelo Branco e Costa e Silva. Como forma de validar essas ações, o texto sobre a inauguração ainda complementou que:

o ato inaugural do Instituto Histórico foi presidido pelo prefeito de Duque de Caxias, que cortou a fita simbólica, seguida de uma visita às dependências do órgão. Acompanhando o prefeito, o sr. Elias Lazaroni, diretor da Secretaria de Cultura, deu explicações de tudo que ali está exposto.

Participaram da cerimônia, além dos secretários da Prefeitura, membros do Poder Judiciário, historiadores, parlamentares e figuras ligadas aos meios culturais do Estado do Rio de Janeiro [...] (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 02/02/1973, p. 3).

Como nos lembra Pierre Nora (1985), esses lugares são criados no entendimento de que a memória não se constrói livremente, mas é alimentada por arquivos, aniversários e celebrações. Isso foi frequente na cidade entre os anos de 1973 e o final da década de 1980, com premiações realizadas na Câmara Municipal de Duque de Caxias (CMDU) e em eventos constantes, seja no Instituto Histórico – com sede na própria Câmara Municipal – ou mesmo no Museu da Taquara, espaço localizado no terceiro distrito de

Duque de Caxias, referência ao patrono da cidade, o Duque de Caxias.

O uso desse passado e a figura do patrono, no contexto político do período, foram convenientes, considerando o significado do Duque de Caxias para o Exército brasileiro. Assim, o reconhecimento e a valorização do vínculo desse personagem com a cidade foram constantes e ocuparam muitas páginas dos jornais locais, como indicam as comemorações e homenagens. O movimento de construção dessa memória era consolidado com medalhas, com acervo e em diálogo com os festejos realizados em âmbito nacional, como o Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil: a relação entre o nome Instituto Histórico e o legislativo de Duque de Caxias

A Câmara Municipal de Duque de Caxias, ao longo dos anos 1970 e 1980, alinhada com os interesses ideológicos do novo regime, criou espaços com foco cultural. Chama atenção o “conglomerado educacional” composto pela Biblioteca Pública José do Patrocínio, criada em 1970, o Instituto Histórico, criado em 1971 e inaugurado em 1973, e o Teatro Procópio Ferreira, em 1975, todos dentro da Câmara Municipal. Sobre a inauguração do teatro, o vereador e presidente da casa, em 1975, Laury Villar, afirmou que:

a ideia de ampliar a sede do Legislativo deveu-se a *grande aceitação que teve a instalação há cerca de 3 anos da Biblioteca e do Instituto Histórico*, visitados por milhares de pessoas, especialmente jovens (LUTA DEMOCRÁTICA, 28/02/1975, p. 7, grifo nosso).

O chamado “conglomerado educacional” era uma obra do legislativo dentro do prédio da Câmara, mas que parecia responder aos interesses do executivo. Tanto que Laury Villar destacou, na matéria de inauguração do Teatro Procópio Ferreira, o apoio do General Carlos Marciano de Medeiros, que liberou “prontamente as verbas destinadas, seja doando as palestras para o Teatro a fim

de que a inauguração se desse na gestão Executiva da Câmara que teve tão feliz ideia” (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 28/02/1975, p. 7). A existência do instituto dentro da CMDC e sua referência como parte do legislativo remetem aos pertencimentos e às identidades que a instituição estabeleceu ao longo dos anos.

As referências de nomenclatura do espaço nos periódicos e nos documentos da instituição são diferentes. Criado em 1971, seu documento de autorização se referia a um “Museu Histórico Municipal”,¹⁸ e, em 1973, durante a inauguração do espaço, as manchetes de jornais indicavam o nome de “Instituto Histórico”, conforme nota do jornal *Luta Democrática*: “em solenidade a que compareceram altas autoridades civis e militares e grande número de pessoas de todas as classes, a Câmara Municipal deu posse a Mesa Executiva e inaugurou o seu *Instituto Histórico*” (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 01/02/1973, p. 6, grifo nosso). Esse destaque de pertencimento da instituição ao legislativo foi apresentado nos demais noticiários locais ao longo dos anos 1970 e 1980.

Na década de 1980, a instituição recebeu a nomenclatura de Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, em homenagem ao vereador, falecido. Atualmente, nos documentos e nas referências ao espaço, consta a nomenclatura: Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, ou somente Instituto Histórico, como aparece na revista da instituição e nos textos produzidos para a CMDC. Mesmo com essas alterações, desde a inauguração, o espaço se reconhece como Instituto Histórico e é congêneres ao IHGB.

Contudo, a organização do espaço difere dos moldes administrativos, comuns aos demais institutos, que, a exemplo do IHGB, possuem eleições de seus membros e se organizam considerando que “os sócios são eleitos por Assembleia Geral, nas seguintes categorias: Eméritos, Titulares, Honorários e Correspondentes, brasileiros e estrangeiros. Os Sócios Institucionais completam

18 Autorização de 13 de abril de 1971 para a abertura do IH. Acervo Instituto Histórico Thomé Siqueira Barreto.

o Quadro Social”.¹⁹ No Instituto Histórico não constam membros fixos ou transitórios e, desde sua inauguração, o espaço possui uma direção e funcionários técnicos, contratados pela própria Câmara, vinculados às atividades de preservação e de organização documental. Nesse sentido, a nomenclatura do espaço indica relação com o contexto de sua criação e inauguração, como foi noticiado nos jornais *Luta Democrática* e *O Municipal*. A escolha do nome e sua permanência são indicativos da valorização desse tipo de instituição para a década de 1970.

O governo federal realizou grandes comemorações em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972. Acreditamos que a escolha do nome para a inauguração do instituto, no início do ano de 1973, estivesse muito mais vinculada à influência do evento, já que os jornais locais registraram os festejos de comemoração que tiveram participação ativa do IHGB e de seu presidente, Pedro Calmon, como consta no registro de novembro de 1972, no jornal *Luta Democrática*, que anunciava, sob o título “Festejos do Rio”, que, “no Rio de Janeiro, no dia 5, haverá duas inaugurações; obras da Cidade Universitária da UFRJ, na Ilha do Fundão, e a nova sede do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, ocasião em que haverá no local uma sessão solene” (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 02/09/1972, p. 8).

De acordo com Janaina Martins Cordeiro (2012), o ano de 1972 seria saudado pelo governo do General Emílio Garrastazu Médici com grandes comemorações: os festejos dos 150 anos da Nação e o ano do Sesquicentenário da Independência. Para a autora, o estudo dessas comemorações seria uma forma de observar os mecanismos de formação de um consenso na sociedade para a sustentação da ditadura naquele período. “As festas deveriam ser grandiosas, fazendo jus ao quadro palpitante das realizações brasileiras. [...] Ao mesmo tempo, a festa deveria ser uma imponente evocação patriótica” (CORDEIRO, 2012, p. 17).

19 Quadro social do IHGB. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/quadro.html>>. (Acesso em: 26 dez. 2018.)

Para esse grande evento cívico-patriótico, as primeiras medidas adotadas pelo governo foram realizadas ainda no ano de 1971, com a criação de uma Comissão Nacional para programá-lo, e, em janeiro de 1972, foi criada a Comissão Executiva Central (CEC) para coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil (CORDEIRO, 2012).

Coube ao CEC organizar o evento com uma abrangência nacional, e foram criadas Comissões Executivas Estaduais (CEEs) responsáveis pela integração dos Estados, com respeito às especificidades locais e regionais. Antes da CEC, foi constituída, em outubro de 1971, uma Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações. Essa comissão era formada pelos Ministros da Justiça, da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, das Relações Exteriores, da Educação e Cultura, pelos Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, bem como pelos presidentes do IHGB, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT) e da Associação Brasileira de Rádio e TV. Dentre as funções dessa comissão, estava designar uma Comissão Executiva Central e suas subcomissões (CORDEIRO, 2012).

Nesse sentido, as subcomissões da CEC passaram a possuir naturezas diferentes, ao administrarem os campos cultural, histórico, diplomático, cívico, artístico, entre outros. Dessa forma, variadas subcomissões tentavam abranger as demandas de “Assuntos Culturais, de Assuntos Diplomáticos, de Assuntos Desenvolvimento, de Assuntos Desportivos, de Assuntos Cívicos e de Festejos Populares” (CORDEIRO, 2012, p. 199). Dentre essas subcomissões, algumas ganharam maior visibilidade, como a Subcomissão de Assuntos Culturais, por meio do presidente do IHGB, Pedro Calmon, e do presidente do Conselho Federal de Cultura, Artur César Ferreira dos Reis.

O IHGB, criado em 1838, sob o patrocínio do Imperador D. Pedro II, viveu um certo afastamento em relação ao Estado nos primeiros anos da República, mas reafirmou sua presença nos anos seguintes, mesmo sem tanta visibilidade como nos tempos do

Império. A instituição amplamente identificada com os processos de construção da nacionalidade não ficaria afastada das comemorações do Sesquicentenário. Desde 1964, a instituição realizou uma aproximação com o regime, ao receber seus representantes e fazer deles Presidentes de Honra (CORDEIRO, 2012).

Esse alinhamento de interesses foi expresso por Médici, em 1970, quando recebeu a posse de Presidente de Honra do IHGB, ao afirmar que: “meu Governo conta com as instituições docentes e culturais, ligadas à História, e especialmente com este Instituto, para o relevo maior da comemoração do sesquicentenário de nossa independência” (Discurso de posse *apud* CORDEIRO, 2012, p. 203). Esse pronunciamento estava vinculado à construção de um novo campus para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a possibilidade de construção da sede do IHGB. Dessa forma, em 1971, as obras foram retomadas e a nova sede do IHGB foi inaugurada no dia 5 de setembro de 1972, em conjunto com algumas instalações da Cidade Universitária, durante a semana do Sesquicentenário, e contou com a presença do presidente da República. Esse seria um momento privilegiado para contemplação da sede, visto que o evento se preocupava em narrar a história da nação (CORDEIRO, 2012).

Em Duque de Caxias, foram destaque o Sesquicentenário da Independência (1972), o Sesquicentenário da Assembleia Nacional (1973) e o Sesquicentenário do Nascimento de D. Pedro II (1975). Laís Costa Velho,²⁰ que ocupava a coluna “Espaço Livre” do jornal *Luta Democrática*, registrava anúncios e opinião, e, de forma recorrente, passou a noticiar os eventos que ocorreram na nova sede do IHGB,²¹ o que valorizava as ações da instituição e as propostas do próprio regime político.

Além do fortalecimento da imagem do Instituto Histórico

20 Laís Costa Velho era jornalista e escritor na cidade, seu livro *Caxias, ponto a ponto (1953 a 1957)*, publicado em 1965, apresentava um levantamento de dados sobre a história da região. Ele foi um membro fundador do Instituto Histórico e membro da Academia Duque-caxiense de Letras e Artes.

21 *Luta Democrática*, edições 23/07/1975, p. 7; 24/07/1975, p. 9; 11/09/1975, p. 7; 21/11/1975, p. 2; 23 a 24/11/1975, p. 2; 03/12/1975, p. 3.

nos registros locais, também foi pauta, nas notícias, o papel do legislativo para a história da nação e seu vínculo com o povo, com destaque para o “Sesquicentenário da Assembleia Nacional”, em 1973. Sob o título de “Arca de Noé”, o texto de José Inácio relata que não é para “perder as esperanças”, e deixou a entender que esse evento seria mais importante que a própria Independência, quando afirma: “o Legislativo Brasileiro está completando 150 anos. Embora instalada a 3 de maio de 1823, a primeira Assembleia Constituinte tinha sido convocada antes de 7 de setembro de 1822. Era uma aspiração patriótica manifestada antes da Independência” (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 04/05/1973, p. 3). O autor do texto acrescenta, ainda, com uma indagação: “como tem sido atendido o velho anseio?”. E continua respondendo o discurso:

o ex-presidente do Senado, Sr. Petrônio Portela discursou em Brasília sobre o sesquicentenário. Aludiu à preocupação hoje existente no Congresso, quanto à recuperação *do seu prestígio* (do Congresso) e à afirmação de novas prerrogativas compensatórias das que foram perdidas. Um século e meio de atividade parlamentar, por vezes interrompido a sucessão de perdas e ganhos. Tudo como resultado de uma situação histórica. Tudo porque simplesmente no Brasil nunca tivemos verdadeira democracia. Devemos perder a esperança. Claro que não (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 04/05/1973, p. 3, destaque do autor).

Reforçando o papel dessa esfera de poder – o legislativo – o autor indica que “não devemos perder a esperança”. O texto faz críticas ao evento, que ignorou a “existência dos milhões de eleitores”, pois as solenidades teriam sido realizadas em locais fechados e “à margem do homem da rua”. De acordo com suas palavras, eis uma pequena amostra: sessão solene no Congresso; distribuição de medalhas a figurões; sessão solene no Supremo; sessão solene no Instituto Histórico; Comemorações na Academia de Letras; Conferência no auditório Nereu Ramos e finalmente o lançamento de uma publicação da elite a revista Estudos Legislativos. *Coisa alguma que tinha marca de presença popular*. Entretanto, nossa primeira Assembleia Legislativa, antes da Independência, já representava a aspiração nacional da maioria pensante. Mas, a instituição de

um século e meio sempre revelou falta de vigor e de constância, devido à insuficiência de sua vinculação com o brasileiro que vai à cabina eleitoral para votar (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 04/05/1973, p. 3, grifo nosso).

Nos anos seguintes, os festejos em Duque de Caxias seguiram a linha de ocupar atividades solenes, com a presença de ilustres civis e militares e em espaços fechados, mas também se preocuparam em valorizar as apresentações em espaços públicos, com os desfiles estudantis realizados nos festejos de comemoração do 25 de agosto, data de comemoração do patrono da cidade. Assim, como Duque de Caxias era uma Área de Segurança Nacional, o legislativo foi o que mais instrumentalizou determinados espaços para fortalecer o papel desse poder com a sociedade e, ao mesmo tempo, construir uma memória de povo pacífico, como o próprio patrono, e favorecer o diálogo com os interventores na região. Como se observa na matéria a seguir:

a “Semana de Duque de Caxias” terá início hoje às 10 horas com a solenidade que o 1º Exército e a Prefeitura promoverá no Museu Histórico localizado na antiga Fazenda Taquara, em Imbariê, onde nasceu Luís Alves de Lima e Silva. Domingo o prefeito Américo Barros inaugura a estrada DC45 (*O MUNICIPAL*, 22/08/1980, p. 1).

Desse modo, verifica-se que os festejos eram associados às inaugurações, o que reforça uma imagem desejada de ordem e progresso, com festejos extensos, tanto que a programação ocupou uma página inteira do jornal *O Municipal*, de 22 e 28 de agosto de 1980. A solenidade de abertura no Museu de Imbariê era considerada a “cerimônia de maior destaque dentro da solenidade civil-militar” (*O MUNICIPAL*, 1980, p. 4), pois incluía a entrega da Medalha do Mérito de Duque de Caxias à diferentes personalidades, entre civis e militares, e homenagens, como “ao governador Roberto Silveira (*post mortem*)” (*O MUNICIPAL*, 22/08/1980, p. 4).

Além das homenagens, outros símbolos foram destaques no evento. Antes da entrega das medalhas, “o comandante do 1º Exército, General Gentil Marcondes Filho fez entrega do *espadim*

de Caxias ao prefeito Américo Gomes de Barros Filho *para acervo do museu [...]*” (*O MUNICIPAL*, 22/08/1980, p. 4, grifo nosso). Os símbolos foram evocados como um reforço dessa imagem de ordem na cidade e são materializados com a entrega, ao museu para compor o acervo, do espadim do Duque de Caxias.

Na ocasião, o general Marcondes Filho fez a entrega do “espadim” do Duque de Caxias ao Prefeito Américo Barros para o acervo do Museu. Antes da execução do Hino e do hasteamento da Bandeira Nacional, foi feita uma alocação sobre o significado do espadim de Caxias. A seguir, o 1º Exército entregou medalhas às personalidades que se destacaram nas homenagens ao Centenário da morte de Duque de Caxias (*O MUNICIPAL*, 22/08/1980, p. 2).

Os símbolos são parte da invenção de uma tradição para a cidade, na qual a entrega de medalhas parecia uma situação adequada para registrar os reconhecimentos de civis e militares e, desse modo, reforçar os vínculos. A mesma matéria informa “que inúmeras figuras da sociedade civil e militar já foram condecoradas”, ou seja, a “homenagem” também faz parte desse processo de construção de uma imagem da cidade, que foi se configurando nos inícios dos anos 1970, logo após o enquadramento político do município. O próprio texto registra o momento de criação da medalha e quem deveria receber:

a Medalha do Mérito de Duque de Caxias, criada pela deliberação no 1818 de 31 de junho de 1973, e, em seguida, alterada pela Lei nº. 101 de 19 de outubro de 1976, tem a finalidade de agradecer personalidades e entidades que se destacaram em serviços sociais voluntários prestados ao Município de Duque de Caxias e ao país (*O MUNICIPAL*, 22/08/1980, p. 2).

Esses símbolos são parte dos registros históricos sobre o tema. O pesquisador e escritor sobre a cidade de Duque de Caxias, Laís Costa Velho, que produzia alguns artigos no jornal *O Municipal*, nesta edição do jornal, com muitos registros sobre o evento de comemoração do centenário do patrono, escreveu um texto sobre a história de Duque de Caxias, sob o título “O herói da fazenda de

Taraquaçú”. Ele fez referência à sua trajetória militar, de forma valorativa, e enfatizou que “Luís, futuro Duque de Caxias, nascera na fazenda Taraquaçú (hoje município de Duque de Caxias), Província do Rio de Janeiro, no dia 25 de agosto de 1803” (*O MUNICIPAL*, 22/08/1980, p. 9). O autor não apenas fez referência ao local de nascimento do patrono do Exército brasileiro, como também ao papel desse personagem para o país.

Olhos arregalados, coração batendo, o menino de cinco anos entrou no quartel pelas mãos do avô, um velho coronel chamado Joaquim Lima e Silva, que recebera do próprio Ministro da Guerra a concessão especial de transformar o neto em praça militar. O garoto – Luís Alves de Lima e Silva – desde então jamais pode se ver afastado da vida austera da caserna [...] (*O MUNICIPAL*, 22/08/1980, p. 9).

Desse modo, o nome de Instituto Histórico dentro da CMDC tem relação com as comemorações do período e com os interesses do legislativo em estabelecer diálogos com os interventores. No bojo das comemorações do Sesquicentenário, o instituto, na sua primeira década de existência, esteve focado na construção e na divulgação de um espaço como “lugar de memória”. A instituição visava estar alinhada às políticas culturais do período e, por meio de eventos, festejos, comemorações e entrega de medalhas, promovia um apagamento de um município vinculado às imagens do saque de 1962, no contexto de insatisfação pré-ditadura militar, ou aos movimentos sindicais nas fábricas ou na REDUC. A cidade seria associada à figura do patrono da cidade, na lógica de ordem e progresso.

Cultura histórica em Duque de Caxias

A valorização cultural e o avivamento do IHGB durante a ditadura militar receberam boa acolhida pelos agentes da região, herdeiros de uma cultura histórica na Baixada Fluminense. Para Jörn Rüsen (2010, p. 110), a cultura histórica seria a parte operante da consciência histórica. Nesse sentido, as diferentes práticas e usos do passado são fundamentais para a compreensão da histo-

riografia sobre o local e os incentivos às novas pesquisas.

Os agentes locais faziam um recorrente uso do passado, ao estabelecerem relações entre os projetos historiográficos e os vínculos e interesses políticos, desde a fundação da Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL), na década de 1950, na qual os intelectuais se organizaram diante de um projeto histórico para superar as crises das transformações socioeconômicas do período, até a criação dos institutos e espaços museais.

A AIL foi fundada no município de Nova Iguaçu durante a década de 1950 e estava inserida nas disputas locais. Alexandre (2015) apresenta as transformações socioeconômicas e políticas no distrito sede da cidade de Nova Iguaçu e afirma que, com o declínio da citricultura, diante das alterações de interesses econômicos nacionais, era possível perceber que os intelectuais se reuniram em torno de um projeto histórico, que enfatizava os benefícios da laranja (ALEXANDRE, 2015). Eles reconheceram as transformações econômicas da região, mas, ao mesmo tempo, se colocaram como interlocutores nesse processo. Os agentes envolvidos nesse movimento literário também participaram da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), com a contribuição de Ney Alberto Gonçalves de Barros, de Ruy Afrânio Peixoto, de Zanon Paulo de Barros e de Waldick Pereira.

Uma das características dos primeiros institutos da Baixada Fluminense foi a itinerância e a atenção ao acervo. O Instituto de Nova Iguaçu, fundado no início da década de 1960, ficou com a documentação alocada, entre 1962 e 1975, no Colégio Leopoldo, que pertencia à família de Ruy Afrânio e de Ney Alberto. Em 1975, o acervo foi para um anexo da Secretaria Municipal de Cultura e, em 1979, retornou para o Colégio Leopoldo. De acordo com Enne (2002), por problemas de espaço, na década de 1980, parte do acervo foi transferido para a casa de Ney Alberto, cujo desejo era organizar esse material, que estaria disperso por outros espaços. A organização do acervo também era o desejo de outros agentes da região, “como Antônio Lacerda, Nielson Rosa e Jeane

Oliveira [...], que pretendiam retomar o projeto do Instituto Histórico, com outra roupagem” (ENNE, 2002, p. 164).

Outras experiências de institutos, com consideráveis acervos, foram realizadas na Baixada Fluminense, entre elas, o Instituto Histórico de São João de Meriti, criado no início da década de 1990. O espaço foi fundado por Charbel Chedier, com o apoio de Gênesis Torres, de Guilherme Peres e de Armando Valente, e era composto por um acervo considerável, que incluía:

cerca de 9.000 fotografias (sendo 4.000 originais, em preto e branco, e as demais cópias extraídas de jornais, revistas etc.) e uma biblioteca com 900 títulos, a maior parte com referências sobre a “Baixada Fluminense”. Compõem o acervo ainda pinturas, cerâmicas, peças de mobiliário e documentos diversos (ENNE, 2002, p. 160).

O Instituto de São João de Meriti realizou eventos, palestras e lançou obras dentro de uma Série Visual sob o título *Memória Histórica de São João de Meriti – fotografias e memória histórica da Baixada Fluminense*, com fotografias realizadas pelos fundadores Guilherme Peres e Armando Valente. Em meados dos anos 2000, o instituto sofreu um declínio de suas atividades e da utilização do espaço, ao passo que o IPABH, criado em 1999, foi ganhando reconhecimento como uma das principais referências sobre a Baixada Fluminense.

Ainda de acordo com Enne (2002), o IPABH foi fundado, oficialmente, por dissidentes do Instituto Histórico de São João de Meriti, Guilherme Peres e Gênesis Torres, em 1999, devido a incompatibilidades do grupo com os demais membros. No entanto, o registro das atividades do IPABH data de 1997, a partir de atividades desenvolvidas quando Gênesis Torres era secretário de Cultura de São João de Meriti e recebeu autorização da prefeitura para criar uma Comissão de Resgate da História. A comissão foi formada por Gênesis, Guilherme Peres e Ney Alberto e o grupo passou a se reunir no Centro Cultural em São João de Meriti (ENNE, 2002).

Uma das primeiras atividades desenvolvidas pela comissão foi o “Curso de História Geral da Baixada”. Sua proposta, de acordo com Gênesis, seria desenvolver uma consciência histórica e promover a preservação do patrimônio. Para Gênesis, o curso receberia legitimidade se fosse ancorado a uma instituição universitária e, desse modo, foi oferecido em parceria com a Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), localizada em Duque de Caxias, que, além de ceder o espaço, emitiu os certificados (ENNE, 2002).

A comissão desdobrou suas atividades em 1999, quando encaminharam a proposta de um curso de “Guia Histórico Ambiental da Baixada” ao projeto Comunidade Solidária do Governo Federal. O curso contemplou 40 alunos, com aulas expositivas e passeios históricos, durante um período de seis meses. Os alunos receberam bolsas de estudo, alimentação e material didático (ENNE, 2002).

Já em 2000, a comissão planejou outro curso sobre a Baixada Fluminense, no formato de módulos como: “As vilas e freguesias da Baixada”, “A economia da Colônia ao Império”, “As igrejas no processo de ocupação”, “O processo político e administrativo de São João de Meriti – da emancipação aos dias atuais”, entre outros (ENNE, 2002). Essas ações da comissão se desdobraram na criação de um instituto de pesquisa, que tinha uma proposta de ser diferente dos moldes dos anteriores, conforme as palavras de Gênesis Torres, entrevistado por Enne (2002, p. 147):

a gente quer um instituto onde aqui se respire 24 horas lendo e elaborando uma crítica e fazendo material, fazendo apostilinha, e divulgando isso, né? Porque a vontade nossa é de que as pessoas venham aqui e possam pesquisar para elaborar o seu livro, né? E publicar lá e tal, quer dizer, e vai circulando, então a gente quer prestar um serviço aos pesquisadores.

Assim, o IPABH parece ter sido criado com novas perspectivas de registro do passado se comparado ao Instituto de São João de Meriti. O IPABH se preocupou em realizar uma guarda do acervo, mas o foco parecia ser muito mais no uso do material e nas produções de pesquisas. No *folder*, a instituição destaca “as grandes mudanças”, que, de acordo com dados a seguir, seriam:

o Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB) é uma entidade civil sem fins lucrativos. Foi criado em 1997 por um grupo de pesquisadores da História e das Ciências Sociais, comprometidos com as grandes mudanças que requer esta microrregião. Democratizar os conteúdos sobre a História Regional é um dos objetivos do IPAHB e neste sentido entendemos que a Baixada Fluminense carece de informações e dados que façam avançar a consciência crítica do cidadão quanto à sua diversidade etnológica, histórica, geográfica, sociológica e ecológica. Assim, acreditamos que estamos dando passos de cunho social e educativo na compreensão do passado [...] (Folder do IPABH, 2002 *apud* ENNE, 2002, p. 145, grifos como no original).

A preocupação repousava sobre a guarda do acervo, apesar de indicar um certo horizonte de democratização de acesso ao material, algo tão mencionado entre os pesquisadores atuais sobre a História Regional em Duque de Caxias. No entanto, mesmo que os responsáveis desejassem desenvolver as pesquisas e promover mais acessos ao material, garantir a existência do espaço ainda era uma prioridade, tanto que, em 2001, o IPABH se converteu em uma Organização Não Governamental, com o objetivo da proposta não se perder com as mudanças de governo. A instituição reuniu um acervo com “material particular cedido pelos pesquisadores, como livros, fotos e documentos” e foi adquirindo mais materiais com o apoio municipal. Com “cerca de 500 volumes de obras específicas sobre a Baixada, além de um acervo fotográfico sobre personalidades, localidades, igrejas, obras de arte, prédios e ruínas históricas, com cerca de 3.000 imagens” (Folder IPABH, 2002 *apud* ENNE, 2002, p. 149).

Segundo Silva (2012), o IPAHB foi criado com a finalidade de reunir os historiadores da região, o que incluiu os seguintes nomes: Gênesis Torres, Guilherme Peres, Ney Alberto, Rogério Torres e Marcus Monteiro. Por um período de 10 anos teria contado com o apoio da prefeitura e, a esse respeito, Silva (2002, p. 65) afirmou que:

nesse período [o IPAHB] acumulou um acervo documental e iconográfico considerado *tornando-se referência para estudantes e*

pesquisadores, mas por fim nada disso impediu que por conta das querelas políticas e da falta de consciência da classe política de São João de Meriti o apoio dado ao IPAHB fosse retirado (grifo nosso).

Quando o IPAHB saiu do prédio alugado pela prefeitura em São João de Meriti, o novo endereço foi em Nilópolis, mas isso também não se sustentou. Atualmente, o acervo está no Instituto de Arqueologia Brasileiro (IAB),²² mas alguns de seus agentes continuam atuando na região, e muitos estiveram ligados à criação do Instituto Histórico em Duque de Caxias e permanecem, direta ou indiretamente, vinculados às suas ações.

A participação ativa de alguns desses membros no Instituto Histórico parece ter sido ensaiada com a organização de uma agremiação na década de 1990, com os nomes como Barboza Leite e de Stélio Lacerda. Contudo, essa primeira agremiação não se manteve ou mesmo se consolidou, apesar dos eventos realizados ao longo dos anos 1990, conforme registros da diretora Gladis Braga.

Entre projeto político e historiográfico no município de Duque de Caxias

O Instituto Histórico de Duque de Caxias esteve, desde a sua fundação, envolvido com os usos do passado e a aplicabilidade de políticas de memória, que parecem ter ocorrido de forma mais efetiva durante a gestão dos historiadores. O período em que o cargo não foi ocupado por historiadores gerou uma memória de que os demais diretores estavam em funções burocráticas por interesses partidários e que permaneceram nelas por um momento passageiro. Dessa forma, apesar de não obter o registro oficial e preciso dos nomes de diretores que estiveram à frente da direção da instituição, a tabela a seguir é um esforço de mapear esses agentes e pontuar como os historiadores desempenharam ações diretas com o uso do passado.

²² O espaço está localizado na Estrada do Sarapuí, no. 3.199, Santa Teresa, Belford Roxo-RJ, CEP 26.193-575.

Quadro 2: Diretores do Instituto Histórico

Diretores	Período
Elaine Estácio da Silva	1973- 1973
Dalva Lazaroni	1973-1986
Nélio Menezes	1985- N/I
Gladys Braga	1991-1996
Maria de Jesus	2001-2002
Tania Amaro de Almeida	2001-atual

Fonte: A autora (2021) a partir das entrevistas.

A primeira diretora foi Elaine Estácio, irmã de Francisco Estácio, que era o presidente da Câmara e prefeito interino do período. A ausência de registros sobre a atuação de Eliane deixou como referência que a administração foi realizada por Dalva Lazaroni Moraes, que já era funcionária na Biblioteca José do Patrocínio. Assim, Moraes foi associada à direção do espaço até sua aposentadoria, em 1986, com um posicionamento de envolvimento para a construção da instituição. De acordo com suas palavras, em entrevista a Enne (2002, p. 182):

então o que eu fiz, junto com a direção da Câmara, nós começamos a pesquisar, colocamos um grupo para pesquisar sobre a história da cidade, no Arquivo Nacional, em outros, até em Nova Iguaçu, que na época tinha um grupo de Nova Iguaçu, São João de Meriti, pra unificar informações [...]. Começamos então a incentivar as pessoas em Caxias a trazerem documentos. Com isso o que aconteceu, fizemos o departamento e no final de um ano nós tínhamos vinte mil peças. Joãozinho da Gomeia ficou entusiasmado e entregou todos os pertences dele. As famílias, como a família Teles [...] mandaram pra nós preciosidades [...] cresceu tanto em dois anos, que deixou de ser um departamento, nós então fundamos um Instituto Histórico de Caxias, que funciona na Câmara até hoje. Ele acabou sendo desvinculado da biblioteca e passou a ser um órgão à parte. *Durante algum tempo, eu fui diretora dos dois órgãos, até que então se separou definitivamente, ganhou vida própria [...]* (grifo nosso).

A presença de Dalva Lazaroni Moraes, que era historiadora, corresponde ao período com a expressiva valorização do patrono da cidade, Duque de Caxias. Além disso, ela realizou algumas produções que serão apresentadas no segundo capítulo e que refletem melhor sobre o período. O que se percebe é que, depois de Dalva Lazaroni Moares, não se fala sobre os outros diretores, o que se atribuiu ao uso do cargo apenas para interesse burocrático.

Esse parece ter sido o caso de Nélío Menezes, que não é apontado como diretor pelos agentes atuais do instituto, nem mesmo pelos funcionários mais antigos da instituição. No entanto, em entrevista à revista *Caxias Magazine*, em 1985, que discutiu as ações sobre as demandas culturais da cidade, ele é apresentado como diretor do instituto: “Nélío Menezes, diretor do Instituto Histórico, ex-administrador, juntamente com Edélio Mendonça, do Teatro Procópio Ferreira, da Câmara Municipal, ator e diretor de teatro [...]” (*Caxias Magazine*, 08/04/1985, p. 38). Assim, a atuação desse agente parecia estar mais ligada às demandas culturais com foco no papel do teatro Procópio Ferreira.

Nélío Menezes apresentou as divergências entre alguns órgãos na cidade e os limites para a atuação dos artistas, e relatou: “nunca recebemos nenhuma subvenção do governo, a Secretaria de Educação não nos auxilia em nada, e a Secretária de Assuntos Especiais segue pelo mesmo caminho” (*Caxias Magazine*, 08/04/1985, p. 38). Seu discurso foi marcado pelas disputas locais de poder, com fortes críticas ao Partido Democrático Social (PDS), partido do prefeito anterior, Hydekel de Freitas, e uma valorização do PDT, partido do prefeito que assumiu no período, Juberlan de Oliveira. A entrevista com Nélío permite inferir que tanto os cargos, como os espaços culturais dentro da Câmara faziam parte das disputas políticas na cidade, o que confirma uma certa memória sobre os ocupantes do cargo na direção da instituição, tanto que ele denuncia:

em 1984 houve uma forte pressão na Câmara Municipal com o objetivo de fechar o teatro Procópio Ferreira. Segundo os vereadores, o poder Legislativo não podia cobrar ingressos, só que em

contrapartida eles não ofereciam nenhuma vantagem ou remuneração ao artística [...] a intenção era de que o teatro funcionasse apenas como auditório, deixando de lado sua principal função, que é de apresentar espetáculos culturais que beneficiem toda a população. Uma das pessoas que maior pressão fazia era o líder do PDS na Câmara, Luiz Braz de Luna, e o motivo dessa pressão todos sabiam: sua filha, Zilma Luna, *havia sido exonerada do cargo de diretora* do teatro (*Caxias Magazine*, 08/04/1985, p. 38, grifo nosso).

Ele ainda acrescentou que: “esperamos que o atual prefeito de Duque de Caxias simpatize com a ideia, e nos dê o apoio necessário, ao contrário do que vinha ocorrendo na antiga administração” (*Caxias Magazine*, 08/04/1985, p. 38). O esforço realizado por Nélcio Menezes para a manutenção do teatro indica que, para a sobrevivência dos demais espaços, era necessário ações com força política e mecanismos de utilização que justificassem esses usos.

Pelo registro de Nélcio Menezes, sua atuação se dava mais no âmbito do teatro, o que pode indicar que ele tenha assumido a direção do instituto durante o processo de aposentadoria de Dalva Lazaroni Moraes. Entre o período de saída de Moraes e a gestão de Gladis Braga, outros nomes podem ter assumido interinamente, mas não são referência para os membros da instituição. O que ficou na memória dos agentes atuais sobre a trajetória administrativa do espaço foi a atuação de Dalva Lazaroni Moraes seguida pela de Gladis Braga.

Atualmente, Gladis Braga é funcionária da Secretaria de Cultura, na prefeitura de Duque de Caxias. Ela não é historiadora, mas, durante sua gestão, ensaiou uma agremiação com pesquisadores da região e realizou uma coletânea com matérias de jornais sobre os eventos realizados no instituto durante sua gestão, sob o título *Ação educativa e cultural no Instituto Histórico de Duque de Caxias 1991-1996 (O Testamento da Imprensa) – Gladis Braga Figueira Diretora*.

A primeira agremiação era composta por Barboza Leite, Stélio Lacerda, Rogério Torres, Armando Valente, Guilherme

Peres, Ana Lúcia Castro e pela própria Gladis Braga. Essa “associação” foi apresentada nos jornais locais como uma “reestruturação da entidade”, que passou a substituir o Antigo Conselho do Instituto, e transformou seus integrantes “Abelard Brayner, Ademar Constant, Dalva Lazaroni Moraes, Sylvio Goulart, Laís Costa Velho, e outros”, em “beneméritos da Amlhduc”, em 1992.²³ Entretanto, essa agremiação parece não ter se consolidado, e não foram localizados registros de suas atividades.

Nesse sentido, a proposta de envolver os pesquisadores da região e nomes de referências no campo da cultura parece ter sido um ensaio para promover uma certa “dinamização” do acervo que pudesse garantir sua permanência. Gladis Braga fez um exercício de documentar as atividades realizadas no período, ao elaborar um documento com registro das ações educativas e culturais no instituto, e enfatizar que isso foi “testemunhado pela imprensa”, daí, os recortes dos jornais com os registros dos eventos.

As matérias selecionadas reforçam a permanência de exposições com a relação entre o patrono Duque de Caxias e as demandas políticas do legislativo, como foi registrado na matéria de 19/05/1991 pelo jornal *O Globo* (AGUIAR, 2003, ANEXO). O objetivo foi comemorar o fim da condição de “município de segurança nacional” e o sexto aniversário da Emenda constitucional nº. 25/1985, que restitui a autonomia política de todos os municípios.

Outro evento de valorização do patrono ocorreu no mês de agosto de 1991, com matérias que destacavam a presença de representantes políticos e administrativos em atividades e em exposições realizadas no instituto. Foi o caso da inauguração da mostra “A expressão de Caxias”, com a presença do “Dr. Hildebrando de Góes, presidente da Cedae e filho do pioneiro do saneamento da

23 Por motivo de reformas na Secretaria de Cultura, não conseguimos agendar uma entrevista com a ex diretora Gladis Braga Figueira, porém por meio do Conjunto de recortes de jornais sob o título “Ação Educativa e Cultural no Instituto Histórico de Duque de Caxias (1991-1996) – O Testemunho da Imprensa”, que foram selecionados e organizados pela diretora da instituição do período, foi possível identificar algumas atuações da gestora.

Baixada” (*O GLOBO*, 09/08/1991 *apud* AGUIAR, 2003, n.p.). A amostra “Expressão de Caxias” também foi registrada pelo jornal *A Folha da Cidade*, em agosto de 1991, em que destacou a presença do presidente da Câmara, Jorge Amorelli, e de José Carlos Lacerda, prefeito no período, durante a inauguração do evento comemorativo ao 188º aniversário de Luís Alves e Lima.

Diante de um cenário de abertura política, nos anos 1990, é provável que o registro sobre as leituras e outros usos possíveis do legislativo estivessem em pauta. O *Jornal Hoje* registrou, em 13/08/1991, que o aniversário de Lima e Silva era celebrado na cidade como a maior festa cívica, mas que, ao longo dos anos, foi “se convertendo em manifestações populares”. Outras matérias destacavam as ações do legislativo e comemorações de aniversário da cidade, com ênfase na autonomia das ações políticas. Isso ocorreu no evento de setembro de 1992, com a exposição “Venha, vote e veja’, sobre a história de 45 anos de legislatura da Câmara, desde 1947” (*TRIBUNA POPULAR*, 26/08/1992 *apud* AGUIAR, 2003, n.p.). Além disso, foram realizados projetos como o “Chá no museu”, no qual “prefeitos e vereadores gravaram entrevistas sobre problemas e soluções na cidade”, bem como atividades para festejar os 50 anos do município, que incluía a “publicação da história política, encontros de aperfeiçoamento para os professores de História e lideranças políticas” (S/R, 30/10/1992 *apud* AGUIAR, 2003, n.p.).

Desse modo, a gestão de Gladis Braga realizou um movimento de dinamizar o espaço articulado com propostas de ações educativas e culturais. Isso foi pontuado no documento elaborado por ela em que chamou a atenção para o “conjunto de intervenções multidisciplinares que propicia à escola e à comunidade melhor conhecimento, maior participação e uso mais adequado dos bens culturais, fortalecendo a identidade” (CONJUNTO DE DOCUMENTOS GLADIS BRAGA). Essa proposta de identidade parecia tentar se alinhar as seguintes orientações:

[...] quando a presidência da Câmara Municipal decidiu adotar, para a direção do instituto, recomendações da Unesco e da Le-

gislação Federal, introduziu-se a ideia de que o melhor guardião dos bens culturais é o homem a eles ligados pela história, pela tradição, pelo laço de família, e o *conceito de memória no sentido dinâmico, como elemento vivo, aberto às modificações e alterações que ocorrem ao longo do processo histórico* (CONJUNTO DE DOCUMENTOS GLADIS BRAGA, grifo nosso).

Não conseguimos identificar outros registros sobre a gestão de Gladis Braga, o que nos faz acreditar que tenha permanecido no espaço somente até 1996, quando ocorreu a mudança de presidente da Câmara, data sensível para alteração da gestão. Assim, a gestão posterior à de Gladis Braga parece não ter ocorrido de forma imediata, já que Maria de Jesus assumiu nos anos 2000, e pontuou, durante a entrevista concedida por ela, que o espaço estava sem uso e precisava ser revitalizado.

De acordo com Maria de Jesus, o convite ocorreu nos anos 2000 pelo presidente da Câmara Gilberto Silva, que já estava no meio de sua gestão (1997-2002). Maria de Jesus é jornalista e trabalhou durante longo tempo na assessoria política, inclusive na de Gilberto Silva. Ela diz que, no período, realizou uma pesquisa sobre a “recente política brasileira” para um advogado, que era procurador da Câmara, e isso promoveu exposições, rodas de conversa e filmes no Instituto Histórico. Tal pesquisa despertou o interesse de Gilberto Silva para que ela assumisse a direção, e ela contou que assumiria com a determinação de trabalhar e não apenas de receber o cargo (ENTREVISTA MARIA DE JESUS, 12/02/2020).

Jesus iniciou o que considerou um movimento de “reestruturação do Instituto Histórico”, em que deu início à sua organização física, com foco nas reformas, e logo se deparou com o limite técnico de tratamento do acervo. De acordo com ela, uma amiga indicou Tania Amaro de Almeida, devido à sua experiência de preservação de documentos adquirida no Museu Nacional de Belas Artes.

Mesmo com o reconhecimento do trabalho de Tania Amaro de Almeida e do seu papel para a reestruturação e a manutenção

do espaço, o que se observou, a partir dos relatos das pessoas envolvidas na época, é que as ações imediatas no período que assegurariam a existência do acervo seriam de caráter político. Isso foi materializado com a criação da ASAMIH.

Para Jesus, a articulação política que ela promoveu com a organização da ASAMIH, em 2001, foi um caminho para assegurar a manutenção do espaço. Ela considera que os membros “tinham divergências políticas”, mas que seu objetivo comum era “manter o Instituto, foi isso que levou o sucesso, foi que nós conseguimos convencê-los de **que eles tinham poder**, sim de através de uma associação eles passaram a ter o poder de controle daquilo, não controle absoluto” [...] (ENTREVISTA MARIA DE JESUS, 12/02/2020, grifo nosso). Isso fez com que os agentes tivessem de estabelecer diálogos para a manutenção do espaço, ao passo que disputavam suas narrativas sobre o passado e a legitimidade de quem tem autoridade para falar sobre ele.

É unânime, entre os membros da ASAMIH, que os documentos estavam sendo descartados pela Câmara. Ninguém nomeia uma direção, mas pontua, de forma institucional, que o acervo estava sob risco e que esse foi o caminho para o início de diálogos com a presidência da Câmara e para a participação na associação. Outros entrevistados comentaram sobre a situação do acervo. Antonio Augusto Braz descreve o evento da seguinte forma:

[...] a gente tinha recebido uma denúncia de que documentos históricos estão sendo jogados no lixo, eu estava no SEPE [Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação], era diretor do SEPE. E um dos diretores do SEPE, o Toninho, não é o Antônio Carlos, é outro Toninho, nos traz um monte de papéis, e um papel enrolado: “*eu achei isso aqui na lata do lixo do lado ali da Câmara Municipal*”. E ele sabia que a gente era de História, gostava muito, e ele mostrou um bocado de papel, estava eu e a Marlúcia lá, e quando ele abriu o rolo era um desenho que tá aqui em algum lugar, tá ali no arquivo, que era uma pintura do Barboza Leite do Joãozinho da Gomeia (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020, grifo nosso).

Os discursos dos demais agentes oriundos da FEUDUC corroboram essa perspectiva de motivação protetiva para uma atuação no instituto, seguida do convite da Tania Amaro de Almeida para uma associação. É possível considerar, por meio da entrevista com Rogério Torres, que a aproximação com o espaço pelos membros do IPABH estava relacionada à formação da associação, e que o reconhecimento e atuação que eles já possuíam na cidade tinha um caráter agregador à proposta da direção da instituição. Torres destaca o papel articulador do cargo ao afirmar que:

[...] Tânia, dentre as diversas qualidades que ela tem, ela tem uma que eu acho espetacular, ela tem uma visão humana das pessoas muito grande, e ela – no ótimo sentido da palavra – ela tem uma *atuação política* muito boa, ela não tem aquela posição sectária, ela não tem aquela posição de que “você é desse grupo, eu sou desse”. Ela consegue agregar e, graças a isso, desde que a Maria de Jesus saiu, a Tânia tá lá, até hoje. *Ela passou por várias presidências e continuou lá até hoje* (ENTREVISTA ROGÉRIO TORRES, 07/02/2020, grifo nosso).

Os posicionamentos dos membros comungam com o papel político do cargo de diretor (a) e com a necessidade estratégica da associação. Jesus destacou que as pessoas que tinham divergências políticas na cidade passaram a frequentar a Câmara (instituto) e isso despertou o interesse das lideranças do legislativo, que verificaram a presença de agentes no espaço por cerca de duas, três horas “discutindo política administrativa do instituto, avivamento”. Nessa fase de gestão, ocorreu o encontro entre os membros dos antigos institutos e os agentes mais ligados às orientações da universidade, especificamente da FEUDUC. Por meio de uma atuação ativa e permanente de pesquisadores dentro do instituto, com a criação da ASAMIH, o que se observou foi uma dinamização do acervo. Esse movimento fortaleceu a ideia de que a presença de um historiador na direção do espaço era fundamental para o uso dos documentos e o incentivo às novas pesquisas.

Dessa forma, Tania Amaro de Almeida, que assumiu oficialmente a direção do instituto em 2002, chamou atenção para a existência de um ato do legislativo de 2004, no qual ficou deter-

minado que “se indique sempre para o cargo de diretor do Instituto Histórico alguém técnico na área de História” (ENTREVISTA TANIA AMARO DE ALMEIDA, 06/02/2020). Ela ainda acrescenta que esse ato visa que “a pessoa tem que pesquisar e incentivar as pesquisas relacionadas às áreas de história local e regional, de Duque de Caxias e também a história do legislativo” (ENTREVISTA TANIA AMARO DE ALMEIDA, 06/02/2020). Isso poderia indicar os caminhos que levaram Tania Amaro de Almeida, formada em História pela UERJ, a realizar o mestrado e o doutorado sobre temáticas da história regional, após assumir a direção do instituto.

O cargo atual autorizado apenas aos historiadores reflete a potência de articular o papel do instituto com os avanços e os impactos da profissionalização da disciplina, bem como aos estímulos ao uso do acervo. Assim, é compreensível que os agentes, a partir dos anos 2000, percebam uma mudança de direcionamento das ações do instituto, mas sem muita crítica aos acontecimentos e às experiências de tempo. Isso é evidente quando alguns membros, mais ligados à universidade, falam sobre os pesquisadores anteriores ou mesmo sobre as gestões no instituto. Eles realizam um esforço para não os desconsiderar e, com muito respeito, mencionam suas pesquisas, até porque muitos desses agentes estão vivendo conjuntamente, no instituto, a experiência da ASAMIH.

Mesmo com o cuidado de não gerar juízo de valor sobre as gestões anteriores, muitos dos atuais membros reforçam o discurso de que antes o instituto era apenas um arquivo sem organização, um emaranhado de documentos, quase sem uso. Além disso, pontuam que não existia um controle do acervo e muito menos de empréstimo, o que pode ter gerado o desaparecimento de muito material.

Mesmo considerando o quão problemático era o entendimento sobre preservação e conservação dos documentos, o que fica mais marcante nos discursos é que os agentes parecem ignorar o papel de lugar de memória que a instituição ocupou em tempos

anteriores, bem com os usos do acervo para determinadas narrativas sobre o passado, como a de uma Duque de Caxias pacífica.

A relação entre memória e história se torna mais complexa quando se fala de um corpo social que ocupa um instituto e não um acervo documental. Desse modo, longe de estabelecer hierarquias de importância das construções de memória a partir desses espaços, estamos considerando apenas que são diferentes os usos do passado de cada um.

Tiago Braga da Silva (2019) destaca como os arquivos são importantes espaços para o campo da História e sua pesquisa objetiva, de modo geral, identificar como a aquisição de acervos e descrição dos documentos são fundamentais como mecanismos de acesso à informação e ao direito à memória. Seu trabalho reforça o papel dos acervos à mobilização de elementos da memória “seja numa perspectiva material, imaterial, moral ou simbólica” (SILVA, 2019, p. 4).

Assim, o espaço não era um arquivo municipal, não um centro documental, e sua gênese não tinha esse fim, ele foi criado para ser um Instituto Histórico. No entanto, o que se assistiu entre os anos de 1971 a 1985, entre a criação e a retomada da autonomia política da cidade, foi o uso como um lugar de memória que estivesse instrumentalizado para uma leitura pacífica do território.

A preocupação de garantir o acesso aos documentos do instituto fez com que os agentes se reunissem no espaço, pois visavam à manutenção do acervo, associada a um estímulo de produção. Os agentes estavam mobilizados a alimentar esse espaço social de produção, e suas orientações sobre um modo de fazer história se misturavam.

Essa memória de que o acervo recebia pouco tratamento, ou nenhum, e de que a utilização atendia apenas aos interesses privados de alguns gestores, fortaleceu o discurso de que era necessário um investimento dos agentes para a recuperação e a manutenção da instituição. Essa é uma fase importante, pois a criação da associação promoveu um encontro entre pesquisadores no espaço e

novos rearranjos políticos para a manutenção de escritas sobre a região.

Geração FEUDUC

A preservação e o incentivo do uso do acervo com foco em pesquisa não se aplicavam aos primeiros anos do instituto. Tania Amaro de Almeida também ajuda a historicizar essas demandas quando explica por que suas pesquisas anteriores não tinham recorte regional: “naquela época, História da Baixada nem existia, não existia no sentido de incentivo à pesquisa”, ou seja, na prática, além da profissionalização no campo, também ocorre uma maior abertura às pesquisas sobre história regional nos programas de pós-graduação.

Assim, os agentes passam a viver experiências de tempo que permitem um encontro geracional no Instituto Histórico. A ASAMIH passa a agregar tanto os membros dos antigos institutos, quanto os membros de um outro grupo, que se destacou na década de 1990. Eles realizaram esforços para o registro da história local e criaram espaços, como o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense (CEMPED-CH-BF) e a APPH-Clio. Esses agentes se consideravam influenciados pela Escola dos Annales e, nesse sentido, realizaram um movimento com um discurso mais acadêmico e pautado nos moldes políticos dos debates.

Mesmo com uma forte herança de uma cultura histórica na região, essa geração, formada por professores e alunos da FEUDUC, reforça um posicionamento universitário, o que configurou uma certa homogeneidade do grupo. Esse discurso esteve sob a atmosfera de um fortalecimento do campo acadêmico, devido ao crescimento dos cursos de pós-graduação e às exigências do Ministério da Educação (MEC) para obterem as titulações para atuação nas faculdades/universidades, o que fez com recebessem e respondessem essas demandas com muitas estratégias. Apesar das divergências de interesses, inicialmente, havia um esforço em de-

finir objetivos em comum, ao demarcar a existência de uma nova geração de pesquisadores ou mesmo a legitimação de um modo de fazer história. Isso poderia sugerir um certo apagamento dos significados das primeiras produções e das marcas que as obras e os intelectuais deixaram.

O jogo de escalas nos permite olhar os diferentes campos de batalhas que se configuraram, seja no âmbito local ou do próprio campo da escrita. Quando ampliamos a lente sobre o local, percebemos que o conceito de “campo”, de Bourdieu, permite uma compreensão das disputas de poder entre os agentes e as dinâmicas locais, bem como quando ajustamos as lentes às dinâmicas dos cursos de pós-graduação, podemos perceber que as produções intelectuais passam a ser vistas com certo *status* e com suas próprias disputas internas.

Desse modo, para a caracterização das produções, convém entender como a ideia de campo demarca as relações simbólicas de poder e incorporam as marcas das gerações sobre as leituras e os registros dos caminhos para referências patrimoniais. Por isso, cabe reforçar que a nossa abordagem do conceito de geração, definido por Angela Gomes (1996),²⁴ compreende a geração como algo que extrapola as representações externas, com demarcações temporais, pois também inclui as demandas internas, que absorvem um sentimento de pertencimento de um grupo. Assim, a geração incorpora a ideia de um tempo “exterior”, marcado pela conjuntura, e de um tempo “interior”, constituído pelas vivências do grupo que configuram um sentimento de pertencimento, que só ganham significado quando comparadas com outras gerações (GOMES, 1996).

Os agentes que fundaram a ASAMIH e estiveram ligados por uma “rede de confiabilidade” são considerados, neste estudo, como pertencentes a diferentes gerações, não no sentido etário, mas pelas

²⁴ Neste momento, considero que abordagem de Gomes (1996) para identificar os historiadores no suplemento literário “Autores e Livros” do jornal *A Manhã* e nos artigos da *Revista Cultura Política* oferece uma compreensão da relação entre os intelectuais, a geração e a sociabilidade de maneira ampla.

vivências experienciadas por eles. Apontar para as gerações seria um esforço para identificar as relações entre os intelectuais, ciente que seria falso “identificar um grupo e supor sua homogeneidade interna utilizando-se um critério cronológico, que deriva de um tempo ‘exterior’ – um tempo social datado” (GOMES, 1996, p. 39). Assim, consideramos que os agentes não eram homogêneos: nem em oposição, e nem entre eles, e que suas pesquisas faziam parte de suas leituras de mundo, e que elas também sofreram impactos não apenas a partir do lugar social de produção, mas também das pressões do tempo. Para Angela Gomes (1993), a representação dos intelectuais se transforma ao longo do tempo, porém, de modo geral, seriam considerados como os produtores de bens simbólicos, envolvidos, direta ou indiretamente, com o cenário político. Com isso, os intelectuais estariam ligados “ao patrimônio de seus antecessores, ao ‘estoque’ de trabalhos que integra o manancial simbólico que irão sustentar ou transformar com maior ou menor intensidade” (GOMES, 1993, p. 64). Isso permite considerar que a noção de tradição intelectual é fundamental e serve como base para os estímulos à mudança, e não para sua negação. Pelo contrário, quando mais ocorre a mudança, mas se fortalece a existência da tradição.

Quando Gomes (1993) opera com a lógica de redes de Sirinelli²⁵ para pensar o perfil da intelectualidade carioca, entre os anos 1920 e 1930, como meio de apresentar a singularidade das ideias modernistas no Rio de Janeiro, ela nos apresenta a importância de considerar as tradições intelectuais e como elas podem singularizar as experiências. Para a análise sobre a intelectualidade carioca do período, Gomes (1993) sugere o mapeamento dos espaços de sociabilidades dos intelectuais, considerando salões, revistas e correspondências como lugares de aprendizagem e de circulação de ideias.

Considerar a aplicabilidade dessa ideia de redes é um caminho para compreender como se constituíram as definições de

25 Sirinelli (2003, p. 254) considera a existência de redes e o efeito das gerações, ao salientar que, “no meio cultural, os processos de transmissão cultural são essenciais, um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como um filho pródigo”.

gerações entre os agentes em Duque de Caxias e como os membros reconhecem os primeiros pesquisadores, considerando que as redes são parte de dimensões simbólicas e organizacionais.

Os eventos realizados na FEUDUC, a ANPUH e os encontros acadêmicos foram espaços significativos para reconhecimentos e vínculos de trabalho, que promoveram o que Gomes (1993, p. 65) pontua como os “microclimas”, que seriam as sociabilidades afetivas marcadas pelos “vínculos de amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade, como também a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupo”. Isso foi experienciado na própria Semana de História realizada na FEUDUC, com a presença dos professores Rogério Torres e Stélio Lacerda. De acordo com Antonio Augusto Braz:

[...] eles falaram sobre a ideia de recuperar a história da cidade, do ponto de vista da memória mesmo, do saudosismo, do romantismo, de uma história soterrada pelo esquecimento que *eles herdaram sobre a ideia de uma geração anterior*, a geração do Ney Alberto, que foram aprendizes dessa geração de Nova Iguaçu e estavam ali trazendo isso, e aquilo de fato me criou um incômodo interessante (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020, grifo nosso).

O professor Antonio Augusto Braz pontuou que, diante daqueles relatos, foi motivado a refletir sobre por que uma faculdade de História não poderia falar sobre sua própria região. Ele disse que se questionava: “que profissional seremos nós se a gente não sabe a história do nosso chão?” (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020). Desse modo, reconhecia que existiam pesquisas sobre história regional, mas isso não era dentro da faculdade, não era parte do conteúdo disciplinar.

Mais do que rotular as pesquisas sobre história regional já produzidas como “memorialistas”, o que parecia que estava posto de imediato era o incômodo da ausência desse campo de estudo na instituição, tanto que ele enfatiza: “se você tem uma faculdade de História e História cuida da universalidade, fala da civilização egípcia, da Revolução Francesa, independência do Brasil e não fala

de onde nós estamos, que profissional seremos nós, se a gente não sabe a história do nosso chão [...]” (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020). Isso passou a ser visto como um compromisso, que, segundo ele, não foi de imediato, por conta de seus interesses e investimentos em estudos teóricos.

Marlucia Souza corrobora essa perspectiva, pois diz que sua trajetória de formação intelectual nos movimentos de bairros e nas diferentes experiências de militância vividas em Duque de Caxias não era parte dos conteúdos da faculdade. Ela se questionava por que os conteúdos estudados não continham “eles”, no sentido das ações realizadas por muitos agentes dos movimentos sociais como protagonistas. E complementa que sentia como “se a história estivesse longe” e que tudo o que eles viveram e lutaram não era registrado (ENTREVISTA MARLUCIA SOUZA, 23/01/2020).

Na prática, esses agentes não realizaram só mais um investimento nos estudos sobre a região, eles passaram a se estabelecer em oposição às pesquisas anteriores, com destaque ao próprio IPABH, que estava no auge na década de 1990. Assim, mesmo reconhecendo o valor dos trabalhos e dos institutos que já existiam, eles já estavam sofrendo os impactos do período que demandava produção e pesquisas a partir das universidades. Isso direcionou uma prática que exigiu um posicionamento e colocou a faculdade como o local de referência para pesquisas sobre história regional.

Assim, eles acolheram um discurso de que as produções fora do círculo acadêmico eram meramente relatos “apaixonados”, e acabavam não considerando que, entre os agentes do IPAHB, muitos eram historiadores de formação, como os professores Rogério Torres e Stélio Lacerda, que seguiram um determinado modo de escrita.

Dessa forma, em um primeiro momento, a questão principal seria “contar uma história que não foi contada” (ENTREVISTA MARLUCIA SOUZA, 23/01/2020). Esses agentes, que marcavam suas origens da militância, estavam desejosos de uma “história vista de baixo”. E, nesse percurso, foram influenciados, direta ou in-

diretamente, com as leituras sobre o lugar do local na História e sua relação com o território, como será apresentado no quarto capítulo.

Assim, ao passo que os institutos na região permaneciam em atividade, ainda na década de 1990, como o IPABH, o Instituto de São João de Meriti e o próprio Instituto Histórico em Duque de Caxias, a organização na faculdade também ocorreu. Um grupo de professores na FEUDUC se organizou para criar mecanismos de desenvolvimento de pesquisas, muito pautado na importância de estudos com perfil acadêmico. No entanto, esse grupo foi se posicionando com um discurso de estudo da história local, na perspectiva de uma “história problema”, e com um acolhimento da história regional nos cursos de pós-graduação da mesma instituição.

O professor Antonio Augusto Braz fala que seu interesse pelo tema aumentou em diálogo com outras colegas da época de graduação na FEUDUC, como Marlúcia Souza, mas também com o reconhecimento das outras instituições. Ele afirma:

[...] com a energia dela, e com diálogo com as meninas, a gente começou a *criar uma tradição de estudo*, criamos o primeiro centro de pesquisa, centro... também o nome fugiu, mas, nos textos, você vai ver isso, inclusive nos textos da ASAMIH, que é o primeiro centro de pesquisa sobre a História da Baixada Fluminense dentro da FEUDUC, talvez um dos primeiros que foram criados por aí. Gênesis e o Guilherme e o Rogério já estavam criando o INEPAC [o entrevistado, provavelmente, estava se referindo ao IPABH], e a gente criando esse centro CEMPEDUCH-BF, dentro da FEUDUC, *mas completamente distante*, a gente mal se conhecia e esse centro foi criado pela energia da Marlúcia. E aí eu consegui convencer a faculdade de contratar a Marlúcia, para cuidar do centro, *e ela foi a primeira dessa geração*, que veio somar comigo na construção de um curso de História de qualidade e compromisso com a formação de qualidade militante (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020, grifo nosso).

Para um primeiro momento, parecia importante marcar a distância entre os grupos e estabelecer um marco de gerações. O Centro de Memória foi um espaço para impulsionar as ações com foco na história da região e no discurso acadêmico. Contudo, isso

também era novo dentro da própria faculdade. De acordo com Marlucia Souza, era um “paradigma esquizofrênico”, no qual se acreditava que quem poderia pesquisar era quem estava nas universidades, com bacharelado, e que os cursos com licenciatura só poderiam ensinar. Ela destaca que “a história da História e a história do ensino da História” não faziam parte de sua grade curricular, ou seja, as atitudes desenvolvidas por eles, com foco na pesquisa, são reconhecidas por Marlucia Souza, nos dias de hoje, como uma novidade para a FEUDUC. Conforme suas palavras: “isso também era uma novidade, a gente deveria se contentar com a sala de aula, né?! Licenciatura, a gente queria ser ator, pesquisar, criar, escrever, para nos incluir [...]”. (ENTREVISTA MARLUCIA SOUZA, 23/01/2020).

Nesse sentido, por meio da fala da professora, é possível perceber que eles não tinham dimensão do quanto suas experiências eram parte das transformações e das permanências na historiografia e no ensino de História. Essa leitura de polarização entre ensino e pesquisa foi, de certa forma, inicialmente incorporada por eles, que investiram com foco em duas bases: na construção de acervo e na formação teórica.

O Centro de Memória e Documentação tinha o propósito de construir esse acervo. Para isso, eles contavam com o apoio dos alunos que, por meio da concessão de bolsas de estudos na própria faculdade, foram compor essa “equipe”. Marlucia Souza chama atenção que o primeiro movimento foi realizar um levantamento no material bibliográfico disponível nos institutos na Baixada Fluminense e, com isso, ela destaca como se deparou com significativa falta de conservação e de acesso a muitos desses espaços. No entanto, esse foi um caminho para estabelecer diálogos com alguns agentes, como Ney Alberto, no Instituto Histórico de Nova Iguaçu. Souza recorda que não existiam os recursos tecnológicos da atualidade e, muito menos, práticas de empréstimos nos institutos. Assim, o desejo de realizar cópias do acervo dependia da confiança estabelecida, já que era necessário retirar os livros e materiais do espaço, o que só foi possível porque eles consegui-

ram estabelecer essas relações. Outro movimento desse grupo foi ir às universidades para identificar as dissertações e teses sobre a Baixada Fluminense. Nesse caso, para ela, as barreiras estavam na distância desses programas e no investimento dos professores para custear as cópias e compor o acervo. Outra memória sobre esse período entre os agentes é o banco de oralidade e os estudos sobre os bairros.

Fiz uma experiência que eu chamei de pesquisa de bairros, porque, como método de coleta de dados, da empiria, eu queria que eles experimentassem, mas o que eu ia fazer? Ia fazer uma pesquisa bibliográfica, não, eu posso botar para eles pesquisarem o próprio bairro deles e aí eu vou estar tentando entender um pouquinho dessa cidade e eles vão estar botando a mão na massa. *Com oralidade, comecei a ler essas coisas memória e oralidade* como fontes básicas [...] (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020, grifo nosso).

Tanto Souza quanto Antonio Augusto Braz registraram que, mesmo participando dos eventos da ANPUH e convidando professores para palestras na FEUDUC, consideravam que era preciso melhorar seus conhecimentos teóricos e, talvez, essa percepção era derivada da própria participação nesses eventos. Antonio Augusto Braz recorda que eram organizados ônibus para levar alunos e professores à ANPUH, um espaço para participar de oficinas, para comprar livros e “acompanhar a produção historiográfica”. Assim, os professores se organizaram para realizar cursos de formação teórica em que convidavam e contratavam especialistas para irem à FEUDUC ministrar aulas teóricas. Os diferentes investimentos apresentados pelos agentes são parte de um esforço de historicizar, brevemente, alguns desdobramentos dos incentivos às pesquisas sobre a região, como foi a criação da APPH-Clio. Antônio Jorge, que foi professor de quase toda essa geração da FEUDUC e tinha iniciado o mestrado na PUC-Rio, fez o convite ao professor Ilmar Rohloff de Mattos para realizar o curso de formação. Como ele não pode participar, indicou o professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, o que permitiu identificar que, apesar da pretensa homogeneidade do grupo

de interesse acadêmico, eles teriam de enfrentar outras disputas no campo universitário.

Para Marlúcia Souza, seria uma “guerra de paradigmas”, que, nesse caso, ela coloca em um grande “guarda-chuva” de disputas entre marxistas e pós-modernos. Para ela, o professor Manoel Salgado estaria representado uma “onda pós-moderna”. Ela recupera que todos os estudos que eles realizaram e a formação na militância era com base em textos marxistas, especialmente suas experiências com a Teologia da Libertação e os movimentos de bairros. Antonio Augusto Braz pontuou que sua militância nos partidos também tinha essa base e Alexandre Marques destacou que a chegada de “Manoel Salgado, para a gente, foi um baque, porque todos nós tínhamos formação marxista, de militância, de formação teórica mesmo [...]” (ENTREVISTA ALEXANDRE MARQUES, 27/01/2020).

Essa leitura das disputas teóricas na universidade reverbera nas articulações desses agentes para o desdobramento de suas pesquisas sobre o local. Marlúcia Souza, que realizou o mestrado na Universidade Federal Fluminense (UFF), destacou como eram disputados os programas de pós-graduação. Mesmo superando os limites de formação teórica para a seleção, ela esbarrou, dentro do departamento, com a questão da orientação. Souza disse que fez todo um investimento nos cursos de teoria na UFF e que, ao participar do grupo de pesquisa de Virgínia Fontes sobre Estado e poder, foi se adaptando ao universo acadêmico, uma vez que, Fontes é marxista e Marlúcia percebeu um melhor acolhimento de seu referencial teórico.

Ela lembra que, nesse momento, estavam crescendo os cursos de pós-graduação e os mestrados, como o programa *stricto sensu* na Universidade Severino Sombra, em Vassouras. Para Souza, a instituição era conceituada e contava com muitos professores das universidades públicas. Esse foi um caminho para a realização do mestrado para alguns membros da APPH-Clio, como: Antonio Augusto Braz, Alexandre Marques, Nielson Bezerra, Ercília Coelho e Sandra Godinho.²⁶

26 Tanto Ercília Coelho quanto Sandra Godinho estiveram próximas aos projetos dos membros da ASAMIH. Foram professoras da FEUDUCe membros da associação.

Alexandre Marques enfatiza que a APPH-Clio passa a ser um suporte para determinados propósitos que estavam em curso, como: garantir a formação acadêmica, produzir e divulgar sobre a história da Baixada Fluminense e utilizar esse conhecimento para atuação política na cidade. Mas ele considera que a determinação de aplicabilidade política dentro do grupo não foi compartilhada de maneira orgânica, já que nem todos os membros possuíam a mesma base, como destaca:

a geração do Nielson não vem com esse recorte, já é um outro momento também, né. E algumas pessoas não aceitaram essa aproximação, do Nielson, da Sandra, tem mais gente, por quê? Porque vem com a preocupação da formação acadêmica e não da formação política. E os embates foram intensos [...] (ENTREVISTA ALEXANDRE MARQUES, 27/01/2020).

Essa demarcação de uma “outra geração” é importante para entender como as configurações dos grupos na cidade impactavam e sofriam os impactos das transformações no universo acadêmico. Forjar uma homogeneização de uma “geração feuductiana” (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020), com foco em uma “história problema”, implicava outros desdobramentos e, até mesmo, no reconhecimento de novas gerações dentro do próprio grupo.

Ao passo que esses agentes levavam suas questões políticas e realizavam estudos e pesquisas nos programas de pós-graduação, com foco no local, eles também promoveram e se depararam com o crescimento dos programas de pós-graduação e de pesquisas sobre história regional. Nas palavras de Marlúcia Souza:

eu quero chamar atenção que cresceu o quantitativo de cursos de pós-graduação, em outras áreas, inclusive. Ampliou o número de pesquisas, nem a gente mais estava conseguindo acompanhar as produções da historiografia brasileira, imagine... e de Baixada começou a ter um boom [...] (ENTREVISTA MARLÚCIA SANTOS, 23/01/2020).

Desse modo, com a bandeira de militância, esses agentes realizaram uma acolhida da chamada Nova História, que estava

relacionada aos novos problemas, objetos e abordagens (BURKE, 2011). Nesse sentido, a ideia de uma história problema e uma história vista de baixo eram muito interessantes para o grupo, com intensa atuação política e que fortalece, por meio do discurso, o lugar dessa produção na universidade. Isso tem uma conexão com o próprio reconhecimento de que, na Nova História, a produção historiográfica não se limitava à história nacional.

Apesar do grupo apresentar uma certa homogeneidade de interesses historiográficos, eram oriundos de diferentes vínculos políticos na cidade. Assim, o processo de estruturação dos projetos institucionais na FEUDUC e as representatividades em outros espaços, como na ASAMIH, ocorreram entre as muitas divergências de “bandeiras” de militância, além da participação de outros agentes na própria faculdade sem os mesmos vínculos e pertencimentos, o que reverberou nas disputas pelos encaminhamentos das pesquisas e dos projetos. A relação entre o poder e a História é um horizonte inevitável para acompanhar as atuações e as articulações nos projetos de pesquisas na cidade. Essa geração se desenvolveu sofrendo impactos das transformações no campo historiográfico, e as reações a esse movimento revelam muito mais que disputas entre um “antigo” modo de fazer História.

As críticas à história política tradicional e ao seu declínio, a partir de 1929/1930, também deslocaram o conceito de poder do lugar de objeto para o lugar de agente. Assim, o poder, ora visto como elemento de investigação para a produção histórica, passa a ocupar o espaço de “agente instrumentalizador da própria oficina da história” (FALCON, 1997, p. 97), no qual o conhecimento histórico se converte em objeto. Assim, pontuar esses estranhamentos possibilita aprofundar as questões sobre a relação entre memória e história, e compreender que as generalizações limitam a complexibilidade do debate, pois a questão central é a importância e o papel do historiador e do intelectual na produção do conhecimento, especialmente a partir do debate sobre o conceito de poder. Isso sugere como os agentes são diversos e as disputas de

memórias são fundamentais para as diferentes atuações e narrativas sobre o território.

O relato de que funcionários da Câmara estavam descartando documentos foi a justificativa para a chegada de alguns membros à instituição, o que reforça o aspecto de militância e o envolvimento com as demandas na cidade, as disputas pelo acervo e as memórias. Para tanto, foi preciso passar das ações de enfrentamento às medidas diplomáticas de interlocução com lideranças, com outros pesquisadores e com figuras políticas da cidade, por meio do convite de Maria de Jesus para organizar uma associação, com caráter protetivo do espaço.

ASAMIH: uma “simbiose” na instituição para dinamizar o espaço

A valorização e a recuperação do acervo do Instituto Histórico pareciam emergenciais, e essa era uma preocupação de todos, visto que o uso da documentação sobre a história local foi uma demanda presente entre os pesquisadores, desde os primeiros institutos. Além disso, o acesso direto ao material da instituição pode ter servido como um grande elo entre os diferentes interessados.

Assim, até aquele momento, o uso do acervo era limitado aos gestores da instituição e a alguns membros da Câmara, e a ASAMIH foi um impulso à pesquisa, com um movimento de ocupação do espaço e de “revitalização” do instituto. Tania Amaro de Almeida destacou que “não é só um arquivo parado, ele tem que ter vida, ele tem que ter pesquisa, ele tem que ter publicação [...]” (ENTREVISTA TANIA AMARO DE ALMEIDA, 06/02/2020). Isso foi um grande propulsor do encontro geracional.

Em 6 de julho de 2005 é aprovada reformulação do estatuto da ASAMIH, no qual “é ilimitado o número de associados”. Quanto aos fundadores, o estatuto considera que seriam “aquelas pessoas físicas que se associaram até 15 de outubro de 2001”.²⁷ As 115 pessoas vinculadas ao instituto até 2001 foram considera-

²⁷ Estatuto Social da Associação de Amigos do Instituto Histórico. “Vereador Thomé Siqueira Barreto”, p. 2.

das fundadoras. Da primeira geração, permaneceram: Guilherme Peres, Rogério Torres e Stélio Lacerda. Os membros ocupavam diferentes atividades profissionais, como: estudantes, costureiras, empresários, advogados, comerciantes, professores, músicos, bancários.

Entre os 115 fundadores, foram identificados 26 membros, com formação ou especialização em História:²⁸ Alex dos Santos Oliveira, Alexandre dos Santos Marques, Alexsander Martins Vianna, Aline Fernandes Pereira, Antonio Augusto Braz, Antônio Jorge Matos, Amaria Lenia Correia Domingues, Aristides Ferreira Mulim, Carlos de Sá Bezerra, Elisabeth Silva de Oliveira, , Ercília Coelho de Oliveira, Gênesis Pereira Torres, Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima, , José Rogério Lopes de Oliveira, Marize Conceição de Jesus, Marlucia Santos de Souza, Nadia Aparecida Tobias Felix, Nielson Rosa Bezerra, Paulo Pedro da Silva, Rogério Torres da Cunha, Rosangela David W. G. de Lima, Sandra Regina de Souza Cruz Ferreira, Stélio José da Silva Lacerda, Tania Amaro de Almeida, Thiago Rego da Costa e Ubiratan Cruz. Nesse grupo constam os remanescentes da agremiação anterior, Rogério Torres e Stélio Lacerda, com formação em História, e Guilherme Peres, que tem formação em Artes Gráficas.²⁹

Nesse sentido, a partir dos membros com especialização em História e com livros publicados, com foco na Baixada Fluminense, consideramos viável nos concentrar nos seguintes intelectuais: Alexandre dos Santos Marques, Antonio Augusto Braz, Gênesis Torres, Guilherme Peres, Marlucia Santos, Nielson Bezerra, Rogério Torres, Stélio Lacerda e Tania Amaro de Almeida. Os demais membros se vincularam à ASAMIH em 2001, possivelmente, por suas conexões e seus vínculos institucionais do período. Muitos foram professores da FEUDUC, o que justificaria a proximidade com os membros da agremiação. Contudo, a circulação em espaços na Baixada Fluminense não é determinante para a atuação

28 A identificação da formação utilizou o critério de análise das fichas cadastrais dos sócios fundadores, nas quais consta o campo de especialização.

29 Entre os remanescentes da primeira geração, consta Guilherme Peres, com formação em Artes Gráficas.

e/ou as pesquisas sobre a Baixada Fluminense, como foi o caso de Alexsander Martins Viana,³⁰ um dos sócios fundadores da ASAMIH. Ele foi professor da UNIG, entre os anos de 2001 e 2002, e da FEUDUC, entre os anos de 2003 a 2009, e atuou nas disciplinas de História Moderna, História Contemporânea e Metodologia. Atualmente, é professor associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com foco na área de História Moderna.

Não apenas os professores estavam entre os fundadores da ASAMIH. No universo de 115 membros fundadores, as conexões e as redes de apoio à instituição são diversas, desde comerciantes, advogados, bancários, estudantes, músicos, entre outros. Isso é um indicativo de que alguns desses agentes se articularam para legitimar a importância desse espaço na sociedade civil, mas apenas alguns estavam diretamente ligados às atividades do instituto, e são representativos de um encontro geracional.

Esses nomes são indicativos de que muitos são os protagonistas que envolvem a escrita e a produção de conhecimentos sobre a Baixada Fluminense, com iniciativas que promoveram muitos desdobramentos. Assim, a seleção dos seguintes nomes da ASAMIH: Alexandre dos Santos Marques, Antonio Augusto Braz, Gênesis Torres, Guilherme Peres, Marlucia Santos, Nielson Bezerra, Rogério Torres, Stélio Lacerda e Tania Amaro de Almeida é parte de uma rede de sociabilidade, que, por meio da associação no Instituto Histórico, vivencia um encontro geracional com foco político que visou a “reestruturação do instituto”. Nesse sentido, cabe um registro mais prosopográfico do grupo para um entendimento geral do perfil dos agentes antes de aprofundar as características de suas obras, nos próximos capítulos.

30 Dados na Plataforma Lattes.

Quadro 3: Formação acadêmica (graduação)

Agentes	Cursos	Instituição
Alexandre Marques	História	FEUDUC
Antonio Augusto Braz	História	FEUDUC
Gênesis Torres	História/ Direito	UFF/UNIGRANRIO
Guilherme Peres	Artes Gráficas	-
Marlucia Santos	História	FEUDUC
Nielson Bezerra	História	FEUDUC
Rogério Torres	Pedagogia/História	Roberto Silvéria/SUAM
Stélio Lacerda	Pedagogia/História	Roberto Silvéria/SUAM
Tania Amaro de Almeida	História	UERJ

Fonte: A autora (2021) a partir dos cadastros ASAMIH e das entrevistas.

Do ponto de vista acadêmico, com exceção de Guilherme Peres, todos possuíam graduação em História, logo, os rótulos e enquadramentos das pesquisas não estavam de acordo com a formação. Então, o que poderia indicar essa polarização no grupo?, tão mencionada entre os agentes. Seria a atuação na sala de aula, o que reforça o que a professora Marlucia chamou de um “paradigma esquizofrênico” de professores *versus* pesquisadores. Acreditamos que não, afinal de contas, boa parte do grupo atuava nas redes escolares, conforme o quadro a seguir:

Quadro 4: Atuação profissional

Agentes	Atuação profissional
Alexandre Marques	Professor da rede municipal
Antonio Augusto Braz	Professor da rede municipal
Marlucia Santos	Professora da rede estadual
Nielson Bezerra	Professor da rede estadual e municipal

Rogério Torres	Professor da rede estadual e municipal
Stélio Lacerda	Professor da rede municipal
Tania Amaro de Almeida	Professora da rede estadual

Fonte: A autora (2021) a partir dos cadastros ASAMIH e das entrevistas.

Os agentes também possuíam outras particularidades que permitem enquadrá-los nessa biografia coletiva. Muitos ocuparam cargos públicos, como Stélio Lacerda, que, entre as décadas de 1960 e 1990, foi oficial de gabinete do prefeito Moacir Rodrigues do Carmo (1967-1970); chefe do Departamento de Educação e Cultura do prefeito interventor Coronel Renato Moreira da Fonseca (1975-1979); e primeiro secretário municipal de Cultura da Baixada Fluminense, nos governos de José Carlos Lacerda (1992), de Moacir Rodrigues do Carmo (1993-1996) e de José Camilo Zito dos Santos (1997-1998). Gênesis Torres, na década de 1980, foi chefe de gabinete e secretário de Educação da prefeitura de São João; em 1988, foi eleito vereador, e ficou no cargo por dois mandatos, até 1996, período em que participou da criação do IPAHB. Posteriormente aos mandatos de vereador, ele atuou como secretário de Cultura nas duas gestões seguintes (ENNE, 2002). Além deles, Alexandre Marques foi assessor especial de projetos e convênios da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias.³¹

Nesse sentido, o que veremos é que o encontro desses agentes, oriundos de institutos históricos da Baixada Fluminense e da faculdade FEUDUC, poderia resultar em divergências no encaminhamento de suas pesquisas dentro da associação, porém o interesse de salvaguarda do acervo da instituição os unia, bem como a legitimidade do lugar de produção proporcionado pelo Instituto Histórico. Assim, as atividades desenvolvidas nos anos iniciais da associação revelam os distintos projetos dos agentes.

A primeira Ata de reunião da Associação é datada de 17 de março de 2003. Nessa reunião compareceram, além da professora

31 Dados na Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4204185D4/>>. (Acesso em: 12 dez. 2018.)

Maria Vitória de Guimarães, presidente da associação, a “professora Tania Amaro de Almeida, Professora Íris Ferrari, Dr. Ruyter Poubel, Professor Gênesis Torres, Professora Ercília Coelho, Professor Nielson Bezerra, Professor Antonio Augusto”, que são nomes da primeira geração de pesquisadores, como o professor Gênesis Torres e os professores da geração da FEUDUC, como Antonio Augusto Braz e Nielson Bezerra. Além deles, participaram pessoas conhecidas da política local, como Ruyter Poubel, que foi vice-prefeito da cidade. Essa reunião foi dividida em duas partes: na primeira, debate-se o cronograma de eventos do ano e a administração do caixa da associação; na segunda, tratou-se da reformulação estatutária.

Operando com anuidades dos sócios fundadores, no momento inicial, não eram mencionadas ações no sentido de busca de editais ou de financiamentos de projetos externos, mas já constava um volume significativo de atividades. Além do registro da segunda edição da revista *Pilares da História*, criada pela associação em 2001, com pesquisas sobre a Baixada Fluminense, a ata destacava os seguintes eventos:

14 de maio lançamento da revista *Pilares da História*, no salão do Instituto Histórico, comemorando também o dia da Baixada Fluminense e os 30 anos do IH. junho: seminário sobre Estudos Históricos/curso (pago) no plenário do CMDU. agosto: exposição 200 anos / Duque de Caxias no salão IH e debate “Caxias X Caxias – o mito, o homem” no plenário; e, solenidade pelos 50 anos do jornal *Folha da Cidade* setembro/outubro: Duque de Caxias – 60 anos do município com exposição de fotos do acervo do IH, no salão de exposições e curso (pago) no plenário *durante 2o semestre: Ciclo de Palestras para 1a e 2o segmentos, na sala de vídeo. Novembro – Dia da Cultura (ATA ASAMIH, 17/03/2003, p. 1).

A partir da pauta, percebe-se muitas atividades em curso, que poderiam representar os interesses dos membros, como a comemoração de 50 anos do jornal *Folha da Cidade*, cujo dono era Ruyter Poubel. Já na pauta de reunião de 16 de junho de 2003 apareceu o resultado da “reformulação estatutária”, organiza-

da na reunião anterior. Um Conselho Deliberativo foi formado por Ruyter Poubel, Antonio Augusto Braz e Paulo Mainhard. De acordo com os conselheiros, o estatuto apresentado visava promover “mais funcionalidade da Associação dos Amigos do Instituto Histórico e preservar o comprometimento da sociedade civil [...]”. Chama atenção o destaque para esse compromisso, pois, de acordo com o estatuto, o que se objetivava era a:

[...] co-participação da sociedade civil – ASAMIH, com o Instituto Histórico – CMDC, e prevê a *simbiose das duas entidades* através da inserção como membro do Conselho Deliberativo, do Presidente da CMDC, e como membro nato da Diretoria Executiva, da Diretora do Instituto Histórico (ATA ASAMIH, 16/06/2003, p. 2, grifo nosso).

Nesse sentido, entende-se que as medidas adotadas a partir da reformulação do estatuto reforçaram o poder político do espaço e a necessidade de definir as participações dos representantes, tanto dos conselheiros da ASAMIH, como do presidente da Câmara e da diretora do instituto. Também foi definido que “o patrimônio da Associação, se houver a dissolução da mesma, passará automaticamente a pertencer ao Instituto Histórico” (ATA ASAMIH, 16/06/2003, p. 2).

A consolidação dessas parcerias apareceu nas atas seguintes, em especial, no documento da reunião de 4 de agosto de 2003, no qual constam, de forma mais detalhada, as propostas e as representações de diferentes segmentos da sociedade civil, por meio da associação do instituto dentro da Câmara. Foram pautados o calendário de eventos, a presença de outros agentes na cidade, como o convênio com o Cineclube Mate com Angu, para apresentação de curtas no espaço e as comemorações.

Além da participação de diferentes agentes no espaço, a atuação dos membros da associação em outros municípios indica a visibilidade e a atuação dos agentes na Baixada Fluminense. Eventos na região estavam no horizonte dos associados, como foi demonstrado por Nielson Bezerra, quando era diretor executivo da associação. Ele informou sobre os eventos previstos no institu-

to, como a exposição dos “Duzentos anos de Luís Alves de Lima e Silva – o Duque de Caxias”, a comemoração dos 60 anos da emancipação, entre outros. Além disso, foi mencionado sobre a Bienal do Livro que seria realizada em Nova Iguaçu, que poderia promover presença e visibilidade da instituição, o que pode ser observado com registro na ata:

depois de apresentar a proposta de programação anual da ASAMIH, Nielson informou sobre o “Fórum de Cultura” de Duque de Caxias e suas deliberações: cada uma das instituições envolvidas teria seu representante, ocupando uma determinada “cadeira” no Fórum; por exemplo: ao representante da ASAMIH ou Instituto Histórico seria destinada a cadeira dos historiadores (ATA ASAMIH, 04/08/2003, p. 1).

Nessa perspectiva, a ASAMIH foi incorporando diferentes demandas para o instituto, como o pedido de Irís Poubel, diretora da FEUDUC, para a necessidade de “exposições itinerantes nas escolas” com a proposta de mostrar “documentos significativos do acervo do Instituto Histórico”, e o pedido de Antonio Augusto Braz, que propôs:

lançar campanha de filiação de novos sócios contribuintes, com publicação de matéria paga em jornal de grande circulação, divulgação das atividades da ASAMIH nos cursos superiores da FEUDUC (História, Geografia e Letras); da UNIGRANRIO (Letras e Direito), da Santa Luzia (Serviço Social) e da UERJ (FEBF), utilizando *folders* e visitas às salas (ATA ASAMIH, 04/08/2003, p. 1).³²

Essas medidas de divulgação estavam associadas às demandas de pesquisas e de produção de material a partir do acervo do instituto, que já era uma realidade com a revista *Pilares da História* e a inclusão de sessões que objetivam ampliar as participações, como a “Visões Universitárias”, que será apresentada no quarto capítulo, e que estimulava a escrita dos estudantes de graduação das instituições citadas, além da realização de pesquisas e monografias sobre a Baixada Fluminense, tanto que uma de suas

32 A ata não especifica os cursos para a UERJ – Campus FEBF. Atualmente, a instituição possui os cursos de graduação em Geografia, em Matemática e em Pedagogia.

pautas era “promover concurso de monografias tendo como fonte material integrante do acervo do Instituto Histórico” (ATA ASAMIH, 04/08/2003, p. 1).

As tensões e as conciliações foram se configurando por meio da escrita e amalgamando o grupo na instituição. Com a criação da ASAMIH, em 2001, uma “simbiose” entre o instituto e a ASAMIH se materializou, a partir das disputas de memórias de agentes herdeiros e atuantes na cultura histórica da região.

Instituto Histórico: um lugar de legitimidade da escrita sobre o passado

A criação e a permanência de institutos municipais em períodos recentes contribuem para a produção de estudos e pesquisas sobre a história local/regional, bem como agrupam agentes com enfoques historiográficos distintos. Desse modo, quando diferentes intelectuais se articulam nesses espaços para a publicação e/ou divulgação de seus estudos, eles têm suas produções legitimadas e, dessa forma, também legitimam os institutos como lugares de autoridade para a escrita sobre o passado. As produções dos agentes ligados ao instituto indicam que eles estão incorporando dados das primeiras narrativas históricas sobre o território, o que sugere que as escritas estão impactadas por continuidades e descontinuidades da escrita da História. Além disso, os agentes permanecem atuando e utilizando os vínculos políticos e acadêmicos da instituição para a consolidação de projetos culturais e educacionais, sinais da permanência do lugar de autoridade ocupada pelos institutos históricos. Nesse sentido, os institutos municipais podem possibilitar um caminho mais direto dos pesquisadores/professores para a realização de seus projetos para o território, o que configura uma importante estratégia política de atuação dos historiadores para garantir espaços de legitimidade de suas narrativas do passado, diante de seus projetos de futuro.

A existência dessas instituições está associada aos projetos historiográficos, que atendem aos interesses políticos locais. Na

Baixada Fluminense, os cargos ocupados pelos agentes favoreceram a criação e a manutenção dos espaços para a produção sobre a história local e regional, e contam com o apoio político das prefeituras para suas instalações e existência durante alguns anos. O Instituto Histórico extrapolou esse vínculo ao ficar instalado dentro da Câmara Municipal de Duque de Caxias e por aglutinar agentes de diferentes municípios, que ocuparam importantes cargos políticos, e, por meio da organização da sociedade civil, criaram a ASAMIH, como um dos mecanismos para sua manutenção.

Em Duque de Caxias, a organização de uma agremiação na década de 1990 no instituto, com nomes importantes para história da cidade, como Barboza Leite e Stélio Lacerda, sinalizou para novas articulações culturais após a abertura política, mas não promoveram, efetivamente, pesquisas e usos do acervo institucional. Lacerda permaneceu entre os nomes da segunda agremiação em 2001, a ASAMIH, com figuras que ocuparam cargos significativos, como Gênesis Torres, chefe de gabinete do secretário de Educação de São João de Meriti, na década de 1980. As redes políticas dos agentes favoreceram a perpetuação do instituto, além da presença de um grupo de professores/pesquisadores oriundos, especialmente, da FEUDUC, com a geração de pesquisadores, que já orbitava nos institutos históricos na região, mas que, na década de 1990, realizou outros esforços para o registro da história local, como a criação do Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense e da Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio).

A APPH-Clio promoveu encontros/aulas teóricas que objetivaram o ingresso dos professores em cursos de mestrado. Esses agentes, influenciados pela Nova História e estimulados pelo processo de profissionalização do campo, realizaram um movimento de legitimação de suas produções por meio dos cursos de pós-graduação. Assim, Nielson Bezerra, Alexandre Marques e Antonio Augusto Braz foram realizar mestrado na USS, MarluCIA Santos foi para a UFF, e Tania Amaro de Almeida cursou na UNIGRANRIO. O vínculo desses agentes no instituto indicava que essa

geração valorizava as escritas sobre a região e os pesquisadores anteriores, e acreditavam que suas obras e práticas patrimoniais precisavam ser legitimadas academicamente e impulsionadas nos cursos universitários.

Alguns desses professores, oriundos e/ou com vínculos com a FEUDUC, realizaram mestrado, doutorado, publicaram e se organizaram para ocupar outros espaços na cidade. Além desse novo enfoque historiográfico, eles não romperam com o instituto e ocuparam atividades vinculadas à ASAMIH. Estão no grupo editorial da revista *Pilares da História*, receberam apoio para publicações de suas obras, moções de reconhecimento de suas escritas, e convites para palestras e eventos comemorativos na cidade. Esse movimento sugere que o instituto promoveu um encontro geracional, marcado por diálogos e disputas, e que sua existência confere legitimidade para ações e projetos na cidade.

- II -

O território e as disputas de memória: a invenção da Baixada Fluminense

Virão os tempos nos quais não se reconhecerão mais os vestígios dos autores, os vestígios desta obra e mesmo os dos problemas atuais da Baixada Fluminense.

Contudo, tôdas as formas belas do futuro nascerão e se desenvolverão do que ocorre ou do que existe atualmente.

Pedro Pinchas Geiger

O presente capítulo propõe apresentar as primeiras produções sobre a Vila de Iguaçu e como essas escritas se sedimentaram nas narrativas atuais, por meio das marcas geográficas que foram instrumentalizadas pelos autores. Com ênfase nas condições geográficas, as produções representavam a importância da região para o transporte e a circulação de pessoas e mercadorias, ao passo que elaboravam uma referência identitária na perspectiva de se contrapor à condição complementar à cidade do Rio de Janeiro que, de acordo com a lógica centro e periferia, atribuiu uma invisibilidade à Baixada Fluminense.

As escritas dos primeiros pesquisadores se inserem em modos de produção do conhecimento que deixaram marcas nos es-

tudos atuais. Desse modo, estamos considerando que a definição de Baixada Fluminense não é precisa e que depende da abordagem do pesquisador. No entanto, a própria ideia de Baixada Fluminense se enquadra em uma invenção do território a partir das referências de importância atribuídas pelos agentes sobre o papel do Estado do Rio de Janeiro na historiografia, o que faz das produções sobre o local meios de identificação das continuidades e descontinuidades na escrita regional.

A dedicatória realizada por Geiger à sua irmã apresenta as marcas do tempo, com o registro das presenças e ausências. Ele completou a reflexão da epígrafe sobre a importância do trabalho realizado em cada período – mesmo que, futuramente, ele possa não ser lembrado – com uma referência ao nascimento de sua sobrinha no instante da morte de sua irmã.³³ A sensibilidade da dedicatória de Geiger me mobiliza a refletir sobre os vestígios e os sentidos das transições, além do trabalho dele de compor os estudos geográficos que demarcaram as definições do que se convencionou chamar de Baixada Fluminense.

Dessa forma, a primeira parte do capítulo apresenta os significados e as leituras sobre a produção da história local, e como as primeiras produções sobre a Vila de Iguaçu e trabalhos sobre a cidade de Duque de Caxias dialogam com essas perspectivas historiográficas, bem como respondem às demandas de memória para a construção de uma identidade estadual, no contexto da fusão do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro. Na segunda parte do texto, procuro identificar, nas apresentações, nos agradecimentos e nos prefácios dos livros de alguns agentes que se envolveram com o projeto de “recuperação” do Instituto Histórico, como se posicionaram sobre as marcas das escritas de “opulência”

33 Dedicatória completa: “virão os tempos nos quais não se reconhecerão mais os vestígios dos autores, os vestígios desta obra e mesmo os dos problemas atuais da Baixada Fluminense. Contudo, todas as formas belas do futuro nascerão e se desenvolverão [sic] do que ocorre ou do que existe atualmente. Minha irmã SARAH, bela, bondosa e inteligente, esteve sempre presente durante a realização das pesquisas e redação desta obra, antes e depois de 10 de novembro de 1954 quando deixou em seu lugar uma menina. Que fique sempre ao lado do meu nome o de minha irmã SARAH GEIGER BERGIER” (GEIGER, 1956, p. VII).

e “decadência” que os usos dos caminhos propiciaram à região, e como contribuem para referências identitárias do território que objetivam desconstruir a invisibilidade da Baixada Fluminense.

Assim, as escritas que se desenvolvem na Baixada Fluminense, a partir dos anos 2000, apresentam as influências das abordagens sobre a geografia da região presentes nas primeiras escritas, desde as valorizações dos rios e os desdobramentos para outros usos, como as ferrovias, até as críticas às ações de abandono as políticas de saneamento. Desse modo, as produções seguem para um direcionamento de uma invenção da Baixada Fluminense, sob as marcas desses usos e abandonos dentro dos contextos do Estado do Rio de Janeiro, que foram sedimentados nas escritas e buscam uma construção referencial do território na historiografia.

Produção local: impactos historiográficos

As primeiras obras realizadas sobre a região, por mais que tenham sofrido severas críticas entre os pares sobre abordagens e métodos, e foram consideradas, por muitos, apenas registros apaixonados sobre o território, são referências recorrentes nas produções mais recentes. Além do reconhecimento dos dados pesquisados, a própria manutenção de registros sobre os primeiros habitantes e suas transformações sinaliza um processo de recepção e transmissão de uma herança, que, no caso, se aplica à própria manutenção das escritas dos primeiros caminhos para a construção do território. Destacar que as escritas são parte de uma cultura histórica é uma grande chave de análise deste estudo. Contudo, reforçamos uma outra perspectiva que implica mais que uma recorrência do uso do passado na região, e que seria a existência de laços de valorização das escritas.

A apropriação de percurso também estava relacionada aos primeiros caminhos abertos na região, que promoviam conexões diretas com outras partes do Brasil. As narrativas sobre os caminhos são constantes e reforçam o papel desses percursos nas transformações e nos investimentos para o desenvolvimento do

território. Uma referência recorrente nos trabalhos sobre a Baixada Fluminense é o Caminho de Garcia Paes. O caminho foi iniciado em 1699 e inaugurado em 1704, com investimento direto do próprio Paes, já que os recursos da Coroa não foram suficientes.

Antes do caminho de Paes, o Caminho dos Guaianazes e Goitacazes, até 1699, era o único que ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais, e levava uma média de três meses para ser percorrido. Com os riscos de ataques, com a demora e as dificuldades de uma melhor fiscalização, a Coroa Portuguesa permitiu que o governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá, organizasse medidas para a abertura de novos caminhos. O bandeirante Garcia Rodrigues Paes apresentou, então, um projeto de construção que reduzia o percurso para 15 dias de viagem, entre o porto carioca e o planalto mineiro, e que atravessava Jacutinga e Pilar. A abertura do “caminho novo” estimulou a abertura de outros, que cortavam a região, como: o Caminho do Proença, com duração de sete dias para ser percorrido e que atravessava Estrela; e o Caminho de Estevão Pinto de Andrade ou Caminho do Tinguá (SOUZA, 2014).

Além do significado dos caminhos para o período da mineração, boa parte das produções realizadas sobre a Baixada Fluminense também destaca a continuidade desses percursos para outras fases econômicas do território. Esses espaços estariam vinculados às mudanças econômicas na nação, como o próprio avanço da economia canavieira fluminense.³⁴ Foi o caso do Caminho do Tinguá, que recebeu a denominação de Estrada do Comércio, e foi pavimentado pelos comerciantes iguaçuanos, organizados na Junta Real do Comércio, para garantir a integração entre o porto carioca e a serra. No mesmo período, foi aberta a Estrada da Polícia, que integrava Cava ao atual centro de Vassouras (SOUZA, 2014). As mudanças e permanências no território são enfatizadas pelo reconhecimento de que os “caminhos” ocuparam uma importância no passado colonial e imperial. Esses caminhos receberam novas leituras com a chegada da primeira ferrovia no Brasil,

³⁴ Por ora, vale recuperar os nomes dos caminhos e seus marcos. No capítulo 3, as visões dos autores sobre esses espaços serão apresentadas.

inaugurada em 1854, a Estrada de Ferro Barão de Mauá, em Guia de Pacobaíba, que passou a ser reconhecida como propulsora de avanços e transformações administrativas na região.

Esses atravessamentos também são identificados nos percursos realizados pelos agentes, que, ao recorrerem à valorização e aos significados dos caminhos construídos para definir o espaço, também são atravessados por influências e escritas dos primeiros autores sobre a região. Isso implica no reconhecimento das primeiras pesquisas produzidas sobre o território, que reforçam leituras sobre os aspectos geográficos.

As primeiras produções não passam, necessariamente, por crivos acadêmicos, que, de acordo com Beatriz Sarlo (2007), seriam parte de regras do método da disciplina histórica que estariam associadas a uma supervisão dos modos de se reconstituir o passado, o que indica um ideal epistemológico capaz de garantir um “[...] artesanato aceitável de seus produtos” (SARLO, 2007, p. 13). Para Sarlo (2007), as produções não acadêmicas, também têm relevância e precisam ser postas em evidência. De acordo com suas palavras, “a modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas” (SARLO, 2007, p. 13).

Em uma perspectiva de escalas, as produções e ações dos agentes que transitam no Instituto Histórico Municipal possibilitam identificar como a escrita da história regional faz parte do processo de construção do território. O grupo responde e impacta às demandas da própria historiografia, e isso se reflete nas leituras e nas apropriações do território apresentadas nas produções historiográficas realizadas. Assim, o instituto em Duque de Caxias não é apenas um recorte regional, mas as interações que mobilizam as escritas são parte do processo de construção desse cenário, que tem, nos intelectuais, uma representação nos estudos de história regional.

As definições de “memorialistas” e “acadêmicos” para muitos membros da FEUDUC, nas entrevistas realizadas por mim,

foram evitadas, por reconhecer que essas nomenclaturas geram hierarquias e uma ideia do que deve ou não ser considerado História. O distanciamento e o enquadramento, que outrora foram tão marcantes, na atualidade, são mais suavizados e reconhecidos como reflexos dos impactos do processo de valorização e profissionalização do campo, que promoviam muitas disputas de quem tem autoridade sobre o passado. Assim, os agentes tentam não reforçar as nomenclaturas e reconhecem que sofreram influência de algumas produções, principalmente o trabalho de Ana Lúcia Enne (2002).

Enne (2002) realizou um mapeamento das identidades locais e apresentou como os agentes na Baixada Fluminense se articularam e estabeleceram redes colaborativas, ao formarem grupos divergentes, especialmente pelo perfil de suas obras. Esse estudo é uma referência para entender a relação entre memória e história na região, mas também é uma pesquisa que gerou certo desconforto entre os agentes, com destaque para uma oposição entre as produções realizadas a partir de espaços universitários e as produções de pesquisadores oriundos dos institutos da região. Mesmo não analisando historiograficamente as obras dos autores, Enne (2002) confere uma semelhança entre as produções. Ela considera que “são diferentes *pero no mucho*” (ENNE, 2002, p. 357), pois todos estariam preocupados em realizar uma escrita que valorizasse o território, com o registro de um passado que promovesse uma identidade de orgulho.

Nessa perspectiva, é importante lembrar que o estudo de Enne (2002) é uma pesquisa de doutorado na Antropologia Social, logo, sua preocupação não era historiográfica, pois ela não analisa o lugar da história local na historiografia e como isso poderia implicar na própria escrita da História e nas disputas dos registros sobre o passado pelos agentes. Do mesmo modo, não analisou como os usos do passado, por meio das escritas, impactaram em ações na própria construção do território.

A escrita de Enne (2002) também é parte constitutiva da experiência de tempo, que fortalece o discurso das escritas ditas,

ou não, científicas. Assim, as leituras das redes estabelecidas pelos pesquisadores são atravessadas por uma concepção de história, que implica na valorização a partir do espaço acadêmico. Nesse sentido, apesar de conferir igualdade ideológica às produções, a pesquisa de Enne promove uma leitura hierárquica aos estudos, ou seja, não considera a operação historiográfica das escritas e suas experiências de tempo.

Nesse sentido, é importante pontuar que muitas pesquisas foram marcadas por essa perspectiva entre memória e história, e, de certa forma, seguiram essa leitura de polarização entre os agentes, como no caso da dissertação de Alexandre Marques (2005), *Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980)*. Ele aborda como os intelectuais de Duque de Caxias atuaram no campo da cultura e, apesar do recorte temporal do título, o autor apresenta dados que avançam até a década de 1990, com informações relevantes sobre os membros na região. Com foco nos aspectos culturais, ele reforça que o desenvolvimento da cidade esteve associado ao desenvolvimento cultural e, nesse sentido, o progresso só poderia ocorrer por meio da iniciativa pública, assim, Marques reconstrói trajetórias e os cargos ocupados. Mesmo estabelecendo referências às produções de conhecimento realizadas pelos agentes e compreendendo que a escrita sobre a Baixada Fluminense era um campo de disputas, a escrita da História era algo transversal à proposta de análise de Marques. No que se refere às nomenclaturas dos pesquisadores, Marques seguiu a abordagem do estudo de Enne (2002), ou seja, uma oposição entre memorialistas e acadêmicos.

Outros pesquisadores, também preocupados com a relação entre a memória e História, produziram estudos sobre a temática, com dados sobre os institutos e as iniciativas de preservação, de conservação e ações dos intelectuais.³⁵ Alguns trabalhos, com

35 Alexandre Marques publicou na, revista *Hidra de Iguassu*, o artigo “Centro de Memória: uma invenção da História” (1999), e na revista *Pilares da História*, o artigo “Centro de Memória: caminhos e descaminhos na produção da História da Baixada Fluminense” (2002). Outros textos foram publicados na revista *Pilares da História*, entre eles, o artigo de Vinícius Silva (2012), “Uma História para a História da Baixada Fluminense: reflexões acerca da produção historiográfica e das instituições de preservação

maior fôlego, também foram desenvolvidos e consideraram as escritas para as consolidações de projetos na região.³⁶ Contudo, a análise sobre as escritas fora dos grandes centros urbanos e como parte da construção de uma identidade periférica, com produções que impactaram e foram impactadas pela historiografia, merece mais atenção. Além disso, partir de um espaço significativo para esse campo do saber, como o Instituto Histórico, também é relevante, visto que somente uma monografia com ênfase no instituto da Câmara foi identificada.³⁷

As diferentes obras dos agentes envolvidos em ações de produção de conhecimento na Baixada Fluminense permitem uma análise sobre os significados das relações entre a escrita e a cultura histórica, e favorecem um entendimento do lugar da história regional no âmbito da historiografia. Rui Aniceto Fernandes (2009), em sua tese *Historiografia e identidade fluminense: a escrita da História e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*, analisou os projetos políticos e os usos do passado, e como a historiografia fluminense do período amarelista teria considerado o lugar da história regional na construção do conhecimento histórico como disciplina acadêmica. No que tange às pesquisas sobre as produções realizadas fora dos circuitos acadêmicos, Fernandes (2009) afirma que muitos trabalhos foram ignorados por conterem um perfil “memorialista”. Isso ocorreu, especialmente, em um momento em que se desejava afirmar o lugar da disciplina histórica no âmbito do espaço universitário, em um período de consolidação dos cursos de pós-graduação no Brasil, na década de 1970.

documental, da memória e patrimonial”, e o texto de Tania Amaro de Almeida (2013), “Instituto Histórico: 40 anos de História”.

36 A dissertação de Maria Lúcia Alexandre (2015), *Um cenáculo de letrados: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL)*, e a tese de Amália Dias (2014), *Entre laranjas e letras: processo de escolarização no Distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*.

37 O estudo foi realizado na FEUDUC por Sandra Aguiar, em 2003. A monografia foi orientada por Alexandre Marques, que, em sua dissertação, também apresenta informações significativas sobre a criação do instituto. O trabalho de Aguiar contribui ao apresentar documentos sobre as mudanças de nomenclaturas da instituição e informações sobre o registro na imprensa produzido por Gladys, documentação não localizada no instituto.

Para Fernandes (2009), a questão do regional e do regionalismo ganhou força com o movimento modernista, que influenciou a produção do conhecimento histórico nas décadas de 1940 e 1950. Ele destaca que os estudos históricos e geográficos receberam novos contornos após a década de 1930, com a institucionalização universitária e com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A geografia regional, hegemônica na década de 1950, recebeu inúmeras críticas, desde excesso de particularismo, sem conexões ou estudos comparativos, até a própria crítica marxista, que acusava os estudos de serem conservadores, sem crítica social. Contudo, a geografia regional foi incorporada pelos historiadores franceses e, com *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, de Fernand Braudel, a relação entre História e Geografia recebeu maior visibilidade. “E é também um modelo derivado de Vidal Lablache que veremos nas mais várias monografias de ‘história local’ que começam a ser produzidas em quantidades nos anos de 1950” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 101). Mas as críticas à história regional ocorreram, com maior intensidade, a partir das décadas de 1950 e 1960, e foram semelhantes às realizadas nas produções da geografia regional. Além disso, a história regional passou a ser rotulada de “ultrapassada” no período de institucionalização da história no país, considerando o foco na cientificidade.

É nesse mesmo período que ocorre uma consolidação do conhecimento universitário, ou seja, “um amadurecimento de uma certa ideia/conceito sobre o fazer histórico acadêmico” (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 102). As questões relacionadas a como se deveria escrever a História depois das universidades é algo que tem forte impacto nas tensões sobre referências temporais e marcos iniciais da nação brasileira, o que implicará em outros desdobramentos, com a criação dos cursos de pós-graduação no Brasil, a partir da década de 1970 (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018).

Considerar essas questões é relevante para entender os estudos e as leituras produzidas sobre as escritas na Baixada Flumi-

nense, especialmente, a partir dos lugares de produção dos agentes na região. Os diálogos e as divergências entre os pesquisadores também é parte do movimento, que implica em leituras e rótulos das produções realizadas fora do círculo acadêmico, bem como a pouca análise das produções fora dos grandes centros (FERNANDES, 2009).

Para além de uma análise dicotômica entre os pesquisadores dos primeiros institutos e os historiadores atuais sobre a região, vale considerar seus modos de produção e as propostas de suas obras, bem como o lugar do local na própria historiografia. Assim, as produções sobre a região seguem modos e propósitos de escrita que não são os mesmos ao longo do tempo, o que impede uma simples polarização.

Os fatores que promoveram os rótulos sobre as primeiras produções de história local não são recentes e, de um modo mais metodológico, uma das características foi o fato dela ser associada às propostas de coleção. Goubert (1992) diz que a história local estava muito próxima do antiquário, com um pequeno caráter explicativo dos monumentos. Os estudiosos sobre o local estariam mais preocupados em coletar do que em analisar, o que, de certa forma, ajudaria a entender esse perfil de preservação e de “apego” às fontes por muitos pesquisadores no local.

Arnaldo Momigliano (2004, p. 94), em *As raízes clássicas da historiografia moderna*, esclarece que “a história local, a genealogia, a cronologia, a mitografia, o estudo das leis antigas, as cerimônias, os nomes etc., desenvolveram-se fora da tendência geral da historiografia”. Esses trabalhos seriam caracterizados, de modo geral, de forma negativa, pela falta de interesse pelos aspectos políticos. O que o Momigliano (2004) destaca é que esse esforço de uma distinção epistemológica entre História e outro tipo de pesquisa, de acordo com os moldes tucidideanos, não ficou esquecido, o que foi sentido ao longo do tempo. Em muitos casos, esses fatores contribuíram para caracterizar os muitos estudos sobre o local de antiquários.

Com o passar do tempo, outra característica marcante da escrita sobre o local foi a apresentação das contribuições da pequena pátria ao nacional, em uma perspectiva de reconhecer o melhor das partes para o todo. Isso representou uma renovação das pesquisas sobre história local, com um avanço de monografias de diferentes regiões, trabalhos que permitiram complexificar o entendimento da história nacional. Goubert (1988, p. 75) afirma que “a prática cuidadosa da história local e a multiplicação de monografias sobre regiões específicas, podem levar muito mais além; pode destruir muitas das concepções gerais anteriormente consolidadas em tantos livros, ensaios e palestras”.

A produção sobre o local ganha novas concepções com a abordagem da micro-história que, de acordo com Jacques Revel (1998), por meio dos jogos de escalas, oferece uma outra perspectiva de análise aos estudiosos que operam no âmbito da história local, com um foco na dinâmica do jogo, na relação das escalas, entre o local e o global. Revel (1998) afirma que a opção por uma abordagem microanalítica seria um experimento alternativo diante da insatisfação dos paradigmas científicos que propunham apresentar grandes painéis, com abordagem macroanalítica. A intenção não é se opor aos estudos macro, mas ajustar a “lente” e variar as escalas.

Nesse sentido, o trânsito de escritas no Instituto Histórico em Duque de Caxias mobiliza esses impactos das leituras sobre o local ao passo que tenciona novas configurações e contribuições com o fluxo de interações entre os agentes que impactaram a própria escrita da história regional. Além disso, a realização de escritas na cidade de Duque de Caxias também representa o desenvolvimento de projetos políticos por meio historiográfico, como será pontuado nas obras de Lustosa (1958) e de Dalva Lazoni Moraes (1978). Essas produções sobre a cidade são, comumente, consideradas como fontes para estudos atuais ou enquadradas como meros compilados de documentação. A obra de Moraes (1978) também é avaliada como uma “repetição” da de Lustosa (1958), porém tais produções apontam para interesses e projetos para Du-

que de Caxias, bem como para marcas de um modo de escrita da História com vestígios historiográficos. Elas deixaram heranças de valorização dos “caminhos” para uma leitura das condições geográficas da região que permaneceram no processo de consolidação acadêmica da escrita sobre a cidade.

Aspectos geográficos do território: produções sobre a Vila de Iguaçu

Muitos trabalhos realizados sobre diferentes temas da Baixada Fluminense reconhecem as primeiras produções sobre Iguaçu como referências de pesquisas e de historicidades. A recepção dessas obras, seja de forma crítica, seja como reflexo nas novas escritas, evidencia os usos do passado e os significados que os atores atribuem aos agentes de produção e aos espaços ocupados pelos primeiros pesquisadores sobre a região, em especial, as obras sobre a Vila de Iguaçu. São trabalhos que apresentam as marcas das escritas de seus períodos de produção, com agentes oriundos de institutos locais.

Uma obra recorrentemente mencionada é *Memória da fundação de Iguassú*, de José Matoso Maia Forte (1933), publicada sob encomenda do prefeito do Município de Nova Iguaçu, Sebastião Arruda Negreiro. O livro fez parte das comemorações do “centenário da fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833” e o autor apresentou informações que justificaram a criação e as transformações do espaço.

José Mattoso Maia Forte exerceu muitos cargos de chefia nas secretarias governamentais e foi Secretário Geral do Estado durante o governo de Nilo Peçanha, entre 1915 e 1917 (FERNANDES, 2009). Sua trajetória poderia explicar o convite do prefeito de Nova Iguaçu para escrever durante as comemorações, considerando que ele esteve ligado a outros eventos com relação entre a escrita da História e os projetos governamentais fluminense. Mattoso Maia Forte era membro do IHGB, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Fluminense de Letras e da Associação Brasileira de Imprensa. Ele era um homem res-

peitado no Estado do Rio de Janeiro, foi combatente civil aos revoltosos da Armada, funcionário da Diretoria de Fazenda e do Tribunal de Contas em diferentes gestões (FERNANDES, 2017).

De acordo com Fernandes (2017), José Mattoso Maia Forte foi um dos historiadores mais celebrados da velha Província Parte e seu acervo foi incorporado à Biblioteca Pública de Niterói, e a sala dedicada à história fluminense recebeu seu nome. Em 2011, foi editado um CD-ROM (EIGENHEER; FERNANDES; MENEZES, 2011 *apud* FERNANDES, 2017) pelo

Centro de Memória Fluminense com suas obras completas (FERNANDES, 2017).

A obra de Mattoso Maia Forte se manteve como referencial para os estudantes da História do Rio de Janeiro durante as décadas de 1940 e 1950. Para o autor, a pequena pátria não estava dissociada da grande pátria, “eram ressaltadas as características guerreiras/conquistadoras e agrícolas locais. O fluminense era um guerreiro que mediante o labor agrícola construíra a riqueza do Brasil Império. Também era o homem de letras e de ação que sempre esteve na vanguarda [...]” (FERNANDES, 2017, p. 281).

Mattoso Maia Forte participou do concurso de monografias sobre “memórias”, durante o centenário da independência em 1922, com o livro *O Estado do Rio de Janeiro. Ensaio para o estudo de sua história*, mas, apesar de ter ganho, sua obra não foi publicada. Contudo, no contexto da Reforma da Instrução, em 1928, o autor realizou a publicação e uma segunda edição, em 1945, também foi realizada por iniciativa de Rubens Falcão, então diretor do Departamento de Educação do Estado. A obra sofreu uma revisão e ampliação, com incorporação de dados, com diálogo com a obra de Alberto Lamago, e informações referentes à administração estadual após 1928. O livro recebeu um destaque na capa para os objetivos centrais da produção: “Formação política e territorial da província do Estado – História política – Etnografia – Colonização – Papel desempenhado pela província e pelo estado na vida econômica e social do país – Estadistas e parlamentares flumen-

ses no Império e na República” (FORTE, 1928 *apud* FERNANDES, 2009, p. 117).

Amália Dias (2014), em sua tese sobre os processos de escolarização no município de Nova Iguaçu, identificou como os projetos e as instituições escolares foram instrumentalizados para os usos e as apropriações do território em um discurso ruralista do Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, ela destacou que o livro de Forte (1933), realizado dentro das comemorações do centenário da Vila de Iguaçu, fez parte do projeto do Estado do Rio de Janeiro para solidificar a imagem de uma “vocação agrícola” do território e, no caso de Iguaçu, a citricultura foi apropriada nas narrativas sobre a região para identificar o potencial da agricultura como atividade econômica.

Com uma abordagem positiva sobre o regime republicano, com a utilização de fontes do próprio IHGB e do Arquivo Público Nacional, Forte (1933) argumentou a “vocação agrícola” por meio de registros que potencializaram a transição do regime político para valorizar o desenvolvimento da nova sede da vila e, consequentemente, o “progresso”. De acordo com suas palavras:

[...] não teve o arraial de Maxambomba muito mais rápido desenvolvimento até a proclamação da República. Mas, com o novo regime, foi elevado à categoria de vila e logo depois de cidade. [...] Teve então a localidade um impulso de progresso, uma vez que para ali se transferiram a Câmara Municipal, os cartórios judiciais, a coletoria etc., e um movimento que, pelas suas condições de insalubridade, a vila extinta de Iguassú não permitia (FORTE, 1933, p. 90).

Ele confirma que as condições administrativas do novo regime favoreceram o saneamento local, o que possibilitou o povoamento e a instalação de “casas de negócios”. Com isso, foram promovidas muitas transformações na região, desde a iluminação elétrica ao abastecimento de água potável, que, para ele, seria “feito pelo serviço federal que tem a seu cargo na capital da República” (FORTE, 1933, p. 91).

Além disso, destacou os impactos da linha férrea para uma apropriação política de crescimento e “ressurreição” do território, como um caminho do “progresso”. No capítulo de sua obra sob o título “ressurreição” [sic], o autor registrou a valorização da estrada de ferro para as transformações no território, ao destacar que “a viação férrea, que foi uma das causas da decadência do município na segunda metade do século passado, passou a ser fator preponderante no progresso verificado nos últimos 25 anos” (FORTE, 1933, p. 118).

O foco no potencial dos “caminhos” para a circulação de mercadorias permaneceu em outros registros sobre Iguaçu e favorece leituras com um olhar para a geografia local, o que estimula análises que valorizavam o meio e o desenvolvimento social e político para o território. Outro livro com esse recorte é o de Ruy Afrânio, *Imagens iguaçuanas*, publicado em 1968. Sem apresentação, introdução ou prefácio, a obra se inicia com uma dedicatória que fortalece o entendimento desses autores sobre o significado da escrita da História e de como os registros sobre os caminhos foram se fortalecendo. Sob o título “O exemplo de um idealista”, ele afirma:

faz muitos anos já. O féretro deixar a Igreja de Santo Antônio, onde o padre João, na encomenda, não pudera dizer muito daquele morto quase desconhecido.

Éramos poucos a levá-lo à sua última morada.

De volta do cemitério, contemplei a cidade que se agitava descuidada, indiferente àquela vida se extinguirá. E, no entanto, a terra acabava de cobrir um idealista, um professor anônimo de Nova Iguaçu, um pelejador desinteressado.

Tive ímpetos de ir ao “*Correio da Lavoura*” e publicar, propalando aos quatro ventos a grande e silenciosa obra daquele Mestre.

Acudiu-me, então, uma frase sua: “É preciso que a obra de um idealista, apesar de grande, seja tão despretensiosa que o traga no esquecimento”...

Sim, Mestre esta é a verdadeira Glória: desdenhar, no trabalho sadio e desinteressado, a própria *Posteridade*.

E eu, silenciando para a Glória do Idealismo que tu foste, dedico-te este livro, Mestre anônimo! (AFRÂNIO, 1968, p. 2, grifo nosso).

O autor recorreu ao jornal *O Correio da Lavoura* para registrar a homenagem. Esse jornal foi criado em Nova Iguaçu, em 1917, e permanece em circulação na atualidade. Suas páginas foram instrumentalizadas para os distintos interesses dos representantes locais,³⁸ o que representa o poder de circularidade e o alcance das edições, e justifica o reconhecimento que Afrânio confere ao registro do dito “mestre” nas suas páginas, o que poderia promover uma valorização na “posteridade”.

Ruy Afrânio Peixoto³⁹ e Ney Alberto⁴⁰ estiveram envolvidos na criação do Instituto Histórico de Nova Iguaçu (IHNI), que sofreu inúmeras formatações, desde sua fundação em 1962. Composto por livros, mapas, fotografias e outros documentos, o acervo do instituto ficou fracionado, na prefeitura de Nova Iguaçu, na casa dos agentes, na Universidade de Nova Iguaçu e no IPABH. Já na década de 1970, o acervo esteve no Colégio Leopoldo, pertencente à família de Ruy Afrânio e Ney Alberto. Depois, foi para a Secretaria Municipal de Cultura e voltou, em 1979, para o Colégio Leopoldo. Com o passar do tempo, o acervo seguiu para a casa de Ney Alberto (ENNE, 2002). Esses agentes recolheram muito material sobre a região e criaram espaços de referência para as pesquisas sobre a Baixada Fluminense. Ruy Afrânio se tornou uma referência quando se trata dos documentos e acervos, por sua vez, em relação às produções, um autor mais citado é Waldick Pereira.

38 Amália Dias (2014), em sua tese sobre os processos de escolarização no município de Nova Iguaçu, identificou como os representantes locais no distrito sede, entre os anos de 1916 e 1950, utilizaram do jornal para a consolidação de seus projetos políticos.

39 Ruy Afrânio Peixoto nasceu em 1918 no Rio de Janeiro e faleceu em 2002. Fundou em Nova Iguaçu o Colégio Afrânio Peixoto, em homenagem ao tio, escritor que presidiu a Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.afranio.peixoto.nom.br/Alvaro1/PRuy.asp#:~:text=curr%C3%ADculo%3A,Nova%20Igua%C3%A7/u%20sua%20pr%C3%B3pria%20escola> (Acesso em: 07 mar. 2023).

40 Ney Alberto nasceu em 1940 e faleceu em 2012. Filho de professores, seus pais eram os donos do Colégio Leopoldo, em Nova Iguaçu. Foi durante muito tempo o “guardião” do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. (ENNE, 2002, p. 163).

O livro *A mudança da Vila*, de Waldick Pereira (1970), aparece entre os estudos sobre a região mais frequentemente, especialmente, para apresentar a construção das primeiras freguesias na região. Pereira é autor de outras produções como *Cana, café, e laranja: história econômica de Nova Iguaçu* (1977), e esteve ligado à criação do IHNI.

Waldick Pereira (1970) reconhecia que sua obra fez parte de uma trajetória e que era cercada de agentes que sempre fizeram das pesquisas de campo um alicerce para escritas sobre o território. Em sua dedicatória, ele escreveu: “aos queridos companheiros de excursões que, comigo, há muito tempo têm percorrido todo o território iguaçuano, coletando subsídios que, agora, aproveito neste trabalho. [...] A memória de todos que fizeram, com seu trabalho, o progresso de Nova Iguaçu”⁴¹ (PEREIRA, 1970, p. 7).

A obra de Pereira (1970) indica mecanismos de fortalecimento dos poderes locais envolvidos em um avanço no território e no destaque das características geográficas da região, em que, de acordo com os registros provinciais de 1853, a Vila de Iguaçu era “considerada como a Vila mais próspera da província do Rio de Janeiro [...]” (PEREIRA, 1970, p. 19). Ele realizou um registro da valorização da região, que faz parte dos usos do passado, ao afirmar o lugar das lideranças que atuaram para a manutenção de um “progresso”.

A obra de Pereira (1970, p. 19) também mantém uma abordagem que foca nos detalhes geográficos e no significado do Rio Iguaçu, que chama de “veia principal do coração da Vila – nascendo na Serra do Tinguá”, para reforçar que, “inegavelmente, a importância da Vila de Iguaçu residia em seus portos. Até mesmo a Estrada do Comércio, de tanta importância econômica e social, vivia em função direta do rio Iguaçu”. Para o autor, os rios e a geografia da região teriam sido fundamentais para um investimento dos comerciantes na valorização da vila, pois permitiram a ampliação da circulação de mercadorias e de pessoas. Assim, os rios

41 O uso de atividades como estudos de campo para visitar os caminhos e as referências patrimoniais também foi recorrente entre os diferentes pesquisadores.

teriam sido um dos marcos do progresso para o território, com recorrentes indicações dos Relatórios de Província do Rio de Janeiro para endossar o significado que a vila tinha para a província.

Para Pereira (1970), com a transferência da sede da vila para Maxambomba e com o advento do trem, outros caminhos passaram a ser valorizados, e o rio Iguaçu perdeu, aos poucos, sua vitalidade comercial. No exercício de explicar o significado da vila e os impactos da mudança de sede, o autor apresenta algumas dinâmicas na região e, dessa forma, oferece registros sobre o cotidiano e a organização social, ao detalhar os “aspectos da vila”. Partindo da organização espacial dos edifícios, como fórum, armazém, cadeia, também aborda as pessoas, ao dizer que “ali morava, também, a ‘comadre Dona Antônia’, parteira conhecida por todos” (PEREIRA, 1970, p. 24). Pereira (1970) faz referência às festas e a tudo o que, para ele, significava o que a vila tinha em seus “áureos tempos”.

Recorrendo ao relato do juiz municipal de Iguaçu, Rodrigo Otávio, o autor registra e lamenta a extinção da vila: “a vila se despovoou; os canais, desde então abandonados, se entulharam de vegetação e de lodo [...]” (PEREIRA, 1970, p. 27). Dessa forma, Pereira (1970) passa a compor a obra com dados sobre as transformações promovidas pela mudança, e os impactos para os “caminhos”, em especial, a estrada do Comércio. Nas palavras dele:

outras estradas contribuíram importantemente para que o Município de Iguaçu alcançasse o lugar de destaque entre as demais da Província e do Império, e até da República [...] Entretanto, nenhuma estrada exerceu tanta influência na economia iguaçuana, quanto a Estrada do Comércio que, hoje é apenas um fantasma triste e sombrio [...] (PEREIRA, 1970, p. 41-42).

Além de apresentar as “opulências” que os primeiros caminhos promoveram, o autor também realiza uma leitura de transição e reforça o “progresso”. No capítulo “Mudança da vila – decadência, trem, Maxambomba”, são mencionadas, como fatores da mudança da sede do município de Iguaçu para Maxambomba, as pestes na região e a instalação da Estrada de Ferro D. Pedro II. Nas palavras de Pereira (1970, p. 81):

primeiramente, o aparecimento do trem a vapor, em 1854, desviando do Rio Iguaçu o eixo econômico do Município com a Côrte e as províncias do Sul, foi um forte abalo que sofreu o comércio da Villa, quase todo constituído de armazéns. A partir de 1858 – 29 de março – o trem correndo da Estação de D. Pedro II até a de Queimados tornou quase extinta a navegação fluvial. Os trilhos ofereciam transporte mais rápido, barato e seguro, fazendo florescer povoações às margens de seu caminho, como outrora o fizera a Estrada do Comércio.

Apesar de lamentar a decadência da antiga sede, o autor se preocupa em enfatizar que a transição fez parte de um novo processo do território, que, para ele, seria o “novo capítulo na história iguaçuana [...]” (PEREIRA, 1970, p. 79). E acrescenta:

foi a estrada de ferro, que fez florescer Maxambomba. Antes, entre as importantes estradas que cortavam o Município, a de Rodeio, que passava por Maxambomba era das mais insignificantes. Já em janeiro de 1886, a Estrada Maxambomba – Vila de Iguaçu, era designada como de 3ª ordem, atendida a justificação da Diretoria de Obras Públicas, em ofício de 5 dos mesmos mês e ano.

Com a transferência da sede da Vila, Maxambomba reafirmou-se para o futuro (PEREIRA, 1970, p. 81).

O foco na Vila de Iguaçu e em suas transformações é parte dos usos do passado para justificar os projetos políticos do território e os agentes como responsáveis por essas transformações. Ao sair de um estágio de “decadência” para grandes avanços, com a chegada do trem, o livro é um mecanismo que apresenta como essa região de muitas águas,⁴² com ênfase nos portos, passa a ser uma referência de progresso do Brasil.

Olavo Bilac e Manoel Bonfim, no livro *Através do Brasil*, apresentaram como a ferrovia é uma metáfora do progresso. O livro foi publicado, pela primeira vez, em 1910 e apresenta as histórias de dois meninos, Carlos e Alfredo, que, em busca da família, descobrem vários cenários sociais, geográficos e econômicos da época. Essa obra é muito envolvente, e nos ajuda a entender a imagem que se queria de um Brasil naquele período.

42 Iguaçu vem do tupi e significa “muitas águas” (MARQUES, 2006)

Os autores propõem uma leitura da diversidade que possibilita uma união do país. Diante das mudanças políticas no período, eles desejam apresentar, a partir das lições morais de Carlos e Alfredo, a noção de que a proposta política federalista seria uma ideia simpática aos preceitos nacionalistas e patrióticos. A diversidade do Brasil, apresentada no livro, demonstrava que as diferenças existentes em cada região são de caráter positivo, principalmente pela via da agricultura, com destaque ao fio condutor ou unificador entre os Estados, a partir da ferrovia. Nesse sentido, para Olavo Bilac e Manoel Bonfim (2000), a ferrovia era uma metonímia do federalismo, uma metáfora do progresso. Para eles, “todas as lavouras, todas as indústrias e todo o trabalho que há, não só na Bahia, como em todo Brasil, progredirão, ainda mais do que hoje, quando todo o território estiver coberto de estradas de ferros...” (BILAC; BOMFIM, 2000, p. 260).

Essa relação entre ferrovia e progresso é identificada em muitos estudos sobre a Baixada Fluminense que fazem referência à obra de Waldick Pereira. O livro de Pereira (1970) fornece indícios das continuidades e transformações na escrita, tanto que *Memórias da fundação da Vila de Iguazu*, de Forte (1933), *Imagens iguaçuanas*, de Ruy Afrânio (1968) e o livro de Pereira, *Mudança da vila* (1970), não são meras repetições temáticas, mas diálogos historiográficos e legados de abordagens geográficas da região. Os agentes oriundos dos institutos históricos e suas obras, atravessadas pelos períodos de debates e reestruturação no campo da História, podem ter influenciado nas formas de escrever sobre o passado, ao promover a valorização da escrita histórica na Baixada Fluminense.

Waldick (1970) estabeleceu diálogos tanto com a produção de Forte (1933), quanto com seus contemporâneos, como a obra de Ruy Afrânio (1968). As documentações e as referências bibliográficas de ambos são, majoritariamente, do IHGB e das produções realizadas pela revista da instituição.

Os apontamentos sobre a obra de Pereira (1970) receberam outras classificações, quando comparada à obra de Forte

(1933) ou de Ruy Afrânio (1968). De acordo com MarluCIA Souza Santos (2014), a obra de Waldick Pereira (1970) “tornou-se clássica não apenas por apresentar as justificativas para a transferência, mas principalmente pelas cenas apresentadas do cotidiano da Vila de Iguaçu no século XIX [...]”, e acrescenta que era possível identificar “[...] o objeto perseguido pelo autor, o caminho construído, as fontes utilizadas e a explicação apresentada para a transferência” (SANTOS, 2014, p. 25-26). Souza (2014) entende, ainda, que a obra de Waldick Pereira (1970) possui um “rigor investigativo dos documentos”.

O livro *A mudança da vila* (PEREIRA, 1970) foi considerado com um perfil de cientificidade exigido para o campo do período, e isso é identificado no uso das fontes e nos debates historiográficos das obras. Pereira (1970), por exemplo, apresentou as questões sobre a extinção da vila, o que indica que Afrânio (1968) teria recorrido aos documentos da Biblioteca Nacional, intitulados “*Exposição franca e verdadeira das funções da Câmara Municipal da Vila da Iguaçu, no ano de 1933 em que foi encerrada, até agosto de 1835*” (PEREIRA, 1970, p. 16), com o objetivo de explicar as divergências entre o juiz de paz e a Câmara. Pereira (1970) diz que Mattoso Maia Forte (1933), na obra *Memórias da fundação da Vila de Iguaçu* (1933), não teria encontrado nenhuma prova para a extinção da vila, muito menos explicações para a divisão do território entre Vassouras e Magé. Pereira (1970), acrescenta que “aqui se originou uma confusão que perdurou até quando o prof. Ruy Afrânio Peixoto a dissipou [...]” (PEREIRA, 1970, p. 17). Para Pereira (1970), Afrânio (1968) esclarece que ações do comendador Francisco José Soares na Assembleia Legislativa da Província foram fundamentais para articular a restauração da vila, em 1836.

Além da utilização da documentação, que compõe a obra de Afrânio (1968), a ênfase nas explicações sobre a responsabilidade do ocorrido faz parte de um uso político de valorização da atuação local para a recuperação do prestígio da vila. Pode-se dizer que a produção de Waldick Pereira (1970) tem recebido certo reconhecimento, pois passou a apresentar uma preocupação em expor as

fontes e uma certa problemática, características de uma produção mais “profissional da escrita”.⁴³

Nessa perspectiva, as obras produzidas na região, entre as décadas de 1960 e 1970, mesmo inseridas no contexto de profissionalização do campo, ainda possuíam marcas de uma produção regional com características da primeira metade do século XX, preocupadas em identificar as características geográficas e as particularidades da região, ao valorizar as contribuições para o Estado e a nação, a partir de abordagens político-administrativas. As obras de Waldick Pereira estariam nesse perfil e, de certa forma, os escritos vinculados a ele ou ao seu lugar de produção, os institutos locais, acabaram recebendo certas generalizações, o que desconsidera o lugar dessas escritas em cada conjuntura e seus usos do passado.

“Da República até a instituição do município de Duque de Caxias”: escritas sobre um município emancipado

Duque de Caxias, o primeiro município emancipado de Nova Iguaçu, seguiu a cultura histórica da “Iguaçu mãe”, e também se preocupou em realizar registros sobre o passado. Como parte da invenção da tradição do município, e seguindo a cultura histórica da região, em seu 15º aniversário, em 1958, entre as ações de comemorações do “aniversário de autonomia do município”, foi publicado o livro de José Lustosa (1958), *Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais*. Assim, antes da criação de espaços institucionais preocupados com a escrita da história na cidade, já ocorriam estímulos no município à produção de pesquisas, e a obra foi relevante e repercutiu nos estudos seguintes.

Lustosa (1958, p. 274) era dentista e escreveu o livro nos “minutos roubados à clínica e às demais atividades múltiplas de escritor, historiador e cientista”. A obra inaugurou a produção

43 Waldick usou a perspectiva de “ciclos econômicos” que era uma marca dos estudos universitários em história na década de 1970, além disso seu livro “Cana, Café e Laranja” foi publicado pela FGV.

historiográfica em Duque de Caxias, com o discurso sobre o “progresso” da região e ao reforçar que seus estudos continham “informações úteis”. O texto chamou a atenção para a utilidade da publicação como um mecanismo de valorização dos avanços das pesquisas do autor para o período, e não se limitava às questões e aos dados das obras sobre a criação da Vila de Iguaçu, mas foi um trabalho composto sobre o município de Duque de Caxias e suas contribuições.

A obra é parte da construção do território, com uma narrativa sobre as lideranças, as ações e as transformações do município na e para a Baixada Fluminense. A representação do espaço, das escolas e das empresas foi instrumento do uso do passado para solidificar uma imagem do município, com destaque para as contribuições que a história local teria para a grande pátria. Nesse sentido, o livro de Lustosa (1958) se destaca por ser o registro sobre o primeiro município emancipado, com dados sobre o que deveria ficar na memória da população.

Ele iniciou a obra com a seguinte epígrafe: “a história é a testemunha dos tempos, mestra da vida, luz da verdade” (LUSTOSA, 1958, p. 13), e acrescentou com palavras finais no livro:

a terra boa e generosa, progredindo ainda mais pelo trabalho continuado das gerações vindouras, melhor retribuirá todo o esforço patriótico desses colaboradores a quem deve caber todo o mérito do trabalho ora editado, destinado a homenagear o querido povo da terra, no momento em que vamos comemorar o 15º aniversário da emancipação política (LUSTOSA, 1958, p. 274).

Esses apontamentos do autor rendem à obra de Lustosa (1958) um rótulo, entre os estudiosos mais recentes na região, de uma produção “memorialista”, apenas preocupada em registrar dados bibliográficos, nomes e datas, com uma perspectiva de uma história “mestra da vida”. Isso poderia explicar, além da epígrafe e das palavras finais do autor, a própria abordagem inicial da obra com tom patriótico, na qual Lustosa (1958) fez uma “homenagem especial” a Luiz Alves de Lima e Silva. Para o autor, esse “grande e genial inspirador da terra em que vivemos e para a grande-

za da qual trabalhamos: Duque de Caxias” (LUSTOSA, 1958, p. 17) não poderia ser esquecido. O registro bibliográfico do Duque de Caxias contém os “títulos”, os “feitos militares”, as “comendas, condecorações e brasões”, e a ênfase que, para o povo do município de Duque de Caxias, o patrono do Exército, nascido em terras da extinta Vila de Estrela, seria um exemplo. Destacam-se as palavras de exaltação: “povo do Município de Duque de Caxias, – olhai bem para o alto, fitai o firmamento, vêde o céu, atentai bem, e nele vereis a tela maravilhosa, lá está Luiz Alves de Lima e Silva, lá estão páginas da história pátria, exemplos a serem imitados” (LUSTOSA, 1958, p. 18).

Além disso, o livro, que contém 275 páginas, apresenta muito de topografia, levantamentos de bairros e registros de instituições locais. Com dados específicos dos estabelecimentos comerciais, das escolas, dos centros culturais e das empresas, responde à proposta do título *Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais*.

Na nossa leitura, essa produção não pode ser vista como uma “fonte” para pesquisas sobre a região, já que é possível perceber que o livro faz parte do perfil das escritas do período e apresenta as marcas das demandas de uma cientificidade da disciplina. O autor realizou um recorte temporal de quatro séculos (1568-1958), em que vinculou a história do município, no período da escrita, à “origem das antigas sesmarias”, ao estabelecer relação entre presente e passado. Nesse sentido, a abordagem não é exemplar, mas com foco linear. Ele considerou que é necessário realizar “um rápido retrospecto de todo movimento evolutivo” (LUSTOSA, 1958, p. 22), ao apresentar dados sobre as configurações “para o Estado do Rio de Janeiro, antiga província desse nome” (LUSTOSA, 1958, p. 22), com base na obra *A terra Goitacás*, de Alberto Lamego (1913).

Lustosa (1958), ainda, apontou para informações sobre a constituição do município de Duque de Caxias, considerando os seguintes títulos: “Iguassu era Vila”, “Nova Iguacu”, “Distrito de Caxias” e “Duque de Caxias”. Para tanto, fez uso da obra de José Matoso Maia Forte (1933) como referência dos dados sobre

a Vila de Iguassu, com uma perspectiva linear, organizada em etapas da constituição do território, que vai da Vila de Iguassu à Duque de Caxias. Isso sem ignorar as alterações nos “distritos” e como foram se estabelecendo após a emancipação do município, bem como as configurações e as novas divisões distritais, como pode ser identificado na última seção “Distritos”, do segundo capítulo, quando Lustosa (1958, p. 23) mencionou que, “pelo Ato da Disposição Constitucional Transitória, foi desanexado o Distrito de Meriti que passou a constituir um novo Município o de São João de Meriti”.

À medida que o autor desenvolveu os capítulos seguintes e as etapas de construção do território, sustentou seus argumentos com a obra de Mattoso Maia Forte (1933), com referência aos registros de Monsenhor Pizarro e às informações da *Revista do IHGB*, com indicações de tomo e folhas. Com um recorte temporal bem definido, destacou: “feitas estas considerações, retornaremos aos meados do século XVI, para caracterizar minudências históricas, e revelar a evolução sócio-religiosa” (LUSTOSA, 1958, p. 24). A partir de uma leitura das construções religiosas na região, ele apontou para as marcas colonizadoras, considerando as construções de templos e o desenvolvimento econômico, com balanços econômicos, nomes e volumes de produção no território.

A abordagem é administrativa e política, e parte da presença católica para as organizações e os controles coloniais, bem como do destaque dos agentes que realizaram interferências para garantir as transformações e os “avanços”. Para Lustosa (1958), até meados do século XIX, a região da sede do atual município entra em colapso, e isso seria visível com a própria construção da igreja na “velha Trairaponga”, em que restava apenas “grossas paredes, que teimavam em resistir”. A igreja seria um símbolo para o autor, pois, com a restauração da igreja em homenagem a Santa Teresinha do Menino Jesus, com missa celebrada em 11 de setembro de 1930, foi grande a “importância social dentro do território que hoje constitui o nosso município de Duque de Caxias” (LUSTOSA, 1958, p. 27).

Já na seção 3, dedicado aos antecedentes do “advento republicano”, Lustosa (1958, p. 28) abordou os motivos da decadência na região e destacou a devastação das matas, a obstrução dos rios e “os poucos cuidados dispensados aos escravos”. Somente com a chegada da estrada de ferro, uma realização que, para ele, foi “ciclópica”, a esperança seria restabelecida. Isso implica no destaque que atribui à primeira estação de ferro do Brasil, com “14,5 km entre o porto de Mauá e a Fazenda de Fragoso, nas imediações da raiz da serra da Estrela” (LUSTOSA, 1958, p. 28), e com a inauguração, em 1886, da “The Rio de Janeiro Northern Railway”, que ligava a cidade do Rio de Janeiro à Estação de Meriti, mas que, para o autor, ainda não merecia nem o título de povoado. Segundo sua análise, a Estação de Meriti teria limitada expressividade de escoamento e poucas propriedades no entorno.

A mudança positiva desse cenário é atribuída à figura de Nilo Peçanha, “o pioneiro das obras de saneamento da Baixada, o homem, de cuja iniciativa e ação, partiria o grande elemento de que tanto careciam os moradores locais: água potável, e, encanada [...]” (LUSTOSA, 1958, p. 29). Assim, é a partir da figura de Nilo Peçanha que o autor seguiu os apontamentos de crescimento e desenvolvimento do município, ao indicar os desdobramentos das linhas férreas, com aumento do número de trens e de viagens, e a abertura da Estrada Rio-Petrópolis. De acordo com esse novo cenário, Lustosa justificou o movimento de desmembrar o território para a criação do distrito de Caxias, em 1931, com sede na Estação de Meriti.

Rui Fernandes (2009), ao analisar as publicações fluminenses das primeiras décadas republicanas considerou que, após a intervenção federal em 1923, no Estado do Rio de Janeiro, a presença de novos grupos no poder promoveu uma valorização das escritas locais. Com a criação da agremiação da “Renascença Fluminense”, que recebeu o apoio de Feliciano Sodré, interessado em apagar o prestígio de Nilo Peçanha, ocorreu um investimento de produções que visava uma valorização no passado colonial, desconsiderando o passado recente (nilismo) para contar a história

regional do Estado. Com a construção de monumentos, os livros recuperaram, no passado mais distante, uma imagem positiva do Rio de Janeiro no cenário nacional (FERNANDES, 2009).

O que se pode observar, na obra de Lustosa (1958), é um movimento inverso para a construção de uma referência temporal do município de Duque de Caxias. O período colonial foi retratado, por ele, como lento e isso se justificaria porque as “leis que regulavam a colonização, não obedeciam a um planejamento eficiente, eram tão contraditórias que não permitiam uma diretriz única. [...] Talvez, o fenômeno, até explique a razão de havermos passado tanto tempo sem iniciativas dignas de registro” (LUSTOSA, 1958, p. 32).

Marlucia Souza Souza (2014) confirma que Nilo Peçanha era visto como “redentor” da região. O interesse em manter a base política na região fluminense fez com que, após assumir a presidência da República, Nilo Peçanha tenha realizado investimentos em saneamento,⁴⁴ o que podia ser visto nos periódicos locais:

Meriti gozava de má fama não só pela febre palustre, como pelas arruaças constantes provocadas pelos maus elementos [...]. Existia um carro de aves na estação servindo de cadeia e uma tina de água salgada fora. Depois da clássica surra, eram os marginais banhados na tina [...]. Pouco a pouco Meriti ia melhorando. Depois da água que Nilo Peçanha deu e de algum saneamento, Meriti já não era mais Meriti do pavor. [...] O sentimento era de renovação (Jornal *Tópico*, 1958 *apud* SOUZA, 2014, p. 91).

As primeiras medidas de saneamento na Baixada Fluminense foram realizadas pela Comissão de Estudos e Saneamento Baixada, em 1844, sem resultados impactantes. Em 1911, Nilo Peçanha promoveu investimento que beneficiou a região e os arredores da Estação de Meriti, atual Duque de Caxias. As medidas foram encaradas como mecanismos que diminuiram o “pavor”, o que garantia condições de permanência e a venda de lotes em Meriti, que, devido

⁴⁴ Souza (2004) amplia a leitura sobre a atuação das famílias que controlavam as atividades comerciais e que estavam ligadas diretamente à organização administrativa, como os Teles Bittencourt.

à proximidade com o Distrito Federal, favoreceu a especulação imobiliária e o crescimento populacional (SOUZA, 2014).

Lustosa (1958) não apenas exaltou Nilo Peçanha, mas o período republicano como um todo, tanto que o capítulo 4 do seu livro recebeu o título “Da República até a instituição do município de Duque de Caxias”. Para ele, Nilo Peçanha seria o “verdadeiro iniciador do saneamento da Baixada, o homem que rasgando o solo fez com que sepultassem nele as artérias de ferro por onde ia correr livre o vital e precioso líquido da vida (LUSTOSA, 1958, p. 58). Essa seria a abordagem para o que ele chamou de “marcha da vitória” para chegar à “CAXIAS” (LUSTOSA, 1958, p. 59).

A narrativa do autor é no sentido de que as ações realizadas para a emancipação do município estavam conectadas com os movimentos que promoveram condições de habitação na região. Esses registros são vinculados às iniciativas de determinados personagens que estiveram à frente de espaços que se configuraram em bairros, o que fez com que ele valorizasse as compras de terras por Manoel Corrêa de Mattos, entre outros, que investiram na especulação imobiliária, especialmente, por conta da construção da Rodovia Rio-Petrópolis.

Lustosa (1958) valorizou o governo de Washington Luís e destacou que o governo, com o “slogan ‘governar é abrir estradas’” foi importante para o desenvolvimento da Vila de Meriti e que os novos caminhos eram favoráveis ao crescimento populacional. Conforme suas palavras: “a região assolada pela epidemia do impaludismo vendia a alto preço, cada palmo de terreno recuperado” (LUSTOSA, 1958, p. 62). Assim, após o registro sobre o papel da rodovia e as iniciativas de ocupação dos terrenos, o autor seguiu sem problematizar o registro sobre a “evolução política”, com dados desde a criação do distrito, em 1938, de Caxias, a emancipação, em 1943, e as realizações durante o governo de Francisco Corrêa, em 1958.

O autor também detalhou os “melhoramentos urbanos” e suas fases, desde a emancipação até o início da década de 1950,

em uma narrativa que abarcou as disputas políticas locais e fluminenses, com mais relatos dos investimentos para o período dos prefeitos Braulino de Mattos Reis e Francisco Corrêa – o último que teria financiado o livro de Lustosa (1958), o terceiro prefeito da cidade e da oposição. O primeiro prefeito eleito foi Gastão Reis, do Partido Social Democrático (PSD), que reforçou poder do Amalismo na Baixada Fluminense e foi seguido por Braulino Mattos Reis, em 1950, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que conseguiu a vitória de seu sucessor, Francisco Corrêa, em 1954.

Os registros sobre o município foram compostos por inúmeros detalhes sobre os aspectos físicos da região, os limites geográficos, as ruas, os rios, entre outros. Os levantamentos não são apenas de números, mas indicam os desejos e os projetos para o recém-criado município, o que pode ser evidenciado nos dados sobre as escolas. Na apresentação das diferentes instituições, constam dados, como a quantidade de alunos, de professores, salas, a localização, e também contém pequenas descrições sobre o local, normalmente, com severas críticas aos espaços municipais. Para Lustosa (1958, p. 124), a relação entre ensino e crescimento populacional não estava satisfatória, e isso estava inserido na hierarquia das instituições, na qual “o ensino particular um dos fatores decisivos na formação da personalidade e do caráter das crianças, secundado de perto pelo ensino Municipal”. Esses dados são emblemáticos para se entender as relações e os investimentos que seriam priorizados pelos agentes governamentais e os interesses políticos.

Assim, essa produção sobre Duque de Caxias é mais que uma mera continuidade da obra de Mattoso Maia Forte (1933). Ela foi reflexo dos interesses locais e impactou nas disputas políticas, o que pode ser identificado com os trechos do jornal *Tópico* (1958, p. 8 *apud* ALMEIDA, 2017, p. 75): “depois da água que Nilo Peçanha deu, e de algum saneamento, o povo já queria novas condições de vida – aqui já não era mais a ‘Meriti do Pavor’, como era conhecida”.

O jornal *Tópico*, da década de 1950, tinha, entre seus fundadores, Barboza Leite, que veio do Ceará e decidiu migrar para Duque de Caxias na década de 1950, depois de ter conhecido a cidade por meio de um outro nordestino, Solano Trindade, com quem trabalhou no IBGE. Solano Trindade era um ativista das questões artísticas e políticas, e os dois se tornaram referências culturais para a cidade (ALMEIDA, 2017).

Essas leituras sobre a cidade e os contatos entre os agentes são importantes para pensar os impactos e os registros sobre a região, além do próprio financiamento do IBGE para a publicação do livro. As influências são percebidas por meio de determinados tópicos no livro de Lustosa (1958), como “Estatística”, na qual destaque que: “a estatística é a bússola das administrações”:

[...] todos os louvores, todos os aplausos e o mais franco apoio dos brasileiros, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que, sob a presidência do Prof. Jurandyr Pires Ferreira, vem realizando trabalho altamente patriótico [...] o município é a chave de toda essa entrosagem, cabendo, entretanto, aos Estados a orientação, sob os moldes da padronização geral, observada, no país (LUSTOSA, 1958, p. 208).

O IBGE foi criado em 1936 e influenciou as produções dos períodos. A instituição valorizou as escritas com o investimento no reconhecimento populacional, visto que, em 1940, organizou o seu primeiro censo, sob a responsabilidade do geógrafo italiano Giorgio Montara, focado no levantamento, na sistematização e na análise dos dados populacionais.

Na década de 1960, o IBGE se constitui como a principal fonte oficial de pesquisas e informações analíticas no Brasil. O investimento da instituição em ampliar os estudos demográficos culminou com a criação, em 1967, do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos (CBED), com foco em pesquisas e produções com os dados populacionais. Durante os anos 1960 e 1970, o CBED ampliou seu quadro técnico e isso implicou nos enfoques de análises, especialmente, porque, entre os novos membros, estavam profissionais não apenas na área demográfica, mas das Ciên-

cias Sociais, Econômicas, Estatísticas, Geográficas, entre outras. Isso implicava, diretamente, sobre o entendimento da dinâmica da população brasileira e fundamentou o planejamento e a definição de políticas públicas (SIMÕES; OLIVEIRA, 2017).

Essa configuração impactou nas análises dos censos dos anos anteriores e dos anos seguintes. A busca concentrou-se nas tendências da dinâmica demográfica brasileira, tanto estadual, quanto regional, o que fez com que esses estudos fossem importantes para a elaboração das projeções populacionais e das estimativas municipais para o período (SIMÕES; OLIVEIRA, 2017). O investimento realizado pelo IBGE teve repercussão nas produções e nos estudos, especialmente, com o foco regional.

Esses estudos foram significativos para as definições e os conceitos sobre Baixada Fluminense, ao definir os municípios que compunham a região e o que representavam. Assim, as produções que se seguiram sobre a história da cidade de Duque de Caxias recebiam o legado dos sentidos e das importâncias da geográfica da região, com o favorecimento de rios e das estradas. Continuaram pautando as leituras sobre as continuidades e mudanças na região com base nos caminhos e na relação da sociedade com as condições geográficas. Os autores receberam apoio para investimentos de produções com foco demográfico regional, por meio dos vínculos de agentes na cidade de Duque de Caxias com membros do IBGE, como Barboza Leite, o que se refletiu nas escritas e nos registros sobre o território.

As escritas, com foco na Vila de Iguaçu, apresentaram a necessidade dos autores em definir e reconhecer o Recôncavo da Guanabara e suas transformações, e a ferrovia foi um elemento utilizado para indicar os avanços e a participação da região nos projetos econômicos fluminenses, fatos que foram comemorados. As obras desses autores favorecem a compreensão de que, apesar da decadência da região, com a transferência da sede administrativa para Maxambomba, era preciso reforçar uma narrativa de valorização da ferrovia como um “novo caminho” de progresso na Baixada Fluminense e de contínuo crescimento, por meio das lideranças de cada período.

A obra de Lustosa (1958) está entre a produção de Forte (1933) e os autores seguintes do IHNI, e também contém uma abordagem com foco nas particularidades geográficas, nos caminhos e nos avanços no novo município. Ele fez uso das fontes do IHGB, de dados dos viajantes e informações do IBGE, com um recorte temporal que avança até a década de 1950. A escrita recebe as marcas do diálogo entre História e Geografia, e faz parte da proposta de uma história local que contribui para o todo da nação, além de sedimentar bases para uma leitura sobre a região, na perspectiva de estabelecer relações de dependência e complementaridade ao Rio de Janeiro, ainda capital do Brasil.

Instituto histórico: alguns passos historiográficos sobre a cidade

Uma das primeiras produções de agentes oriundos do Instituto Histórico, com foco na História da cidade de Duque de Caxias, foi a obra de Dalva Lazaroni Moraes (1978), *Esboço histórico geográfico do município de Duque de Caxias*. A proposta do livro aparece nas primeiras páginas, com o prefácio do interventor no poder executivo municipal Coronel

Renato Moreira Fonseca, que salienta: “[...] trata-se de uma obra de grande alcance e grande repercussão e será, é inevitável, meio propício à instrução e fonte geradora de consulta, nos diversos setores da vida regional” (MORAES, 1978, p. 1, grifo nosso). A obra de Dalva (1978) é realizada e publicada com o suporte do Instituto Histórico. Isso implicou em outros desdobramentos do material, como a publicação de um livro didático, utilizado no município, na década de 1990.⁴⁵

Dalva Lazaroni de Moraes era natural de Itaperuna, formada em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional, em Letras pela FEUDUC e em Direito pela SUAM, também foi uma das fundadoras do Instituto Histórico. Em 2001, era presidente da Casa França Brasil e realizou uma parceria com o governo do Estado

45 MORAES, Dalva Lazaroni. *O município de Duque de Caxias: sua terra, sua gente, sua economia*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1990. 100p.

para realizar a exposição “Devoção e esquecimento – presença do Barroco na Baixada Fluminense” (ENNE, 2002, p. 180-181).

Com forte atuação política na cidade, Moraes ficou na direção do Instituto Histórico até 1986 e seguiu em cargos públicos e com as escritas sobre a cidade.⁴⁶ Foi fundadora do Partido Verde (PV) e ocupou algumas pastas no município de Duque de Caxias, como a Secretaria do Meio Ambiente e da Cultura. Além disso, foi a primeira mulher vereadora do município e, em 1988, se candidatou ao governo do Estado do Rio de Janeiro, mas foi derrotada no segundo turno por Anthony Garotinho. Em 2004, candidatou-se à vereadora do município do Rio de Janeiro e foi eleita para primeiro suplente. Em 2011, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) de Duque de Caxias. Até 2016, ano de seu falecimento, foi atuante em atividades públicas e escritora ativa, com mais de 30 obras publicadas (DANTAS; NASCIMENTO; SANTOS; CACIMIRO, 2008).

O livro *Esboço histórico geográfico do município de Duque de Caxias* (1978) está dividido em cinco capítulos: “A terra duquecaxiense”, “412 anos de história”, “Aspecto turístico do município”, “Coletânea de termos indígenas na toponímia duquecaxiense” e “Coletânea de leis do interesse do município de Duque de Caxias”. A organização da obra de Moraes (1978) segue os moldes da produção realizada 20 anos antes por José Lustosa (1958), com caráter linear e com ênfase nos aspectos geográficos da região e nas informações das principais famílias que teriam atuado para a construção da cidade de Duque de Caxias. A autora inclui, na produção de 1978, como Lustosa (1958), dados estatísticos, limites geográficos da região, desde as freguesias até os anos 1950, e acrescentou termos indígenas e as leis do município.

O livro inicia com informações gerais, sobre relevo, migrações, comércio e estrutura econômica da “A terra duquecaxiense”, considerando, como fontes, dados da Assessoria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias para os

46 Entre suas obras, destaca-se o livro *A história de Armanda Álvaro Alberto* (2010), que conta a trajetória da fundadora da escola Mate com Angu, em Duque de Caxias.

registros sobre os bairros. Moraes (1978) ainda produz um gráfico com o registro de crescimento populacional do município de 1910 a 1970, e considera que: “estimativa feita em 1975 pelo IBGE. Mantendo o ritmo de crescimento atual, através de estudos feitos pela Assessoria de Planejamento e Orçamento da PMDC e FUNDREM, a população atingirá novecentos mil habitantes em 1980” (MORAES, 1978, p. 15, anexo 13A).

Para a autora, a população da região, com 800 habitantes em 1910, teria atingido um crescimento significativo em 1970, e manteve essa expansão ao longo dos anos. Para ela, isso é resultado da atuação de homens e mulheres que chegaram à cidade e que muito se empenharam para o seu crescimento e desenvolvimento. A obra tem um volume de documentos transcritos como: “a Relação das Sesmarias (1565-1796) – Transcrito Revista do Instituto Histórico – v. 63 (1900) p. I” (MORAES, 1978, p. 30); transcrições dos registros sobre as novas demarcações territoriais no Rio de Janeiro, realizadas por Monsenhor Pizarro, na obra *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Além de fontes transcritas, a autora insere mapas e destaca o valor da mapoteca do Itamaraty, pois seria “fonte valiosa de pesquisa, na qual encontramos a carta geográfica do Rio de Janeiro datada de 1666, onde observamos, à direita do mapa, os rios ‘MIRITI, SIMPUIY E AGUALLU’ (Meriti, Sarapuí e Iguçu)” (MORAES, 1978, p. 32, Anexo 32A).

O registro sobre o crescimento populacional, com dados migratórios, destaca deslocamentos de outros Estados do Brasil e do próprio interior do Rio de Janeiro, em especial, do norte-fluminense, como “Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Pádua e diversas outras cidades daquela redondeza” (MORAES, 1978, p. 14). Para a autora, esses “homens e mulheres” são os que “sobressaíram e ainda trabalham em prol das letras, das artes, da educação e cultura, da política e do comércio, da indústria e da saúde”, eles seriam “criaturas que deixaram seu torrão natal em busca de trabalho mais bem pago e com esperanças de melhores condições de vida”, e teriam promovido o crescimento populacional e, desse modo, seriam esses “jovens que deram o melhor de si, transformando-se

em duque-caxienses por merecimento” (MORAES, 1978, p. 14, grifo nosso).⁴⁷

O próprio recorte temporal estabelece como se deu a ocupação do território e as nomenclaturas, bem como define quem deve ser homenageado ou quem deve ser o representante da cidade. O recorte temporal considera “412 anos de História”, com uma narrativa que acompanha a chegada dos portugueses no Brasil, o interesse para o espaço territorial do que é hoje a Baixada Fluminense e a construção da cidade de Duque de Caxias. A abertura do capítulo salienta os seguintes pontos:

a terra era selvagem e os índios deram-lhe seu nome: JACUTINGA; Os lusitanos vieram e cristianizaram-na com o nome SANTO ANTÔNIO; O “peixe martelante” lhe empresta TRAIRAPONGA e o home [sic] batiza-a SÃO JOÃO; Por causa da “água pouca” ou da palmeira brasileira chamaram-na MERITI... e os filhos da terra homenageiam outro maior: DUQUE DE CAXIAS... e assim há de ser (MORAES, 1978, p. 23).

Com dados sobre as sesmarias, o povoamento e as freguesias, a proposta da autora não é apenas se posicionar e marcar seu direito sobre o registro do passado, mas sobretudo informar a quem pertence o futuro da cidade. A autora reserva uma seção da obra para falar dos “filhos ilustres nascidos no tempo das freguesias”, com destaque ao Duque de Caxias. O registro de nomes e personalidades, como condes e barões, é mecanismo de homenagem e investimento desses “ilustres” à cidade, como no caso do Barão do Pilar, que “era tal seu amor pela terra que preferiu empobrecer aqui onde possuiu fortuna, fama e título a deixá-la. A decadência de Pilar foi a sua própria” (MORAES, 1978, p. 82).

As ações desses “illustres” teriam proporcionado a ocupação do território e atuação para o que Moraes (1978) aborda como os

47 Sendo a autora oriunda do norte-fluminense, a ênfase sobre o “merecimento” implicaria também no direito à escrita sobre a cidade. Os prefácios, os agradecimentos e as introduções dos autores sobre Baixada Fluminense apresentam, de forma recorrente, os locais de nascimento, seja para enfatizar o “direito” ao registro sobre a região, por nascimento no local, ou mesmo para enfatizar o período em que o autor realizou o deslocamento para região e os seus vínculos.

ciclos econômicos realizados por esses agentes durante o período colonial na região. Para a autora, “a Baixada Fluminense foi uma das zonas disputadas no período da conquista e do povoamento da Província do Rio de Janeiro”, mas apenas “teve suas terras desenvolvidas e privilegiadas nos dois últimos séculos” (MORAES, 1978, p. 85), com destaque aos rios para o potencial de circulação de mercadorias na região.

Nesse sentido, o trabalho aborda o papel dos caminhos para o crescimento dos povoados e o estabelecimento das vilas, mas não atribui relevância à Vila de Iguaçu, que ocupa apenas uma página de registro. O foco é o papel e o significado de Duque de Caxias, bem como a atuação de determinadas figuras, como a de Arminda Álvaro Alberto.⁴⁸

A contribuição dos primeiros habitantes do território consta no levantamento dos nomes indígenas para as ruas do município, cujo pedido era para “despertar na população para os anos que envolvem nossas memórias indígenas” (MORAES, 1978, p. 221). No que se refere à população negra, consta apenas referência à existência de quilombos, no capítulo sobre as freguesias, que eram vistos como ameaças aos moradores e em que eram indicados documentos com a atuação dos chefes de polícia para conter seu avanço. Além disso, há um parágrafo, na seção “Macumba”, que indica a existência desse “ritual afro-brasileiro” que atraía muitos turistas, como o “Centro de Joãozinho da Gomeia” (MORAES, 1978, p. 209).

Antes de registrar os aspectos turísticos da cidade e os nomes indígenas, a autora fez uma nota para indicar que esse primeiro volume estaria finalizado, mas que contaria com a participação de todos para um segundo volume e, então, pedia que a comunidade entregasse na Câmara Municipal informações e documentos com valor histórico (MORAES, 1978). A continuidade parece ter sido realizada por meio do livro didático de 1990.

⁴⁸ As representações de alguns “ilustres” como símbolos da cidade serão abordados no próximo capítulo.

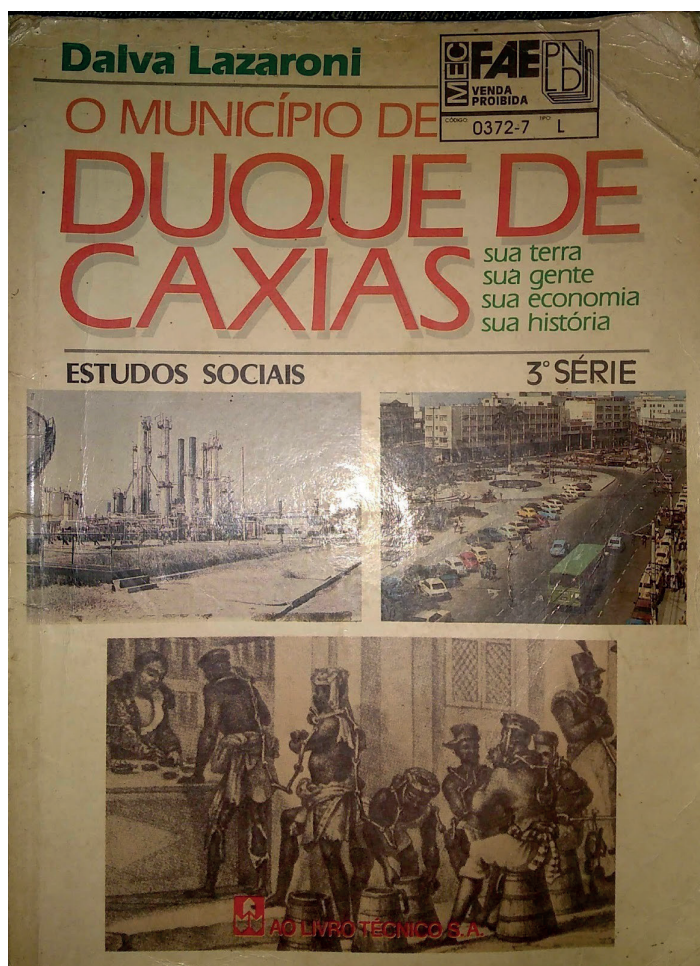


Figura 2 – Capa do livro (MORAES, 1990). Fonte: Arquivo pessoal (AUTORA, 2021).

Compondo a capa do livro constam imagens da REDUC, do centro da cidade e de pessoas escravizadas. No entanto, apesar do destaque aos escravizados, a autora não aprofunda o debate sobre a escravidão na região. Apenas apresenta um tópico no livro com o título: “De três raças: um povo”, destacando que “sentimos a presença do negro do índio e do português, nos alimentos, nos meios de transportes, utensílios, lendas, religião, palavras, música, arte e etc” (MORAES, 1990, p. 31). Assim, a imagem sugere um registro vinculado ao contexto de produção nos anos 1990,

no qual os debates sobre o centenário da abolição estavam em evidência. Isto é expresso na obra seguinte de Dalva Lazaroni de Moraes Moares: “Quilombo e Tiradentes na Baixada Fluminense: uma homenagem a Solano Trindade”, com primeira edição em 1991 e segunda em 2001.

Desse modo, a obra de 1990 distribuída para algumas escolas do primeiro segmento do município de Duque de Caxias parece ter sido resultado das pesquisas realizadas para o livro *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias* (1978), mas em diálogo com o contexto. Nele, a autora na apresentação destaca:

Ao aluno:

É com alegria que lhe entrego esta obra sobre o município de Duque de Caxias, resultado de longos anos de pesquisa e, por isso mesmo, gratificante. Depois, sendo usada por você, tem possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da sua consciência social. Isto porque, investigando a História e a Geografia da Cidade, analisando os erros do passado, podemos criar recursos capazes de diminuir a pobreza da nossa gente [...] e convido você a buscar mais informações sobre os dados narrados (MORAES, 1990, p. 1).

O livro *Duque de Caxias: sua terra, sua gente, sua economia, sua história* (1990) não apresenta referências bibliográficas, e no que se refere ao conteúdo, parece ser uma continuidade de seu livro de 1978, no qual a autora não realizou diálogos profundos com outros autores. Ela fez referência apenas a Matoso Maia Forte (1933) e esclarece, em outra nota explicativa, que se baseou e adaptou a obra de J. Romão da Silva (1966), *Denominações indígenas na toponímia carioca* para mencionar e compilar sobre os termos indígenas. A abordagem da obra seguiu um padrão das primeiras produções sobre o território, ou seja, foram mantidas as influências do diálogo entre a história e geografia, tão recorrente na escrita da História do início do século XX, com destaque ao potencial dos “caminhos” para o crescimento e o desenvolvimento do território.

As gerações seguintes de pesquisadores abordaram novos protagonismos e disputas no território, mas muitos mantiveram

o registro sobre a formação da freguesias e/ou vilas, ou seja, solidificaram, na base das pesquisas sobre a Baixada Fluminense, o registro sobre o passado colonial, e utilizaram os “caminhos” com um certo protagonismo na história da região.

Definições sobre a Baixada Fluminense: impactos a partir da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro

O conceito de Baixada Fluminense e suas problematizações atravessam e compõem as transformações políticas no Estado. Com a fusão do Estado da Guanabara ao do Rio de Janeiro, em 1975, demandas antigas da região, como as questões de infraestrutura, receberam uma certa centralidade diante das expectativas do cenário político e econômico sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro. Muitas pesquisas e estudos foram realizados e colaboraram para leituras e conceitualizações sobre a Baixada Fluminense, o que acreditamos ter contribuído para uma invenção identitária do território, por meio de referências e sobre as condições geográficas da região.

Parece um consenso entre os pesquisadores que o conceito de Baixada Fluminense é polissêmico e que as definições correspondem às propostas de cada pesquisador. Entretanto, é comum que as definições do espaço se confundam com as conceituais, e isso poderia se explicar com a apropriação de terminologia utilizada desde antes da ocupação europeia, considerando as definições dos nativos: Iguassu. A definição de “iguassu”, em tupi, significa “muita água”, o que se justificaria pela presença do rio Iguaçu, com muitas terras alagadiças. Assim, a sesmaria de Iguaçu, que poderia ser identificada, atualmente, com os municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita, aparece nos registros do período da ocupação europeia, entre os séculos XVI e XIX, com os termos de Baixada Iguaçuana e Bacia do rio Iguaçu (MARQUES, 2006).

Os geógrafos realizaram definições considerando os aspec-

tos das áreas de terras baixas e alagadiças. Para alguns, as definições compreenderam a Serra do Mar e a Baía de Guanabara, o que seria entre Campos dos Goytacazes e Itaguaí. Outras abordagens fisiográficas operaram com a região do entorno da Baía de Guanabara, entre Cachoeira de Macacu e Itaguaí. Esse último recorte ficou denominado de Baixada ou Recôncavo Guanabarino, uma definição recorrente nas obras dos historiadores que trabalham com esse espaço para o período colonial. Nesse sentido, as leituras físicas da definição de Baixada Fluminense poderiam englobar as definições do que seria a Baixada da Guanabara ou Recôncavo da Guanabara (COSTA, 2009).

Para Manoel Ricardo Simões (2006), não existe uma definição precisa da Baixada Fluminense, com limites e municípios específicos, pois ela pode variar conforme os interesses do pesquisador. Entretanto, parece unânime que Duque de Caxias e Nova Iguaçu sejam “o núcleo duro” da região, e que também sejam considerados como parte desse território os “municípios satélites”: São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri. Os embates estariam nos municípios mais a oeste, leste e norte, como: Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi, que podem ou não ser incluídos por determinados autores. Uma das possíveis explicações desse agrupamento para a Baixada Fluminense seria a derivação dos atuais municípios do antigo município de Iguaçu. Nesse sentido, os municípios que não derivaram dessa “Grande Iguaçu”, como Itaguaí, Paracambi e Seropédica, para alguns autores, não poderiam ser considerados pertencentes à Baixada Fluminense (SIMÕES, 2006). Simões (2006, p. 3), na tese desenvolvida no programa de Geografia, *Cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*, opera com o conceito de Baixada Fluminense do seguinte modo:

[...] um conceito geopolítico, a Baixada Fluminense como sendo a parcela da Região Metropolitana que engloba os municípios e distritos que fizeram parte dos antigos municípios de Iguaçu e sua vizinha Estrela, ou seja, os atuais municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João

de Meriti, Duque de Caxias e o distrito de Inhomirim do município de Magé.

Esta região tem em comum um passado histórico ligado aos portos fluviais e caminhos que ligavam o Rio de Janeiro ao interior do país e uma ocupação recente baseada nos loteamentos populares próximos aos ramais ferroviários e suas estações (grifo nosso).

A definição proposta nos permite observar como as leituras sobre a Baixada Fluminense, a partir da Geografia, influenciavam nos registros sobre a importância das travessias na região. Os caminhos que ligavam o território ao Rio de Janeiro são recuperados, em muitas obras, com destaque para as vias fluviais e as ferrovias, bem como para o potencial de tais caminhos para o crescimento populacional.

De acordo com Pierre Alves Costa (2009), em sua tese *Duque de Caxias (RJ) de cidade dormitório à cidade do refino e do Petróleo: um estudo econômico-político do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970*, a região, a que ele se refere como Baixada da Guanabara, recebeu investimentos no início do século XX para sua integração física ao espaço carioca, com foco em drenagem. As ações nas várzeas, o controle da malária, associada à disponibilidade dos eixos ferroviários que integravam a Central e a Leopoldina à Baixada Fluminense, permitiu a expansão da região metropolitana significativamente, do mesmo modo como ocorriam investimentos para o processo de expansão em direção a São Gonçalo. Costa (2009, p. 151) considera que:

[...] na década de 1920, estavam lançados os alicerces para formação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Sua estrutura urbana também se cristaliza possuindo, cada vez mais, uma forma dicotômica: um núcleo bem servido de infra-estrutura, onde a ação pública se tornava presente com grande fervor e onde moravam as classes mais ricas, e uma periferia carente dessa mesma infraestrutura [...].

Os estudos sobre os loteamentos, característicos dos desdobramentos dessa expansão da região metropolitana, foram frequentes entre as décadas de 1950 e 1960. A obra de Pedro Pinchas

Geiger (1956) é uma referência para o período considerando a importância dos estudos geográficos para a demanda de planejamento e de aproveitamento para atividades agrícolas. Para o autor, o caso da Baixada Fluminense seria um “exemplo interessante”, já que:

[...] planejou-se a realização das obras de saneamento, visando a uma intensificação das atividades agrícolas. Contudo, o que se observa é a extensão cada vez maior das atividades de loteamento de tipo urbano, a concentração nas cidades importantes. A especulação com as terras valorizadas pelas obras se opôs ao seu aproveitamento produtivo (GEIGER, 1956, p. 2).

Geiger (1956, p. 73) considerou o crescimento industrial e a urbanização da Baixada Fluminense, em sua obra, mas observou que “o produto mais valorizado em muitas áreas, nas quais está mais ativo o loteamento e a especulação imobiliária é a própria terra”. A partir da divisão das regiões da Baixada Fluminense em zonas econômicas, ele afirma que o planejamento não pode ocorrer dissociado da estrutura econômica e das atividades que elas podem promover.

Obras como a de Geiger (1956) foram significativas para a construção de referência de uma Baixada Fluminense no contexto de complementaridade do Estado. No contexto da fusão do Estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara, essas leituras foram potencializadas. Com um crescimento populacional expressivo, foram contínuos os registros sobre a região metropolitana, especialmente, considerando os aspectos políticos e a representatividade de algumas cidades da Baixada Fluminense para o Estado.

Duque de Caxias, enquadrada na categoria de Área de Segurança Nacional, estava sob a atenção direta da administração estadual. Foi notícia no, *Jornal do Brasil*, a presença de Faria Lima na posse de prefeitos em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro e em Niterói. Questões antigas da região da Baixada Fluminense, como água e segurança, foram abordadas pelo governador, que registrou que esperava “solucionar o problema da água e da segurança pública” (*O GLOBO*, 01/03/1975, p. 10 *apud* CANTALEJO, 2008, p. 128). O interventor em Duque de Caxias, Coronel Renato Mo-

reira da Fonseca, ao tomar posse na Câmara Municipal confirmou que esperava “corresponder a confiança depositada nele pelo Governador Faria Lima bem como atender as reivindicações do povo de Duque de Caxias” (*LUTA DEMOCRÁTICA*, 18/03/1975, p. 3 *apud* CANTALEJO, 2008, p. 129).

As antigas demandas sanitárias, no contexto da fusão dos Estados, receberam novas leituras e pesquisas. A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) definiu a Baixada Fluminense como Unidade Integrada à Oeste (UIIO), considerando características como grau de urbanização, infraestrutura, violência e densidade populacional. Essa pesquisa sobre a região revelou significativas carências, do ponto de vista do solo, das condições de transporte, saúde, educação, infraestrutura e lazer (SOUZA, 2014).

O movimento de pesquisas sobre a Baixada Fluminense nos cursos de pós-graduação, a partir da década de 1980, foi crescente, principalmente, na Engenharia e no Urbanismo, com destaque às questões estruturais e às desigualdades sociais. Souza (2014) realiza esse balanço das produções e destaca como os trabalhos identificam a impossibilidade de pensar ações de planejamento urbano para a cidade do Rio de Janeiro de forma isolada, ou seja, não era possível pensar medidas para o Rio de Janeiro sem considerar a região metropolitana. E acrescenta:

a concepção teórica que se tornou central para este conjunto de análises foi a que *interpreta a Região Metropolitana a partir da relação núcleo-periferia*. Dessa forma, a Baixada deixa de ser a área incorporada dos geógrafos, tornando-se a periferia urbana dos urbanistas. Suas deficiências de infraestrutura, suas populações carentes e o abandono do poder público receberam uma interpretação relacionada com o núcleo privilegiado, formado pelo Centro e pela Zona Sul da cidade carioca (ALVES, 1998 *apud* SOUZA, 2014, 28, grifo nosso).

Souza (2014) ainda chama atenção para os estudos do Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), que, a partir dessa perspectiva teórica, nú-

cleo – periferia, analisou a influência de políticas públicas sobre a construção da estrutura urbana. Maurício de Abreu (1997) foi um dos responsáveis pela pesquisa, e parte dela foi publicada com o título *Evolução urbana do Rio do Janeiro*, um trabalho que passou a ser considerado uma referência sobre a Baixada Fluminense nos estudos dos agentes.

Com o crescimento de pesquisas nos cursos de pós-graduação, com análise mais problematizadora sobre a região, o que se verificou, do ponto de vista local, foi que um grupo de estudantes da FEUDUC acompanhou esse movimento de debates, como foi apresentado no capítulo anterior. A participação frequente desses agentes em eventos da ANPUH também contribuiu para um acompanhamento dos avanços das produções, com a realização de leituras e diálogos com diferentes obras, que podemos destacar: Mario Griyszpan (1987), com análise sobre as lutas camponesas; Sonali Souza (1992), com a dissertação *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*; Flávio Gomes (1992), com o *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*, entre outras. Ao mesmo tempo, eles conseguiram promover suas produções, como a dissertação de Cláudio Alves (1991), *Igreja católica: opção pelos pobres, política e poder. O caso da Paróquia do Pilar*.

O fortalecimento desse grupo com as pesquisas sobre o local se enquadra em um cenário que promovia tais reflexões e problematizações sobre a Baixada Fluminense e o próprio conceito de Baixada Fluminense.⁴⁹ Os membros da FEUDUC, com muita diversidade temática de pesquisas, foram construindo narrativas sobre o território e fortalecendo uma referência identitária e problematizadora da construção territorial pautada na perspectiva teórica que observa a lógica periférica, no sentido de complementaridade do Estado do Rio de Janeiro.

49 Alguns trabalhos foram mais específicos na problematização conceitual sobre Baixada Fluminense, como o artigo de Alexandre Marques (2006), “Baixada Fluminense: da conceitualização às problemáticas sociais contemporâneas”, e a introdução da obra de Marlúcia Souza (2004), *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*.

Esses agentes questionaram as invisibilidades da região como parte dos processos de estigmatização da Baixada Fluminense. Desse modo, ao passo que promoviam uma oposição às primeiras escritas sobre a região, ao destacá-las como narrativas idílicas, essas pesquisas também realizam uma apropriação desses estudos para ressignificar os aspectos geográficos do território.

Baixada Fluminense: a invisibilidade territorial

Os rios e os seus usos marcaram a identidade territorial da Baixada Fluminense, desde o período colonial até os investimentos estatais para saneamento. A partir do século XVI, as imagens dos rios para a circulação de pessoas e mercadorias, com o registro de muitos viajantes pelos territórios, criaram um cenário de encantamento. No entanto, com o advento das ferrovias e a crescente estagnação de determinadas áreas portuárias, os rios sofreram com assoreamentos, com formação de brejos e pântanos, que contribuíram para a construção de imagens de áreas insalubres, com terrenos alagadiços e criadores de mosquitos, o que perdurou até o início do século XX. Desde o final do século XIX, mesmo com interesse e medidas para ações de saneamento na região, as medidas não se materializaram. Somente a partir dos anos 1930 ocorreram ações mais sistemáticas como parte dos projetos sanitaristas do Estado (BRITTO; QUINTSLR; PEREIRA, 2019). Os estudos sobre a Baixada Fluminense fortaleceram as marcas de uma identidade territorial constituída pelos rios, reforçando os usos e os significados das vias para a Baixada Fluminense.

Desse modo, considerando que a Baixada Fluminense representa construções e referências identitárias realizadas ao longo do tempo, ousou me apropriar da abordagem de Durval Albuquerque Júnior (2011) sobre “a invenção do Nordeste” para pensar a construção da identidade da Baixada Fluminense diante de uma subjetivação que opera com a alteridade. Assim, as escritas sobre a Baixada Fluminense parecem afirmar sua importância em comparação às produções e aos registros sobre a cidade do Rio de Janeiro e suas representações de poder para o cenário brasileiro em

diferentes tempos históricos. Considerar essa relação entre saber e poder, como o faz Albuquerque Júnior (2011, p. 32), permite avaliar como “a região se tornou uma problemática, que práticas discursivas e não discursivas fizeram esta questão emergir e à constituíram como objeto para o pensamento” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

A construção de narrativas sobre a invisibilidade da Baixada Fluminense promovida, especialmente, a partir dos agentes da FEUDUC, foi realizada com base nas crescentes produções oriundas dos programas de pós-graduação em Urbanismo e nas escritas das gerações anteriores na região. As obras estão vinculadas às práticas historiográficas das primeiras obras, especialmente sobre a Vila de Iguaçu, em destaque em meados dos anos 1990.

Em 1991, a Secretaria Municipal de Cultura de Duque de Caxias foi desvinculada da pasta de Educação, a única da Baixada Fluminense com esse perfil. O primeiro secretário foi Luiz Sebastião Pereira Teixeira, que exerceu mandato de vereador anteriormente e participou da elaboração da Lei Orgânica do Município, e foi sucedido por Stélio Lacerda, em 1992 (MARQUES, 2005).

Stélio Lacerda representa a autoridade de uma referência política⁵⁰ dos agentes ligados aos institutos históricos e às representações históricas da Baixada Fluminense. De acordo com as palavras de Alexandre Marques (2005, p. 132):

logo após assumir a secretaria Stélio reativou o grupo que o acompanhava desde os anos 70. O espaço de artes plásticas da escola, que funcionava nas dependências da Secretaria, recebeu o nome de Barboza Leite. Com o apoio do IHDC e do Conselho Municipal de Cultura publicou o boletim informativo *Espaço Cultural e divulgou o Festival de Samba com o tema “Caxias, uma nova imagem”* (grifo nosso).

50 Vale reforçar que, entre a década de 1960 e a de 1990, ele foi oficial de gabinete do prefeito Moacir Rodrigues do Carmo (1967-1970); chefe do Departamento de Educação e Cultura do prefeito interventor Coronel Renato Moreira da Fonseca (1975-1979) e primeiro secretário municipal de Cultura da Baixada Fluminense, nos governos de José Carlos Lacerda (1992), de Moacir Rodrigues do Carmo (1993-1996) e de José Camilo Zito dos Santos (1997-1998) (MARQUES, 2005). Além de ter realizado o curso de pedagogia no Instituto Roberto Silveira na década de 1960.

Esses agentes se mantiveram como referência aos trabalhos históricos sobre a cidade e eram acionados para as demandas de projetos culturais, como foi identificado no jornal *O Municipal*, em junho de 2000, com o registro da proposta do Estado de realizar um levantamento histórico e cultural da Baixada Fluminense. De acordo com a matéria:

as secretarias Estaduais de Cultura e de Desenvolvimento da Baixada Fluminense estão formando uma Comissão de trabalho para promover um levantamento do Patrimônio Histórico e Cultural da região, visando criar formas de interlocução permanente entre o poder público e os agentes culturais da região (O MUNICIPAL, 9 a 16/06/2000, p. 6).

Em dezembro do mesmo ano, foi promovido um evento sobre cultura na Baixada Fluminense, realizado na UERJ-FEBF Campus Duque de Caxias, por meio do Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA) e do Instituto de Pesquisa e Análise Histórica e Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPABH) (O MUNICIPAL, 08 a 15/12/2000, p. 6). O evento gerou desdobramentos e, de acordo com registros seguintes, “na ocasião, todos os participantes foram unânimes em apontar que a região necessita urgentemente da implantação de uma política cultural e propuseram a constituição de uma comissão paritária, formada por dirigentes e técnicos do Estado” (O MUNICIPAL, 08 a 22/06/2001, p. 2).

Já no final do primeiro semestre de 2001, foi formada a Comissão de Resgate do Patrimônio Cultural da Baixada e, entre seus membros, podemos identificar a presença de pesquisadores do IPABH que representavam diferentes municípios. Para Duque de Caxias, a representação era nas pessoas de Tania Amaro de Almeida e de Maria de Jesus, do Instituto Histórico. A comissão foi constituída por:

Marcus Monteiro (Superintendente para Baixada e Interior da Secretária de Estado de Cultura), Deuzimar do Nascimento Coutinho (Inepac), Geusi Trigueiro e José Coutinho da Silva (Secretária de Desenvolvimento da Baixada Fluminense), e represen-

tantes dos municípios de Nova Iguaçu (Nei Alberto Gonçalves de Barros e Antônio de Menezes), Nilópolis (Cláudio de Oliveira e Maria Zélia Correia Domingues), São João de Meriti (*Gênesis Pereira Torres* e Guilherme de Carvalho), Belford Roxo (Rogério de Oliveira Silva e Elenice de Vasconcellos Silva); Queimados e Japari (*Rogério de Oliveira Torres*); Duque de Caxias (*Tânia Maria da Silva Amaro de Almeida e Maria de Jesus Mendes Lima*); Paracambi (Paulo Fernandes Keller); Magé (Eugenio Ciarnelli Júnior) e Mesquita (Walter Prado) (*O MUNICIPAL*, 08 a 22/06/2001, p. 2, grifos nossos).

Os nomes em destaque reforçam a presença dos membros que se vincularam ao Instituto Histórico de Duque de Caxias. É notável que o Instituto Histórico representava o município de Duque de Caxias nesse evento estadual e que as produções e os agentes da FEUDUC eram “jovens” no cenário político da cidade. A ASAMIH parece ter sido uma “porta” para atuação direta nas políticas da cidade e também um local de consolidação de alteridade entre esses agentes. Os debates sobre as representações históricas possibilitaram as aproximações de escritas, mesmo com as diferentes perspectivas de abordagens, bem como o debate sobre o patrimônio e a memória, o que será apresentado com mais detalhes no próximo capítulo. Por ora, cabe um acompanhamento dos desdobramentos dessas aproximações entre os agentes e as demandas de registros sobre o território expresso em alguns estudos, com o apoio e investimentos do Estado, em produções que demonstram como eles se posicionaram para definir o termo Baixada Fluminense.

Nesse sentido, destacamos duas obras publicadas com financiamento do INEPAC, considerando suas apresentações e introduções dos trabalhos. A primeira foi produzida como uma coletânea organizada por Gênesis Torres (2008), e a segunda é uma obra de Nielson Bezerra (2011), que apresenta, em sua dedicatória, seus vínculos locais de produção.

Na apresentação realizada por Gênesis Torres (2008), no livro *Baixada Fluminense – A construção de uma história – sociedade, economia e política*, ele apresenta como a obra resulta de um trabalho realizado a partir da atuação do IPABH na região. Com um

posicionamento de credibilidade dos resultados apresentados, ele destaca que o livro é fruto de um esforço do IPABH de “elaborar pesquisas e levantar informações acerca do processo ocupacional da Baixada” e chama atenção que a primeira edição, em 2004, serviu para a realização de “onze cursos sobre a história regional, formando 472 cidadãos das diversas áreas do conhecimento” (TORRES, 2008, p. 5).

Ainda nesta apresentação é possível identificar as expectativas do autor: “os profissionais das Ciências Sociais que atuam nesta microrregião, notadamente àqueles que trabalham com a história e a memória da sociedade, alimentam permanentemente **os sonhos de ver preservados** os valores históricos e culturais a vida em sociedade” (TORRES, 2008, p. 5, grifo nosso). Destacamos que esse registro de sonhos poderia indicar os vínculos de interesses entre os agentes, que representam uma certa orientação historiográfica, mas que não determinam as definições sobre o que seria a Baixada Fluminense para os autores.

Assim, a definição precisa de Baixada Fluminense não aparece na apresentação de Gênesis Torres (2008, p. 5), mas ele registra que “pretende levar aos cidadãos, de uma forma geral, os conhecimentos históricos das diversas regiões que formam a Baixada Fluminense”, considerando uma “lógica da evolução sócio-econômica e política”. Em um dos textos de Gênesis Torres (2008) que compõem o livro, chamado “O ambiente natural e os limites”, ele opera com o termo Baixada da Guanabara, porém a não definição de imediato, talvez, possa ser explicada pelo seu registro de que, “nos diversos textos aqui apresentados pelos pesquisadores, foi respeitada a visão que cada um tem da realidade [...]” (TORRES, 2008, p. 5).

De todo modo, ainda na apresentação geral dessa segunda edição, realizada em 2008, com a parceria do INEPAC e do Serviço Social do Comércio (SESC), resultado do Programa Integrado Estadual do Patrimônio Cultural, as imagens de Baixada Fluminense são apresentadas pelas instituições financiadoras, sob os seguintes títulos: “Baixada Fluminense”, um texto de Marcus Antô-

nio Monteiro Nogueira, diretor-geral do Instituto do Patrimônio Cultural e presidente do Conselho Estadual de Tombamento; e “A construção de uma história”, produzido pelo SESC Rio. No primeiro texto de apresentação, Marcus Monteiro pontua desde a dizimação das aldeias no início da colonização até as ocupações de imigrantes nas últimas décadas, com ênfase para “o estigma de miséria e violência, que perdurou entre os anos de 60 e 80, plas-mou de forma pejorativa o termo ‘Baixada-cidade dormitório’ [...]” e que “a partir do início do século XXI, a Baixada firma-se como região estratégica para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro” (TORRES, 2008, p. 1).

Já na apresentação do SESC Rio, a Baixada Fluminense ocu-pou um lugar estratégico na produção de alimentos, na circulação do ouro e na economia exportadora de açúcar e café. Assim, o registro considera que:

sua participação na construção da história do Rio de Janeiro é, portanto, inegável. No entanto, ela foi *empalidecida* pelas ca-racterísticas absorventes da cidade capital. [...] A cidade cosmo-polita, que acolhia inúmeras ideias e as absorvia e sintetizava, *transformava em periférico* tudo o que estava próximo e que não se integrava totalmente aos limites físico e mental (TORRES, 2008, p. 2, grifo nosso).

Para o texto do SESC Rio, é ainda emblemático como os significados de importância da região são um esforço de uma construção pela alteridade, devido ao apagamento que a capital promoveu ao longo dos anos à região. Para o SESC Rio (2008, p. 4), “apesar de sua inquestionável importância, a Baixada Flumi-nense encontrou na ascendência da capital, um empecilho para construir um perfil próprio e consolidar sua identidade”.

A produção organizada por Gênese Torres (2008) segue uma leitura do território e uma apropriação das primeiras escri-tas, com as marcas de um projeto de valorização geográfica e dos caminhos para o desenvolvimento para o território. São agentes que representam uma certa visão de patrimônio, entre os anos de 1970 e 2000, como será apresentado no próximo capítulo. Assim,

a obra, com uma certa marca de um modo de fazer História, contribui para sedimentar a construção de uma Baixada Fluminense.

Outra produção caminha nesse sentido de falar o que a Baixada Fluminense é pela chave da invisibilidade. No prefácio do livro *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*, de Nielson Bezerra, publicado em 2011, também com o financiamento do Programa Pesquisa e Memória do INEPAC-RJ, Nielson dedica o livro: “para Alexandre Marques, Antonio Augusto Braz, Marlucia Souza”, e completa: “dos quais a cada dia desejo ser um aprendiz. A tríade de historiadores da Baixada Fluminense que só deixam de *sonhar por um mundo melhor* quando estão lutando para que esse sonho se realize” (BEZERRA, 2011, p. 5, grifo nosso). O apontamento aqui, de sonho, também parece corresponder aos vínculos que o autor estabelece na região, bem como é uma indicação de orientações historiográficas, mas que também não garantem a mesma definição de Baixada Fluminense a todos os pesquisadores, pois estaria vinculada aos interesses de pesquisa de cada autor. Bezerra costuma utilizar Recôncavo da Guanabara ou Recôncavo do Rio de Janeiro, conforme a definição que segue:

nesse trabalho entende-se por Recôncavo do Rio de Janeiro a região que atualmente se conhece por Baixada Fluminense. Essa região é conceitualmente construída durante o século XX a partir de suas feições urbanas, características completamente diferentes daquelas abordadas nesse trabalho. Assim, eu chamo a Baixada Fluminense de Recôncavo da Guanabara ou do Rio de Janeiro, entre outros, para diferenciar a região no tempo do em que persistiu o regime escravista (BEZERRA, 2011, p. 17).

A definição do autor sugere que seu recorte temporal seria a marca principal para a leitura do espaço, com ênfase ou com uma certa aproximação da referência ao Rio de Janeiro, ao utilizar Recôncavo do Rio de Janeiro. A abordagem sobre a visibilidade da Baixada Fluminense e suas relações com o estado estariam na chave da invisibilidade da região dentro da importância historiográfica atribuída ao Rio de Janeiro.

A apresentação do livro de Bezerra (2011) foi realizada por Elaine P. Rocha, da Universidade de Barbados, onde o autor realizou um pós-doutorado e fortaleceu vínculos de trabalho e amizade com a professora, que fez questão de enfatizar:

o historiador Nielson Bezerra é o que se pode chamar de intelectual militante, e eu posso testemunhar esse fato desde 2001, quando o conheci ainda como estudante de mestrado, mas já com uma proposta engajada de lançar luz e dar **visibilidade** à importância histórica da Baixada Fluminense (ROCHA, 2011, p. 13, grifo nosso).

Elaine Rocha (2011) situa a Baixada Fluminense como uma região carregada de “estigma”, “vinculada à pobreza, violência, criminalidade e marginalidade”. Ela reforça que a marginalidade deveria ser entendida no sentido mais amplo, uma vez que a região estaria “numa situação marginal ao grande centro urbano que é o Rio de Janeiro” (ROCHA, 2011, p. 13). Nesse sentido, o trabalho de Bezerra (2011) estaria contestando essa marginalidade.

Bezerra (2011) relata que o livro se propõe analisar as relações entre escravidão, farinha e o comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, e destaca que a “a escravidão africana ainda tem como principal referência as relações escravistas que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro” (BEZERRA, 2011, p. 18). Assim, faz um esforço em afirmar que a região não deve ser analisada do ponto de vista periférico:

não venho defender subserviência ou condição periférica, mas um lugar que mantém suas perspectivas através de conexões *que avançam para além* de sua autonomia, passando pelas relações urbanas e ganhando os mares do sul atlântico até chegar às colônias portuguesas da África (BEZERRA, 2011, p. 18, grifo nosso).

O posicionamento no debate historiográfico sobre as produções fluminenses e a invisibilidade da chamada Baixada Fluminense não estava deslocado do posicionamento político do autor e dos seus pertencimentos. De acordo com suas palavras:

essa obra se desloca de uma historiografia regional tradicionalista que divaga sobre um passado distante e idealizado. A escravi-

dão e a diáspora africana estão presentes no Recôncavo do Rio de Janeiro através das marcas de injustiças sociais e desigualdades econômicas facilmente identificadas na Baixada Fluminense (BEZERRA, 2011, p. 19).

Essas obras se propõem romper com a invisibilidade da região por meio de leituras dos usos e significados da Baixada Fluminense dentro de uma perspectiva de reconhecimento e valorização. Ao passo que disputavam memórias para região, os agentes também promoveram contribuições para leituras da história local, ao operarem sob a chave da invisibilidade para as construções patrimoniais.

História local: da Vila de Iguaçu à Duque de Caxias

As análises das primeiras obras realizadas sobre a região de “Iguaçu” reforçam que são produções dentro de um tempo e um espaço. Tanto Mattoso Maia Forte (1933), como José Lustosa (1958), Ruy Afrânio (1968), Waldick Pereira (1970), e Dalva Lazaroni de Moraes (1978) produziram de acordo com um modelo de escrita da época e envoltos com as demandas de seus tempos, expressas na relação entre o saber e o poder. Essas obras foram publicadas em eventos comemorativos e eram ligadas aos interesses do poder público, ao passo que respondiam às demandas de leitura sobre a região e apresentavam as contribuições da história local aos interesses do registro sobre a nação. Dentro de uma perspectiva do projeto fluminense, a partir da criação de órgãos geográficos, se justificava a manutenção de dados estatísticos, com ênfase em toponímia.

A criação do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro, em 1938, uma das principais instituições promotoras de estudos da história regional, reforça essa percepção. O funcionamento do órgão ficou sob a responsabilidade estadual e a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1946, a secretaria criou o Departamento Estadual de Geografia (DEG), do qual Luiz de Souza foi nomeado diretor. O órgão va-

loriza a “ciência geográfica” e, nos anos de 1950, a Geografia era considerada uma das ciências-chave para a compreensão da realidade regional e nacional e para a regeneração socioeconômica (FERNANDES, 2009).

A proposta desse diretório era realizar levantamentos e análises sobre as realidades locais, com estímulos às agências municipais para o fornecimento de dados. Luiz de Souza criou o Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, com foco em informações relacionadas à vida política, social e geográfica fluminense. O diretório promoveu algumas estratégias para a realização de produções sobre o conhecimento das localidades, como concursos de monografias, e a publicação do Anuário, que, nos artigos dedicados à história fluminense, abordavam as seguintes temáticas: toponímia, colonização, biografias e municipalidades. Nesse sentido, essas abordagens respondiam aos interesses do período e as leituras sobre a relação passado, presente e futuro, em que a temática da colonização recebia determinada importância. Coube à Baixada Fluminense um lugar de destaque dentro dessa temática, pois era de interesse da administração estadual entender as experiências colonizadoras do território e, com isso, identificar as falhas e os êxitos na região, uma vez que a “Baixada Fluminense era um dos principais alvos de interesse da administração estadual. Desde princípios do século a região sofria intervenções federais e estaduais visando erradicar doenças e torná-la celeiro de abastecimento de gêneros agrícolas do Distrito Federal” (FERNANDES, 2009, p. 152).

Nessa perspectiva, as primeiras escritas sobre a região, que receberam incentivos locais para publicação, são frutos de um universo de expectativas sobre a relação entre a Geografia e História, o que evidencia as conexões entre o meio e o passado. A história local oferecia a possibilidade de análise do processo de revitalização política e econômica desejado no período (FERNANDES, 2009).

Essa abordagem com foco entre a História e a Geografia é observada nas produções sobre a Vila de Iguaçu, com os livros de Mattoso Maia Forte (1933), Waldick Pereira (1970) e Ruy

Afrânio (1968), e se mantém nas obras analisadas de José Lustosa (1958) e de Dalva Lazaroni de Moraes (1978), sobre Duque de Caxias. A abordagem de Moraes do potencial de trânsito na região é identificada na cronologia apresentada, com um recorte que compreende quatro séculos de História, com a valorização dos usos dos rios no período colonial, fundamental para o progresso das sesmarias, até o advento da República.

Os autores das obras sobre Duque de Caxias mantêm um registro sobre a região, de modo geral, em que destacam não apenas as potencialidades dos rios e das ferrovias no município, mas de todo o território ao longo do tempo. Assim, o recorte temporal recupera uma história sobre a Baixada Fluminense que precisa estabelecer alicerces em um passado próspero de colonização, que parte das sesmarias até as ações republicanas. Para tanto, é mantida uma abordagem político-administrativa sobre a história da cidade de Duque de Caxias, que solidifica as capacidades geográficas do território, seus usos e seus impactos na região.

Com a utilização da chave dos “caminhos”, os autores deixam marcas de leituras sobre a região, que se verificam nas escritas recentes. Com isso, recorrem às fontes oficiais, em especial, aos relatórios das províncias, documentos do próprio IHGB, relatos dos viajantes e informações do IBGE, e solidificam as bases de uma escrita com ênfase nas relações entre a História e a Geografia.

Os registros sobre os caminhos e as atividades que valorizavam lugares de memória foram apropriados pelos pesquisadores, especialmente para os estudos de campo. Contudo, a partir da década de 1970, os trabalhos locais, fora do espaço acadêmico, não aprofundaram ou mesmo estabeleceram um diálogo com as produções universitárias, e mantiveram um registro no perfil das primeiras escritas locais. Esse movimento promoveu certa generalização de que as produções de escrita regionais anteriores às realizadas pelas universidades tinham caráter memorialístico, tanto que Marlúcia Souza (2014, p. 31) pontua como as produções realizadas pelos membros da FEUDUC se consideram:

no início dos anos 90, um grupo formado por professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, da rede pública de ensino e por ex-alunos do curso da graduação e pós-graduação em História da FEUDUC, *iniciou um levantamento de fontes e obras já produzidas acerca da Baixada Fluminense*. Fundaram, então, o Centro de Memória e Documentação da História da Baixada Fluminense e a Associação de Professores Pesquisadores de História (APPH-Clio).

Transitando entre o produzido pelos memorialistas e pela academia. O grupo iniciou um conjunto de práticas para favorecer o acesso aos conhecimentos elaborados e fomentar novas pesquisas (grifo nosso).

O perfil do grupo operou na lógica das produções desenvolvidas no contexto da fusão do Estado da Guanabara ao do Rio de Janeiro, que promoveu um fluxo de pesquisas sobre a região metropolitana do Estado com perspectiva problematizadora das condições estruturais do território. Eles promoviam uma oposição às primeiras escritas sobre a região, e destacavam as narrativas idílicas, mas também realizavam uma apropriação dessas pesquisas para ressignificar os aspectos geográficos.

Assim, o conceito de Baixada Fluminense foi se construindo a partir dos registros sobre o território, que, a partir dos anos 1970 e 1980, se direcionaram para uma abordagem da invisibilidade da região diante de uma estigmatização da Baixada Fluminense. Os investimentos estaduais com foco no patrimônio, nos anos 2000, favoreceram as produções com a afirmação de uma identidade territorial da Baixada Fluminense, diante do processo de invisibilização no contexto estadual que promoveu uma condição periférica.

- III -

História local entre regimes historiográficos: a escrita e o patrimônio em Duque de Caxias

Umas coisas nascem de outras, enroscam-se, desatam-se, confundem-se, perdem-se, e o tempo vai andando sem se perder a si.

Machado de Assis

No dia 7 de fevereiro de 2020, realizei a entrevista com o professor Rogério Torres. Nos encontramos no centro do Rio, no Metrô Carioca – em princípio, uma conversa – e sem lugar definido. O professor sugeriu, então, um restaurante próximo, na verdade, uma leiteria do início do século XX. A tarde foi muito agradável e, na entrevista, ele compartilhou muito sobre o sentido da escrita regional, sobre suas participações nas instituições locais e o significado da ASAMIH para o instituto. Sobre as ações das diferentes gerações no espaço, Torres foi muito diplomático, pontuou mais as confluências e as aprendizagens entre os grupos, e indicou algumas rusgas.

No entanto, já no papo final, depois da câmera desligada⁵¹ e saboreando uma doce coalhada, o professor fez uma brincadeira com meu sobrenome – Laurentino – perguntando se eu teria parentesco com o Laurentino Gomes. Foi assim, imerso em um cenário com imagens de permanência – a leiteria do início do século XX – e por meio de um exercício de “ouvir contar”, conforme a obra de Verena Alberti (2004), que foi possível acompanhar a narrativa do entrevistado no sentido amplo do conceito de narrativa e “tomá-lo também como o trabalho da linguagem em produzir racionalidades” (ALBERTI, 2004, Kindle, posição 1.636).

Passamos a discutir sobre a grande aceitação do público sobre as obras de Laurentino Gomes⁵² e as críticas por não ser um trabalho de um “profissional” da História. Rogério Torres pontuou que existem muitos acadêmicos que não sabem escrever para o grande público e que, por outro lado, há muita crítica às produções com valor histórico realizadas fora desse circuito acadêmico. Por meio de imagens que se remetem à experiência do agente, a partir da publicação recente de seu livro *Cartas para Machado de Assis* (2018), Rogério Torres avançou sobre o assunto ao destacar as disputas entre os personagens gêmeos de Machado de Assis, na obra *Esau e Jacó* (1999), que apoiavam as diferentes formas de regime político, mas que, na prática, como a própria epígrafe apresenta, as “transições” são marcadas por continuidades e descontinuidades. Tal reflexão evoca uma certa analogia que o professor estaria indicando aos membros da ASAMIH, ou ao próprio campo da historiografia.

A nossa conversa sobre literatura e visões sobre quem escreve de um modo, ou mesmo quem estaria autorizado a escrever sobre conteúdos históricos, comunica as rusgas entre os agentes. A

51 O professor autorizou o uso de nossa conversa.

52 Laurentino Gomes é jornalista e escritor brasileiro. Possui produção com perspectiva histórica e com significativa aceitação do público não especializado em História. Desse modo, é recorrentemente citado quando se fala no debate de produção histórica considerada acadêmica ou não acadêmica. Sobre o debate dos significados da produção especializada ou não é válido verificar o texto de Jurandir Malerba “Acadêmicos na berlinda: ou como cada um escreve a História? : uma reflexão entre historiadores acadêmicos no Brasil à luz dos debates da Public History” (MALERBA, 2014) e o artigo de Rodrigo Perez, “Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019)” (PEREZ, 2020).

questão das divergências mais gerais também apareceu em muitas outras entrevistas, sempre na tentativa de manter o respeito, mas, com “jeitinho”, demarcando as diferenças. O entrevistado apresentou ideias de oposição e continuidades ao longo da entrevista, e sugeriu algumas lógicas, que conforme as palavras de Alberti (2004, Kindle, posição 1.631):

a ideia da linguagem como trabalho também está presente em outras teorias da narrativa e pode ser usada na abordagem do tema “comunicando experiência”. Ou seja, entre a experiência em si e sua comunicação há um trabalho da linguagem em cristalizar imagens que remetem a, e que signifiquem novamente a experiência.

Nesse sentido, fui compreendendo como a potência do ato político da criação da ASAMIH revelava a atmosfera do encontro geracional que o Instituto Histórico pôde evocar, bem como esses agentes promoveram uma “simbiose” dentro da instituição, ao passo que disputavam narrativas sobre a identidade territorial. Considerar essas histórias cruzadas⁵³ é mergulhar em busca do quanto essa experiência da criação da ASAMIH sofreu impactos e impactou a escrita regional, pois esses agentes precisaram se encontrar e confrontar suas ideias e seus projetos em um local social específico, o Instituto Histórico, sob as pressões da profissionalização do campo.

Falcon (1996), em seu texto “A identidade do historiador”, nos lembra que a historiografia brasileira foi marcada, especialmente a partir dos anos 1960, por uma dialética entre tradição e inovação: a tradição, sob as marcas de um empirismo positivista, na qual o historiador seria um autodidata, que precisaria apenas ser reconhecido pelos seus pares no universo dos intelectuais, o que permaneceu até meados dos anos 1960; a inovação, marcada pelos anos 1930, com a criação das primeiras faculdades de Filosofia e seguida pela chegada no Brasil de mestres franceses. Con-

53 As histórias cruzadas permitem identificar as complexidades do encontro geracional, sem submetê-las à hierarquização, mas ao considerar que suas atuações são parte de um processo. Barros (2019), em *Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias*, apresenta como procedimentos relacionais podem ser aplicados ao objeto de pesquisa, modos narrativos, cruzamento de fontes na operação historiográfica.

tudo, na década de 1970, a convivência entre as duas concepções foi problemática, por conta do “fogo cruzado das pressões político-ideológicas autoritárias e da institucionalização dos Cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras” (FALCON, 1996, p. 10). Essa disputa entre dois tipos de identidade se sustentou até os anos 1980, já que outras tendências na Nova História foram se desenvolvendo, principalmente com a recepção de textos, como os de Foucault e de Thompson.

Nesse sentido, para pensar o ofício do historiador e as produções de história local realizadas por eles a partir do Instituto Histórico, torna-se necessário pontuar que as escritas que foram realizadas fora do universo da pós-graduação estavam sob a concepção desse grande “guarda-chuva” das disputas de identidade do historiador. De modo geral, as definições sobre o ofício do historiador receberam outros contornos a partir da década 1980, como define Falcon (1996, p. 12):

não se estava apenas diante de campos diferenciados do saber histórico; as diferenças logo se mostraram bem mais profundas entre os que praticavam uma história estrutural, ancorada na categoria da totalidade, dando ênfase ao tratamento quantitativo e partindo de pressupostos metodológicos precisos, e os historiadores fascinados pelas novas possibilidades de investigação resultantes da utilização de teorias sociológicas e antropológicas de mistura com propostas marxistas ou neomarxistas de várias procedências. Completando esta tendência que conduzia à fragmentação veio a implosão das chamadas grandes teorias, quer dizer, basicamente, o marxismo.

As novas configurações no campo são percebidas na história local e revelam as disputas diretas e indiretas dos agentes, que coabitam no mesmo lugar social de produção, a ASAMIH. No entanto, na perspectiva da história local, as questões sobre a identidade do historiador foram reduzidas entre memorialistas e acadêmicos, e, como foi apresentado no capítulo anterior, tal dicotomia é muito reducionista, pois não considera essas demandas do campo e os impactos da profissionalização, bem como o próprio papel da história regional para a historiografia.

Nesse sentido, a relação entre a memória e a História é mais central neste capítulo, pois o que está em jogo são as disputas de memórias sobre o território e suas narrativas. Diante das fortes pressões de memórias, a partir dos anos 2000, no contexto de uma agenda política de patrimônio, problematizar quem tem direito sobre as representações do passado e como as representações foram realizadas fora das regras de cientificidades, atualmente hegemônica, possibilita recuperar os modos de fazer História na região. Isso é expresso por meio da ASAMIH, que revela os debates de memória e os seus usos políticos para região, já que promoveu um fluxo de ações preocupados em estimular o uso do acervo e a dinamização do espaço e, com isso, articulou regimes historiográficos. Nesse sentido, a ASAMIH permite o encontro entre duas gerações que passam a direcionar as demandas de memória para uma identidade patrimonial.

Assim, a proposta do capítulo é apresentar como se constituiu uma “rede de confiabilidade” na instituição e como isso impactou nas escritas históricas dos agentes da ASAMIH em uma perspectiva de monumentalização de referências identitárias da cidade, por meio das escritas (LE GOFF, 2013). Desse modo, na primeira seção do capítulo, será apresentado como se configurou a “rede de confiabilidade” para uma “nova noção de identidade de patrimônio”. Serão destacados os papéis dos representantes de uma primeira noção de identidade, os agentes do IPABH e como a ASAMIH foi direcionando atividades e projetos com orientações teóricas pautadas na concepção de patrimônio vinculada às demandas mais recentes de memória e ao chamado “dever de memória”, ao materializar a “nova noção de identidade do patrimônio”. Na segunda seção do capítulo, será abordado o direcionamento das escritas e como as obras desses agentes apresentam a aplicabilidade de diferentes regimes historiográficos, seja no uso das fontes ou no recorte temporal, e como as disputas de memórias são expressas nos personagens/símbolos da cidade.

Uma “rede de confiabilidade” entre os membros: leituras patrimoniais

Com a criação da ASAMIH, em 2001, o que se configurou foi a necessidade de diálogos e definições estratégicas para a continuidade do Instituto Histórico. Muitas foram as propostas de ações que podiam promover a dinamização do espaço, a salvaguarda do acervo e sua efetiva utilização. Os agentes buscaram caminhos de diálogos entre os diferentes projetos e mecanismos de parcerias de financiamentos, e, por meio das propostas apresentadas nas atas de reunião da associação, é possível identificar as heranças sobre as leituras do território, as marcas do tempo e das vivências das gerações para as escritas sobre a Baixada Fluminense, bem como os encaminhamentos para o debate do patrimônio histórico da cidade.

Tania Amaro de Almeida, quando questionada sobre como se formou o grupo e como os membros foram convidados para a participar da associação, faz referência à presença da Ana Lúcia Enne entre eles, que, no período, estava realizando entrevistas e produzindo sua tese. Então, questiono se houve interferência na obra de Enne (2002) para uma “seleção” desses membros.

[...] eu quis dizer *que uma coisa foi legal e apoiou a outra*, a ideia de constituir a associação, quem é quem, e, ah, tem outra coisa, teve um seminário que a gente participou, na FEBF, lá na Vila São Luís, dezembro de 2000 – eu tinha chegado aqui em outubro – chamado: “quem é quem no cenário cultural da BF?” Então, lá no pátio da FEBF, na Vila São Luís, os organizadores deste seminário, de um encontro na verdade, que deu origem à carta cultural da Baixada Fluminense e ao Dia da Baixada Fluminense, foi esse encontro, dezembro de 2000. *Quem eram os organizadores: o PIN-BA da FEBF, que é o programa integrado de cooperação técnica para a Baixada, o presidente e coordenador, não sei como chama, era o professor Paulo Cristiano Mainhard e depois se tornou o presidente da nossa associação de amigos, e o Gênesis Torres, pelo IPABH.* Então, assim, nesse encontro, eu cheguei em outubro, em dezembro, teve esse encontro, foi todo mundo convidado, *eles convidaram todo mundo, e o Instituto Histórico estava lá:* eu, Jesus e parte da nossa equipe, a época, e *ai a gente começou a conhecer as pessoas, e é isso que eu quis contar* (ENTREVISTA TANIA AMARO DE ALMEIDA, 2020, grifo nosso).

A necessidade de salvaguarda do acervo do Instituto Histórico parece ter sido o caminho para agregar o grupo na associação, mas as interações entre eles foram diversas. Sob o olhar acadêmico de Enne, que estava demarcando que existiam diferentes modos de escrita, eles foram se reconhecendo; e, sob o olhar das demandas públicas do Estado, com definições de agentes e ações para o campo cultural da cidade, se consolidaram as visibilidades políticas. Inicialmente, na ASAMIH, ocorreu a articulação política no espaço e nas definições de atividades com propósito patrimonial. Ainda nos primeiros anos da associação, o foco do grupo foi a utilização do acervo e, para tanto, arrecadar recursos foi um desafio maior. A Câmara mantinha, para o instituto, a folha de pagamento de alguns funcionários, como a diretora e a pequena equipe técnica, além da manutenção do espaço e a publicação da revista *Pilares da História*. No entanto, os investimentos para exposições, preservação do acervo ou demais eventos exigiram um esforço dos membros da ASAMIH na busca de recursos. A anuidade dos associados parecia ser a principal fonte, tanto que, nos primeiros anos de registros nas atas, eram constantes as sugestões para incentivar novos associados e estimular o pagamento das anuidades dos membros existentes, inclusive, para os sócios fundadores, sob o risco de desligamentos, como ficou registrado na ata de 2003:

sobre os atrasos das anuidades de 2002, ficou acertado que o contato com os sócios fundadores será feito por carta, alertando-os do prazo final para quitarem seus débitos até 16 de maio de 2003, e que após essa data, aqueles que não houverem resolvido a situação, serão considerados desistentes da inscrição como sócios fundadores da Associação (ATA ASAMIH, 17/03/2003, p. 1).

De acordo com as fichas cadastrais, muitos foram os inscritos como sócio fundadores, o que totalizou 115 pessoas, mas a participação com apoio, por meio das anuidades, não parecia atingir uma maioria. Pelo contrário, as atas reforçam que era necessário muito investimento para estimular essa coletividade de apoio financeiro, o que fez com que, ao longo das reuniões, em 2003, esse assunto fosse pauta frequente, com pedidos para “lançar campa-

nha de filiação de novos sócios contribuintes, com publicação de matéria paga em jornal de grande circulação” (ATA ASAMIH, 04/08/2003, p. 1). Essa proposta foi ampliada em reunião seguinte pela presidente da associação, Maria Vitória Guimarães, que “propôs campanha na ‘empresa-cidadã’, fazendo-se propaganda nos jornais para conseguir patrocinadores para os projetos da associação”, e Alexandre Marques propôs “que os empresários poderiam ser sócios contribuintes, realizando-se propaganda como contrapartida para a empresa”, e Antonio Augusto Braz complementou com a proposta “da Associação ser declarada de utilidade pública” (ATA ASAMIH, 05/09/2003, p. 1).

Essas recomendações de ações internas na cidade para arrecadar apoio financeiro foram constantes, e os membros também passaram a pontuar a realização de projetos visando outras instituições financeiras, como: “FAPERJ, FUNDAÇÃO DE APOIO FORD, CNPQ etc.” (ATA ASAMIH, 05/09/2003, p. 2). A ideia seria elaborar projetos para a “microfilmagem dos jornais locais, particularmente a *Luta Democrática*; propor projetos de pesquisa com temáticas relativas ao acervo do instituto”, entre outras ações (ATA ASAMIH, 05/09/2003, p. 2).

Infelizmente, não há registros, no arquivo do instituto, dos primeiros encontros entre os membros, anteriores ao ano de 2003. Quando os entrevistados são perguntados sobre os anos iniciais, as respostas são muito vagas, e boa parte considera que as reuniões eram em momentos mais próximos às mudanças de governo, fase que poderia provocar alterações ou impactos à existência da instituição. Isso é um indicativo de que, inicialmente, as ações para a organização do acervo e a própria articulação entre os membros para organizar atividades eram mais emergenciais, e que, ao longo dos mandatos, era necessária uma presença dos membros mais no sentido de garantir a manutenção dos projetos desenvolvidos e, principalmente, a seguridade do acervo. Assim, foram registradas as seguintes datas de reuniões:

Quadro 5: Atas de reuniões da ASAMIH

Ano	Mês	Presidente da Associação	Presidente da CMDC
2001			Gilberto José da Silva (1997-2002)
2002			Gilberto José da Silva (1997-2002)
2003	Março, abril, junho, agosto, setembro, novembro	Maria Vitória Guimarães Vice- Ruyter Poubel	Laury de Souza Vilar (2003-2004)
2004	Março, junho, dezembro	Maria Vitória Guimarães Vice- Ruyter Poubel	Laury de Souza Vilar (2003-2004)
2005	Junho, julho	Maria Vitória Guimarães Vice- Ruyter Poubel	Divair Alves de Oliveira Junior (2005-2008)
2013	Fevereiro	Paulo Mainhard	Eduardo Moreira da Silva (2012-2016)
2015	Março	Paulo Mainhard	Eduardo Moreira da Silva (2012-2016)

Fonte: A autora (2021) a partir das atas da ASAMIH (2003-2015).

O conjunto de documentos permite uma leitura das participações e das articulações dos agentes, especialmente para os cargos que ocupavam. A associação era constituída pelo presidente da Associação; pelo Conselho Deliberativo, formado por efetivos e suplentes; e pelo Conselho Fiscal, com efetivos e suplentes. Nos primeiros anos, somente o presidente da Câmara era considerado um membro “nato” do Conselho Deliberativo, mas, no processo eleitoral de 2005, no momento da decisão dos cargos, Antonio

Augusto Braz sugeriu uma emenda ao estatuto que passaria a “vincular de forma nata como membros efetivos do Conselho Deliberativo, os secretários de cultura e educação do município”, o que foi aprovado com unanimidade, pois seria uma “forma de divulgar o Instituto Histórico junto às instituições culturais e como meio de aproximação direta com os órgãos públicos” (ATA ASAMIH, 16/06/2005).

O quadro abaixo apresenta que, na formação de 2003, mesmo com nomes expressivos da política local, somente o presidente da Câmara era membro nato. Entre os representantes, estavam membros da geração de pesquisadores oriundos do IPABH (três representantes), e um único professor da FEUDUC, Antonio Augusto Braz, que também era representante do SEPE no período.

Quadro 6: Conselho Deliberativo da ASAMIH (2003-2005)

Nomes	Cargos/representação em Duque de Caxias
Maria Vitória S. Guimarães Leal – Presidente	Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (UNIGRANRIO)
Antonio Augusto Braz	FEUDUC, membro do SEPE
Carlos de Sá Bezerra	Fundador da revista Caxias Magazine
Dalva Lazoni	Ex-diretora do Instituto
Gênesis Torres	IPABH
Iris Poubel Ferrari	Fundadora da FEUDUC
Messias Neiva	Artista, membro ALADC
Paulo Mainhard	Diretor FEBF/UERJ
Rogério Torres	IPABH
Stélio Lacerda	IPABH, foi secretário de Cultura
Laury Vilar	Presidente da CMDC, membro nato

Fonte: A autora (2021) a partir da Ata de Reunião de 16/06/2003 (p. 2).

A mudança dessa formação ocorreu em 2005 e as reuniões para as decisões desses cargos foram as mais expressivas de registro de quórum. O ano correspondia ao período de transição do presidente da Câmara, Laury Villar, que permaneceu de 2003 a 2004. Na formação seguinte (que parece ter durado de 2005 a 2012, quando há o registro na página da ASAMIH)⁵⁴, Laury também é indicado como membro, já que não é mais presidente. Essa fase da associação indica um momento de transição política importante para a manutenção do instituto e um amadurecimento das relações entre os membros, uma vez que ocupar um desses cargos implicava em alianças para encaminhamentos dos projetos.

Além disso, o município estava em um processo de mudanças no executivo. José Camilo⁵⁵ estava finalizando seu segundo mandato e seu sucessor, Washington Reis⁵⁶, assumiu, de 2005 a 2008, seu primeiro mandato. Assim, a proposta de “divulgar” o instituto e promover a “aproximação com os órgãos públicos” (ATA ASAMIH, 16/06/2005), bem como o quórum elevado, ultrapassa a demanda de articulação de diálogos com o legislativo para o período.

O discurso no legislativo refletiu a importância de reforçar os significados do instituto para a cidade, tanto que Laury, na reunião de 6 de junho de 2005, “pediu a palavra e parabenizou a ação do ex-presidente da Câmara Municipal, Sr. Gilberto Silva e do atual presidente, Sr. Junior Reis, pelo apoio dado à cultura e à história do nosso município, através do apoio ao Instituto Histórico” (ATA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ASAMIH, 06/07/2005, p. 1).

54 Conselho deliberativo 2011-2012 e 2013-2014. Disponível em: <http://amigo-sinstitutohistoricodc.com.br/?page_id=296>. (Acesso em: 7 jul. 2020.)

55 José Camilo Zito dos Santos Filho – 1º mandato: de 01/01/1997 a 31/12/2000 (eleito pelo voto direto); 2º mandato: de 01/01/2001 a 31/12/2004 (eleito pelo voto direto); 3º mandato: de 01/01/2009 a 31/12/2012 (eleito pelo voto direto). Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452/>. (Acesso em: 17 set. 2020.)

56 Washington Reis de Oliveira – 1º mandato: de 01/01/2005 a 31/12/2008 (eleito pelo voto direto); 2º mandato: de 01/01/2017 a 31/12/2020 (eleito pelo voto direto). Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452>. (Acesso em: 17 set. 2020.)

As medidas de articulação, a partir de 2005, apresentaram como a ASAMIH permitiu a construção de “redes de confiabilidade” entre os pesquisadores locais. Esse momento foi significativo para os “jovens” agentes da FEUDUC fortalecerem as “portas” políticas de atuação para seus projetos historiográficos, diante de disputas de memórias.

A presidência da associação e os cargos promoviam articulações que acabaram em consensos entre os membros, já que eram apresentadas chapas únicas. Isso também sinaliza que, se as divergências entre os pesquisadores existiam, elas foram se ajustando à atuação no espaço ao longo do tempo. A apresentação da chapa, em 2005, confirma essa premissa e demonstra como os membros estavam mais integrados ou precisaram se integrar, diante das mudanças no cenário político. Na organização do processo eleitoral definido na reunião de 16 junho de 2005, foi pontuado que “Stélio [Lacerda] colocou que já foi construída uma *rede de confiabilidade* entre os integrantes da Associação, e que abre mão de sua participação no Conselho, *para outros nomes mais jovens*” (ATA ASAMIH, 16/06/2005, p. 1, grifo nosso).

A indicação de nomes mais jovens poderia ser associada às figuras mais recentes no cenário da produção sobre a Baixada Fluminense, como pode ser observado na reunião dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, em 2005, na qual Antonio Augusto Braz e Paulo Mainhard foram aclamados presidente e vice-presidente, respectivamente, no Conselho Deliberativo. Antonio Augusto Braz reconhece, em entrevista, que sua atuação na ASAMIH foi se construindo mais pela leitura de Tania Amaro de Almeida sobre os pesquisadores da cidade, e que ele, muito envolvido com as questões institucionais, ficou mais à frente nas ações no espaço. Ele destacou que:

Tânia, que já tinha uma leitura, um pouquinho mais de quem estava produzindo na cidade, também foi muito cuidadosa, também devia tá acontecendo muita coisa em volta dela, *mas ela não nos conhecia*, eu recebi elas no sábado, lá na pós-graduação, no Centro de Memória, ela gostou muito e aí a gente começou a ir nas reuniões, aí ficou muito bem tratado, tanto

pela Tânia quanto pela Maria de Jesus, e acaba que eu tinha mais tempo de ir, Marlúcia estava na militância, Alexandre recém-formado, Nielson ainda não tinha nem chegado na FEUDUC, se não me engano, tá para chegar ainda, não, já tinha chegado, mas ainda era novo (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020, grifo nosso).

Assim, a atuação de visibilidade desses “jovens” agentes na cidade, do ponto de vista do diálogo com os projetos políticos com direcionamento historiográfico, ganhou mais espaço. Dessa forma, as indicações de Antonio Augusto Braz são significativas, pois, na mesma reunião em que foi eleito presidente do Conselho, ele sugeriu o nome de Nielson Bezerra para diretor executivo, de Manoel Mathias para secretário, de Odemir Capistrano para tesoureiro, e de Tania Amaro de Almeida como diretora de pesquisa.⁵⁷ A proposta foi acolhida com unanimidade e Nielson Bezerra acrescentou: “sua satisfação e orgulho de fazer parte da atual administração da Associação, e Antonio Augusto Braz tomou a palavra, fez questão de destacar o caráter e a competência dos indicados.” (ATA DA REUNIÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL ASAMIH, 06/07/2005, p. 1).

O que se apresentou a partir da nova composição do Conselho Deliberativo, em 2005, foi uma manutenção de articulações políticas. Isso estava expresso com os nomes dos principais representantes do poder local, de lideranças acadêmicas de instituições da cidade e da colaboração entre os pesquisadores da região. O diferencial foi a indicação de membros “natos” da Secretaria de Cultura e da Educação no conselho, a mudança de presidente e a definição de vice-presidente da associação, como pode ser observado no quadro a seguir:

⁵⁷ A ocupação do cargo de diretor de pesquisa do Instituto já era prevista no estatuto da ASAMIH.

Quadro 7: Conselho Deliberativo da ASAMIH (2005-2011)

Nomes	Cargos/representação em Duque de Caxias
Antonio Augusto Braz, presidente	Coordenador da pós-graduação FEU-DUC
Paulo Mainhard, vice-presidente	Diretor – FEBF/UERJ
Aristides Mulin	N/I
Genesis Torres	Fundador do IPABH
Gilberto Silva	Vereador e ex-presidente da CMDC
Guilherme Peres	Fundador do IPABH
Iris Ferrati	Fundador da FEUDUC
Laury Vilar	Vereador, ex-presidente da CMDC
Maria Vitória S. Guimarães	Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (UNIGRANRIO)
Rogério Torres	Fundador do IPABH
Ruyter Poubel	Fundador do jornal <i>A Folha da Cidade</i> , vice prefeito
Junior Reis	Presidente da CMDC, membro nato
Secretário de Cultura	Membro nato
Secretário de Educação	Membro nato

Fonte: A autora (2021) a partir da Ata da Assembleia Geral Ordinária (06/07/2005).⁵⁸

A participação no instituto e a visibilidade na cidade foram importantes para a aplicabilidade dos projetos políticos dos “jovens” pesquisadores. Isso é exposto no registro da reunião, com a fala de Beto Gaspari, músico e membro da associação: “Beto lembrou da indicação feita pela comunidade de historiadores, aten-

⁵⁸ Não constam atas entre 2005 e 2013 no arquivo do Instituto Histórico, mas, na página da ASAMIH, encontram-se os nomes dos membros do conselho deliberativo de 2011-2012 e 2013-2014. Disponível em: (http://amigosinstitutohistoricodec.com.br/?page_id=296/>). (Acesso em: 7 jul. 2020.)

dendo ao pedido de um nome da Dr^a. Carmen MIGUELES, Secretária de Cultura, do professor Alexandre para a chefia da divisão do Patrimônio Histórico da Secretaria” (ATA ASAMIH, 16/06/2005, p. 1). Gaspari também destacou a importância da cultura e a necessidade de integração da sociedade civil nas decisões dos cargos públicos. Sua fala foi complementada por Alexandre, que solicitou a colaboração com sugestões para o desenvolvimento do trabalho, “sugerindo uma *nova identidade* para a noção de patrimônio” (ATA ASAMIH, 16/06/2005, p. 1, grifo nosso).

O novo presidente, Antonio Augusto Braz, representou a ascensão de uma liderança dos “jovens” pesquisadores e um certo amadurecimento da “rede de confiança” entre eles. Nesse sentido, o encaminhamento das pautas culturais na cidade parecia se alinhar às propostas de uma “nova identidade”, sob a chave do patrimônio, como ficou registrado com os seguintes pedidos:

Paulo Mainhard sugeriu palestra sobre patrimônio material e imaterial, chamando a participar o INEPAC. Marlúcia e Vitória sugeriram que a Associação deveria ir ao poder executivo com propostas concretas para respaldar o trabalho com o patrimônio histórico e cultural do município. Marlúcia e Stélio propuseram a defesa da luta pela ampliação do orçamento municipal para a cultura (ATA ASAMIH, 16/06/2005, p. 1).

As pautas sobre o patrimônio e os desdobramentos das ações dentro da ASAMIH apresentaram como os agentes são herdeiros de uma cultura histórica e, que apesar das divergências, encaminharam projetos e realizaram muitos intercâmbios, com práticas constantes de políticas de memória. Os relatórios revelam a necessidade de apresentação de uma certa produtividade para o Instituto Histórico, algo que justificasse sua existência e aceitação dos novos líderes da Câmara, especialmente, a cada novo mandato. Isso também reforça o papel da ASAMIH, por meio dos diferentes agentes e projetos que dão corpo e vida à instituição.

Assim, o instituto, sob a chave do patrimônio, parece ter estimulado o diálogo entre a história e a memória, e alimentou a relação dos agentes com leituras e releituras do passado da cidade.

As intervenções por meio de projetos na secretaria de Cultura ou a representação com a indicação de Alexandre Marques à divisão do Patrimônio Histórico da secretaria estavam muito relacionadas à escrita da história da cidade e aos projetos em curso.

Patrimônio histórico: ações culturais na Baixada Fluminense

A proposta de uma “nova noção de identidade de patrimônio” sugere uma ideia de ruptura, ou mesmo uma oposição a uma outra noção de referências identitárias. Assim, as definições de ações culturais a partir do instituto não significavam práticas exclusivas do espaço, mas parte de um processo de disputas políticas em movimento na cidade, que já estava em curso e que, ao longo dos anos 2000, foi mais impulsionado.

Alexandre Marques (2005) destaca, do ponto de vista do executivo, como diferentes agentes atuaram sob a “bandeira” da cultura e participaram em diferentes espaços, com muitos conflitos e divergências políticas entre eles. Para ele, o Conselho Municipal de Cultura, criado em 1974, foi central para as questões do patrimônio, pois tinha, como objetivo, “promover ou prestigiar pesquisas relativas ao levantamento do Patrimônio Cultural do município” e “estimular o culto dos grandes vultos do passado e das efemérides que enriquecem a História do município” (Artigo 2 da Deliberação de 1948, de 02/12/1974 *apud* MARQUES, 2005, p. 118).

À medida que as demandas estaduais e nacionais se alteravam, muitas respostas e ações atingiram a cidade e repercutiam em leis locais, como a própria Lei Orgânica do Município, de 1990, que incorporou as demandas da Constituição de 1988 sobre o patrimônio cultural nacional para os bens de natureza material e imaterial. O documento especificava que “as atribuições do Executivo no campo da cultura, destacava a atuação do Conselho de Cultura, a elaboração de um calendário de atividades culturais e a atuação dos formadores da identidade municipal” (MARQUES, 2005, p. 131). Assim, Marques (2005) reconhece

que as atividades culturais realizadas promoveram uma visibilidade de um “patrimônio que a comunidade local não conhecia”, porém que “tornou hegemônica uma visão histórica do passado que passou a ser comum, mesmo para aqueles que residiam na cidade, mas que com ela não estabeleceu signos de identidade” (MARQUES, 2005, p. 134).

Os próprios apontamentos de Marques (2005), em sua dissertação, são um exemplo de como as escritas estavam vinculadas às aplicabilidades em ações e aos projetos políticos para o território. Sua atuação na Secretaria de Cultura e a proposta de uma “nova noção de patrimônio” sugerem críticas às ações de Stélio Lacerda, que representava a autoridade de uma suposta “velha identidade”, devido aos cargos ocupados na cidade. Stélio Lacerda foi o mesmo que legitimou as novas configurações na ASAMIH ao afirmar que foi construída uma “rede de confiabilidade”.

A ASAMIH parece ter feito emergir o “antigo” e o “novo”, e, sob a chave do patrimônio, com o esforço de construção de uma “nova identidade patrimonial”, promoveu uma simbiose historiográfica. Na concepção de Hartog (2015), depois da memória, o patrimônio seria o seu “alter ego”, que se universalizou nos anos 1990. Hartog (2015) apresenta uma questão que muito se relaciona com o encontro geracional da ASAMIH e o direcionamento dos grupos: a patrimonialização seria herdeira de qual regime de historicidade? E complementa com: “esse gosto pelo passado, pelo antigo, vinha repentinamente testemunhar uma certa nostalgia por um regime de historicidade, há muito tempo fora de uso?” (HARTOG, 2015, p. 193). A resposta está no sentido de considerar que os usos vão e vêm, e que o patrimônio estaria conduzindo de um passado para o futuro, em que “o futuro não é mais um horizonte luminoso rumo ao qual caminhamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em nossa direção, enquanto parecemos patinar no campo do presente e ruminar um passado que não passa” (HARTOG, 2015, p. 245).

A definição do patrimônio monumental na lei de 1993, na França – “nosso patrimônio é a memória de nossa história e o

símbolo de nossa identidade nacional” (HARTOG, 2015, p. 194) –, reforça o deslocamento da ideia de história-memória à história-patrimônio. Dessa forma, a memória da história seria o símbolo de identidade, no qual o patrimônio estaria ligado ao território e à memória. No entanto, seria uma identidade em risco e o patrimônio seria uma forma de conservação e uma obrigação no chamado “dever de memória” ou “um convite à anamnese coletiva” (HARTOG, 2015, p. 195). Assim, o patrimônio seria uma definição do que somos hoje, ou seja, uma manifestação presentista, na qual o futuro seria uma ameaça. A construção passa por um processo de constituição de um universo simbólico com a evocação de um “passado sensível” e uma busca de uma história própria”. Assim, “o patrimônio é trabalhado pela aceleração; é preciso agir rápido antes que seja tarde demais, antes que a noite caia e que hoje tenha desaparecido completamente” (HARTOG, 2015, p. 244).

O debate sobre os regimes de historicidades é apresentado por Manoel Salgado Guimarães (2012), ao abordar as diferentes formas da representação de escrita do passado brasileiro e as heranças portuguesas. Guimarães (2012, p. 18) destaca que as recentes transformações sociais são acontecimentos marcantes da atualidade, que demandam novas interrogações com o passado, e “o problema da memória e dos usos políticos do passado tomou enorme força quando nos debruçamos sobre a produção historiográfica recente em língua francesa, alemã ou inglesa, para além do espaço que vem ganhando também entre nós”. Sua abordagem é muito apropriada para a reflexão das heranças do modo de produção que estão enraizadas nas práticas da historiografia local, e que são centrais para pensar as demandas atuais da investigação histórica na perspectiva do patrimônio.

Guimarães (2012, p. 21), em seu texto *João Pedro Ribeiro e a erudição em Portugal*, estabelece as “filiações e heranças”, entre Brasil e Portugal, em que destaca que Ribeiro, um letrado formado na tradição do antiquarianismo, teria, em seu acervo, “indícios de sua relação com letrados brasileiros, especialmente pela presença de trabalhos dos dois fundadores do IHGB, Januário da Cunha

Barbosa e Raimundo da Cunha Matos”. Guimarães (2012, p. 22) afirma que, por meio da biblioteca de Ribeiro, era possível perceber sua tradição antiquária para o trabalho com os documentos, mas também de outras obras, o que indicava uma “fusão entre o saber antiquário e o saber do historiador”. Com esse agente, ele recupera as influências e afirma que:

a escrita da história apontava na direção de um novo caminho em que a autoridade dos escritores antigos não era mais o fundamento a construir legitimidade e autoridade para narrar o passado. Este, cada vez mais, deve ser abordado a partir dos documentos submetidos à crítica capaz de livrá-los da suspeição e da dúvida, e tornando possível inscrever definitivamente a história como disciplina do conhecimento e não apenas uma propedêutica para outros estudos (GUIMARÃES, 2012, p. 22).

O estudo de Guimarães (2012) indica que essas ações impactam, por exemplo, Varnhagen, que teve uma formação intelectual em Portugal e forte atuação no IHGB, o que, para o presente estudo, reforça a relevância de investimento na relação triangular entre o instituto, os agentes e a escrita da história local. Entender esse movimento é reconhecer que os usos sobre a escrita são parte constitutivas da construção do Brasil nação.

Entretanto, os primeiros institutos históricos do Brasil, originários do século XIX, foram, nas palavras de Lilia Schwarz (1993, p. 138), “guardiões de sua própria memória, ou melhor dizendo de um certo tipo de história, eles até hoje acolhem aqueles que, resistindo ao tempo, fazem uma história pautada por longas genealogias, vultos históricos e eventos insistentemente retomados”. Esses espaços legaram os profissionais que ocuparam os quadros de escolas e universidades naquele período. Nesse sentido, a perpetuação desses espaços e a criação de outros, em períodos republicanos, sugerem algo mais que a permanência de modelos com base na história épica e nacionalista.

Para operar de acordo com essa lógica, será preciso lembrar que a escrita da história é um reflexo da prática e das intenções de articulação que a temática permite construir. Assim, como apre-

senta Certeau (1982, p. 88), “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber”. Nesse sentido, busca-se analisar quem produz essa história e para quem ela interessa. Desse modo,

encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática” (CERTEAU, 1982, p. 56).

Nuno Bessa Moreira (2016) confirma que, na atualidade, e os estudos sobre história local, com foco teórico-metodológico, são restritos, o que contraria o desenvolvimento das dimensões empíricas. Partindo também de um espaço de produção, a *Revista de História*, afirma que a história local tem articulação na formação da historiografia portuguesa. Moreira (2016, p. 62) chama atenção que alguns autores na *Revista de História*, analisada por ele, “exibem uma visão paternalista do patrimônio, enveredando outros por uma historiografia crítica, de par com tentativas de investigação tributárias do escrúpulo documental do historicismo rankeano e menos devedoras da Escola Metódica Francesa”. Desse modo, ele entende que o conceito de paisagem é recorrente nas obras, ao combinar a dimensão natural com a vertente humana, contudo, os trabalhos com “pesquisa documental e rigor erudito protocientífico convivem com o amor à terra de pendor romântico, utilizado como um instrumento do nacionalismo” (MOREIRA, 2016, p. 84). Moreira (2016) também parece reconhecer que diferentes historiografias podem emergir de um mesmo regime. Isso permite avançar em uma leitura sobre os significados da escrita e do papel do local na própria historiografia, especialmente, no que tange à produção de conhecimento para configurações de identidades.

Margarida Sobral Neto (2012) confirma a importância dos estudos sobre história local e as referências identitárias. Ela refor-

ça que a herança do campo possuir alicerces nos “estudiosos locais, ou simples curiosos das ‘Antiguidades’ das terras, e por investigadores ligados a academias e instituições universitárias” (NETO, 2012, p. 47). Nesse sentido, a história local deve ser estudada como um “ramo historiográfico plural”, que, para ela, não pode ser limitado em “classificações rígidas, redutoras da sua riqueza e complexidade” (SOBRAL NETO, 2012, p. 47).

A autora afirma que, na atualidade, a história local “tem-se revelado, igualmente, um espaço de profícuo diálogo com a sociedade, em particular com as instituições de poder local” (SOBRAL NETO, 2012, p. 70). A identificação e a preservação em projetos de patrimônio local, a organização de ecomuseus e turismo cultural, são instrumentalizadas pela história local, o que possibilita novas configurações territoriais, que geram conhecimentos sobre o passado pelas populações locais.

Desse modo, considerar um instituto municipal, ao identificar a triangulação entre instituto, agentes e produções sobre a história local, é um meio possível para o entendimento do significado dessas produções para a construção do território e os impactos na própria escrita da História. Essas escritas e esses agentes permitem entender como o Instituto Histórico se tornou um espaço aglutinador de diferentes intelectuais. Sua localização em um espaço do poder público oferece perspectivas de análise das dinâmicas desses membros na própria configuração do território. Isso possibilita entender que as produções são operações historiográficas e parte de políticas de memória, que variam de acordo com o tempo.

Em Duque de Caxias, o que se configurou foi um crescente registro de patrimônios associados à memória do território, com operações que objetivam criar uma continuidade para as gerações seguintes que moram no lugar hoje. Nessa perspectiva, a ideia de pensar uma “nova identidade do patrimônio”, como proposto por Alexandre Marques na ASAMIH, poderia estar caminhando para um uso dessa concepção de patrimônio apresentada por Hartog (2015), que se concretiza com a criação posterior do ecomuseu

na cidade, o MVSB. Na concepção de Hartog (2015, p. 242), o ecomuseu é o sinal da crise do regime moderno de historicidade, pois a memória seria uma resposta ao presente, um instrumento de uma tomada de consciência, em que “a sociedade (uma comunidade) é ela mesma chamada a se conscientizar de um patrimônio”.

O processo de instalação de museus na cidade foi se constituindo dentro de uma leitura e de práticas dos agentes para uma visibilidade de uma chamada memória social, o que indicava uma demarcação dos entendimentos de memória e história dos agentes. Alexandre Marques, quando fala sobre os movimentos de Museus na cidade, pontua que a ação faz parte de alguns desdobramentos de ações promovidas no período de sua atuação na Secretaria Municipal de Cultura, vinculada aos seus pertencimentos na APPH-Clio e na Lira de Ouro. De acordo com suas palavras, era parte de um processo:

[...] porque aí é outro *movimento político*, que é uma história um pouco mais longa, que envolve a Clio, e envolve a Lira de Ouro, esse movimento de museus, eu não sei se é seu objeto de pesquisa isso, mas... Esse movimento de museus também, ele é uma atuação da Clio, dessas pessoas que estão na Clio e um pouco da ASAMIH, o que aconteceu em 2003, em 2003, o prefeito era o Zito, o secretário era o Gutemberg, e o Beto Gaspari e o Beto Cavaco eram da Secretaria de Cultura, e a gente tinha uma aproximação com eles por causa da faculdade e, naquele momento, o Gilberto Gil tinha assumido o ministério e começou uma nova discussão de política pública de cultura (ENTREVISTA ALEXANDRE MARQUES, 27/01/2020, grifo nosso).

A abordagem de Alexandre Marques sinaliza para o discurso corrente do grupo de que as articulações historiográficas tinham um objetivo político e, nesse cenário de novas orientações no âmbito nacional, as iniciativas locais foram ampliadas. De acordo com Marques, o projeto “Digitais na cidade” foi um caminho para os debates sobre os museus. O projeto foi realizado durante o mandato de Washington Reis (2005-2008), quando a secretária de Cultura era Carmen Pires Migueles, doutora em Sociologia e Mestre em antropologia. Marques destaca:

nessa atuação na Secretaria de Cultura *começou a abrir um monte de porta* e, nesse momento, eu também estou na direção da Lira, aí tem um cara chamado Luiz, que é do partido comunista, que falou: “olha só, eu estou lá no FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador], tem uma verba que a gente pode investir na cidade”. Aí eu fiz um projeto grande com a Norma chamado “Digitais na cidade” (ENTREVISTA ALEXANDRE MARQUES, 27/01/2020, grifo nosso).

O projeto ganhou projeção e teria mobilizado ações no bairro São Bento (local da sede do MVSb), na FEUDUC. Para Alexandre Marques, “Carmen Migueles percebeu junto com Selma, secretária de Educação, irmã do Gilberto Silva, aquele que eu discuti, e a Carmen deu a proposta: ‘por que vocês não criam um museu?’, que é o Museu Vivo do São Bento”. A partir de um levantamento dos prédios vazios na cidade, Marques convidou as instituições locais a ocupá-los com a garantia de legalização da prefeitura. Foi o caso da ocupação do prédio do MVSb, bem como de outros espaços. Essas ações foram se enquadrando na perspectiva de valorização da Museologia Social, identificadas e classificadas por Mário Chagas, quando realizou visitas às atividades promovidas pelos agentes. Chagas foi um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus, em 2003. Atua no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), é fundador da *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, professor da UNIRIO, e realizou significativas atividades relacionadas à memória e ao patrimônio.

Uhelington Viana (2016), em sua tese *Educação com o patrimônio e a educação como patrimônio: uma política na formação de professores*, aborda a criação do Centro e Referência do Patrimônio Histórico (CRPH) e do Centro de Pesquisa e Memória da História da Educação em Duque de Caxias, ambos sediados no prédio administrativo do MVSb. Para Viana (2016), os agentes desses centros produzem narrativas que avançam das lutas pelas questões sociais básicas da população para o reconhecimento do valor cultural do cotidiano. Mariza Gonzaga, diretora do SEPE/Caxias e voluntária no CRPH, foi entrevistada por Viana (2016), e destacou como Mário Chagas foi fundamental para a orientação das atividades que eles estavam realizando na cidade:

Marlucia e os professores de História faziam o percurso mostrando os pontos históricos de Duque de Caxias, da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro. Até o Mário Chagas disse: “o que vocês estão fazendo está dentro da Nova Museologia e do museu de território, é um ecomuseu”. Estávamos fazendo uma coisa, mas não tinha nem teoria (Mariza GONZAGA *Apud* VIANA, 2016, p. 177).

A Nova Museologia é um movimento teórico e metodológico que propõe uma renovação dos museus. Por meio da atuação de Chagas, as ações de visitas de espaços de memória na cidade, praticados por muitos pesquisadores, receberam perspectiva e orientação teórica. Muitos deles confirmam que não sabiam que o que estavam fazendo tinha relação com a Museologia Social, e que Chagas era quem teria direcionado os trabalhos, o que é reforçado na leitura de Marques:

o Mário Chagas percebeu a importância e junto do *projeto de Digitas na Cidade*, junto com a *iniciativa da Carmen* de criar o museu e mais essa atuação nossa na cidade, nós chamamos as instituições que trabalham com memória social, aí entrou o Centro de Memória, entrou a Clio, entrou o museu que estava sendo criado, o CEPEMHED [Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias], o instituto, entrou o terreiro do Pai Cristóvão, o negócio de nordestino da Socorro, ou seja, várias instituições que já tinham algum tipo de memória social. E, naquele momento, o Mário Chagas falou: “a gente tá fazendo uma política de museus”, e abrir edital e vocês vão ter que se inscrever (ENTREVISTA ALEXANDRE MARQUES, 27/01/2020, grifo nosso).

Chagas é considerado como um propulsor no que se refere à construção do ecomuseu do São Bento. Marques recorda que foi nesse momento que o Museu da Taquara⁵⁹ foi regulamentado, e que outros foram se configurando. Para ele, somente o Instituto Histórico estava na categoria institucional:

[...] nós legalizamos o museu do Duque de Caxias, que já existia desde os anos 1970, mas não tinha nada registrado, e aí nós le-

59 Museu Histórico de Duque de Caxias, conhecido como Museu da Taquara, bairro localizado no 3º distrito de Duque de Caxias.

galizamos todas as instituições que entraram [...] trouxemos uma menina do Estado para fazer um sistema municipal de museus, que, na época, passamos a ter três museus e acho que cinco espaços de memória social, *alí entra o instituto, só que o instituto é o único que entra com essa característica institucional.* [...] Essa mediação nossa, com museus já é um fruto da Clio, junto com a Secretaria de Cultura, secretária de Cultura do Estado, que, na época, era a Adriana Rattes, com o Mário Chagas, do Instituto de Museologia. Depois criou o IBRAM e com o ministro Gilberto Gil (ENTREVISTA ALEXANDRE MARQUES, 21/01/2020, grifo nosso).

A participação do instituto como museu se enquadra nesse novo período, com a existência da ASAMIH e a articulação desses agentes no espaço para maior dinamização. Dessa forma, a reflexão sobre a “nova noção de identidade de patrimônio” é atravessada tanto pelos impactos das transições políticas, quanto pelas orientações teóricas com que os agentes passaram a dialogar.

Nessa dinâmica, percebe-se uma valorização cultural a partir das experiências de luta dos agentes, com releituras dos espaços, que reforça que diferentes contextos podem estimular uma multiplicidade de narrativas sobre um mesmo acontecimento (CANDAU, 2005). Assim, mesmo com criação do MVSB, outras referências simbólicas para a cidade são “ativadas” e legalizadas, como o museu do Instituto Histórico, o museu do Duque de Caxias, o espaço nordestino, o terreiro do Pai Cristóvão e a memória da história da educação na cidade com o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias (CEPEMHED), ou seja, os principais símbolos das disputas de memórias e narrativas sobre a cidade.

ASAMIH: um caminho para outros espaços culturais

Em 2008, a ASAMIH, por meio do projeto “Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro”, tornou-se ponto de cultura estadual e recebeu verbas com foco em atividades culturais. Conforme registro da diretora, o projeto promoveu um aumento da dinamização do uso do acervo do instituto e

a divulgação de pesquisas sobre a região. Com o apoio financeiro à instituição, realizou a compra de equipamentos para o Instituto Histórico, o que proporcionou um maior fluxo de projetos, como foi relatado por Tania Amaro de Almeida, no registro das atividades do “IH CMDC entre 2009 e 2015”:

além do trabalho com o acervo, através de sua proposta de incentivo à pesquisa sobre dados históricos e culturais da cidade e outros municípios vizinhos, o Instituto Histórico recebeu público bastante diversificado atendendo a pesquisadores, escolas e pessoas interessadas na nossa história (ALMEIDA, Relatório 2009-2015, p. 2).

Nesse sentido, a ASAMIH representa o potencial de articulação e produção dos agentes, que, desde o início da associação, realizaram um movimento de divulgação e valorização de suas pesquisas existentes ou em curso. A própria criação da revista *Pilares da História* foi uma forma de potencializar o papel do Instituto Histórico para a construção de memórias da cidade. O site da ASAMIH⁶⁰ apresenta algumas produções e publicações com o apoio dessa associação. São pesquisas, eventos, publicações, como as seguintes:

Revista *Pilares da História* – Duque de Caxias e da Baixada Fluminense (17 edições, com tiragem de 1.000 exemplares cada).

CD Caderno de Cartografia da Baixada Fluminense (em parceria com o Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias).

LACERDA, Stélio. *Pelos caminhos que a história deixou: passeios culturais aos principais sítios e monumentos históricos de Duque de Caxias e municípios circunvizinhos* (1992-1994). Rio de Janeiro: Renascer, 2004. .

LACERDA, Stélio. *A fábrica de tecidos do “Corte Oito”*. Duque de Caxias, RJ: Portal Literário, 2007.

LACERDA, Stélio. *Antes que o tempo apague*. Rio de Janeiro, RJ: Portal Literário Editora, 2007.

LACERDA, Stélio. *Caxias de ontem: um pouco de memória*. Rio de Janeiro, RJ: Fábrica de Livros – SENAI/RJ, 2003. .

60 Disponível em: http://amigosinstitutohistoricode.com.br/?page_id=2/ (Acesso 04 de março 2021)

FREIRE, Elyseu Adail de Alvarenga; TORRES, Rogério. *O Coronel Elyseu e o seu tempo*. Duque de Caxias: ASAMIH/IPABH, 2010. 227p.

Há, ainda, algumas pesquisas realizadas com o apoio da ASAMIH:

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro de. *Olhares sobre uma cidade refletida: memória e Representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. 2012. 146f. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas) – UNIGRANRIO, Duque de Caxias, 2012.

BRAZ, Antônio Augusto. *Vidas em transição: a cidade e a vida na cidade em Duque de Caxias (RJ) nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

BEZERRA, Nielson Rosa. *As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela (1833-1888)*. 2004. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2004.

MARQUES, Alexandre dos Santos. *Militantes da Cultura em área periférica Duque de Caxias (1950-1980)*. 2005. 166f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2005:

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias (1900-1964)*. 2002. 296f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

Após o projeto “Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro”, a instituição seguiu com atividades com foco em dinamizar a instituição. Em um texto/relatório produzido pela diretora Tania Amaro de Almeida sobre a ASAMIH sobre esse projeto, ela pontua:

quais são as principais atividades culturais desenvolvidas pela instituição?

Apoio à guarda de acervo relacionado à História da cidade de Duque de Caxias.

Disponibilização do acervo à consulta.
Exposições de artistas plásticos da cidade.
Exposições de fotografias.
Exposição sobre a trajetória de instituições da cidade.
Exposição “A Baixada Fluminense dos Viajantes” – que foi instalada nas igrejas dos “Caminhos da Fé”.
Lançamento de livros, vídeos e cordéis.
Apresentação de vídeos, filmes e documentários.
Organização de encontros, seminários e conferências.
Registro em audiovisual das memórias dos habitantes locais.
Organização de atividades de campo: “Caminhos da Fé”, “Caminhos do Ouro” e “Conhecendo Caxias”.
Artigos para publicação na revista *Pilares da História* (ALMEIDA, 2016, p. 2).

Além da publicação da revista, que será analisada no próximo capítulo, os registros e os relatórios realizados são os mecanismos de legitimação da importância do espaço para cidade, com referências da presença da sociedade na instituição, conforme imagem a seguir:



Figura 3 - Registro das atividades no Instituto Histórico. Fonte: ALMEIDA (2016).

As imagens no relatório não especificam o dia do evento ou a atividade realizada, o que sugere que elas foram incluídas para pontuar “a relação da ASAMIH com a comunidade em seu entorno” (ALMEIDA, 2016, p. 2). As fotos complementaríamos

registros sobre “as principais atividades culturais desenvolvidas pela instituição”, além da presença e da procura da comunidade local pelas atividades promovidas pela associação. Nas imagens, podemos inferir que se trata da “visitação às Exposições de artistas plásticos da cidade, Exposições de fotografias, Exposição sobre a trajetória de instituições da cidade” e da “organização de encontros, seminários e conferências” (ALMEIDA, 2016, p. 2), já que a imagem é composta pela presença dos participantes no espaço de exposições do Instituto Histórico e ouvintes no salão da Câmara Municipal, onde são realizadas as conferências com maior público.

O texto/relatório, ainda, afirma que “a comunidade participa de todas as atividades promovidas pela Associação dos Amigos do Instituto Histórico e, em algumas delas, até mesmo de seu planejamento e execução” (ALMEIDA, 2016, p. 2). O projeto de ponto de cultura parece ter sido um marco de uma das últimas atividades mais coletivas do grupo, já que, no ano de 2008, mediante as articulações de projetos na cidade, os agentes da ASAMIH, mais ligados à FEUDUC, se direcionaram às atividades com a criação do MVSb. Os membros ligados ao IPAHB se afastaram das atividades na cidade, e tanto Rogério Torres, Stélio Lacerda e Gênesis Torres se mudaram. Guilherme Peres permanece com participação ativa, e é sob a direção de Tania Amaro de Almeida que é possível identificar o esforço para a preservação e o uso do acervo da instituição, bem como as palestras e a publicação da revista *Pilares da História*.

Assim, estamos considerando que as abordagens dos agentes seguiram com foco na geografia do território, nos seus usos e seus impactos, ao fortalecer o papel da memória para a construção identitária, e estabelecer disputas de narrativas sobre as leituras patrimoniais. No entanto, as produções que seguiram as orientações acadêmicas de escrita, especialmente com os membros da FEUDUC, seguiram uma perspectiva da história-patrimônio, com uma proposta de pensar a relação entre território e memória diante do “dever da memória” ou mesmo do “direito à memória”. Sob a

chave do patrimônio, também foram possíveis narrativas, principalmente as realizadas pelos membros do antigo IPABH, na perspectiva de uma história-memória, ou seja, na abordagem de olhar o passado na condução do futuro e operar com o reconhecimento, valorização e preservação dessas memórias.

História e memória: como escrever sobre a Baixada Fluminense?

Ao selecionarmos as obras dos membros fundadores da ASAMIH, com especialização em História e com livros publicados com foco na Baixada Fluminense, consideramos que as produções desses agentes, artigos em revistas locais ou dissertações, receberam estímulos de divulgação e publicação a partir da criação da ASAMIH e da valorização do uso do acervo do Instituto Histórico. Isso é expresso no volume de publicações, que aumentaram a partir dos anos 2000, no contexto de projetos estaduais com foco patrimonial. Assim, as diferentes gerações presentes no espaço puderam divulgar suas pesquisas e apresentar seus modos de escrita sobre a Baixada Fluminense.

Para o que estamos chamando de primeira geração, podemos destacar que somente Guilherme Peres (1992; 1993) e Rogério Torres (1987) publicaram livros antes dos anos 2000. Os demais membros, mesmo com publicação a partir do IPABH e/ou por por edição do autor, o fizeram com mais intensidade depois da criação da ASAMIH. Stélio Lacerda publicou em 2001, 2003, 2004, 2007 e 2010; Gênesis Torres organizou uma produção em 2004, pelo IPABH, e sua 2ª edição pelo INEPAC, em 2008; Rogério Torres, além da publicação em 1987, com Newton Menezes, também publicou em 2004, 2011 e em 2018; Guilherme Peres, além das obras em 1992 e 1993, publicou em 2000, 2007, 2008 e 2011.⁶¹

Na segunda geração, com Marlúcia Souza, Alexandre Marques, Antonio Augusto Braz, Nielson Bezerra, as publicações de livros são mais recentes: Souza (2014); Antonio Augusto Braz

61 Levantamento nos livros arquivados no Instituto Histórico.

(2010); Tania Amaro de Almeida (2019a; 2019b; 2016; 2014); Alexandre Marques (2006); Nielson Bezerra (2008; 2011; 2011; 2012; 2013; 2015, 2019).⁶²

Os membros Stélio Lacerda, Guilherme Peres, Rogério Torres e Gênesis Torres, atuantes nas atividades culturais e nas escritas sobre história local, desde a década de 1970, passaram a abordar a perspectiva de patrimônio, mas com uma abordagem da história-memória, como expresso no livro organizado por Gênesis Torres (2008), *Baixada Fluminense – A construção de uma história – Sociedade, economia e política*. A edição de 2008, sob o Programa Integrado Estadual do Patrimônio Cultural, tinha como objetivo apresentar as imagens da Baixada Fluminense, e o trabalho foi realizado com as marcas de um modo de fazer história característico da cientificidade do campo presente nas produções locais, entre os anos de 1930 e 1950.

Fernandes (2009) afirma que não era comum, nas produções locais fluminenses, entre os anos de 1930 e 1950, textos com caráter metodológico. Em relação ao recorte temporal, as obras não apresentavam uma simples organização cronológica, mas se preocupavam em marcar os períodos, na perspectiva de identificar as fases em relação às continuidades e às rupturas. As produções históricas possuíam uma dupla função: apresentar a capacidade humana de transformar sua vida; e uma função pedagógica, para além do espaço escolar, com foco em formar uma consciência histórica, ou seja, “a verdadeira história local deveria proporcionar-lhes a ideia de continuadores da obra pretérita” (FERNANDES, 2009, p. 204). Nesse sentido, estamos considerando que as produções dessa geração possuíam as marcas dessas escritas e mantiveram os modos de fazer história dessas produções, mas avançaram para abordagens patrimoniais.

Este grupo, que situamos como primeira geração, representa as influências de uma produção local com uma perspectiva de olhar o passado para preservar. Além disso, algumas produções

62 Consulta ao acervo do Instituto Histórico e à Plataforma Lattes.

materializam as ações e os projetos políticos dos agentes nas últimas décadas, em conformidade com as propostas esperadas para os primeiros anos do Instituto Histórico, ou seja, alimentar a imagem de uma cidade pacífica, bem como romper com os “estigmas” de violência. Assim, a história, para esse grupo, cumpre a função de identificação de memórias e de lugares que precisam ser preservados. Uma obra que apresenta como esses agentes investiram para a construção de uma “imagem progresso” da cidade foi a realizada por Stélio Lacerda, em *Caxias de ontem: um pouco de memória*, publicada em 2003. Na orelha do livro, consta:

Em *Caxias de ontem, um pouco de memória*, o autor volta os olhos ao passado recente da cidade, procurando penetrar no cotidiano de uma sociedade em acelerada transformação. Nesse esforço recorre a pesquisa e à memória para fundamentar a narrativa.

Retoma assim o caminho que percorreu em sua obra de estreia, em 2001: Uma passagem pela Caxias dos anos 60. Em síntese é uma tentativa de compreender e mostrar uma outra Caxias, bem diferente daquela estigmatizada como a terra da violência e do crime.

É, apenas o começo da caminhada, com intenção de contribuir à preservação da memória da “cidade progresso” da Baixada Fluminense (LACERDA, 2003, orelha, grifo nosso).

A produção indica as aplicabilidades historiográficas nos projetos políticos, por meio das ações culturais da cidade, o que se materializou durante a gestão de Stélio Lacerda na Secretaria de Cultura. Isso também reaparece no livro *Pelos caminhos que a história deixou: passeios culturais aos principais sítios e monumentos históricos de Duque de Caxias e municípios circunvizinhos (1992-1994)*, de Stélio Lacerda e Rogério Torres (2004).

O livro sobre os passeios, publicado em 2004, com a apresentação realizada pelo vereador Laury de Souza Villar, presidente da CMDC no período, reforça os vínculos com o instituto e permite acompanhar, por meio das produções, os usos do passado na cidade. A partir dos caminhos, os diferentes agentes da ASA-MIH reforçam a necessidade de uma invenção de uma Baixada Fluminense, e apontam para a importância do território diante da

invisibilidade. Para essa geração, esse debate aparece nos processos de sociabilidade desse grupo, e sugere um certo pioneirismo, na Baixada Fluminense, sobre as práticas de passeios com abordagem histórica. Na introdução, consta parte do relato de Rogério Torres, publicado na revista *Caxias Magazine*, sobre a atividade cultural dos passeios, que antecederam o livro. Os “passeios culturais” foram realizados sob a orientação de Rogério Torres, Armando Valente e Guilherme Peres, com foco para os caminhos, os casarões e as ruínas das igrejas. De acordo com texto:

foi numa daquelas noites em que nos reunimos no Elite que tudo ficou alinhavado. O professor Armando Valente, sempre antenado, lera no jornal que um colega carioca estava realizando, com grande sucesso, passeios a pontos históricos da cidade do Rio de Janeiro, acompanhado de estudantes e turistas. Diante disso, Valente achou que poderíamos fazer o mesmo aqui. Mais do que a cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense necessitava ser mostrada. Afinal, pouco se conhecia do passado e dos sítios históricos dos municípios do Grande Rio. *Nossa região sempre fizera um papel de “gata borralheira” em relação ao antigo Distrito Federal.* [...] ficou combinado que levaríamos para o Secretário de Cultura, professor Stélio Lacerda, um projeto [...] (TORRES, 2001 *apud* LACERDA; TORRES, 2004, p. 11).

Os passeios receberam os seguintes títulos “Caminhos do ouro”, “Caminhos do café” e “Caminhos da fé”, realizados em 1992, 1993 e 1994, respectivamente. As leituras sobre o território, realizadas pelos agentes, na perspectiva patrimonial da região, manteve uma abordagem político-administrativa, comum entre as primeiras obras e as demais produções de história local. Para os aspectos da fé, por exemplo, estava em pauta uma “herança colonial”, que, para os agentes, indicava que os “monumentos religiosos tiveram maior permanência no tempo, comprovando a presença da igreja no cotidiano das comunidades ribeirinhas e do fundo da baía de Guanabara” (LACERDA; TORRES, 2004, p. 12). O passeio foi realizado em 1994 e nome “Caminhos da fé” seria decorrente do interesse de “mostrar o que restou desse rico patrimônio arquitetônico, em alguns casos, apenas ruínas” (LACERDA; TORRES, 2004, p. 12).

A escolha pelos templos católicos expressa o vínculo desses historiadores a essa tradição historiográfica e a perspectiva patrimonial, com recorte político-administrativo. Mesmo que eles reconheçam e, por vezes, registrem que a cidade é disputada por “lideranças”, como a de Joãozinho da Gomeia, o percurso sobre os terreiros e os espaços religiosos de matrizes africanas não consta no roteiro de estudo dos agentes. Esse grupo permaneceu vinculado a uma ideia de patrimônio, no que se convencionou chamar de “pedra e cal”, com as referências materiais do território e nas concepções tradicionais das relações sociais e culturais. Isso, de certa forma, se manteve nos estudos sobre o local, e somente com o passar do tempo que os demais pesquisadores incorporaram uma abordagem patrimonial com uma perspectiva do intangível, na busca das relações identitárias e na valorização dos diferentes modos de saberes e fazeres (GONÇALVES, 2003).

A geração formada por Nielson Bezerra, Antonio Augusto Braz, Marlucia Souza Santos, Tania Amaro de Almeida e Alexandre dos Santos Marques foi impactada por demandas patrimoniais associadas à Museologia Social, que passa pelo processo da construção simbólica, ou seja, pela evocação de um “passado sensível”, dentro da perspectiva de Hartog (2015, p. 237), e de um investimento na patrimonialização na busca de identidade. No entanto, essa geração vivenciou, com o tempo, um olhar para as diferentes experiências religiosas e os seus usos no cotidiano. O que se verificou, inicialmente, foi uma continuidade do recorte espacial, com templos católicos para os primeiros estudos, mesmo que sob outros recortes e problematizações.

Isso é expresso no livro de Marlucia Souza (2014, p. 36), *Escavando o passado a cidade*, com as atividades de “estudos de campo”, que também receberam nomes de: “Os caminhos da fé”, “Os caminhos dos ouro” e os “Os caminhos do café”, para abordar os “antecedentes históricos: o passado agrário e escravista de Iguaçu e Estrela”. Assim, o livro, que tem por objetivo, “desenterrar as ruínas da estrutura arquitetônica do poder” (SOUZA, 2014, p. 14) e os projetos políticos em disputas, entre os anos de 1900

a 1964, apresenta como as demandas recentes são parte de um processo estrutural do território. Souza (2014, p. 14) apresenta o protagonismo das pessoas, com destaque para as:

memórias silenciadas das organizações e experiências dos trabalhadores, assim, como de seus projetos de mundo e de lugar, são partes significativas deste livro. Consideradas igualmente importantes são as *trajetórias das principais lideranças* locais e regionais, *as memórias das disputas políticas* entre o “Amaralismo” e o “Tenorismo”, entre aqueles que disputavam a representação e o voto dos trabalhadores (SOUZA, 2014, p. 14, grifo nosso).

O encontro geracional promoveu um volume de publicações, com o fortalecimento das demandas com foco patrimonial. Assim, os agentes da FEUDUC, que mantêm uma atuação na cidade, apresentam uma escrita da história regional sobre a Baixada Fluminense que é fruto das bases anteriores e das vivências dos agentes da primeira geração. Isso reforça que a noção de tradição intelectual serve como base para os estímulos às mudanças, e não para sua negação (GOMES, 1993).

Periodização: a abordagem síntese sobre o território

Rogério Torres destacou a importância da aproximação com o grupo da FEUDUC e disse que eles chegaram para “enriquecer o trabalho”, apesar de não concordar com algumas críticas produzidas por eles, como as realizadas à Barboza Leite, a quem Rogério Torres tem grande apreço. Para Torres, a maneira de fazer história realizada pelo grupo oriundo da FEUDUC não tinha “compromisso com ninguém, a não ser com seu curso e seus estudos”. Estar comprometido com o curso, para ele, parece significar os vínculos de atuação com a universidade e com os programas de pós-graduação, e não responder ou negociar com os poderes locais para atuação em espaços de pesquisas e publicações. É interessante que os agentes da FEUDUC não desvinculam suas escritas das demandas da cidade, apesar de alguns acreditarem que isso foi se perdendo. Alexandre Marques foi um dos que pontuaram que o foco das produções, ao longo do tempo, foi ganhando a função de

cumprir uma carreira e de responder às demandas de produção, ou seja, não representava uma escrita atuante. Essas diferentes leituras sobre os sentidos políticos das produções apresentam as aplicabilidades da escrita local pelos agentes e as referências dos autores para pensar a própria Baixada Fluminense.

A inserção no universo acadêmico para um modelo de escrita, com referências, problematizações de documentação, entre outros modos de fazer que indicavam o distanciamento dos pesquisadores fora desse ambiente da pós-graduação, não garantia um modo acadêmico como um único formato de leitura sobre o Lugar, como será apresentado no próximo capítulo. A escrita da história local, com aspecto monográfico, no sentido de uma produção com um recorte preciso sobre espaço, também apresenta um formato mais analítico da região.

Os agentes da Baixada Fluminense que ingressaram nos cursos de pós-graduação, por mais que tenham produzido suas dissertações ou teses com recortes específicos, como as freguesias ou os municípios, não abandonaram um formato de apresentar uma história da Baixada Fluminense no sentido mais amplo, com o estabelecimento de uma conexão entre a região e as demandas fluminenses. O esforço de apresentação geral da história da Baixada Fluminense, desde os sambaquis, ou mesmo a partir do século XVI, antes de aprofundarem suas demandas específicas de estudo, reforçam uma proposta de sistematização e síntese. Quando não é realizada uma abordagem direta de periodização ampla, a abordagem temática também apresenta um esforço de contemplar um conteúdo mais amplo do que o analisado. Isso ocorreu com a dissertação de Marques (2005), *Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980)*; com o livro publicado por Antonio Augusto Braz e Tania Amaro de Almeida (2010), *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*; e com o *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*, de Marlucia Souza (2014).

Marlucia Souza apresenta suas dificuldades de estabelecer um recorte temporal. Para ela, seria importante “mostrar que a cidade tinha uma potência organizativa dos trabalhadores”, e apre-

sentar como foram “frutos de um processo altamente repressor”. De um modo geral, ela diz que: “eu acho que eu queria fazer essa síntese” (ENTREVISTA MARLUCIA SOUZA, 2020). Ela define, em seu livro *Escavando o passado da cidade*, que:

o trabalho aqui apresentado se propõe, em primeiro lugar, a consolidar uma História que, por meio de sua primeira síntese, possa fugir dos limites temporais até então impostos pela maioria das obras acadêmicas, embora sejam elas que mais contribuíram para esta pesquisa [...] um olhar de longa duração para o conjunto da vida social de uma periferia muito próxima da cidade carioca (SOUZA, 2014, p. 34).

Os registros sobre a abordagem síntese parecem muito associados ao discurso dos agentes de militância e aos sentidos para a escrita da história. Isso também aparece para Nielson Bezerra, que, mesmo destacando que seu envolvimento com os estudos da história local não foi oriundo de militância política, como no caso de seus pares, a exemplo de Marlucia Souza Santos, que atuou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e de Alexandre Marques e Antonio Augusto Braz, que eram integrantes de partidos políticos, com a aproximação e os interesses temáticos, acabou desenvolvimentos uma participação ativa de militância.

Assim, mesmo que, inicialmente, tenha sido considerado pelos demais agentes como um membro de uma nova geração dentro do grupo da FEUDUC, com um direcionamento mais universitário, ele também exerceu outras ações políticas para a aplicabilidade de seus projetos historiográficos.⁶³ Desse modo, estamos considerando que a própria escolha da abordagem local expressa a militância do agente, já que suas obras apresentam significativa preocupação em pensar o papel da Baixada Fluminense e seus significados, e faz questão de marcar suas leituras historiográficas do território com o recorte identitário.

63 Nielson Bezerra, em 2016, foi candidato a prefeito de Belford Roxo, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), na cidade onde cresceu e mora no corrente ano (2022). Não foi eleito, mas pontuou que seu maior interesse era gerar pautas de debate na cidade, expressas em muitas de suas produções, como a falta de infraestrutura e os baixos investimentos em educação e cultura.

No livro *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*, Nielson Bezerra (2011, p. 19) afirma que “a escravidão e a diáspora africana estão presentes no Recôncavo do Rio de Janeiro através das marcas de injustiças sociais e desigualdades econômicas facilmente identificadas na Baixada Fluminense atualmente”. Isso reaparece, com mais detalhes de seus posicionamentos e com uma abordagem mais problematizadora, no livro *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara*, no qual Bezerra (2012, p. 23) indica a abordagem do estudo das diferentes histórias de liberdade, com o objetivo de apresentar, nos primeiros anos do século XX, o “enraizamento social da população de cor da Baixada Fluminense”. Além de apresentar “a invisibilidade da população de cor” na memória da região, também reforça que “as precárias condições de vida das daquelas pessoas não foi exclusividade do recôncavo, mas uma regra geral em todo Brasil” (BEZERRA, 2012, p. 19).

A produção de história local sobre a Baixada Fluminense, com uma abordagem de síntese, pretende afirmar a função de compromissos com o local e a aplicabilidade de ações sensíveis ao território. Isso confirma a proposta de abordagem do patrimônio na perspectiva presentista, de definir quem somos hoje.

Fontes: “uma simbiose entre trabalho de campo e o conhecimento teórico”

O acesso aos documentos e à preservação das fontes foi uma fala constante dos agentes, o que reforça a necessidade de um espaço público, ou mesmo de regras mais definidas ao acesso e à conservação. Não por acaso, a preservação do acervo do Instituto Histórico foi uma “bandeira” que uniu os agentes. A possibilidade de usos da documentação, com incentivos e projetos constantes para a conservação ou a restauração do acervo, também provocou desdobramentos, como a partilha de documentação de acervos privados. A aplicabilidade das fontes nas produções possibilita pensar os significados do fazer história, bem como a relação entre história local, historiografia e ensino.

A documentação não seria apenas necessária aos estudos e às pesquisas, mas também para o fluxo contínuo das escritas sobre a história local. Isso é apresentado no artigo 3º do Estatuto da ASAMIH sobre as finalidades da associação, no qual consta um forte incentivo aos termos do acervo e seus usos, dentre eles:

adquirir acervo de acordo com a política de aquisição do IH; sustentar o programa de processamento técnico, de conservação e de restauração dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico do IH; [...] incentivar a produção filmográfica, videográfica e de outros recursos audiovisuais sobre aspectos das áreas ligadas ao IH; [...] reproduzir documentos e objetos dos acervos do Instituto Histórico, de acordo com o programa de reprodução do IH. [...] Incentivar a pesquisa sobre a História do Município e da Região da Baixada Fluminense [...]; incentivar estudos e pesquisas nas áreas ligadas ao IH (ESTATUTO ASAMIH, 2005, p. 2).

A rede de confiabilidade se estendeu aos usos das fontes no cotidiano da pesquisa, como foi o caso do estudo de Tania Amaro de Almeida (2014), na dissertação realizada pelo Programa de Humanidades, Cultura e Artes da UNIGRANRIO, que foi publicada com o título *Olhares sobre uma cidade refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. Ao falar sobre suas escolhas de pesquisas e seus interesses temáticos, Almeida (2014) diz da importância de contato direto com o arquivo para o desenvolvimento de suas pesquisas, tanto da dissertação quanto da tese, e os significados, para ela, do trabalho coletivo. Conforme suas palavras:

eu vivia dentro do arquivo, né, então foi uma das coisas que eu sempre falei nas seleções, tanto no mestrado, quanto no doutorado: “eu respiro 24 horas...”. Quando perguntam: “você vai ter tempo pra pesquisar?”. Eu respiro arquivo, eu moro no arquivo, porque a gente fica mais tempo aqui dentro, do que em casa, então eu escolhi temas ligados, primeiro, à minha cidade, que eu nasci, comecei a olhar pra ela diferente, refletir sobre ela, não só viver o cotidiano, mas refletir, por isso, o nome do trabalho *Olhares sobre uma cidade refletida*, mas aí tem aquele recorte que a gente tem que fazer, a partir de quem, então eu resolvi, até conversando muito com muitas pessoas, conversando com o Rogério Torres, conversando com o Antonio Augusto Braz, porque, quando a gente usa o termo nós em nossos trabalhos, eu acho certíssimo,

eu não consigo falar “eu fiz”, eu sempre falo “nós fizemos”, “nós pensamos”, porque, na verdade, é um trabalho em parceria é um trabalho em conjunto (ENTREVISTA TANIA AMARO DE ALMEIDA, 06/02/2020, grifo nosso).

Trabalhando com uma proposta interdisciplinar entre História e Literatura, as fontes literárias escolhidas por Almeida (2014) foram as obras de Silbert dos Santos Lemos (*Sangue nº. 311*, *Negro Sabará* e *Os donos da Cidade*, de 1967, 1977 e 1980, respectivamente), e, no diálogo com a História, além de abordar outro corpo documental para a escrita, o livro apresenta, nos anexos, as imagens sobre o passado da cidade, como a Fábrica Nacional de Motores (1940-1950), a construção da Refinaria Duque de Caxias (1957-1961), a Estação de Merity (1913-1916), entre outras do acervo iconográfico e do acervo dos periódicos do Instituto Histórico.

O livro ainda apresenta a proximidade entre os agentes para os usos das fontes, como as imagens do acervo de Rogério Torres e de Stélio Lacerda, pessoas com quem Amaro reforçou o diálogo e a construção coletiva, por meio da vivência o período abordado. Ainda, na explicação sobre o recorte de estudo da pesquisa, ela diz: “refletindo muito, conversando com o Antonio Augusto Braz, com Rogério Torres, com Stélio Lacerda, **pessoas que atuaram presencialmente** nessa história também, e, a gente resolveu escolher o Silbert dos Santos Lemos, com os três livros dele” (ENTREVISTA TANIA AMARO DE ALMEIDA, 2020, grifo nosso).

A Figura 4 é uma imagem de Santos Lemos, do acervo pessoal de Rogério Torres. Por sua vez, a Figura 5, que segue, é da coleção Stélio Lacerda, que contém um material sobre educação e cultura elaborado por Santos Lemos e foi “repassado, em setembro de 1979, a Stélio José da Silva Lacerda, à época Diretor do Departamento de Educação e Cultura de Duque de Caxias” (ALMEIDA, 2014, anexos).

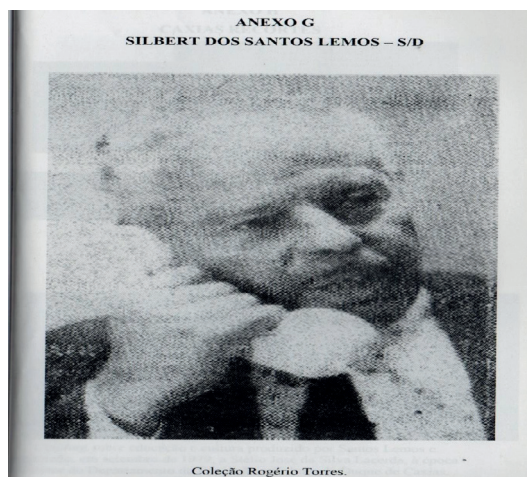


Figura 4 - Imagem de Silbert dos Santos Lemos. Fonte: AMARO (2014, Anexo G, p. 189).

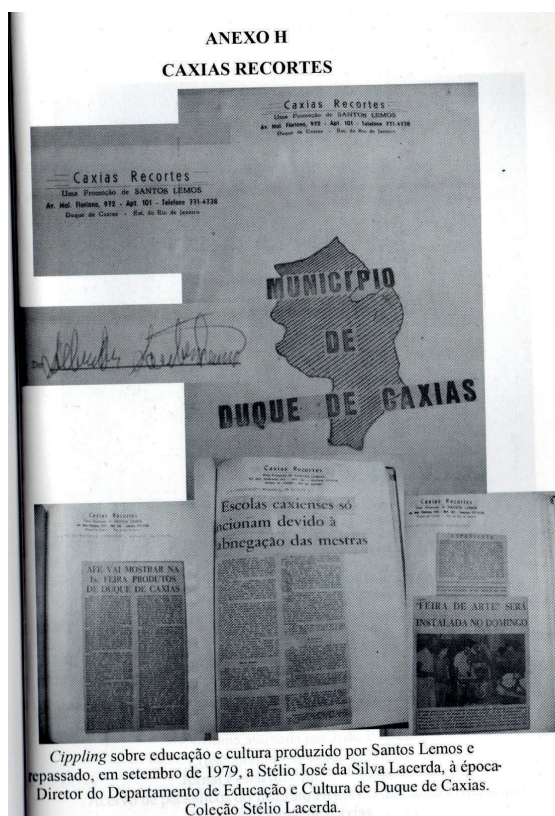


Figura 5 - Imagem de Silbert dos Santos Lemos. Fonte: AMARO (2014, Anexo G, p. 189).

A proximidade física das gerações revelou o potencial da defesa do acervo público e o compartilhamento dos acervos privados, na perspectiva da documentação como suporte da memória e as suas potencialidades às narrativas sobre o passado (GUIMARÃES, 2012). Rogério Torres também cedeu documentos às outras pesquisas. No livro *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da cidade*, de Antonio Augusto Braz e Tania Amaro de Almeida (2010), constam imagens cedidas por Rogério Torres, como a da “Avenida Presidente Kennedy – anos 1940-1950”, do “prédio da Câmara dos Vereadores na Avenida Nilo Peçanha anos 1950-1960”, e da “Reforma da Estação Gramacho s/d”. Rogério Torres é mencionado pelos pares da ASAMIH como alguém que compartilhou muitas informações e documentos, apesar das rusgas com alguns membros, devido aos apontamentos de ações culturais na cidade, tanto dele quanto de Stélio Lacerda, durante o período de intervenção militar. Para Rogério Torres, “isso criou uma certa, uma certa, uma certa animosidade entre nós e algumas pessoas da FEUDUC” (ENTREVISTA ROGÉRIO TORRES, 07/02/2020), mas ele não rompeu esses laços, e manteve vínculos e considerações sobre os estudos atuais e as abordagens das escritas sobre determinados personagens em Duque de Caxias. Esse foi o caso do livro de Marlúcia Souza (2014), *Escavando o passado da cidade*. Torres considera que, apesar da pesquisa de Marlúcia Souza não ser “depreciativa”, mas pelo contrário ela foi “respeitosa”, ele entende que ela “não deu o devido merecimento ao Barboza Leite” (ENTREVISTA ROGÉRIO TORRES, 07/02/2020).

Esses apontamentos são parte dos entendimentos das abordagens e expectativas desses agentes sobre o fazer história, que, de acordo com Falcon (1996), compunham as três principais linhas de forças que presidiram a pós-graduação: a historiografia tradicional, a Nouvelle Histoire (ou dos Annales), e a marxista. Assim, o uso das fontes dos agentes é distinto: uns com as marcas de uma abordagem mais empírica, alinhados à historiografia tradicional; e outros com as produções alinhadas a uma Nouvelle História, mas que caminharam para uma pluralidade de análises,

com a aplicabilidade de uma perspectiva teórica das fontes e com uma abordagem explícita dos métodos e da teoria.

Apesar das abordagens metodológicas distintas, o uso das fontes escritas possuía uma maior centralidade para a produção da história local. Entre os documentos mais citados nos trabalhos estão os periódicos, os documentos paroquiais (assentos de batismo, casamento e óbito), os censos, documentos do Exército, inventários, os relatos de viajantes, seguidos de depoimentos, das entrevistas e do lugar (as imagens dos vestígios materiais).

A apresentação de imagens sobre a cidade é recorrente nas publicações, mesmo que nem sempre seja anunciada como fonte, mas mais como ilustração. Como anuncia Hartog (2015), a história patrimônio carrega uma dimensão de historicidade do ver-saber e, assim, os usos da memória, por meio dos “passeios” ou “estudos”, com visitas aos diferentes espaços da Baixada Fluminense, foram uma marca das atividades no desenvolvimento das produções da história local, seguida de usos das imagens nas produções para a construção de memórias.

No livro *Pelos caminhos que a História deixou*, de Stélio Lacerda e Rogério Torres (2004), os autores reforçam que os roteiros foram fruto do interesse de “Armando Valente e Rogério Torres pela pesquisa dos aspectos históricos da Baixada”, e que eles, nos “fins-de-semana e férias escolares, punham-se por caminhos e trilhas da região em busca de nosso passado” (LACERDA; TORRES, 2004, p. 12). A busca de vestígios do passado, que eles definem como “conhecimento empírico”, foi somada com “muitas leituras de tratados, compêndios e **documentos históricos** – especialmente de publicações referentes à Baixada” (grifo nosso). Dessa forma, eles reforçam que:

a definição dos roteiros dos passeios histórico-culturais não foi obra do improviso criativo e impulso empreendedor. É claro que esses atributos estiveram presentes, não sendo, todavia, os únicos responsáveis pioneira iniciativa cultural [...] *os roteiros nasceram da simbiose entre o trabalho de campo e o conhecimento teórico de leituras e mais leituras* (LACERDA; TORRES, 2004, p. 13, grifo nosso).

As práticas de visualização do passado são recorrentes entre as produções, o que se materializa com o museu de percurso, como já mencionado, e nos debates de memória constantes na região para a monumentalização de referências identitárias. Assim, as imagens do passado da cidade são acionadas nas produções e, além dos registros sobre as temáticas trabalhadas em cada obra, são constantes as imagens dos caminhos, sejam os portos, as estradas e as ferrovias. Muitas são telas dos viajantes, fotografias do acervo do MVSb ou do Instituto Histórico, além de alguns registros pessoais das ruínas, nos quais os rios aparecem como referências à circulação de pessoas e mercadorias, como as apresentadas a seguir.

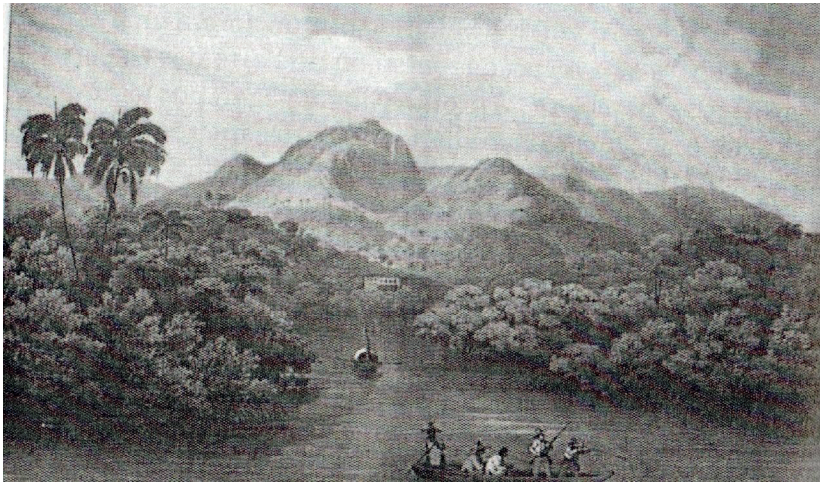


FIGURA 6 - Rio Inhomirim: aquarela de Rugendas. Fonte: SOUZA (2014, p. 45)

As imagens revelam um apelo sensorial ao passado, recorrente nas produções e fruto do processo de disputas patrimoniais e das referências de sentidos dos caminhos na história da região. A relação dos agentes com a produção e os sentidos do patrimônio não pode ser dissociada de suas experiências com o ensino e o crescente incentivo à visibilidade do território, bem como da aplicabilidade dos estudos sobre o local no Ensino Fundamental do município. Os investimentos para tal feito foram realizados pelos

membros vinculados ao MVSb e permitiram a inclusão do conteúdo no concurso de seleção de professores, em 2015, para Duque de Caxias.⁶⁴ A valorização das obras dos viajantes como fontes, como apresentado na Figura 7, a seguir, foi muito utilizada pelos agentes, principalmente, para apresentar as imagens idílicas dos rios, que, na atualidade, estão altamente poluídos.



Figura 7 - Escravos barqueiros: aquarela de Rugendas. Fonte: Biblioteca Nacional, Johan Moritz Rugendas, Viagem pitoresca através do Brasil (BEZERRA, 2011, p. 74).

Como apresenta Bittencourt (2009, p. 168), “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência”. Nesse sentido, essas escritas produzidas sobre a Baixada Fluminense, com significativa apresentação de imagens da região, cumprem o papel de valorização identitária na historiografia e remetem às práticas de ensino que promovem “lugares de memórias” e patrimonialização dos espaços, sob diferentes abordagens, mas sem perder a dimensão dos significados geográficos, como é o caso da igreja do Pilar, que foi recorrente em distintos estudos, como segue:

⁶⁴ Nos últimos anos, o concurso para a cidade de Duque de Caxias foi considerado um dos mais disputados no Estado, devido ao plano de carreira e ao salário atrativo.

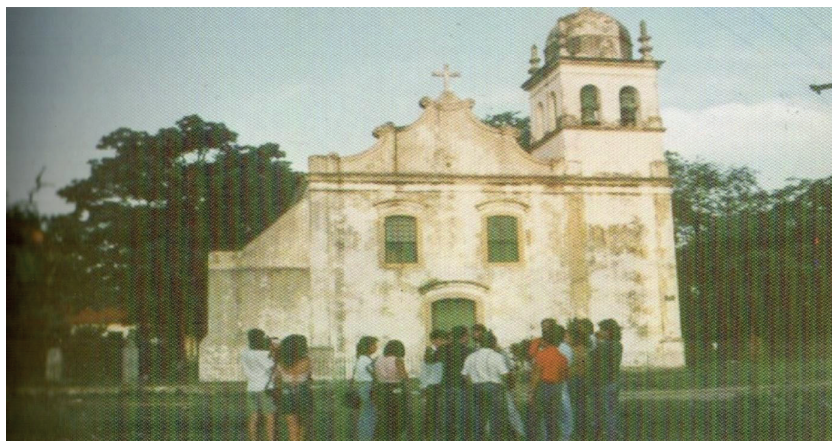


Figura 8 - Igreja do Pilar: estudos de campo IPABH. Fonte: LACERDA; TORRES (2004, p. 35).

A imagem da igreja do Pilar, construída no século XVIII, é referência nas produções e compõe um dos principais símbolos aos estudos sobre os “caminhos do ouro” ou os “caminhos da fé”. Os significados e as apropriações de análises dessas imagens são distintos para os agentes, mas a abordagem da história local na construção de referências cotidianas e na relação entre o tempo e o espaço são características das produções realizadas.



Figura 9 - A igreja no acervo do MVSb. Fonte: BEZERRA (2012, p. 151)

Nielson Bezerra (2011, p. 146) se preocupou em identificar a mobilidade das mulheres do Pilar⁶⁵ e, para tanto, recorreu aos assentos de batismos, tanto da matriz quanto das filiais na localidade. Seguindo os dados estatísticos referentes aos anos entre 1871-1888, incluiu uma fotografia da igreja (nesta tese, trata-se da Figura 9), que compõe o acervo do MVSB e que está nos roteiros de estudos de campo realizados pelo pesquisador. Para Bezerra (2012, p. 150):

é importante assinalar a importância da Matriz do Pilar, que concentrou a maioria dos assentos de batismo. Além dela, assinala-se a capela de Santa Rita da Posse, localizada em Xerém, demonstrando uma forte concentração de famílias escravas no que seria o quarto distrito da cidade de Duque de Caxias tempos depois.

Nesse sentido, as fontes do estudo de Bezerra (2012) são os assentos de batismo para uma análise demográfica na região. “O campesinato, a autonomia e a formação de famílias escravas” (BEZERRA, 2012, p. 151) são considerados com a análise dos assentos de filhos legítimos, com pais e mães declarados. A referência à igreja é no sentido de atribuir o papel da instituição ao período estudado e à importância da documentação paroquial. Essa análise não está dissociada da explicação geográfica das capelas: “a capela Nossa Senhora do Rosário localizava-se às margens do rio Saracuruna, lugar estratégico para a produção e a escoação de mercadorias agrícolas” (BEZERRA, 2012, p. 151).

Os questionamentos sobre a importância da igreja, no sentido de enfatizar os aspectos geográficos para o desenvolvimento local, foram realizados por Rogério Torres e Stélio Lacerda (2004). Eles se preocupam em apresentar os significados da igreja como referência aos primeiros núcleos de povoamento da região e como se deu o processo de decadência. Acentuaram “a importância do porto na ocupação das terras do atual município de Duque de Caxias” (LACERDA; TORRES, 2004, p. 31) e, em diálogo com es-

65 A seção sobre “a mobilidade espacial: o caso das mulheres do Pilar” aborda a mobilidade de cativos e libertos, por conta das autonomias negociadas. O texto compõe o capítulo sobre “Pós-abolição, campesinato e cidadania” (BEZERRA, 2012).

critos de Guilherme Peres, enfatizaram que “Pilar conheceu grandes momentos de opulência econômica com a criação de um porto do mesmo nome”, que, em 1789, apresentava a “maior densidade demográfica em relação aos demais distritos de Iguaçu” (PERES, 1993 *apud* LACERDA; TORRES, 2004, p. 32).

Nesse sentido, a igreja é uma referência aos caminhos, à importância dos rios, à vitalidade do Porto e à decadência da região, com a chegada das ferrovias. Depois da visita ao espaço e ao cemitério, a atividade expressa na Figura 8 retrata que “os visitantes reuniram-se na praça frontal para ouvir breve narrativa do historiador Charbel-Chedie, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São João de Meriti, sobre a freguesia do Pilar, berço da cidade de Duque de Caxias” (LACERDA; TORRES, 2004, p. 42).

As marcas geográficas para o desenvolvimento ou a decadência são apresentadas sob diferentes abordagens, com um esforço de trazer o cotidiano para o ensino e, assim, possibilitar a compreensão do entorno, e reaparecem com outras referências, como as ferrovias. Assim como apresentado no capítulo anterior, as ferrovias são parte das primeiras escritas sobre a Baixada Fluminense, seja para apresentar seus impactos para a decadência de determinados portos e as estruturas estabelecidas em seu entorno, ou mesmo para valorizar o seu papel para ligação com o Rio de Janeiro e a circulação de pessoas. A Figura 8 compõe o roteiro de Lacerda e Torres expresso nos “caminhos que a história deixou”, que também é frequentemente visitado pelos demais membros em estudos de campo, como referência da primeira estação ferroviária do Brasil, a Estrada de Ferro Barão de Mauá, em Guia de Pacobaíba, que, “com pouco mais de 20 anos que as estradas que conectavam os portos ao pé da serra da Estrela estavam perdendo a sua importância, por conta da primeira Estrada de Ferro em 30 de abril de 1854” (BEZERRA, 2012, p. 67).



Figura 10 - Estação de Ferro Barão de Mauá: atividade IPABH. Fonte: LACERDA; TORRES (2004, p. 105).



Figura 11 - Estação Ferroviária Barão de Mauá. Fonte: BEZERRA (2012, p. 67).

As imagens são usadas como ilustração e remetem ao apelo sensorial de valorização histórica do cotidiano presente na história local, práticas de ensino recorrentes na Baixada Fluminense e que, no contexto contemporâneo de valorização dos patrimônios locais, possuem uma fértil aplicabilidade. Assim, o que se manteve, entre os historiadores, foi uma predominância do uso de fontes escritas. As fotografias e imagens foram mais acionadas como um recurso ilustrativo e como forma de conectar as pesquisas no sentido cotidiano do território, ao atribuir ao lugar o sentido⁶⁶ de uma fonte de pesquisa na escrita da história local.

⁶⁶ O sentido do lugar para os autores é abordado no próximo capítulo.

Um território de chegadas: símbolos de Duque de Caxias

Como apresentado, as produções analisadas dialogam com as primeiras escritas sobre a região, principalmente, com as referências geográficas. O alinhamento dos agentes a um determinado modo de fazer história ofuscou as transformações de tempo dos processos da história da historiografia sobre o local e deixou entrever como estavam operando no encontro de regimes de historiográficos e sob o impacto de um certo regime de historicidade presentista, pautado no patrimônio e carregado de “filiações e heranças” (GUIMARÃES, 2012, p. 20).

Nesse sentido, as disputas de memórias que se estabeleceram foram resultado de muitos fatores, como: as novas demandas políticas sobre reflexões identitárias, as mudanças no campo na escrita, e as iniciativas individuais e coletivas de escolhas temáticas. As produções apresentaram determinados protagonistas para representar a Baixada Fluminense a partir dos seus “caminhos” e que abordavam os significados dos tropeiros, migrantes, operários e dos escravizados, como símbolos das referências identitárias.

As abordagens dos caminhos realizadas pela primeira geração enfatizaram os ciclos econômicos. Guilherme Peres (2000), em *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense*, apresentou o tema que ele considera central em suas pesquisas, “os tropeiros”. Em entrevista, ele narra, de forma envolvente, diferentes acontecimentos e lugares da região, nos quais o tropeiro é mencionado como o assunto que mais lhe interessa em escrever (ENTREVISTA GUILHERME PERES, 07/05/2018). Para ele, depois da ocupação portuguesa no Recôncavo da Guanabara, a “imensa região de – generosa fertilidade [...] sentiu desde logo, o resultado do trabalho pioneiro dos desbravadores” (PERES, 2000, p. 9). Assim, ao apresentar a circulação de pessoas e mercadorias, Peres (2000, p. 9) considera que “os grandes heróis desses caminhos foram sem dúvida os tropeiros”.

Esse protagonismo é tão significativo para Peres, que ele é apresentado no prefácio escrito por Ney Alberto Gonçalves de Barros, como “um tropeiro contemporâneo” (BARROS, 2000, p. 7), pois transportava ‘mercadorias’ e pesquisava tropas de informações”.

Formado em Artes Plásticas, Peres criou pinturas baseadas nos desenhos de viajantes do século XIX para retratar os lugares de pousos dos tropeiros. Gênesis Torres, em texto escrito para a contracapa do livro de Peres (2000), registrou que “apresenta informações necessárias para entender a luta do homem contra as intempéries dos trópicos, bem como, as dificuldades para se transpor a Serra do Mar cortando uma fechada floresta tropical [...]”.

Essa produção indica as leituras de ocupação econômico-administrativa da região, e também os olhares para a circularidade do espaço e o trânsito das pessoas. Acompanhando a leitura dos aspectos geográficos do território, Peres (2000) se interessa por aquele que não fica, mas apenas faz pouso no território, com maneiras de contribuir para o “desbravamento” e o desenvolvimento do local. A pesquisa de Peres (2000, p. 5, grifo nosso) seria “uma homenagem ao abnegado trabalho desses **heróis anônimos**, que através de seu pioneirismo, iam lançando pelos caminhos, sementes germinadoras de futuros povoados”. Assim, outras produções procuraram apresentar os que chegaram e ficaram nas sementes deixadas, os migrantes. Sobre o recorte de pesquisa que desejava, Tania Amaro de Almeida diz:

um olhar, mas sei lá, fluído, lúdico, que não tem aquela coisa da violência, da marginalidade, mas é um lugar também de migrantes, como Barboza coloca na obra dele, então assim os recortes dos trabalhos para pesquisa vieram assim, para eu mostrar a cidade, eu tinha que falar dessa cidade em transformação. [...] Das misturas de culturas, *do migrante que vem, tanto nordestino, mas tem gente que vem da Europa também, minha própria família*, meus pais são portugueses e chegaram aqui em 1958, então acho que meus projetos partiram daí do cotidiano, da necessidade e de um gosto meu (ENTREVISTA TANIA AMARO DE ALMEIDA, 06/02/2020, grifo nosso).

O cotidiano e o pertencimento também são apontados por outros agentes. Antonio Augusto Braz, quando perguntado sobre os motivos das escolhas dos seus temas de pesquisa, apresenta os fatores de vivências do cotidiano. Ele recupera a chegada dos pais em um lugar com muitas ausências, e como isso teria despertado seu interesse pelos processos de urbanização da cidade. No livro *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*, escrito com Tania Amaro de Almeida (2010), já na abertura da apresentação dos autores, eles registram:

Duque de Caxias é uma cidade de migrantes. De gerações migrantes que se sucederam desde as primeiras décadas do século XX. Na medida em que chegavam à região, esses homens e mulheres lutaram penosamente, durante décadas, em um esforço contínuo de construção de suas vidas, de seus projetos e de suas aspirações, construindo sua própria história e também a do nosso município (ALMEIDA; BRAZ, 2010, p. 9, grifo nosso).

A temática do migrante e seu papel na cidade atravessa as obras, tanto que Rogério Torres (2012, p. 8), em seu livro *Caxias de antigamente* – e “antigamente”, para ele, “situa-se, mais ou menos entre os anos de 50 e 80”, – recuperava o olhar e os estranhamentos do autor, a partir de alguém que chega na cidade. O pai, “transferido dos Correios da Praça XV para a estação de rádio do DCT, que ficava no Núcleo Colonial de São Bento, bem em frente da velha fazenda dos padres beneditinos”, não é o único descolamento mencionado pelo autor. Ele também fala de seus avós maternos, que nasceram em Paraíba do Sul e que resolveram “vir para o Distrito Federal” (TORRES, 2012, p. 15), embora ele desconheça seus motivos.

Torres (2012, p. 10) estabelece comparativos entre o local de seu nascimento, Engenho de Dentro, e os locais em que morou (Méier e Vaz Lobo) com a cidade que acabou de conhecer, e diz: “ali tudo era diferente”. Ele fala das condições de transporte, do jogo do bicho e de como “poucas ruas eram calçadas, a iluminação pública ficava limitada ao centro e aos bairros da classe média”, e conclui que “estas foram, inicialmente, as minhas primeiras im-

pressões sobre aquela cidade estranha que, a partir daí, passaria a ser minha também” (TORRES, 2012, p. 13).

Atento às questões da cidade, ele diz que Duque de Caxias era “disputada pelo Pacificador, por Tenório e Joãozinho da Goméia no início dos anos 50” (TORRES, 2012, p. 8), que foram os símbolos das disputas de memórias nas produções. Isso significa que as temáticas não são apenas com os que chegam, os migrantes, e seu papel para história local, mas a questão poderia ser: quem chega?

O pacificador virou símbolo de progresso, desde a escolha do nome do município, com sua imagem acionada em muitos contextos. Tenório Cavalcanti estava no centro das disputas políticas e Joãozinho da Goméia seria um símbolo da memória negra para Duque de Caxias.

Torres é um autor, que, de certa forma, foi considerado como alinhado somente às representações sobre o pacificador e aos “illustres da terra”. Contudo, um livro que indica que as temáticas respondem às demandas de cada período e às redes de sociabilidade estabelecidas é *Sonegação, fome e saque*, escrito por Rogério Torres e Newton Menezes (1987).

Tarcísio Tupinambá, o segundo secretário do sindicato dos escritores do Rio de Janeiro, local onde registra ter conhecido os autores, foi convidado para prefaciar o livro. Ele destaca a atuação política dos autores, e como Menezes, funcionário da REDUC, era engajado na luta sindical.⁶⁷

O reforço de que os autores são parte da cidade é logo anunciado: “Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, tem um sortilégio que alguém, com engenho e arte, desvendará um dia: a convergência de homens e mulheres de grande determinação, *que vem somar-se aos filhos da terra* com iguais predicados” (TUPINAMBÁ, 1987, s.p., grifo nosso).

67 Menezes foi funcionário da REDUC, participou da militância sindical dos petroleiros e teria escapado da prisão após o golpe militar, devido à sua viagem a Moscou, um pouco antes da refinaria ser ocupada pelos militares. Ele retornou meses depois e foi excluído do quadro de funcionários da REDUC, e somente foi reincorporado à empresa após a anistia (SANTOS, 2014).

Primeiro, temos o destaque de pertencimento à cidade: eles “vem somar”. Isso remete às referências de uma chegada e ao potencial de participação dos agentes, também presente na fala de Dalva Lazaroni de Moraes sobre o papel dos que chegam na cidade, “transformando-se em duque-caxienses por merecimento” (MORAES, 1978, p. 14). O segundo ponto é a ênfase às determinações dos agentes, “professores e sociólogos”, exaltados por Tupinambá (1987, s.p.):

realizaram trabalho sério de observação, pesquisa [...]. É uma obra que denuncia erros fabulosos das classes dominantes do Brasil, um dos quais o de protelar a concretização da reforma agrária, propiciando assim, bolsões de miséria que terminam por explodir, como foi o caso do quebra-quebra.

A fala inflamada de denúncia reforçava as ações e apresentava a importância da escrita diante do cenário, da abertura política e dos processos da constituinte, expressos por Tupinambá: “às vésperas de eleger uma assembleia constituinte, e se Rogério e Newton puderem colocar nas mãos de cada deputado eleito este livro de alerta, terão realizado um grande feito” (TUPINAMBÁ, 1987, s.p.).

As questões do contexto também são abordadas na abertura do livro, escrita por Barboza Leite e com data de maio de 1985, na qual ele registra: “como se pode compreender, este lançamento de um estudo sobre as causas que implicaram na deposição de Jango, só agora pode vir à lume, pela nova atmosfera que se desfruta no país [...]” (LEITE, 1987, s.p.). A publicação recebeu destaque na edição de fevereiro de 1987, da revista *Caxias Magazine*, com uma matéria de três páginas, na qual constava uma entrevista com os autores.⁶⁸

O livro de Torres e Menezes (1987) apresenta como novas demandas de memória são estimuladas com os debates da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Nesse sentido, os historiadores com atuação mais alinhada aos movimentos sociais, no momento

⁶⁸ A entrevista que consta na edição de 1987 (p. 12-14).

em que passam a atuar com atividades e escritas, estão no contexto de fortalecimento de valorização e divulgação das ações de resistência e mobilização, que permitiu o desdobramento de leis e ampliação de cidadania.

Quando Rogério Torres (2012, p. 8) diz que, em Duque de Caxias, na década de 1950, era uma “terra disputada pelo Pacificador, por Tenório e Joãozinho da Goméia”, ele também projetava essas referências para as produções atuais que são parte das políticas de memória. Dessa forma, os agentes de produção atuantes na cidade revelam o quanto os protagonistas de seus interesses, na produção da história local, são um amálgama das demandas de cada contexto e das motivações pessoais, e forjam símbolos para cidade, que se enquadram nas dinâmicas do lembrar e do esquecer.

Desse modo, as diferentes bandeiras de resistências políticas na cidade são temáticas selecionadas, como foi o caso de Marlúcia Souza (2014), mediante aos pertencimentos dos agentes e aos contextos de produção. No livro *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*, Souza (2014, p. 34) estabeleceu Duque de Caxias como cenário e esperava revelar “os meandros das disputas políticas e dos projetos de poder que nela existiram”. Em entrevista, Souza diz: “eu queria mostrar que a cidade tinha potência organizativa dos trabalhadores”. Além disso, ela conta que sentia falta, na produção historiográfica, de nomes e dos diferentes agentes dos movimentos de luta que ela participou e vivenciou (ENTREVISTA MARLÚCIA SOUZA, 22/01/2020).

Assim, com um “olhar da longa duração para o conjunto social” (SOUZA, 2014, p. 34), ela abordou os escravizados, os indígenas e, sobretudo, os camponeses e os operários. Com uma preocupação em apresentar os diferentes movimentos de resistência na cidade e o mapeamento dos diferentes grupos de poder, reivindica uma “bandeira” de escrita que tem como objetivo:

memórias silenciadas das organizações e experiências dos trabalhadores, assim como de seus projetos de mundo e de lugar. [...] Consideradas igualmente importantes são as trajetórias das principais lideranças locais e regionais, as memórias das disputas políticas

entre o “Amaralismo” e o “Tenorismo”, entre aqueles que disputam a representação e o voto dos trabalhadores (SOUZA, 2014, p. 14, grifo nosso).

Tenório Cavalcanti compõe o trabalho de Souza (2014), com leituras sobre o potencial de seu poder no cenário local e estadual. Ela reforça que deseja romper o “*silêncio existente acerca das lutas camponesas em Xerém, do movimento operário na FNM/FIAT [Fábrica Nacional de Motores], do processo de urbanização na cidade e das disputas violentas pelo controle do poder político local*” (SOUZA, 2014, p. 34, grifo nosso).

Os investimentos para leituras sobre a política na cidade parecem ter sido uma “bandeira” para os membros engajados nos movimentos sociais. Alexandre Marques elegeu a questão cultural como tema de sua dissertação (2005). Além de vários artigos e capítulos, ele publicou um livro em conjunto com Tania Amaro de Almeida e Ercília Coelho (2006),⁶⁹ intitulado *História de uma nova igreja: Jubileu de Prata da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti*. Vale lembrar que a igreja também serviu de “escola política” para muitos agentes dessa geração, como foi o caso de Ercília Coelho e da própria Marlúcia Souza.

Nesse sentido, podemos considerar que as ações que caminharam para o investimento do “novo sentido de identidade do patrimônio” estavam inseridas em um contexto que promovia “um convite à anamnese coletiva”. Assim, os que seguiram essa perspectiva historiográfica se propuseram a identificar personagens da cidade que tiveram suas trajetórias invisibilizadas ou a realizar outras leituras sobre elas. Isso é expresso, ainda, na obra de Marlúcia Souza (2014), com destaque ao capítulo “Caxias: lugar do trabalhador e da desordem”, em que apresenta as relações na disputa de poder local relacionadas à rede de organizações da sociedade civil.

Sobre a presença comunista na cidade, nas décadas de 1950 e 1960, a autora pontua que a ação dos agentes já era visível, e

69 OLIVEIRA, Ercília Coelho. *As CEBs Duque de Caxias e São João de Meriti: um modelo de igreja voltado para o social*. 2005. 234f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2005.

cita Tenório Cavalcanti, que dizia que “Caxias era um foco de comunistas” (SOUZA, 2014, p. 189). Identificar quem eram os comunistas e onde atuavam foi o interesse da autora. No capítulo mencionado, ela se concentrou nos depoimentos e nas entrevistas com “anônimos” que atuaram “nos movimentos sindicais, no movimento cultural, no movimento camponês e na participação de organizações femininas e estudantis” (SOUZA, 2014, p. 191).

Sobre a presença de “mulheres militantes nos movimentos camponês, educacional e feminino que eram esposas de comunistas”, Souza (2014, p. 191) destacou “Josefa Paulino, Armanda Álvaro Alberto e Lídia Cunha⁷⁰, respectivamente”, como representantes dos movimentos. Josefa Paulino foi integrante do Partido Comunista e teria dito que resolveu entrar no partido nos anos 1960, “porque ela e seus companheiros já realizavam as tarefas do partido” (SOUZA, 2014, p. 191). Em entrevista, Marlúcia Souza disse que, inicialmente, seus projetos de pesquisas estavam concentrados na figura de Josefa Paulino, mas, no mestrado, a pesquisa ganhou outros contornos.

Outro nome que atravessa o trabalho de Souza (2014) é o de Armanda Álvaro Alberto, que já era um símbolo conhecido da cidade, ou seja, nada “anônima”, com muitos estudos realizados sobre ela. Alguns trabalhos são mais citados sobre a relação da Escola Regional de Merity e a cidade de Duque de Caxias, como a tese de Ana Chrystina Venancio Mignot (1997), *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*; a dissertação de Júlio Cesar Paixão Santos (2008), *Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e*

70 Lydia Cunha não tem o mesmo protagonismo que Armanda nas memórias da cidade. Ela participou do Comitê Pró-Anistia de Caxias, do Comitê pela Democracia e pela Paz, e foi uma das fundadoras da União Feminina Duque de Caxias (UFDC). Nos anos 1950, ingressou na Federação das Mulheres do Brasil (SOUZA, 2014). Tanto Lydia Cunha como Josefa Paulino possuem uma atuação intensa na cidade, registrada por Souza (2014) na seção “Evas agitadoras e vermelhas”. Em paralelo, as histórias de seus companheiros também são narradas. Lydia Cunha foi companheira de José Antonio da Cunha, comunista que foi preso durante o Estado Novo. Em outubro de 1947, foi eleito vereador em Duque de Caxias e, com as votações anuladas de uma das seções, ficou no cargo até novembro do mesmo ano. Josefa Paulino era companheira de José Pureza (SOUZA, 2014).

o exemplo da Escola Regional de Meriti – 1921-1932; a dissertação de Vilma Correa Amancio da Silva (2008), *Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937)*, e a dissertação de Vinicius Kapicius Plessim (2017), *A profissão docente na Escola Regional de Merity (1921-1954)*. No entanto, outros trabalhos foram realizados fora dos centros universitários, como o livro de Dalva Lazaroni de Moraes (2010), *Mate com Angu: a história de Armanda Álvaro Alberto*, que ficou mais secundarizado, talvez por conta do espaço social de produção. Souza (2014), por exemplo, começou com uma citação de Mignot (1997) para falar sobre a organização da União Feminina Brasileira (UFB) em Duque de Caxias, e não fez referência ao trabalho de Dalva Lazaroni de Moraes (2010).

Souza (2014) recuperou, em seu estudo, o papel de Armanda Alberto como militante da Educação e sua atuação como presidente da União Feminista Brasileira. Armanda foi presa em 1935, acusada de envolvimento com a rebelião comunista. Foi, então, organizado um Comitê de Mulheres Pró-Anistia, que visava à libertação dos presos da rebelião comunista de 1935 e das militantes feministas. Em 1937, ela foi julgada e libertada, com outras mulheres. Souza (2014, p. 216) encerra o registro sobre Armanda ao pontuar que:

a libertação de Armanda ocorreu no mesmo ano em que se instalou no Brasil a ditadura varguista, o que a afastou da vida política e do movimento de mulheres. Até o golpe de 1964, dedicou-se à sua proposta pedagógica na Escola Meriti, publicou várias obras sobre educação infantil e livros didáticos, ampliou sua escola e atuou na criação da Fundação Álvaro Alberto.

Mesmo com abordagens distintas sobre Armanda Álvaro, como disse Nielson Bezerra, em entrevista, ela é uma memória que foi acolhida por muitos na cidade, o que, para ele, teria gerado um certo consenso sobre a importância de Armanda para a história da educação em Duque de Caxias.

Armanda Alberto foi fundadora da Escola Regional de Meriti, também conhecida como Mate com Angu, na década de 1920.

A escola foi considerada um modelo da experiência montessoriana, além de ter sido a primeira escola no Brasil a oferecer merenda às crianças, cujo cardápio era composto por angu e mate.

Assim, Armanda foi acolhida, entre muitos membros da cidade, como um símbolo. Isso pode ser observado em alguns registros, como: o cineclube nomeado de Mate com Angu; e a escola, que permanece em funcionamento na rede municipal de ensino e que esteve no centro dos debates dos movimentos da cidade. Recentemente, no ano de 2016, a ameaça de destruição da escola para a construção de um shopping no seu terreno mobilizou inúmeras ações de resistência, entre elas, a organização do Foras Caxias, um fórum de oposição e resistência à criação desse shopping.

Atualmente, a instituição recebeu o nome do pai de Armanda, o Dr. Álvaro Alberto, e foi reconhecida como patrimônio da cidade, por meio do Decreto nº. 6.734, de 27 de dezembro de 2016. De acordo com o documento, “fica a Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto reconhecida como Patrimônio Histórico material da Cidade de Duque de Caxias, de acordo como dispõe a Lei Municipal nº. 2.300 de 16 de dezembro de 2009”.⁷¹

Para Souza (2014), a abordagem sobre Armanda Alberto enfatizou o papel de organização das mulheres na cidade e as articulações de diferentes movimentos, no sentido de reforçar sua capacidade de resistência. Souza (2014, p. 232) também abordou outros nomes conhecidos, como Solano Trindade, e destacou que, “em 1943, Solano Trindade já residia em Caxias [...] Solano e Newton se articularam com Barboza Leite, Plínio Batista, Guilherme Peres, Rogério Torres e outros para promover a cultura caxiense” (SOUZA, 2014, p. 232). Para a autora, pontuar determinados personagens estaria no sentido de indicar os que chegaram na cidade e tiveram atuação direta em determinados movimentos.

Seguindo a linha de abordar os “anônimos”, Souza (2014) detalhou a trajetória de outros agentes, como o esposo de Josefa

⁷¹ Disponível em: <<https://centrodememoriadaeducacao.com/atividades/794-2/>>. (Acesso em: 15 fev. 2021.)

Paulino, José Pureza. Ela conta que Pureza participou, em 1949, da formação da Comissão de Lavradores, que objetivava atender aos interesses dos camponeses das ameaças e ações dos grileiros (SOUZA, 2014).

O esforço em denunciar as ações indesejadas da população e reforçar a ideia de ordem era expresso nos jornais locais, como o *Luta Democrática*, de Tenório Cavalcanti, na década de 1950, e ganhou forte investimento depois do enquadramento da cidade como Área de Segurança Nacional, como já abordado nos capítulos anteriores. O jornal dizia, em 1954, que Xerém, localizado no Terceiro Distrito do município e onde estava situada a FNM, era um lugarejo no sentido mais bucólico. Na época, Xerém possuía 5.000 habitantes, dos quais 2.000 eram vinculados à FNM. Também possuía algumas indústrias de concreto, óleo, anilina, olarias, algumas fazendas e um pequeno comércio no entorno da Estrada de Ferro Rio D'Ouro. A iluminação elétrica se limitava à FNM e à represa João Pinto, e as casas e o comércio eram iluminados por lampião. Souza (2014, p. 192) registrou que, de acordo com o jornal, a população era ordeira, mas, apesar disso, “havia uma subdelegacia na FNM em que ‘operário e lavradores que divergiam da política do PSB eram espancados’”.

A atração de muitos lavradores para Xerém, nas décadas de 1940 e 1950, nas terras da FNM e em outras no entorno, estaria associada à abertura da Rodovia Rio-Petrópolis, que, após o término das obras, sem outras opções de moradia e trabalho, fez com muitos trabalhadores permanecessem no local. A proximidade de Duque de Caxias com o Distrito Federal, por meio da ferrovia, e a formação dos núcleos coloniais também atraíram muitos lavradores e sem-terra. Assim, os lavradores ocuparam terras cedidas por outros camponeses, terras vazias, de mata fechada ou arrendadas dos grileiros (SOUZA, 2014).

José Pureza foi um dos atraídos pela possibilidade de trabalho e terra. “Ele era um trabalhador urbano desempregado, comunista e residente na Favela do Grotão, Penha. A partir da orientação do PCB decidiu alugar-se em Xerém e torna-se um camponês”

(SOUZA, 2014, p. 194). Pureza esteve sob uma rede de proteção dos camponeses e vivenciou os conflitos, principalmente com os grileiros, quando exigiam os pagamentos de arrendamentos ou quando decidiam tomar as terras e repassá-las. A necessidade de defesa da terra promoveu a organização, no final da década de 1940, da primeira organização camponesa fluminense, em Xerém. De acordo com Souza (2014 p. 195), “a presença de lideranças comunistas e a assessoria jurídica fornecida pelos advogados ligados ao PCB foram decisivas para a organização camponesa e para a composição legal da associação” (SOUZA, 2014, p. 195).

Os outros núcleos Associação dos Lavradores foram criados em municípios, como Nova Iguaçu, Magé, Cachoeira de Macacu, São João da Barra, e as articulações e estratégias com outras organizações foram fundamentais em momento de conflito. Souza (2014, p. 202) destacou um evento:

quando em 1963 a FNM entrou com um pedido de reintegração de posse de suas terras arrendadas, os trabalhadores da fábrica e da Refinaria Duque de Caxias ameaçaram entrar em greve, caso se consumasse o despejo dos lavradores. A pressão fez com que o processo de reintegração de posse fosse sustado.

O trabalho de Souza (2014) é um exemplo do registro de símbolos da cidade, considerando os interesses pessoais da autora e o contexto de produção, bem como uma mescla entre os “anônimos” e alguns “illustres”. Ao privilegiar as abordagens das lutas de poder, ela trouxe, para sua pesquisa, o protagonismo de muitos agentes e, com isso, materializou seu desejo de falar sobre as ações a que assistiu e participou na cidade.

Outra possibilidade de analisar as conexões entre as demandas da escrita da história local e a aplicabilidade de demandas políticas na historiografia local, que impactam na construção de memórias e leituras sobre os símbolos da cidade, está na produção de Nielson Bezerra. O engajamento nos movimentos sociais que colocou, como protagonistas, os trabalhadores, operários e camponeses, e os próprios movimentos sociais centrais

no trabalho de Souza (2014), não aparece na base da formação política de Nielson Bezerra. Conforme suas considerações e de seus pares, por meio das entrevistas, ele considera que sua aproximação com essas questões se deu por meio dos próprios professores, no meio acadêmico. Assim, Bezerra apresenta uma trajetória de escritas, inicialmente, vinculada como registros sobre o local, com recorte das potencialidades geográficas da região, em que o protagonista de suas produções é o escravizado, com suas trajetórias de resistências.

A temática da escravidão foi crescente nos anos de 1980 e 1990. Trabalhos como os de José Reis e Eduardo Silva (1989), com um debate sobre negociação e conflito; de Mary Karasch (1987), que apresentou o cotidiano dos escravizados na Corte Imperial; além dos estudos de João Fragoso (1992), de Hebe Mattos (1998) e de Flávio Gomes (2006), que tanto influenciaram e inspiraram muitas pesquisas na Baixada Fluminense,⁷² podem ser considerados significativos para o desenvolvimento das pesquisas de Bezerra.

Bezerra apresenta a potencialidade de análise do território pela via dos estudos sobre a escravidão. No livro *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX* (2011), ele reforça que:

o presente livro apresenta novas perspectivas para o período escravista no Brasil, considerando o Recôncavo do Rio de Janeiro como cenário, os *escravizados africanos como protagonistas* e a farinha de mandioca como tema de um diálogo que ainda precisa de novas condições historiográficas (BEZERRA, 2011, p. 18, grifo nosso).

Sua participação na Baixada Fluminense e seu envolvimento em diferentes atividades culturais também o mobilizaram a pensar a escravidão sob a chave do patrimônio, no sentido de identidades, reconhecimento e valorização das culturas afrobrasileiras.

⁷² Durante o mestrado, pesquisei a relação entre a História Local e os projetos de cultura afro-brasileira. Sobre o levantamento dos desdobramentos das pesquisas sobre cultura afro na Baixada Fluminense a partir dos anos 2000. Cf. (BEZERRA; LAURENTINO, 2016).

Bezerra disse que, em um determinado momento, foi questionado por uma aluna por que não realizava uma abordagem mais direcionada aos temas atuais, que responderiam às heranças africanas na cidade, e isso o teria sensibilizado para a temática. No entanto, as motivações pessoais e os apelos coletivos estavam associados às demandas recentes de “dever de memória”, que fomentam pesquisas sobre o pós-abolição e indicam silêncios sobre suas vivências e seus desdobramentos.

Seguindo a proposta de abordar esses “silêncios”, Nielson Bezerra (2012) questionou a pouca participação dos escravos e seus descendentes na história da região. No livro *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós abolição no Recôncavo da Guanabara*, esses apontamentos são mais diretos. Ele diz que “a escravidão e o pós-abolição são temas recorrentes na historiografia nacional e internacional. Porém, passados mais de quinze anos estudando a História da Baixada Fluminense, eu ainda encontro poucos pesquisadores interessados nessas temáticas”, e completa que, “em qualquer lugar do Brasil, a injustiça social sempre esteve diretamente conectada com a discriminação racial, muito em função do nosso passado escravista e das suas consequências do pós-abolição” (BEZERRA, 2012, p. 17).

De acordo com essas reflexões, Bezerra é um dos estudiosos que promove mais trabalhos e pesquisas sobre a temática.⁷³ A publicação realizada depois de *A cor da Baixada...* foi o livro *Nas sombras da diáspora: patrimônio e cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense* (2013), seguido por projetos de formação continuada com esse recorte.

O curso de extensão “Patrimônio, Memória e Cultura Afro-brasileira”, idealizado e coordenado por Bezerra, aconteceu durante todo ano de 2014. O evento de encerramento ocorreu no MVSb para a entrega de certificados e a inauguração do busto de Joãozinho da Gomeia, um dos símbolos que, na atualidade, recebeu um grande investimento para reconhecimento.

⁷³ Bezerra coordenava o grupo de pesquisa “A cor da Baixada” com membros de diferentes instituições (UERJ, UFF, UNICAMP, UFRJ e UFRRJ).

Além da inauguração, Bezerra também organizou a publicação de duas pesquisas sobre o babalorixá, por meio da série Recôncavo da Guanabara. O volume 1 da série é de autoria de Andrea Mendes (2014), intitulado *Vestidos de realeza: fios e nós centro-africanos de Joãozinho da Gomeia*, resultado da dissertação desenvolvida na UNICAMP; o volume 2, de Elizabeth Castelano Gama (2014), intitulado *Mulato, homossexual e macumbeiro: que rei é este? Trajetória de João da Gomeia (1914-1971)*, foi fruto da sua dissertação, realizada na UFF. Os livros foram lançados no MVSb durante a comemoração do centenário de Joãozinho da Gomeia.

Assim, entre os “anônimos” e os “conhecidos”, a figura de Joãozinho da Gomeia se destaca. A memória de Joãozinho da Gomeia é muito controversa na cidade. Nascido em 1914, na Bahia, em 1942, veio para o Rio de Janeiro. Entre idas e vindas à Bahia, em 1948, se instalou em Duque de Caxias. De acordo com Elizabeth Gama (2014), apesar de Joãozinho da Gomeia ter adquirido sua fama no Rio de Janeiro, ele já era conhecido como babalorixá na cidade de Salvador, principalmente por conta de seu contato com Edison Carneiro. Joãozinho foi incluído no II Congresso Afro-brasileiro, evento que aconteceu em 1937, com outros nomes de terreiros considerados símbolos da tradição afro-brasileira.

Uma figura polêmica e considerado um pai de santo transgressor, sua memória estaria em uma “gangorra”, como avaliado recentemente no artigo de Nielson Bezerra (2021), “Memórias centenárias: Joãozinho da Gomeia e o Museu Vivo do São Bento”. Para Bezerra (2021), o babalorixá Joãozinho da Gomeia, embora seja lembrado como o “rei do candomblé”, possui suas narrativas entre movimentos de lembrar e esquecer. Esse seria um exemplo das disputas de monumentalização na cidade (BEZERRA, 2021).

Duque de Caxias é uma cidade monumentalizada. A sua paisagem urbana é marcada por muitos monumentos que foram transformados em lugares de memória e pautas de preservação patrimonial. Contudo, a monumentalização sempre manteve um lugar de privilégio para as memórias coloniais cultuadas pelas elites consagrando um sentimento de dominação e imposição das memórias coletivas construídas sobre as rememorações dos

indivíduos que vivem na cidade. A memória de Joãozinho da Gomeia jamais foi monumentalizada. Algumas tentativas e projetos existentes em alguns momentos da “gangorra da memória” a que a personalidade de Joãozinho da Gomeia foi submetida, nunca foram concluídos (BEZERRA, 2021, p. 5).

Para Bezerra (2021), as disputas de memórias sobre a figura de Joãozinho da Gomeia também passam pela questão institucional, que disputam projetos na Secretaria de Cultura. A questão é que a valorização de heranças africanas no território, especialmente com a figura de Joãozinho da Gomeia, está no contexto recente da cidade. Quando Antonio Augusto Braz recorda sua primeira aproximação com o instituto, confirma que a figura de Joãozinho é nova para ele e os demais membros historiadores, que hoje estão no centro do debate sobre a sua monumentalização.

Considerando que o quadro de Joãozinho da Gomeia, achado entre os descartes do Instituto Histórico, foi realizado por Barboza Leite, podemos inferir que os envolvidos com arte e cultura na cidade conheciam Joãozinho da Gomeia. Nas palavras de Antonio Augusto Braz:

Toninho nos traz um monte de papéis, e um papel enrolado: “eu achei isso aqui na lata do lixo do lado ali da Câmara Municipal”, e ele sabia que a gente era de História, que gostava muito, e ele mostrou um bocado de papel, estava eu e a MarluCIA lá [SEPE], e, quando ele abriu o rolo, era um desenho que está aqui em algum lugar, está ali no arquivo [MVSb], que era uma *pintura do Barboza Leite do Joãozinho da Gomeia*. Por ser do Barboza, era uma coisa maravilhosa e também pintando o Joãozinho, um quadro do Joãozinho. E o Toninho era da Umbanda, então ele viu que ele era Joãozinho [...] (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020, grifo nosso).

O estranhamento registrado por Antonio Augusto Braz e pelos demais membros estava mais direcionado ao descarte dos documentos, pois a figura de Joãozinho não estava na centralidade dos debates no período, como está na atualidade, com peças de teatro, filme, homenagem na escola de Samba Grande Rio, no Carnaval de 2020, e em diferentes publicações. Naquele perío-

do, o conhecimento do valor simbólico de Joãozinho da Goméia foi percebido pelo praticante de uma religião de matriz africana, como observado: “o Toninho era da Umbanda, então ele viu que era o Joaozinho” (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020).

Atualmente, o Instituto Histórico possui uma coleção com roupas e objetos de Joãozinho da Goméia, das décadas de 1950, 1960 e 1970, e tem fomentado pesquisas a partir do acervo. De acordo com a descrição desse acervo:

existem peças que pertenceram a Joãozinho da Goméia e a integrantes da família, como Mãe Ilecy e Mãe Kitale, que são importantes resquícios da memória e cultura afrodescendente no nosso município, bem como da história do candomblé no Brasil. São itens como o troféu do Terreiro Ogum Niger ao Termo Sol Oriente, de 1979; uma guia de santo – usada nas sessões de candomblé –; louças, como uma de xícara de chá, pires e um prato de sobremesa, datados de 1959. O espaço também preserva um disco com músicas gravadas por Pai João e roupas utilizadas nos cultos, que atraíam aproximadamente 6 mil pessoas.⁷⁴

Mesmo com um acervo exclusivo sobre Joãozinho da Goméia, o quadro do Joãozinho, pintado por Barboza Leite, está no MVSB. Ele permaneceu durante longo período sob a guarda do Centro Memória da FEUDUC e, pelo que consta, nunca retornou para o acervo do instituto. Isso pode indicar as disputas atuais sobre a memória desse personagem na cidade.

Nessa perspectiva, ao somar a disponibilidade do acervo e os investimentos com uma abordagem de valorização da cultura afro-brasileira como patrimônio, principalmente a partir dos anos 2000, com o Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, pesquisas foram desenvolvidas sobre Joãozinho da Goméia⁷⁵ e as temáticas da cultura

⁷⁴ Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452>. (Acesso em 15 fev. 2021).

⁷⁵ Andrea Mendes (2012), com a dissertação *Vestidos da realeza: contribuições centro-africanas no Candomblé de Joãozinho da Gomeia (1937-1967)*; Elizabeth Gama Castelano

afro-brasileira (LAURENTINO, 2016).

As influências de uma demanda imaterial e de valorização cultural na cidade, na perspectiva de registros, são um pouco mais recentes. A Lei nº. 2.300, de 16 de dezembro de 2009, sancionada durante a gestão do prefeito José Camilo Zito, “dispõe sobre o Tombamento de Bens Materiais e Imateriais que constituem o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Duque de Caxias”.⁷⁶ Com base nessa lei, o Ilê Ogum Anaeji Igebele Ni Oman (Axé Pantanal) e a Roda Livre de Caxias foram considerados patrimônios da cidade, no mesmo período do tombamento da Escola Dr. Álvaro Alberto como patrimônio material.⁷⁷

O Axé Pantanal estaria entre os investimentos de investigação das influências da cultura afro-brasileira na cidade, já que, além de Joãozinho da Gomeia, outros babalorixás migraram para o Rio de Janeiro, como “Seu Ciríaco (*Axé Tumba Junçara*), Seu Bernardino (*Axé Bate Folha*), Seu Nino de Ogun (*Axé Casa Amarela*), Seu Cristóvão de Ogunjá (*Axé Oloroke*), Seu Waldomiro Baiano (*Axé Parque Fluminense*), entre outros [...]” (GAMA, 2014, p. 19, grifo nosso).

Entre registros e as críticas a Duque de Caxias, Tenório Cavalcanti, Joãozinho da Gomeia ou Armanda Álvaro Alberto, estão também outros símbolos da cidade, como: Lydia Cunha, Josefa Paulino, José Pureza, José Antonio da Cunha, o Pai Cristóvão, o seu Waldomiro Baiano, entre outros. Assim, a produção sobre a história local analisada caminhou no sentido de buscar referências que fortalecessem a identidade de lutas e as resistências na cidade. No entanto, não se pode esquecer que as disputas de memória entre os membros pertencem não apenas aos interesses pessoais, mas estão no cruzamento das demandas dos contextos de produção.

(2012), com a dissertação “*Mulato, homossexual e macumbeiro: que rei é este? Trajetória de Joãozinho da Gomeia*”; Thais Noronha (2017), com a dissertação *Joãozinho da Gomeia: memória do Babalorixá em Duque de Caxias*; Andréa dos Santos Nascimento (2003), com o TCC *Joãozinho da Gomeia: de São Caetano a Caxias*; Daniel Isaac (2006), com o artigo “O candomblé na Baixada Fluminense”, publicado na revista *Pilares da História*.

76 Disponível em: <<https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=754>>. (Acesso em: 15 fev. 2021).

77 Disponível em: <<https://lurdinha.org/site/duque-de-caxias-ganha-tres-patrimonios-culturais/>>. (Acesso em: 15 fev. 2021.)

– IV –

Revista *Pilares da História*: caminhos
da institucionalização universitária da
história local em Duque de Caxias

*Uso a palavra para compor meus silêncios.
Não gosto das palavras fatigadas de informar.
Dou mais respeito às que vivem de barriga no chão tipo
água pedra sapo.
Entendo bem o sotaque das águas
Dou respeito às coisas desimportantes e aos seres
desimportantes.
Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade das tartarugas mais que a dos
mísseis.
Tenho em mim um atraso de nascença.
Eu fui aparelhado para gostar de passarinhos.
Tenho abundância de ser feliz por isso.
Meu quintal é maior do que o mundo.
Sou um apanhador de desperdícios:
Amo os restos como as boas moscas.
Queria que a minha voz tivesse um formato de canto.
Porque eu não sou da informática:
eu sou da invenção.
Só uso a palavra para compor meus silêncios
Manoel de Barros*

A revista *Pilares da História*, criada no de ano de 2002, foi significativa para a divulgação das publicações de pesquisas realizadas pelos membros da ASAMIH, além de fortalecer o direcionamento de institucionalização do ensino da história local nas faculdades da cidade de Duque de Caxias. Assim, do mesmo modo que as pesquisas possuíam um espaço de divulgação, elas também legitimam a importância de uma revista especializada e valorizavam o espaço de produção, o Instituto Histórico.

Os membros do corpo editorial das primeiras edições representavam os interesses dos distintos projetos de escrita da história e reforçaram a cultura histórica envolvida no processo de sistematização do conhecimento sobre a história local. Além dos historiadores, constavam, no corpo editorial, líderes da imprensa, como Ruyter Poubel e Carlos de Sá Bezerra, ambos membros da ASAMIH. Sá Bezerra foi o fundador da revista *Caxias Magazine*, que contava com um grande volume de textos com características históricas e com caráter pedagógico.

Jörn Rüsen (2010), em *Funções do saber histórico*, destaca que o aprendizado histórico está presente em diferentes espaços, e não é exclusividade da escola, mas uma atividade da consciência histórica que fornece uma ampliação do passado humano, ao produzir experiência do passado, com o aumento de competências que possibilitem uma interpretação histórica dessa experiência. Para Rüsen (2010, p. 110), a cultura histórica seria a parte operante da consciência histórica. Nesse sentido, as diferentes práticas e usos do passado são fundamentais para a compreensão da historiografia sobre o local e os incentivos às novas pesquisas.

Destacar o papel da cultura histórica é uma forma de enfatizar que a chegada dos agentes na ASAMIH e o encontro geracional dos membros estão atravessados por práticas e ações realizadas muito antes da criação da associação. O uso da revista especializada para ampliação das pesquisas, o que fortalece uma identidade territorial, é antecedida por práticas de memórias, como a revista

Caxias Magazine, que operou com a intencionalidade pedagógica para o desenvolvimento de uma consciência histórica.

Marlucia Souza, quando questionada sobre os motivos que a levaram a estudar a Baixada Fluminense, respondeu que queria “colocar ciência no meu quintal” e “mostrar que isso tem potência para a academia” (ENTREVISTA MARLUCIA SOUZA, 22/01/2020). O interesse de direcionar os estudos sobre a região para o formato acadêmico, além de impactar nos moldes de escrita, no que se refere ao formato, diz, principalmente, de como a ação não era exclusividade do formato escolar/universitário. A materialização de uma revista especializada, com o reconhecimento do poder público, é parte de muitos usos do passado realizados pelos agentes em um grande movimento “da invencionática” do Lugar.

A ASAMIH e as ações da revista permitem identificar que, para além de novas pesquisas, com outros temas e sujeitos, também ocorria um interesse de formatação dos conteúdos pesquisados, com o objetivo de sistematizar os registros sobre o local. Isso foi realizado entre práticas educativas dos agentes, a maior parte composta por professores da rede pública na cidade, em diálogo com os formatos de pesquisas realizados até então.

Ampliar a escala de análise a partir do movimento promovido pela ASAMIH é uma forma de compreender como os agentes encaminharam as pesquisas sobre o local e visavam à cientificidade do campo de pesquisa sobre a Baixada Fluminense. No cruzamento entre ensino de História e cultura histórica, a historiografia produzida expressa a valorização do cotidiano e a aproximação, para a compreensão prática no local, dos projetos e interesses nacionais, bem como permite a ação direta e indireta dos agentes para o encaminhamento dos mesmos projetos.

Dessa forma, no presente capítulo, serão analisadas as publicações realizadas pelos agentes na revista *Pilares da História*. A proposta é identificar os significados das produções para os autores e como o passado foi apropriado pelos agentes. Além disso,

busca-se identificar quais possíveis diálogos eram estabelecidos na região e quais públicos desejavam alcançar. Do mesmo modo, espera-se compreender como o investimento em história pública está inserido no processo dos agentes, que estavam em diálogo com outros produtores de conteúdo histórico, por meio de uma revista voltada ao grande público, a *Caxias Magazine*.

Assim, na primeira seção do capítulo, será apresentado como a revista *Caxias Magazine*, fundada em 1985, por Carlos de Sá Bezerra, contribuiu para a consciência histórica da região, no sentido de fortalecimento de símbolos identitários e do direcionamento de políticas de memória, ao articular o lembrar e o esquecer nas comemorações da cidade, dentro de uma perspectiva do que poderíamos chamar, na atualidade, de história pública.

Desde 1985, nomes ligados ao instituto escrevem para a revista *Caxias Magazine* ou são indicados em matérias com conteúdo históricos, especialmente, Barboza Leite e Rogério Torres, e, mais recentemente, Guilherme Peres. Barboza Leite produziu muitos textos sobre temáticas culturais, já Rogério Torres e Guilherme Peres estão vinculados aos textos históricos. Por meio de algumas matérias dos primeiros anos de edições dessa revista foi possível identificar como os textos sobre a história da região estavam contidos em um periódico voltado ao público amplo. Além disso, Sá Bezerra estava entre os membros do corpo editorial da revista *Pilares da História*, criada em 2002.

Na segunda seção do capítulo, consideramos relevante analisar o sentido do Lugar desenvolvido nos textos publicados na revista *Pilares da História*,⁷⁸ para apresentar como o direcionamento de estudos universitários em diálogo com a profissionalização do campo é mais sincrético do que dual. São analisados como os interesses dos agentes mesclam formatos híbridos de escrita e como foi construído o projeto coletivo de escrita sobre o local, no qual as práticas dos agentes representam como o campo da escrita da

78 De acordo com Júlio Bentivoglio (2017, p. 7), as revistas especializadas em história possuem um papel relevante para o “estudo da história da historiografia contemporânea mundial”.

história local se constitui entre diálogos e conflitos. No caso dos agentes da ASAMIH, falar dos projetos de escrita é tocar na aparente incoerência que é o incentivo à institucionalização da história local nas universidades e nos moldes acadêmicos, quando uma base importante foi o apoio e a consequente legitimação do lugar de produção, o Instituto Histórico. Assim, será apresentado como a revista *Pilares da História* se configurou do ponto de vista metodológico, considerando os recortes temporais e geográficos, no sentido de identificar como a revista direcionou um certo tipo de identidade territorial.

Caxias Magazine: “a Revista da Nova Cidade”

A revista *Caxias Magazine* foi lançada em Duque de Caxias no início da década de 1980, a partir do desdobramento da revista *Cidade e Municípios*. A primeira CM, como era chamada, abordava “a temática do municipalismo no seu contexto nacional”, já a segunda foi “dedicada exclusivamente a um dos municípios mais importantes do Estado do Rio: Duque de Caxias” (BEZERRA, 1984, p. 1). Com esse discurso de valorização, que destaca o crescimento socioeconômico, Carlos de Sá Bezerra, o editor, considerava que a *Caxias Magazine* era a “Revista da Nova Cidade”, e que estava “predestinada a tornar-se o maior município de nosso Estado” (BEZERRA, 1984, p. 1).

O amazonense Carlos de Sá Bezerra trabalhou no *Diário Carioca*, foi correspondente do *Correio Sindical de São Paulo* e repórter da TV Continental. Depois de 15 anos na revista *Cidade e Municípios*, registrou, no primeiro editorial da revista *Caxias Magazine*, a motivação para escolher Duque de Caxias: a crença na “capacidade de suas forças produtoras” e a expectativa de ascensão da cidade, considerando a realização de uma “profunda análise” de seu crescimento econômico e social (BEZERRA, 1984, p. 1).

Ao reforçar um vínculo com a “comunidade caxiense” e sem “compromissos com grupos ou partidos políticos”, o editor destacou que o coquetel de lançamento, realizado na Associação

Comercial e Industrial de Duque de Caxias, “superou as expectativas”, por conta da “qualidade representativa dos vários segmentos da sociedade” (BEZERRA, 1984, p. 1). Mesmo sem nomear, a matéria “Solenidade e coquetel marcam o lançamento de CAXIAS MAGAZINE” registrou, de modo geral, os representantes presentes, como: “comerciantes, industriais, executivos e educadores, jornalistas, políticos e gente do povo”, e não omitiu a insatisfação com a ausência do prefeito, ao dizer:

lamentamos a ausência do Prefeito Hydekel Freitas que não se dignou mandar um representante nem sequer acusar o recebimento do convite que lhe enviamos. É possível, que a falha não tenha sido do Prefeito, e sim de sua Coordenadoria de Comunicação Social, que teria demonstrado, mais uma vez, a sua incompetência (SOLENIDADE..., 1984, p. 14).

Desde o lançamento, a revista apresentou seus interesses econômicos, a necessidade de anunciantes, e fez questão de se posicionar como uma referência à imprensa local, além de indicar uma pretensa neutralidade política. Contudo, o periódico foi um significativo instrumento de intenções e direcionamentos do jogo de poder local.

A abordagem da imprensa fez parte do campo de disputas sociais inseridas nos processos que se constituíram (CRUZ; PEIXOTO, 2007). As opiniões sobre as demandas locais foram expressas, principalmente, no editorial da revista, mas também em outras matérias, como forma de construção e de divulgação dos interesses locais.

Um exemplo de que a revista mobilizou diferentes grupos políticos foi expresso na sua própria solenidade de lançamento. O evento foi presidido pelo superintendente da REDUC, o engenheiro Jaime Sartori, e contou com outros nomes conhecidos, entre eles: Newton Menezes, Rogério Torres e Barboza Leite; a chefe coordenadora de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Vilma Teixeira de Oliveira; alguns vereadores, como Edvaldo de Souza, que era presidente da Câmara Municipal de Duque de Caxias. A presença das figuras públicas expressa como a

aproximação com o meio de comunicação seria fundamental para os passos políticos na cidade, o que foi confirmado com os debates promovidos, por meio de entrevistas, com os principais indicados à eleição de 1985.

Os jornais já eram considerados importantes pelas lideranças conhecidas da política local devido à influência sobre a opinião pública, visto o *Luta Democrática*, que pertencia a Tenório Cavalcanti, e o *A Folha de Caxias*, de Ruyter Poubel. A revista, com outro formato e periodicidade, se encarregou de potencializar a desejada imparcialidade.

Ricardo de Brito e Nuno Bessa Moreira (2017, p. 63), preocupados com cruzamento entre a História da Historiografia e a História da Historiografia da Comunicação, destacam que as revistas, como modalidade de imprensa, do ponto de vista das características recorrentes, possuem “os artigos, a orientação editorial (desdobradas em várias peças), a combinação entre texto e imagem e a segmentação dos públicos”. Nesse sentido, os autores lembram que as revistas se diferem dos jornais, quanto à periodicidade e, principalmente, por serem opinativas. Desse modo, identificar como os registros na construção de memórias em revistas direcionadas ao grande público requer, além da crítica à fonte, uma atenção especial do entendimento que suas particularidades, seja o formato, as disposições de imagens, o quantitativo dos conteúdos, a identificação de seção, entre outros.

O editorial da revista, nas edições do primeiro ano, apresentou um esforço de marcar a neutralidade, e fez questão de frisar que não tinha preferências políticas: “nós não temos compromissos com grupos ou partidos políticos [...], tendo compromisso apenas com a Comunidade Caxiense, e, sobretudo com a VERDADE” (BEZERRA, 1984, p. 1, grifo do autor). A revista se propunha entregar mensalmente, de forma avulsa, aos seus assinantes, um conteúdo diverso com: “reportagens, entrevistas, artigos e crônicas sobre assuntos diversos, como política, economia, sociedade, cultura, artes, esportes e lazer” (BEZERRA, 1984, p. 1). A proposta era atingir um público mais popular, mas não apenas. Sá

Bezerra sabia o quanto as abordagens temáticas contemplavam um público mais “politizado”, tanto que registrou que:

embora sendo nosso desejo manter CAXIAS MAGAZINE como uma revista essencialmente popular, já temos sido, até, acusados de elitistas. O que não é verdade, diga-se de passagem. Temos, realmente, plena aceitação entre os eleitores mais escolarizados e/ou politizados [...]. Procuramos seguir uma linha de equilíbrio, sem extremismo (BEZERRA, 1985, p. 1).

Não foi possível identificar o alcance da revista, no sentido do volume de tiragem, mas, de acordo com as constantes respostas do editor sobre a receptividade na cidade, consideramos que tinha certa circulação. Na edição de agosto de 1989, aniversário de cinco anos do periódico, Carlos de Sá Bezerra escreveu uma crônica intitulada “Um pouco de história da CAXIAS MAGAZINE”, e, ao recuperar os apontamentos do editorial de lançamento sobre o desdobramento da revista *Cidade e Municípios*, também apresentou o crescimento de sua participação na cidade. Pontuou que sempre foi questionado sobre como conseguiu realizar um trabalho tão exitoso, e o discurso do editor é sempre o de alguém desconfiado com o poder local. Para ilustrar isso, conta que foi a um jantar com o vice-prefeito do período, Wilson Gonçalves e, quando questionado sobre o sucesso e a manutenção da revista, ele diz o que isso representou, ao pontuar que:

[...] senti no ar que aquela pergunta era maliciosa como outras que corriam na cidade, tipo, esse cara é milionário ou testa de ferro de algum político ou econômico? A verdade é que eu era *um ilustre desconhecido* para a maioria. [...] tenho consciência que o nosso trabalho tem contribuído com as mudanças sociais e política que se processam em nosso município. [...] por causa da minha conduta me colocaram algumas “pechas” como o latifundiário da imprensa, o Roberto Marinho de Caxias (BEZERRA, 1989, p. 3, grifo nosso).

O registro ainda conclui que o trabalho era independente, no esforço de negar alianças partidárias, mas, ao mesmo tempo, sem negar posicionamentos e preferências, que como reconheceu Bezerra, tinha consciência dos impactos sociais e políticos, bem

como de seu prestígio local. Sabemos que as matérias avaliativas incluem o interesse de autovalorização, contudo, insistimos que a revista possuía um significativo alcance, considerando os vínculos e os presentes nas edições de comemoração do periódico, principalmente, nos anos iniciais, no contexto da possibilidade do enquadramento da cidade como Área de Segurança Nacional.

O alcance das mensagens na cidade foi fundamental no ano de 1985. Duque de Caxias estava no final do mandato do último prefeito nomeado, Hydekel de Freitas, e às vésperas de iniciar um processo eleitoral, “depois da promessa feita pelo então candidato à Presidência da República Dr. Tancredo Neves, a uma comissão de vereadores dos três municípios considerados e mantidos como Área de Segurança Nacional” (BEZERRA, 1985, p. 1). Para tanto, a revista iniciou uma série, na seção “Entrevistas”, com os candidatos, conforme consta no quadro a seguir,

Quadro 8: Entrevistas realizadas por Ariovaldo B. Nascimento

Candidato	Manchete da entrevista	Mês de publicação
Deputado Messias Soares	Messias Soares – o homem da capa branca	Janeiro
Hydekel de Freitas	Hydekel: o último prefeito nomeado?	Fevereiro
Ruyter Poubel	Ruyter Poubel, de vice a prefeito	Março
Juberlan de Oliveira	Juberlan de Oliveira – Um caxiense para Duque de Caxias	Maio
Luís Novaes	Luís Novaes, novo nome nos meios políticos	Junho

Fonte: A Autora (2021), a partir da revista *Caxias Magazine* (jan./jun. 1985).

Apesar de saber que o volume de imagens, a quantidade de páginas e demais dados representam as escolhas e os posicionamentos do periódico, considero que os títulos das matérias já sugerem os favoritismos, especialmente, em relação aos candidatos

Ruyter Poubel e Juberlan de Oliveira. Mesmo que os candidatos não estivessem definidos, a revista já apontava para as possíveis alianças e o potencial dos partidos. E assim ocorreu, pois, nos meses seguintes, foram outras definições dos candidatos, como: Poubel foi derrotado na escolha partidária do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), porque o candidato do partido foi Silvério do Espírito Santo (PMDB/ Partido da Frente Liberal). A revista manteve o discurso de que, tanto Juberlan, do PDT, quanto Silvério, do PMDB/PFL, seriam os “franco-favoritos”. Para endossar isso, na crônica “Os prefeitáveis na reta de chegada” constam os nomes de apoio local a cada candidatura. Silvério contava com o apoio de Moacyr do Carmo, “o último prefeito eleito”, além de “políticos de peso considerável, como o Ex-prefeito Américo de Barros, o ex Deputado Federal Peixoto Filho, o Deputado Estadual Messias Soares, o jornalista Ruyter Poubel e o senhor Hydekkel de Freitas” (PREFEITÁVEIS..., 1985, p. 5).

O segundo favorito, Juberlan de Oliveira, era o deputado estadual “mais modesto, mas não menos arrojado”. O registro sugere inúmeros feitos do candidato durante o período, e destaca que ele foi secretário de Educação e Cultura do “prefeito Renato Moreira da Fonseca”, bem como os concursos para professores, as inaugurações e duplicações de escolas, e a distribuição de merenda no ensino supletivo. Mesmo com toda campanha para o fim do enquadramento, a matéria não diz que Renato Moreira era um coronel e interventor na cidade (PREFEITÁVEIS..., 1985, p. 5). Além disso, reforçou que Juberlan de Oliveira fez visitas “às regiões mais carentes e afastadas do Centro de Duque de Caxias ‘onde o prefeito Hydekkel jamais pisou’, e procurou sensibilizar as bases e as lideranças comunitárias” (PREFEITÁVEIS..., 1985, p. 5). Assim, as disputas eram definidas por nomes conhecidos na política e a revista teve um papel em definir quem era elegível.

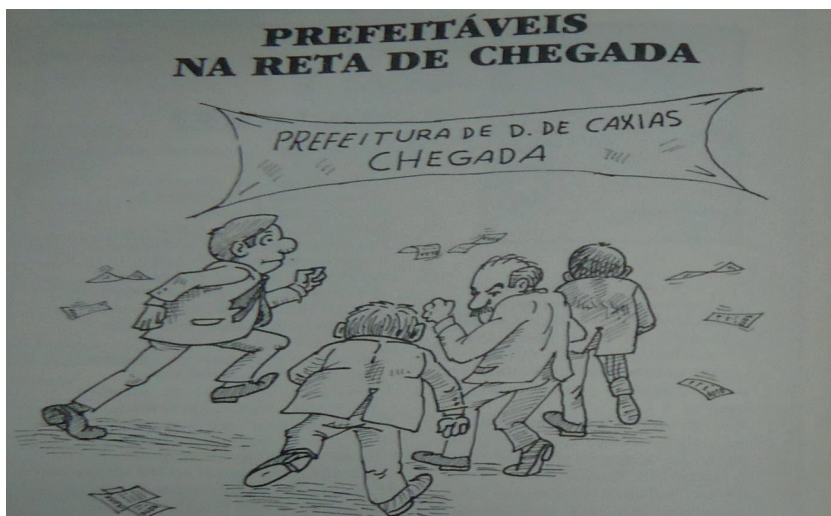


Figura 12 - Disputa dos prefeitos (1985-1985). Fonte: CAXIAS MAGAZINE, outubro de 1985, p.

A imagem retrata que poucos são os que realmente estavam disputando, os demais candidatos são apenas enumerados de forma diminuta, entre eles: Getúlio Gonçalves (PTB), Fernando Machado (PT), Antônio Maninho Reis (PS) e Daniel Eugênio Figueiro (PDC). O artigo ainda chama atenção para o fato de que o candidato do PT trouxe Luís Inácio Lula da Silva à cidade, “ameaçando fazer tremer o chão da praça, o que evidentemente não conseguiu com as quase duzentas pessoas, entre assistentes e passantes [...]”. Além de pontuar outros nomes que estariam apenas “para levantar poeira das pistas [...]”, dizia que “muitos são candidatos de si próprio e (talvez) de seus familiares...” (Prefeitáveis..., 1985, p. 5).

Sob a perspectiva de “uma nova cidade”, a revista foi um instrumento para o direcionamento e a definição do novo prefeito. Juberlan Oliveira foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1985 e a edição de dezembro comemorou a “vitória do povo brasileiro”, com o direito de realizar as eleições na cidade, além de apresentar uma entrevista com o prefeito eleito sob a manchete “Juberlan quer governar com o povo, sem violência, sem rancor e sem ódio”.

No discurso do prefeito, na abertura da entrevista, ele frisou: “a NOSSA VITÓRIA corresponde a quebra de um ciclo político” (JUBERLAN..., 1985, p. 4, grifo do autor). Este seria um novo ciclo para Juberlan, que chamou de “renovador”. Seria este o início da “nova cidade”? Certamente, a “linha de chegada” dos presidenciáveis era a prefeitura, mas o lugar de partida era “a nossa Câmara”.

O discurso de “nossa câmara”, “nossa cidade” e “nossa história” foi a base para envolver a população em um projeto comum: a construção de uma nova cidade, sob a promessa de crescimento econômico e social de Duque de Caxias. Assim, a revista foi um canal de registros históricos recorrentes para alimentar um esforço de construção dessa “uma nova cidade”.

Tempo de comemorar: “uma cidade com meio século de existência”

No mês de agosto, às vésperas da eleição de 1985, a revista realizou um conjunto de reportagens para contar como funcionava a Câmara Municipal e as suas dependências. Além da matéria, na mesma edição, constava uma reportagem sobre “o Instituto e nossa história”, e uma matéria sobre “Luís Alves, o guerreiro gentil”. Foi uma edição com referências históricas sobre a cidade, no contexto de comemoração de um ano da revista.

A revista *Caxias Magazine*, voltada para o grande público, apresentou reportagens que possuíam registros com referências de símbolos de identidade da cidade, especialmente, do Duque de Caxias como o pacificador de uma população migrante e trabalhadora, além de recuperar referências históricas à política local, como a figura de Tenório Cavalcanti. Esses símbolos de síntese de uma história da cidade foram mais marcantes em datas comemorativas, com o objetivo de construir ou de solidificar memórias de um passado da cidade.

Como afirma Rodrigo Bonaldo (2014), existem formas distintas de compor a memória coletiva, e os momentos de comemoração são muito propícios para os registros e a consolidação de

identidades. Autor do texto “Um fardo do presente? O jornalista entre a história e a memória”, Bonaldo (2014) recupera um debate sobre o papel da memória e seu distanciamento do universo acadêmico, com uma abordagem que contribui para o entendimento da minha leitura sobre o uso constante nos periódicos locais de textos históricos, que, nos primeiros anos, são produzidos no formato de reportagens e, depois, também aparecem no formato de uma coluna, chamada de “História” ou de “Histórico”.

Nesse sentido, mais do que recuperar, aqui, as diferentes narrativas ou mesmo discutir quem tem o “direito” de falar sobre o passado, que, na atualidade, se amplia para reflexões sobre outros meios ou obras de fronteiras, nos interessa conhecer como as políticas de memória são parte dos processos de escrita da história local. Desse modo, consideramos que o uso do passado não é uma exclusividade do historiador, e que a aplicabilidade dos registros com perfil histórico foi uma marca das publicações da editora Bel-Bezerra, expressa nos 10 primeiros anos da revista, entre 1984 e 1993.

No editorial da revista de agosto de 1985, na edição de comemoração de um ano, Sá Bezerra, além de apresentar uma visão sobre a cidade e quais seriam seus representantes – os nordestinos e os migrantes de maneira geral – também recordou matérias que registraram momentos comemorativos de Duque de Caxias e a imagem de “cidade-dormitório”,⁷⁹ que deveria, segundo ele, ser superada. Assim, Bezerra disse que o crescimento e a consolidação do periódico foram frutos de uma “geração de nortistas, nordestinos, portugueses e outros que aqui se fixaram, e a seus filhos, que trabalham e constroem uma GRANDE DUQUE DE CAXIAS” (BEZERRA, 1985, p. 1, grifo do autor). O editor lembrou a matéria que a revista *Cidades e Municípios* realizou, em 1983, sobre os 40 anos de emancipação político-administrativa da cidade e reafirmou que “a nossa querida Duque de Caxias dentro de mais três ou quatro anos deixará de ser ‘ainda uma cidade-dormitório’”

79 Sobre a ideia de cidade dormitório. Ver a tese de Pierre Costa (2009), *Duque de Caxias (RJ) de cidade dormitório à cidade do refino de petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970*.

(BEZERRA, 1985, p. 1). O recurso de ativar memórias nas práticas correntes da revista e, principalmente, seja nas comemorações do periódico ou nos festejos de 25 de agosto, dia do patrono da cidade, foi frequente.

Na mesma edição comemorativa de um ano da revista foram registradas cinco páginas com informações de nascimento e feitos sobre o Duque de Caxias, entre imagens e referência aos textos publicados em outras edições, como a citação da edição de fevereiro do mesmo ano, que dizia que: “Luiz Alves de Lima, como gostava de assinar, teve ao longo de sua vida toda uma trajetória de heroísmo, habilidade política e democrática” (LUÍS ALVES..., 1985, p. 9).

O texto sobre o Duque de Caxias é de exaltação aos feitos e às condecorações. O recorte da trajetória militar inicia com atuação em 1822, no processo de Independência, e se estende até eventos da Guerra do Paraguai, em 1868. São destacadas as atuações para “acabar com as revoltas” dos “rebeldes” na Balaiada, e tantas outras ações que são relatadas como heroísmo, sempre colocando o outro como o “rebelde” ou “ditador”. Encerra com dados de seu testamento, com um tom mais intimista e humilde, ao dizer que ele desejava “um enterro sem pompa alguma” (Luiz Alves..., 1985, p. 12).

A matéria sobre o patrono fecha o conjunto de textos da edição dos eventos comemorativos do 25 de agosto. O primeiro texto foi sobre a CMDC, “Assim funciona a nossa câmara”, seguido da reportagem sobre o instituto, “O Instituto e a nossa história”; e o fechamento, com a matéria sobre o Duque de Caxias, “Luís Alves, o Guerreiro gentil”.

A reportagem de Lúcia Regina sobre o instituto, intitulada “O instituto e a nossa história” falava sobre o quanto o espaço estava abandonado e “com a ausência de seus funcionários, que estão sob a direção da profa. Marinete Garrido”.⁸⁰ O texto finaliza com o depoimento de um estudante que, ao visitar o espaço, teria mencionado:

80 Não foi encontrada nenhuma outra referência sobre esta direção.

este Instituto Histórico hoje nos conta a história de nossa cidade, de nossos políticos e nossa gente, principalmente. Por isso tudo, deveria estar muito mais bem equipado e assistido para que todos pudessem frequentar e encontrar ali maiores conhecimentos sobre a Terra do Duque de Caxias (REGINA, 1985, p. 6).

O interesse pela “nossa história” foi expresso nas páginas da revista, que manteve um registro contínuo de matérias com perfil histórico, e passou a compor coluna específica, mas sem uma produção contínua e sem identificação autoral. No quadro a seguir, é possível verificar os temas dos textos realizados nos anos iniciais da revista.

Quadro 9: Coluna “História” (1987-1992)

Títulos das matérias	Mês/ano
Os 43 anos de Duque de Caxias	Janeiro/1987
O retrato de uma época	Fevereiro/1987
Porto de Estrela: a morte de nossa história	Setembro/1987
Aqui nasceu Caxias	Janeiro/1988
O pacificador e sua história	Julho/1988
Merity – como surgiu o povoado	Novembro/1988
Exposição de documentos mostra a História de Caxias	Agosto/1991
Colônia Francesa comemora a queda da Bastilha	Julho/1992

Fonte: A autora (2021) a partir da revista *Caxias Magazine* (1987-1992).

De acordo com Beatriz Sarlo (2007, p. 13), “as histórias não acadêmicas, dirigidas ao público formado por não-especialistas, pressupõem sempre uma síntese”. Assim, a produção realizada pela revista, com o objetivo histórico, cumpria um papel de informar como “surgiu o povoado”, de apresentar Caxias à população e de comemorar o presente, com matérias que são revisitadas e apresentadas em outros momentos de comemoração, como ocorreu em 1993, conforme capa da revista, que segue.

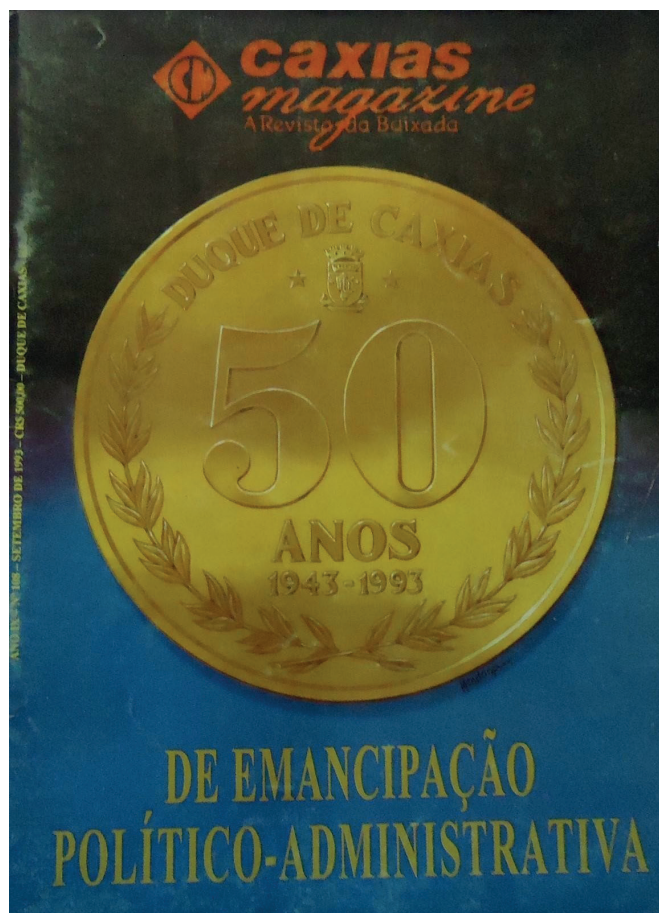


Figura 13 - Capa da revista Caxias Magazine: comemoração 50 anos de emancipação.
Fonte: Caxias Magazine, ano IX, n. 108, set. 1993.

A edição de setembro de 1993 celebrou os “50 anos de Emancipação Político-administrativa”. O editorial, intitulado “Uma cidade com meio século de existência”, reforçou o discurso de uma cidade do progresso, dos trabalhadores e pacífica. Sá Bezerra valorizou Moacyr do Carmo como prefeito e disse que o povo tem memória sim, pois reelegeu o prefeito que teve aceitação popular durante o governo de 1967. Acrescentou que “Duque de Caxias conta sua história sem temor algum” (BEZERRA, 1993, p. 1), ao destacar:

o internacional quebra-quebra de 62, os controvertidos pronunciamentos de Tenório Cavalcanti, os feudos e suas oligarquias instaladas no município, a bica d'água de Roberto Silveira e a frase “Duque de Caxias não passará outro 25 de agosto sem água”, atestam a capacidade de luta de um povo ordeiro que deseja uma sociedade em harmonia (BEZERRA, RM, setembro de 1993, p. 1).

O esforço foi apresentar que os registros sobre o “quebra-quebra” não representavam a cidade, bem como os pronunciamentos de Tenório Cavalcanti são acrescidos com o discurso de que a cidade é “a maior colônia nordestina do estado”, e que “concentra, também, um enorme potencial de cultura” (BEZERRA, 1993, p. 1). Assim, a edição de 1993, de comemoração dos 50 anos da emancipação da cidade, concentrou matérias distintas para apresentar o potencial de crescimento da cidade com textos na coluna “História” e na “Histórico”, conforme quadro a seguir.

Quadro 10: Matérias sobre a comemoração dos 50 anos de emancipação político-administrativa de Duque de Caxias.

Coluna “História”	Coluna “Histórico”
Lima e Silva, O Duque de Caxias 190 anos	Um breve histórico geográfico e cultural
O Brasão e o Hino de Duque de Caxias	Catedral de Santo Antônio: erguida com ajuda do povo
Jornalista fala sobre o pioneiro na imprensa caxiense	Duque de Caxias: a segunda força econômica do estado
As marcas da história	A Folia de Reis e Edgar de Souza
A primeira feira de livro	Adeus Fases da imprensa de Duque de Caxias
-	Solano Trindade e Barboza Leite

Fonte: A autora (2021) a partir da revista *Caxias Magazine* (ano IX, n. 108, set. 1993).

Além das matérias apresentadas nas colunas com recorte histórico, sem identificação dos jornalistas, a edição também contou com outros textos e colunas com foco comemorativo. A crônica inicial “CAXIAS: rumo ao futuro promissor”, assinada por Sá Bezerra, nas primeiras páginas, foi seguida por matérias como a da coluna “Desenvolvimento”, intitulada “A REDUC e a sua importância para o Município”, sem identificação autoral, e o texto “Os 50 anos da cidade que aprendemos a amar”, de Barboza Leite, na coluna “Cultura”.

O registro do futuro para a cidade considerava a ideia de desenvolvimento e crescimento socioeconômico, visto como um consenso que teria “assustado a ditadura militar” (BEZERRA, 1993, p. 1). No entanto, de acordo com o editor, a cidade estava na fase de retomada da liberdade de escolha política, considerando que o prefeito que foi interrompido com o enquadramento de Duque de Caixas como com Área de Segurança Nacional, Moacyr do Carmo, foi reeleito e assumiu o governo no ano de 1987 (BEZERRA, 1993, p. 1).

A visibilidade e a valorização do município são exaltadas com as visitas de “Collor, Mário Covas, Maluf, Brizola e Roberto Freire [...]”, que estiveram na cidade “nas últimas eleições presidenciais” (BEZERRA, 1993, p. 3). Sá Bezerra, ainda, pontuou que Duque de Caxias teria influência e peso na política nacional e estadual, já que, mesmo que não estivesse em período de campanha eleitoral, “o ex-prefeito do Rio, Marcello Alencar, em trinta e cinco dias, já esteve quatro vezes em Caxias”, e que Alencar teria dito: “se eu for eleito Governador do Estado, vocês vão cansar de ver minha cara, não só em Caxias mas em toda a Baixada Fluminense” (BEZERRA, 1993, p. 3).

Os textos contidos na revista direcionados ao grande público tencionavam falar sobre o futuro, para tanto, a ressignificação das memórias da cidade era frequente. Os registros parecem apresentar um balanço da história da cidade, no formato de síntese, ao apontar para as contribuições de ícones da região para a construção nacional, não apenas no sentido de indicar a contribuição

do Lugar, mas de atribuir o próprio reconhecimento nacional às referências da cidade, como no caso do patrono, que, “em 1962 o governo federal proclamou o Duque de Caxias ‘Patrono do Exército Brasileiro’. Suas cinzas repousam hoje no altar da Pátria. Seus feitos, jamais esquecidos, cobrem de glória todo povo brasileiro” (LUÍS ALVES..., 1985, p. 12).

Nas colunas “História” e “Histórico”, os textos apresentaram, de maneira direta, assuntos sobre a cidade, que, inicialmente, não contavam com a identificação do autor, mas, a partir de 1994, ficaram sob a responsabilidade de Rogério Torres. Torres escreveu textos como “O competente Waldick Pereira” (TORRES, 1994, p. 29); “Voando sobre Nova Iguaçu” (TORRES, 1995, p. 34), “O cinema em Duque de Caxias” (TORRES, 1995, p. 24); “O negro e a princesa” (TORRES, junho de 1995, p. 50); e “O quebra-quebra” (TORRES, 1995, p. 60). Outros autores também passaram a assinar a coluna, como Armando Valente e, até mesmo, Sá Bezerra, com o texto “Tancredo Neves: morte ou assassinato?” (BEZERRA, 1995, p. 15).

De modo geral, a proposta dos textos e das colunas “História” ou “Histórico”, como assinalado a partir da edição comemorativa de 1993, foi apresentar “as marcas da história” ou um “breve histórico geográfico e cultural”, ou seja, um panorama. Nesse sentido, acontecimentos marcantes da cidade são revisitados, além de pessoas e lugares, como a igreja de Santo Antônio, o patrono, a Folia de Reis, Barboza Leite e Solano Trindade. Além das temáticas específicas, os conteúdos históricos também aparecem nas colunas de cultura e de desenvolvimento, principalmente, nas reportagens, com o objetivo de fortalecer a imagem de neutralidade da revista.

A escrita local: entre lembrar e esquecer

O editor da revista *Caxias Magazine* comemorou e rememorou a trajetória da revista na cidade em muitas edições, ao reafirmar a condição e a necessidade de um trabalho isento de parcia-

lidades. Assim, entre questões políticas, moda, cultura e demais assuntos, as pesquisas históricas chegaram ao grande público e foram fortalecendo as referências identitárias do território, sob a aura de apresentar curiosidades ou visões da história. A revista seria responsável por sintetizar e contar as histórias que não foram contadas. A dinâmica estava em trabalhar com as memórias e/ou ressignificá-las.

Nesse sentido, a chave era o povo, e o discurso do migrante que pertence e merece a terra também é associado à necessidade de lutas. A matéria “Tenório Cavalcanti – o outro lado do homem da capa preta” é um exemplo do registro de uma outra história e de imagens que se desejava contar sobre a cidade. De acordo com o texto, de três páginas e com quatro fotografias de Tenório mais introspectivo, muito longe das representações imponentes, a reportagem mostrou que desejava apresentar “a parte humana de alguém que durante muito tempo apenas foi visto como a imagem da violência”. De início, constata que, “[...] de Tenório Cavalcanti todos ouviram falar, e muito. De sua famosa capa preta, da não menos famosa metralhadora Lurdinha, várias manchetes foram publicadas; mas do homem Tenório, e suas benfeitorias, política ou não, pouco ou quase nada se disse”, ou seja, falar sobre a violência foi algo comum nas mídias, mas “de um Tenório Cavalcanti recém-operado que saiu do hospital sem autorização médica para auxiliar as vítimas da enchente, que no início dos anos 60 arruinou com Duque de Caxias, poucos comentários foram tecidos” (MARQUES, 1985, p. 12).

A reportagem de Maria Marques ressalta, ainda, que o personagem em destaque é altamente conhecido por sua carreira política e pode ser considerado “uma das figuras mais complexas que já passaram por nossa cidade”, mas, em outro trecho, parece querer indicar que existe uma história que não foi contada. De acordo com Cavalcanti, citado na entrevista: “muitos me perguntam quantas pessoas eu matei, mas pouca gente se preocupa com as pessoas que eu consegui salvar” (MARQUES, 1985, p. 13). Assim, o entrevistado conta sobre suas intervenções na Vila São José. O

relato do político é endossado com outros depoimentos, como o de Dona Esmeralda, “mais conhecida como dona vovozinha, e que acompanha Tenório Cavalcanti há 40 anos [...]”. Segundo ela: “eu mesma’, diz vovozinha, conheci Doutor Tenório, quando ainda era vereador, pedindo ajuda a ele e nunca ouvi um não como resposta” (MARQUES, 1985, p. 13). O registro contempla relatos de eventos realizados por Tenório Cavalcanti, além de incluir fotografias que buscam construir uma outra imagem do personagem, um esforço de apagar as memórias de um Tenório Cavalcanti que muito contribui para os registros sobre a violência cidade.

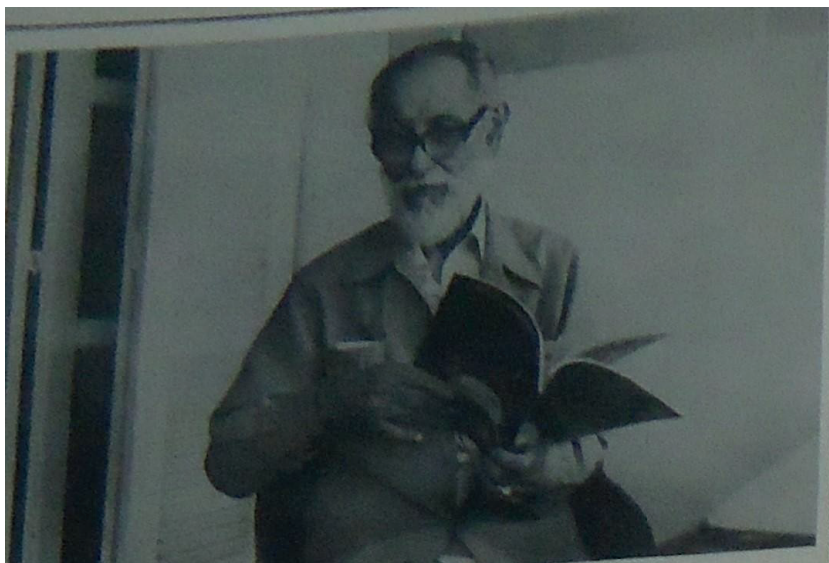


Figura 14 - Tenório Cavalcanti. Fonte: Caxias Magazine (jan. 1985, p. 14).

Usar de curiosidades e registros para falar de uma história não contada foi o que a reportagem sobre Tenório Cavalcanti fez para pautar o tema recorrente na historiografia da cidade, a construção de uma memória de ordem, de pessoas trabalhadoras. Tudo o que foi feito por Tenório Cavalcanti foi por conta da necessidade de luta da população trabalhadora. O texto parece indicar esse propósito, de cuidar do povo.

Depois de três meses, a revista trouxe outra matéria sobre Tenório, sem a identificação do repórter. Intitulada “Um personagem místico nas telas de cinema: Tenório Cavalcanti”, foi apresentada uma conversa com a co-produtora Sandra Cavalcanti, filha de Tenório e, na época, “1ª dama do município de Duque de Caxias, casada há 21 anos com Hydekel de Freitas [...]” (UM PERSONAGEM..., 1985, p. 4). O texto conta um pouco das escolhas de Sandra Cavalcanti e apresenta algumas imagens já apresentadas na matéria de janeiro de 1985, de Tenório com a aparência de homem comum e que terminou sua carreira política com a cassação, em 1964.

A filha, que também estava produzindo um livro sobre o pai, disse que as abordagens seriam distintas: para o filme, o foco seria “mostrar o Tenório na íntegra, sua vida política, familiar etc.”, e completa que seriam apresentadas “as principais facetas de sua personalidade: o homem lírico que eu conheci, que nos ensinava a cantar, dançar e era alegria em pessoa, e o outro Tenório, aquele que todos tem conhecimento, o homem da capa preta” (UM PERSONAGEM..., 1985, p. 4). Para o livro, ela estabeleceu como prioridade falar mais “do lado doméstico”, e destaca:

já no livro, conto apenas o lado doméstico de Tenório. Será um depoimento de vida em comum. Falarei dos grandes saraus que meu pai organizava, sobre o homem que conseguiu conciliar o amor com a violência, que nos fazia acompanhá-lo na sua preocupação pelos mais carentes, obrigando-nos, eu e minhas irmãs, a fazermos comida na rua para os pobres. É apenas sobre isto que fala meu livro (UM PERSONAGEM..., 1985, p. 4).

Entre o lembrar e o esquecer, está o desejo de conciliar “o amor com a violência” da vida de Tenório Cavalcanti. Sandra Cavalcanti concluiu que o recorte temporal do filme deveria ocorrer em 1964, pois, para ela, seria “importante que o filme tenha seu ponto final. É a vida política do meu pai que interessa a maioria das pessoas, e após 64 ele deixa de ser um homem público. É claro que, uma vez político, sempre político [...]” (UM PERSONAGEM..., 1985, p. 6).

Nos textos são registrados elementos da história da cidade, como a referência à cassação de Tenório, mas, no formato da neutralidade, no caderno “Reportagem”. Isso também ocorre no texto, posterior à sua morte, em abril de 1987, no caderno “Bastidores”, com informações a partir da entrevista realizada na década de 1980, por Carlos de Sá Bezerra. O texto “Tenório Cavalcanti: histórias que a história não contou” recupera informações sobre o filme produzido sobre Tenório e está inserido na edição de comemoração dos 50 anos do município (TENÓRIO..., 1993, p. 14).

O formato de neutralidade das memórias foi mantido para outros personagens como registro de curiosidades e informações. Se, no caso de Tenório, com acontecimentos mais recentes, seria possível sugerir uma ausência de intencionalidade, verificamos que a justificativa não se aplica, principalmente, com os textos do patrono da cidade. Ao recorrer ao mesmo formato, de curiosidades e do que não se fala, ainda no primeiro ano da revista, a reportagem de Ariovaldo B. Nascimento (NASCIMENTO, 1985, p. 6), apresentou imagens da certidão de nascimento e do testamento do Duque de Caxias. O texto, além de mencionar o Museu do Duque de Caxias, na Taquara, também transcreveu trechos da documentação e gerou alguns questionamentos, como o próprio título sugere: “O Duque de Caxias não era Lima e Silva”. Isso porque, nos documentos apresentados, o Duque de Caxias “somente assinava Luiz Alves de Lima”. Mesmo recorrendo à imagem do Duque para a cidade, o jornalista terminou sua exposição questionando até o registro de naturalidade do patrono. O autor disse que, na identificação do Duque de Caxias, constava o registro de que ele era “natural e batizado na Freguesia da Piedade de Inhomirim”, logo, afirmou que a Vila “sempre pertenceu ao Município de Magé”, e não poderia ser referência para o município do Duque de Caxias.

Para enfatizar as contradições de registros sobre o Duque de Caxias, o jornalista concluiu: “e agora? Com a palavra os historiadores...” (NASCIMENTO, 1985, p. 8). Assim, o questionamento aos historiadores, realizado pelo jornalista, nos parece mais como

uma validação da importância de uma consciência histórica do que uma provocação sobre quem tem a legitimidade sobre os registros.

A escrita de textos informativos e com curiosidades foi frequente no periódico, e operou, por vezes, para uma (re)leitura sobre alguns personagens da cidade, como Tenório Cavalcanti, ou para reforçar a ideia de progresso e de ordem com a imagem do patrono. Em datas específicas, seja de comemoração do período de existência da revista ou de comemorações da cidade, os personagens/símbolos eram retomados no exercício de fortalecer as memórias desejadas.

A construção de memórias sobre a cidade foi recuperada em formato síntese para contar a história de Duque de Caxias. Assim, consideramos que essa prática de escrever sobre a cidade, com uma preocupação pedagógica, que recorre às leituras e aos registros sobre símbolos do passado da cidade, será recuperada pelos agentes da ASAMIH no encaminhamento de uma revista especializada.

Revista *Pilares da História*: o papel da revista especializada

A prática de divulgação da história local, por meio das revistas, tem forte alicerce na estrutura do poder público. A ASAMIH, com o apoio da CMDC, criou a revista *Pilares da História*, em 2002. A revista conta com uma média de 1.000 tiragens por edição, distribuída gratuitamente pelo Instituto Histórico. Atualmente, no quadriênio 2013-2016, está incluída na área de avaliação Qualis em História, com classificação B5, e contém artigos de autores de diferentes instituições, o que solidifica sua proposta inicial de apresentar um formato “acadêmico” aos conteúdos de História Regional e Local. A revista reflete os diálogos entre os membros do encontro geracional e o interesse de harmonizar as formas de escrita sobre a Baixada Fluminense, ao direcionar as produções para um perfil mais profissional. Contudo, os conflitos e as concessões foram significativos, principalmente, nas primei-

ras edições, o que faz da revista um meio que permite a identificação dos avanços e das manutenções das experiências dos agentes para a divulgação de suas escritas.

Entre os anos de 2002 e 2008,⁸¹ foram publicados oito números da revista. A primeira edição, com proposta trimestral, contemplava os meses de outubro, novembro e dezembro de 2002; no ano seguinte, mais dois números foram lançados, em maio de 2003 e em dezembro de 2003. Entre 2004 e 2008, somente uma publicação por ano foi realizada: maio de 2004, maio de 2005, abril de 2006, maio de 2007 e maio de 2008.

De acordo com Julio Benvivoglio (2017), as revistas de História são significativas para o estudo da história da historiografia. As redes que se estabelecem revelam um pouco da identidade da publicação e das abordagens historiográficas, bem como a pluralidade das pesquisas e das narrativas, que disputam e coexistem nas revistas, o que exhibe as “relações de poder em torno do campo, com práticas, fluxos, hierarquias e conflitos” (BENTIVOGLIO, 2017, p. 11).

Do ponto de vista analítico dos periódicos, Benvivoglio (2017) indica a necessidade de identificar as condições materiais da produção, considerando quem são os idealizadores, os patrocinadores e os subscritores envolvidos. Informações como tiragem, valor de venda, aspectos gráficos e distribuição são dados relevantes, e destaca-se a importância de avaliar a “rede de pessoas que permitem sua fabricação e existência material: editores, secretários, colaboradores” (BENTIVOGLIO, 2017, p. 18), entre outros.

Nesse sentido, a revista *Pilares da História*, mesmo sendo resultado do interesse da sociedade civil, com a ASAMIH, tem sua produção com recursos públicos e é distribuída gratuitamente. Em um primeiro momento, é válido recuperar os interesses da rede envolvida na gestação de um projeto que tem como base “a

81 Os exemplares analisados correspondem ao recorte temporal da pesquisa, que se propõe a avaliar como o encontro geracional dos agentes da ASAMIH impactou na configuração da proposta historiográfica da revista.

estratégia coletiva de produção rápida”, ao promover “a vantagem da diversidade de assuntos que garante mais interessados” (BENTIVOGLIO, 2017, p. 19).

De modo geral, as revistas, com um foco profissional, são significativas para o entendimento do impacto no campo, visto que se apresentam como um mecanismo de acesso atualizado e rápido pelos interessados na temática, que identificam nelas a possibilidade de acesso a um certo “estado da arte” das pesquisas. Do ponto de vista dos organizadores, a revista é uma possibilidade de divulgação do conhecimento de uma forma mais viável, se comparada custos de produção dos livros, que, inicialmente, eram mais caros e difíceis (BENTIVOGLIO, 2017).

Dessa forma, a revista *Pilares da História*, além de incentivar os estudos e o uso da documentação do acervo do instituto para a realização das pesquisas sobre a Baixada Fluminense nas universidades local, também permite identificar a aplicabilidade inicial dos agentes da ASAMIH, com o uso das escritas na cidade, considerando seus projetos políticos de desenvolvimento de uma nova noção do patrimônio.

Projeto coletivo: entre coexistência e disputas

No primeiro editorial da revista *Pilares da História* foi apresentado o interesse de que se instituísse um formato profissional, no sentido mais universitário. De acordo com os entrevistados, a proposta de criar um periódico foi muito bem acolhida pelo grupo, pois seria um instrumento para reforçar a credibilidade do Instituto Histórico, além disso, serviria para a divulgação das pesquisas e como expressão dos projetos dos membros. Assim, os agentes da ASAMIH, que tinham experienciado outros formatos de revista em suas redes de atuação – como a revista *Hidra de Igoassú*, produzida pelo grupo da FEUDUC, e a revista *Memória*, produzida pelos membros do IPABAH –, viram, na revista do instituto, um canal para a divulgação de suas pesquisas e o direcionamento de suas pautas.

Entre os diferentes produtos realizados pelo IPABH, estava a revista *Memória* e, de acordo com o folder do IPABH, sua proposta seria: “para divulgar os trabalhos de pesquisa [...]. De triagem trimestral. A revista não tem a preocupação com a cronologia da história. É um espaço aberto para historiadores e pesquisadores divulgarem seus trabalhos dentro dos objetivos do Instituto” (Folder IPABH, 2002 *apud* ENNE, 2002, p. 156).

A revista *Hidra de Igoassú* também foi um desdobramento das atividades desenvolvidas pelos agentes da FEUDUC, em especial, do CEMPEDOCH/BF. O objetivo desse centro era identificar, catalogar e divulgar as fontes relativas à História da Baixada Fluminense e suas cidades, e a revista cumpria um papel de incentivar a produção e a divulgação das pesquisas realizadas pelo departamento da FEUDUC, o que já sinalizava um formato profissional da escrita. Essa revista desenvolveu suas edições entre o ano de criação, em 1998, até 2001 sem interrupções, e só voltou a produzir textos em 2012⁸² (LAURENTINO, 2016).

O intervalo de produções da revista *Hidra de Igoassú* sugere que a revista *Pilares da História* atendia aos interesses dos agentes que almejavam o incentivo e a divulgação das pesquisas, com o suporte e o apoio financeiro do instituto. Assim, a revista *Pilares da História* acabou sendo um espaço de interseção, ao potencializar as redes, os interesses e os conflitos.

82 Em 2012, em outro contexto de produção, no qual os agentes da FEUDUC já estavam mais atuantes em outros espaços da cidade, como o próprio MVSB, foi publicada uma edição, depois do longo período de interrupção. Nela, foi expresso o significado do nome da revista, que reforça que a história local é um campo de disputas na cidade. No texto de apresentação foi pontuado que: “adorávamos o simbolismo desse nome para intitular a nossa Revista. Queríamos com essa decisão, homenagear esses homens e mulheres que lutaram contra o horror da escravidão [...]”, uma referência simbólica que aborda a resistência dos escravizados na região, tratados no estudo de Flávio Gomes (1992), e as inúmeras investidas no século XIX para acabar com os quilombos sofreram intensas resistências a ponto de os quilombolas locais serem referenciados nos documentos de época como Hydra de Iguassu, em comparação à Hydra de Lerna. Essa ideia de resistência foi apropriada para reforçar o simbolismo do nome na revista, cuja apresentação acrescenta: “[...] pretendíamos, tal qual a Hidra de Iguassú travar um combate de resistência, dessa vez, intelectual, provocando a região a falar de si mesma e refletir sobre suas questões” (*HIDRA DE IGOASSÚ*, 2012 *apud* LAURENTINO, 2016, p. 109).

Após a criação da revista, afloraram as disputas internas e os encaminhamentos do modo de fazer entre os agentes. Na visão de Antonio Augusto Braz, os membros ocupavam campos: entre a memória e a história, e o grupo do IPABH seria avesso “às frescuras acadêmicas” (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020). Para confirmar que exista um reconhecimento entre modos de fazer distintos, e que a revista, do ponto de vista acadêmico, queria se firmar no campo da história, Antonio Augusto Braz acrescentou:

[...] eu lembro que foram duas outras reuniões para saber qual era o formato, o que nós, o que que a revista aceitaria. Criou-se uma comissão editorial, que tipo de texto. O Nilton dizia que tinha que ser *textos mais palatáveis, mais populares, se não ninguém ia ler*, foi o Nilton quem disse isso, que é a coisa da citação, e que era um império comunista apaixonado pela história, que escreveu junto com o Rogério e os melhores livros sobre episódio da história da Baixada, que foi o livro que fala do saque, a memória do Nilton e o texto do Rogério produzido, Nilton Menezes, e ele falava: “tem que ser uma revista a *Caxias Magazine*, que, com imagens, com textos curtos, com curiosidades”, e eu dizia: “não... *tem que ser uma revista que faça um debate acadêmico*, tem o curso de História que faz isso, eu acho que uma revista como essa é um poderoso instrumento para afirmar esse campo” (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020, grifo nosso).

No entanto, como abordado no capítulo anterior, o debate sobre memória *versus* história limita o entendimento das complexidades que envolvem os agentes. O alcance das produções, no sentido de atingir o grande público, por meio da revista, era um ponto importante das preocupações expressas pelos organizadores. Os membros oriundos do IPABH, em sua maioria, indicavam a necessidade de uma escrita mais direta, com imagens, ou seja, “palatáveis”, um pouco no formato da revista *Caxias Magazine*, o que pareceria indicar que os textos seriam direcionados para toda a população. Já os agentes da FEUDUC, segundo Antonio Augusto Braz, desejavam uma escrita mais ligada ao “debate acadêmico” e, na primeira edição, é possível identificar essas tensões.

A proposta da revista *Pilares da História* é discutir a construção da História da Baixada Fluminense sobre pilotis. Mais ou menos como se esses pilotis fossem altares de uma perspectiva ou um olhar não necessariamente sacralizado, mas obrigatoriamente *atento ao rigor da pesquisa acadêmica*, sustentada pelos seus artífices – os iguaçuanos e as hidras de Iguaçu. Trata-se assim de um espaço que se abre para a *produção de conhecimento histórico e para estabelecer um diálogo entre essa área de conhecimento e outras disciplinas, partindo dos desafios da História Local e Regional* (PILARES DA HISTÓRIA, n. 1, out./dez. 2002, grifo nosso).

O esforço de criar bases sólidas sobre “o rigor da pesquisa acadêmica” reconhecia a existência de dois grupos e a necessidade de concessões. Os representados pelos “iguaçuanos”, com produções consolidadas sobre a Baixada Fluminense e um diálogo com a revista *Caxias Magazine*, estavam mais inclinados às escritas “mais populares”, para um público não especializado; já os “hidra de iguaçu”, como se intitulavam os membros da FEUDUC, propunham uma escrita vinculada às produções universitárias. O corpo editorial, composto por Alexandre dos Santos Marques, Carlos de Sá Bezerra, Odemir Capistrano Silva, Ruyter Poubel, Sandra Godinho Maggessi Pereira e Tania Amaro de Almeida, representava os dois grupos e o interesse de ambos em legitimar a existência do Instituto Histórico.

No texto introdutório da primeira edição, escrito por Tania Amaro de Almeida, foi reafirmado o projeto do instituto e se salientou o objetivo de “preservar o acervo documental, recuperar a memória cultural, divulgar a história da região” (ALMEIDA, 2002, p. 9). Tania Amaro de Almeida recordou que a proposta teve início em 2001, “por iniciativa da Presidência da Câmara Municipal de Duque de Caxias”, com a ideia de “desenvolver um Projeto de Preservação”. Para ela, à medida que os trabalhos técnicos se desenvolvessem, ficaria visível “a grandiosidade, da real extensão e importância desse acervo, relevante para a memória do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense” (PILARES DA HISTÓRIA, n. 1, out./dez. 2002, p. 9).

Além da força política para a manutenção do espaço, a revista propiciou a coexistência das práticas de políticas de memória na região, com a presença do dono da revista *Caxias Magazine*, Carlos Sá Bezerra, e de Ruyter Poubel, que, além de uma representação política significativa, também representava a potência jornalística na cidade, como proprietário do jornal *A Folha da Cidade*. Esses nomes influenciaram nas propostas e nos entendimentos sobre a escrita da história local.

Mesmo com as divergências, o que se apresentou na primeira edição da revista foi um esforço de contemplar os diferentes interesses. A seção “Iconografia” é apresentada como um exemplo de mediação, porém, como apresentado no capítulo anterior, o uso de imagens, fotografias e visitas era prática comum entre os agentes.

Na primeira edição, composta por 121 páginas, 20 delas foram destinadas às imagens. Foram expostas as seguintes: Instituto Histórico da CMDC; igreja Nossa Senhora do Pilar; ruínas do Engenho Real; sede da Fazenda São Bernadino; Estação de Guia de Pacobaíba; imagens dos jornais arquivados no instituto; inauguração da Feira de Artes no Calçadão de Caxias, em 1976; e imagem da sede da FEUDUC, antigo entreposto comercial da Fazenda do São Bento. A questão visual, no contexto da revista, possui uma proposta mais de posicionamento das lideranças, uma vez que são imagens do acervo dos agentes e que indicam o significado dos membros para a história na cidade, como pode ser observado no Anexo I.

A seção “Iconografia” representa um investimento tangível das ações e dos lugares de atuação dos agentes na cidade, expressos nas seguintes imagens: o Instituto Histórico para abrir a seção; seguidas dos jornais, que estão no acervo e representavam o papel da imprensa na cidade; a inauguração da feira de arte, com Stélio Lacerda e as ações culturais; e a sede da FEUDUC, do acervo da CEMPEDOCH-FEUDUC.

Além do posicionamento político dos membros, as imagens revelam mais que a polarização dos grupos, pois apresentam as

continuidades e discontinuidades para a escrita da história local, por meio das agências e dos agentes, e dos encaminhamentos que cada grupo desejava. Antonio Augusto Braz indica que as propostas eram diversas:

[...] para não ter essas informações mais soltas, aí propus uma *seção de transcrição*, que eu achava que é legal para recuperar uns textos antigos. Colocaram uma *seção de memória*, de entrevista, e aí acaba com o tempo, você tinha os artigos, que, no início, nem eram artigos, assim, uma confusão, e depois os textos, essas duas seções, onde se contentaria esse estilo mais informativo, aí tá botando esse consenso, não foi muito, muito bom grado não [...] (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020, grifo nosso).



Figura 15 - Imagens da seção “Iconografia” (Revista Pilares da História). Fonte: Revista Pilares da História, n. 1, out./dez. 2002, p. 103. Descrição da imagem na fonte: “Vista parcial do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias – setembro de 2002 – Acervo iconográfico do Instituto Histórico”.

A seção de transcrições foi criada já na segunda edição, em 2003, com Rogério Torres e Tania Amaro de Almeida Almeida, com a transcrição do texto “Faz 15 Anos o Município”, do jor-

nal *Tópico*, de 1958, quando o “município completava 15 anos de emancipação política, publicava uma edição especial no seu segundo caderno, dedicada ao Dia do Município” (ALMEIDA; TORRES, 2003, p. 61). Na abertura, destacaram que:

o objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, visando a preservação das informações das fontes primárias – documentação sobre suporte papel, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, *firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local* (ALMEIDA; TORRES, 2003, p. 6, grifo nosso).

A proposta de preservar a memória estava associada à divulgação do acervo e aos possíveis usos de pesquisa, o que foi expresso na primeira edição da revista por Antonio Augusto Braz, na seção “Memória Viva”. Na apresentação dessa seção, Antonio Augusto Braz registrou o interesse de construção de um banco de oralidade, cujo espaço estaria reservado para entrevistas, com o objetivo de reunir “uma sucessão de depoimentos de cidadãos que atravessaram a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense” (BRAZ, 2002, p. 97). Nessa parte da revista, Antonio Augusto Braz reforçou o posicionamento no campo, ao se justificar sobre a seção e esclarecer como entendia a ideia de “memória” e dos usos do material coletado. De acordo com Antonio Augusto Braz, “o esforço de construção de nossa História Local e Regional apoia-se na análise de suas memórias coletivas e que a construção desse ‘banco de oralidade’ aqui na seção ‘Memória Viva’ é uma contribuição fundamental” (BRAZ, 2002, p. 98).

Além da articulação de diferentes interessados em torno da publicação em uma revista especializada, outras ações mobilizaram uma circularidade de pessoas na instituição. Antonio Augusto Braz, que desenvolveu trabalhos com registros orais na FEUDUC, enfatizou essa prática como algo positivo e uma forma de “aglutinação” de pessoas no instituto. Quando perguntado sobre

qual o outro movimento da ASAMIH, além da revista, considerava relevante, disse:

[...] os depoimentos coletivos, que depois a Tânia batizou de Café com História, que eram mais do que depoimentos simplesmente, eram lugares de aglutinação. Você chamava as pessoas para falar as experiências delas e você trazia, junto com as pessoas, os parceiros dessas pessoas para conhecer a associação e se filiarem à associação e estarem na vida da associação, na convivência da associação. Isso também trouxe muita vida para a associação e trouxe muitas vozes para a associação e também a aproximação que a Tânia vai fazer com papel das Artes na cidade, na Academia do Caxiense de Letras, a rede de pintores e escultores da cidade, a Tania dá ao instituto um caráter de espaço de exposição. Isso são outras entradas, outras vozes que refletem inclusive na *Pilares*, alguns textos da *Pilares* falam dessas experiências também [...] (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020).

Os textos produzidos na *Pilares da História* direcionavam o interesse de potencializar a produção e o usos das fontes, mas também serviam como uma estratégia de valorização e recepção de lideranças no espaço. No banco de oralidades do instituto foram identificadas entrevistas com Carlos de Sá Bezerra, Marta Rossi, Getúlio Gonçalves e Paulo Mainhard.

Desse modo, existia um discurso do formato e da valorização do perfil universitário da revista, no sentido especializado, mas ela também serviu para articular e mesclar de diferentes perfis de produção. Além da visibilidade do espaço, foram produzidos diálogos com as instituições, as lideranças e os artistas na cidade. De modo geral, a revista atendeu aos interesses dos grupos e fundiu formas e leituras sobre o local.

Os discursos sobre o direcionamento do uso das fontes estavam associados ao processo de consolidação de práticas acadêmicas. Cabe lembrar como seguiu a consolidação do modelo historiográfico brasileiro, entre os séculos XIX e XXI, e entender como essas marcas são fortes nas produções sobre a história local. Entre os anos de 1838-1934, a referência institucional foi o IHGB, dedicada à história nacional e produzida por autores com alto rigor

de erudição; entre os anos de 1934-1977 foi um período apoiado na graduação, com investimento para a profissionalização da pesquisa histórica, com embates entre antigos e modernos; entre 1977-1991, se apresenta a emergência dos cursos de pós-graduação, com significativa expansão da pesquisa histórica, que acompanha o crescimento desses programas (NASCIMENTO, 2016).

De forma geral, as produções de história local são “reconhecidas” pela historiografia considerando a fase 1977-1991, com estudos mais consolidados a partir dos cursos de pós-graduação. No entanto, o que se percebe, com a experiência da associação, é uma mescla entre os escritores e os modos de escrita na cidade. Um exemplo desses diferentes perfis de textos ocorreu na primeira edição da revista, com a publicação dos textos de Tania Amaro de Almeida, Guilherme Peres, Gênesis Torres, Ney Alberto Gonçalves de Barros, Rogério Torres, Ruyter Poubel, Stélio Lacerda, Alexandre Marques e Antonio Augusto Braz, que transitavam entre informativos, analíticos e /ou explicativos.

O texto de Ney Alberto Gonçalves de Barros, intitulado a “Fazenda São Bernadino: um marco da história iguaçuana”, expressa a marca de uma produção informativa, quase de denúncia, pautado na erudição, sem práticas metodológicas ou teóricas. Ney Alberto Barros não apresentou referências bibliográficas ou fontes, apenas uma nota que especificava sua formação: “**graduado em História** pela Universidade Gama Filho e em Arqueologia pelo Museu Histórico Nacional. Fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu. Titular da Divisão de Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Prefeitura de Nova Iguaçu” (BARROS, 2002, p. 46, grifo nosso). Alinhado ao objetivo de identificar patrimônios na cidade, o texto aponta para alguns marcos na construção do espaço e a relevância para história da região e conclui ao denunciar o estado de abandono da fazenda São Bernadino.

Em janeiro de 1940, por ocasião dos festejos comemorativos do aniversário do Município, o então prefeito Ricardo Xavier da Silveira encaminhava ao governo federal pedido de tombamento

de todo o conjunto arquitetônico, o que só aconteceu em 1951. Mas, bastou a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu meter-se a desapropriá-la, o que aconteceu em 1975-1976, o conjunto passou a ser vítima de sucessivos saques. Ao tempo da administração Lubanco, era possível observar-se permanente vigilância, o que já não aconteceu nas administrações Ruy Queiroz e Leone, tendo sido nessa o ponto alto da destruição, quando um incêndio, cujas origens não foram esclarecidas, deformaram, significativamente, aquele importante monumento histórico de Iguassú (BARROS, 2002, p. 46).

A produção contida no periódico permite identificar os caminhos da consolidação dos moldes historiográficos experienciados pelos agentes que orbitavam os institutos, mas que seguiram a fase da “graduação” e foram atravessados pelos agentes da pós-graduação, ou seja, um caminho não linear. Outra produção que apresenta esses cruzamentos é a de Gênesis Torres, “A saga dos Sefarditas – Cristãos Novos na Baixada Fluminense – Séculos XVII e XVIII”, também com nota de formação e os pertencimentos:

Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor das redes públicas estadual, municipal e particular.

Ex-Chefe de Gabinete do Prefeito, ex-Secretário de Educação e Cultura e ex-Vereador do Município de São João de Meriti.

Membro das Academias de Letras e Artes de Nova Iguaçu e de São João de Meriti. Presidente do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense – IPAHB.

Secretário de Cultura, Esporte e Lazer de São João de Meriti (TORRES, 2002, grifo nosso, p. 17).

A ocupação de cargos públicos, o pertencimento às redes de ensino, às academias e aos institutos são secundários à formação acadêmica, evocada pelo formato do periódico, que apresenta esse tipo valorização. Isso também é expresso por Stélio Lacerda, que, em sua nota de identificação, informa:

Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e *em História* pela Sociedade Universitária

Augusto Mota.

Ex-Oficial de Gabinete do primeiro governo do Prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo.

Ex-Diretor do Departamento de Educação e Cultura/PMDC, do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e da Escola Municipal Marechal Mallet.

Ex-Secretário Municipal de Cultura/PMDC (LACERDA, 2002, grifo nosso, p. 59).

O texto apresentado por Gênesis Torres resultava de uma pesquisa que tinha como “[...] preocupação buscar informações acerca da ocupação da Baixada Fluminense, também chamada de Recôncavo Guanabarino, a partir da segunda metade do século XVI [...]” (TORRES, 2002, p. 17). O autor destacou o interesse sobre o comportamento “religioso, político, econômico e cultural da comunidade baixadense no século XVII [...]” (TORRES, 2002, p. 17). E pontou:

[...] que as informações com maiores conteúdos e consistência sobre a colonização dessa imensa área estão contidas nos relatórios e cartografias da segunda metade do século XVIII, como o caso do Mapa de Vieira Leão e do Relatório do Marquês do Lavradio. São construções que desafiam o tempo em questão de durabilidade e nenhuma construção importante foi encontrada ou preservada. Na Baixada temos apenas a Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, com construção em pedra e que vem resistindo até os tempos atuais. Sua construção teve início na segunda metade do século XVII, as demais já correspondem à primeira metade do século XVIII, com largo uso do tijolo (TORRES, 2002, p. 17).

Os textos apresentavam uma diversidade de propostas, no sentido de contemplar as distintas escritas sobre a região, ao valorizar os autores e divulgar as pesquisas. Assim, em Duque de Caxias, a rede que se estabeleceu em torno do instituto possuía interesses distintos e reconhecia a importância do discurso histórico para o direcionamento de projetos no município. A revista foi atravessada pelo esforço de uma produção especializada, com marcas divergentes no modo de fazer história e sob as demandas

de uma história pública presente na cidade, principalmente, com a revista *Caxias Magazine* e a presença de grandes donos de jornais. A coexistência e a disputa interna propiciaram um perfil de produção e desdobramentos de abordagens. Nesse sentido, o trecho de fechamento do primeiro editorial, com citação de Michel de Certeau, representa o entendimento que o lugar de produção promove.

Para Michel de Certeau, aquele que escreve história, fala de um lugar social ao qual pertence e que representa. A tarefa do historiador se expressa segundo pontos de vista do presente (de uma história em curso) a respeito do passado; ou, dito de outra forma, segundo uma história do presente, pensada e construída a partir de sua posição no presente para uma análise do passado. Nas palavras do autor de *A operação histórica*, “considerar a história como uma operação é tentar compreendê-la com a relação entre um lugar e procedimentos de análise. É admitir que a história faz parte de uma ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser captada enquanto atividade humana, ‘enquanto prática’”. *Produzir história constitui-se, portanto, num fazer-se cotidiano*, ofício transformador, para o qual conclamamos todos (*PILARES DA HISTÓRIA*, n. 1, out./dez. 2002, grifo nosso).

Na perspectiva do “fazer-se cotidiano”, os membros desejavam destacar a experiência e as estratégias no campo. Isso reforça o quanto foi necessário realizar “concessões” e promover diálogos entre os membros para a manutenção do próprio periódico e o desenvolvimento do campo de produção sobre a história local e regional.

Desse modo, o ato político da associação, com a presença marcante na primeira edição de nomes significativos para a política local, como Ruyter Poubel, “homem público em Duque de Caxias. Jornalista e advogado”; e referências em institutos na região, como Ney Alberto Barros, “fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, Titular da Divisão de Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Prefeitura de Nova Iguaçu”, foi significativa e simbólica para a existência e a manutenção da revista dentro do instituto. No entanto, para historiadores da região, o posicionamento do “direito” de escrever sobre o passado em uma revista especializada recebia maior chancela com as gra-

duações e com as pós-graduações, o que nos faz questionar: será que o espaço e as experiências dos agentes promoveram um modo de fazer história sobre o local com perfil híbrido?

As escritas híbridas na revista

Lucia Maria Paschoal Guimarães (2017) destaca a importância das revistas especializadas para a definição e a manutenção de paradigmas que constituem a disciplina. Sobre o papel da *Revista do IHGB* para a produção e a disseminação do saber histórico no oitocentos, a autora recorda como essa revista, criada em 1839, desempenhou um papel pioneiro. Sobre a análise da revista realizada pela autora, é interessante pontuar que, até 1862, suas matérias não obedeciam aos critérios temáticos ou cronológicos, e, nas reproduções de manuscritos ou cópias de documentos, “a comissão de História procedia à rigorosa crítica de erudição, extrapolando as práticas antiquárias” (GUIMARÃES, 2017, p. 39).

Ainda considerando as análises da autora, nas primeiras cinco décadas da revista do IHGB, as matérias produzidas foram classificadas em duas categorias: “documentos históricos” e “textos contemporâneos” (GUIMARÃES, 2017, p. 43). O hibridismo na revista “reflete as tensões, que permearam o processo de disciplinarização do saber histórico, levado a cabo no século XIX” (GUIMARÃES, 2017, p. 51).

Nesse sentido, é possível perceber que a revista *Pilares da História*, com uma abordagem sobre a história local, segue os caminhos que indicam os impactos do processo de profissionalização do campo e o direcionamento de ações focadas com os aspectos pedagógicos da disciplina. Assim, além da defesa das produções nos moldes acadêmicos, os investimentos de coleção e preservação documental seguem as expectativas de valorização do campo disciplinar.

No artigo de Alexandre Marques, intitulado “Centro de Memória – Caminhos e descaminhos na produção da História da Baixada Fluminense”, consta seus pertencimentos com foco nas representações acadêmicas, como segue:

Mestrando em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra – Vassouras-RJ.

Coordenador do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense/Fundação Educacional de Duque de Caxias.

Titular da Disciplina Metodologia da Pesquisa do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias.

Professor da rede pública municipal de Duque de Caxias (MARQUES, 2002, p. 79).

O texto, de modo geral, é um balanço dos investimentos para as produções realizadas a partir da FEUDUC, ao apresentar os objetivos dos membros e as propostas gerais. Marques lembra que, “apesar de possuir uma história complexa e já existir uma vasta literatura de cunho memorialista e documentarista”, seria necessária uma sistematização dos conhecimentos produzidos e que “carece ainda da ampliação das abordagens acadêmicas” (MARQUES, 2002, p. 80).

O artigo começa situando o quantitativo populacional da Baixada Fluminense, marcado por uma “pluralidade cultural e especificidade de sua história” (MARQUES, 2002, p. 80). Para exemplificar essa especificidade, ele apresentou o parágrafo que segue, composto por referências das produções realizadas fora dos circuitos acadêmicos, além das dissertações.

Marcada por fluxos populacionais, migrações e imigrações constantes ao longo do século XX, foi, durante alguns séculos, de importância fundamental para a antiga capital nacional, o Rio de Janeiro, fornecendo madeira e cerâmica (BEZERRA, 1999), constituindo-se em local de estalagens no chamado “caminho do ouro” (PERES, 1993), de produção de café (PEREIRA, 1977) e laranja (SOUZA, 1992), e já na segunda metade deste século em região de cidades-dormitórios (MARQUES, 2002, p. 80, grifo nosso).

O caminho realizado pelos membros expressa as construções de uma escrita que se convencionou sobre a valorização do “rigor

acadêmico” e que se forjou nas bases das produções não profissionais. Assim, o percurso da história local estava associado entre teoria e a prática, e o texto de Marques expressa bem o percurso dos agentes, desde os incentivos de criação do CEMPEMDOCH-BF, com a finalidade de “incentivar pesquisas sobre a região; armazenar informações sobre sua história visando contribuir para a produção científica; divulgar e manter à disposição do público o acervo adquirido” (MARQUES, 2002, p. 84), e da APPH-Clio, que visava estabelecer uma “linha básica de atuação a pesquisa local e regional, tendo como ênfase a Baixada Fluminense” (MARQUES, 2002, p. 84). Além dos centros, os projetos para o desenvolvimento de pesquisas contemplavam ações de sistematização dos estudos sobre a Baixada Fluminense e, para tanto, foram realizados levantamentos historiográficos e organizados “grupos de estudos que teorizaram e didatizaram o conhecimento contido nas obras” (MARQUES, 2002, p. 88). De acordo com Marques (2002, p. 88), a ideia era sistematizar os levantamentos realizados nos programas das universidades, logo, o projeto “Conhecendo a nossa História” foi um desdobramento dessa experiência.

O artigo de Marques (2002, p. 88) ainda permite entender que as disputas entre os grupos seguiam um esforço de “iniciar uma tradição de pesquisa sobre a região” e, para isso, “os alunos de terceiro e quarto períodos do curso de História” da FEUDUC passaram a desenvolver “pesquisas sobre os bairros de Duque de Caxias”. Isso teria possibilitado, à época, que o CEMPEDOCH-BF acumulasse “cerca de 80 monografias com informações sobre essas microrregiões”, e o projeto tivesse sido ampliado, passando a contemplar “todos os municípios da região” (MARQUES, 2002, p. 87).

Mesmo com a ênfase de que essas produções se chocavam com as produções anteriores, já que continham uma “história problema”, embasadas de acordo com as orientações de Le Goff, como “o marco teórico-metodológico das pesquisas, dos trabalhos elaborados e dos projetos desenvolvidos pelo CEMPEDOCH-BF e pela APPH-Clio [...]” (MARQUES, 2002, p. 88), a organização da monografia seguiu um modelo, que, como abordado no capítulo

anterior, tem uma preocupação com uma síntese, como destacado pelo autor:

essas monografias apresentam uma estrutura em três capítulos: o primeiro com o histórico da região a partir da chegada dos primeiros europeus; o segundo focaliza as cidades após a emancipação de cada uma delas de Iguaçu; e um terceiro e último analisa o desenvolvimento urbano do bairro. Há, ainda, os anexos, que são entrevistas com antigos moradores e fotografias do bairro (MARQUES, 2002, p. 87).

A proposta de síntese acabou orientando os sentidos atribuídos ao lugar pelos agentes. Nessa perspectiva, é necessário lembrar que as atividades de campo, os estudos realizados durante a atuação de Stélio Lacerda na gestão na Secretaria de Cultura, os artigos históricos na revista *Caxias Magazine*, e o crescente desenvolvimento das escritas com recorte local, especialmente, nas décadas de 1980 e 1990, em programas do Estado do Rio de Janeiro, compõem as diretrizes dos agentes. Tudo isso promoveu uma mescla do desenvolvimento das escritas sobre a história local, configurando leituras de uma Baixada Fluminense com foco de uma construção de campo de pesquisa.

A perspectiva patrimonial e a definição territorial da Baixada Fluminense contribuíram para o direcionamento do modo de escrever sobre a história local, talvez mais preocupada com a dimensão de uma história cada vez mais pública. As questões que se apresentam são: como esses diálogos e essas disputas se processaram nas demais edições, considerando a leitura sobre o lugar? E como esse movimento contribuiu para a institucionalização do ensino de história local na cidade?

O sentido do Lugar e as “visões universitárias”

A revista *Pilares da História* contribuiu para a divulgação das escritas sobre história local, bem como foi um canal para a aplicabilidade dos estudos a partir das instituições universitárias na cidade, a saber: FEUDUC, UNIGRANRIO, FEBF-UERJ e Faculdade de Serviço Social Santa Luzia, além de parcerias e divulgações

com outras instituições. Dessa forma, os artigos da revista revelam como o estudo sobre a Baixada Fluminense foi sistematizando as diferentes leituras sobre o Lugar presentes nos estudos recentes e nas primeiras obras sobre a região. Apoiados na seção “visões universitárias”, a revista encontrou um espaço de valorização dos cursos sobre a História Local e Regional na cidade, o que também se fortalecia com os congressos e eventos, e consolidava um campo de estudo entre as instituições.

Barros (2017) assinala como as produções que visavam explicar a histórica econômica do período colonial com uma perspectiva de totalidade tiveram significativa importância na historiografia brasileira. Obras clássicas, como a de Caio Prado Júnior, na década de 1930, ou mesmo as produções de Ciro Flamarion Cardoso, na década de 1970, ocuparam um papel importante para as leituras sobre o Brasil. Contudo, essas produções não se preocuparam com as dinâmicas internas e a complexidade das relações inter-regionais.

A partir dos últimos anos do século XX, as pesquisas históricas com foco no local e regional abordaram os fatores que caracterizaram a sociedade brasileira colonial e imperial considerando outros fatores. Algumas obras são destacadas por Barros (2017), como: *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*, de Kátia Mattoso (1978); *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*, de João Fragoso (1998), entre outros. Isso explica também os grandes investimentos nas pesquisas sobre o local em uma perspectiva de análise que considera as particularidades do local diante das grandes generalizações. As pesquisas sobre escravidão se destacaram no período, além disso, o estudo de Flávio Gomes (1992) sobre os quilombos em Iguaçu, fortaleceu o debate local sobre os investimentos de pesquisas em Duque de Caxias.

Como abordado no segundo capítulo, o debate sobre a Baixada Fluminense apresentava um forte posicionamento identitário do território, mas do ponto de vista do uso do Local, as motivações foram distintas. A partir dos artigos apresentados na revista, podemos indicar que os estudos que seguiram uma abordagem

temática sobre a escravidão, especialmente, com os trabalhos de Nielson Bezerra, realizaram um diálogo entre a história local e a micro-história, ou seja, uma busca de contestar as grandes generalizações e de apresentar que as dinâmicas internas brasileiras possuíam muitas complexidades. Isso é assinalado no artigo de Bezerra (2003), já na segunda edição da revista, intitulado “Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga”, como segue:

para melhor compreender a região durante o século XIX, sobretudo com respeito às *relações complexas que caracterizaram a sociedade que estava organizada sob o regime escravista*, abordaremos as negociações e os conflitos entre senhores, escravos e homens livres pobres. *Tomaremos por base a Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga*, sua produção econômica e as relações sociais que se davam no cotidiano de seus agentes sociais. Acreditamos que é possível não apenas estudar esta freguesia, mas também toda a Vila de Iguaçu, bem como todo o Recôncavo da Guanabara através dela, *pois vemos como uma possibilidade salutar a associação do estudo de uma história local com um método de microanálise voltado para as minúcias e as particularidades, pois “o indício pode revelar a particularidade daquilo que se vê”* (BEZERRA, 2003, p. 8, grifo nosso).

A abordagem realizada por Bezerra (2003) dialoga com a crescente produção do campo da escravidão do período, que considerava os estudos regionais e locais para a apresentação das “relações complexas que caracterizaram a sociedade” escravista. No entanto, essa não foi uma regra entre os pesquisadores, muito menos o caminho desenvolvido para a consolidação da institucionalização universitária da história local apresentada nos trabalhos da revista. Uma edição que apresenta essa diversidade do uso do Local foi a realizada para a comemoração dos 60 anos de emancipação político-administrativa do município de Duque de Caxias, com textos de Stélio Lacerda, Helenita Maria Bezerra da Silva⁸³ e Marlucia Souza, como pode ser visto no QUADRO 11 a seguir.

83 Helenita Maria Bezerra da Silva (1995) realizou uma monografia intitulada *Emancipação política do município de Duque de Caxias*, pela UERJ. Uma das práticas dos agentes locais para a consolidação dos trabalhos acadêmicos nas instituições foi convidar pesquisadores sobre a temática da Baixada Fluminense, de diferentes universidades, para apresentação, escrita e participação nos eventos promovidos na cidade.

Destacar os títulos dos artigos nos permite visualizar que, mesmo com uma única proposta, os autores tentaram demarcar não apenas os seus recortes, mas também seus interesses de leitura do Lugar. O trabalho que apresenta uma certa “neutralidade”, considerando as disputas de memórias presentes entre os agentes na região, é o artigo de Helenita Silva (1995), fruto de sua monografia. O texto de Lacerda (2003) e o de Souza (2003) são mais diretos quanto ao sentido da emancipação de Duque de Caxias, que, em linhas gerais, seria, para Lacerda (2003), parte das mudanças políticas do período, e, para Souza (2003), fruto dos interesses de fragmentação territorial que visavam desarticular os trabalhadores.

Quadro 11: Comemoração dos 60 anos de emancipação política-administrativa de Duque de Caxias

Autores	Títulos
Stélio José da Silva Lacerda	A emancipação política do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão)
Helenita Maria Bezerra da Silva	A emancipação política do município de Duque de Caxias
Marlucia dos Santos Souza	Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50

Fonte: A autora (2021) a partir da revista *Pilares da História*, ano II, n. 3, dez. 2003.

Lacerda (2003) apresenta, ao longo do texto, a emancipação como resultado de muitos fatores, como: as mudanças de nomenclatura; o crescimento populacional, com a chegada de migrantes; a criação de organizações internas, como a Associação Comercial de Caxias (1937); a criação da FNM, na década de 1940; e as mudanças no cenário político na cidade. Assim, para ele, a situação estava posta já no início dos anos 1940, pois:

em 1943, estavam evidenciadas as condições mínimas à emancipação do distrito, com vida econômica e contingente populacional compatíveis à autonomia político-administrativa. A Baixada Fluminense estava próxima de sua primeira partilha territorial – avizinhava-se a maioria do 8º distrito de Nova Iguaçu (LACERDA, 2003, p. 17).

Importante lembrar que o artigo de Lacerda (2003) não estava pautado em lembranças de sua experiência no período de gestão pública na cidade, e que o autor apresenta fontes de outros períodos e dialoga com outros trabalhos sobre o assunto, inclusive, com pesquisas do período, como a monografia de Helenita da Silva (1995). O autor estabelece articulações entre as mudanças políticas e os interesses estaduais que atuaram diretamente nos desdobramentos que culminaram com a emancipação, porém o uso que realizou do Local indica um estudo do lugar em si mesmo, ou seja, o interesse de entender o próprio local. Isso fica mais claro em parte de sua conclusão, em que pontua que, “sessenta anos após a emancipação política do município de Duque de Caxias, ainda persistem indagações, exigindo estudos aprofundados para remover dúvidas e *preencher lacunas quanto à essência daquele marco histórico*” (LACERDA, 2003, p. 26, grifo nosso). Dessa forma, Lacerda (2003) segue a abordagem do Local considerando o que Barros (2017, p. 192) define como o estudo do lugar em si mesmo, em que, “para a História Local, todos os lugares têm a sua história, e essa história merece ou precisa ser contada”.

Marlucia Souza (2003), que enfatiza, com o título do artigo “Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50”, tem, em seus trabalhos, um objetivo identitário significativo, além de ser uma das principais militantes em defesa de pesquisas sobre a Baixada Fluminense. No entanto, a abordagem da autora sobre o Local difere da perspectiva de Lacerda (2003), mesmo que ela entenda que a história do local precisa ser contada, e tenha afirmado que tinha muita história da cidade que precisava ser contada, mas sua abordagem não estava restrita ao local, sua produção seguiu suas

bases teóricas e estaria mais na busca de uma totalidade, que, de acordo com Barros (2017, p. 175), “pressupõe-se, então, que ao examinar o lugar – ou seja – ao se fazer História Local – podemos apreender algo também sobre a totalidade”. Dessa forma, para Souza (2003), entender os processos que culminaram com a emancipação no município seria um caminho para compreender a sociedade capitalista e as demandas de controle social diante do projeto nacional, conforme segue:

dentro desta lógica a cidade passava a ser vista como célula fundada no nacional, a serviço do populismo e com pouquíssimas possibilidades de autonomia. Assim sendo, *a fundação do município esteve imbricada a um projeto de identidade nacional* com bases no discurso de integração da cidade de Duque de Caxias ao mundo do trabalho (SOUZA, 2003, p. 39, grifo nosso).

Identificar os usos que os autores atribuem ao Local, seja para contestar as grandes generalizações, para responder uma totalidade, ou mesmo para falar do local por ele mesmo, possibilita compreender como essas escritas disputavam memórias e se complementavam, fundindo conteúdos direcionados a institucionalização do ensino. Tanto é assim que, quando perguntado aos membros da ASAMIH se indicariam alguma obra básica ou “referência” sobre a Baixada Fluminense, muitos não são precisos, pois consideram que o pesquisador interessado na história local deve ler tudo o que for possível, e a revista *Pilares da História* poderia ser considerada um “ponto de partida”. Assim, conforme as palavras de Tania Amaro de Almeida: “[...] por exemplo, quem chega aqui e precisa estudar Baixada, primeiro eu indico a revista *Pilares da História*, são 23 edições, durante esses 20 anos, então acho que você tem um apanhado legal da Baixada” (ENTREVISTA TANIA AMARO DE ALMEIDA, 06/02/2020).

Por meio das citações de autores recorrentes entre os pesquisadores, aparecem as marcas do processo de consolidação das pesquisas sobre o local e os investimentos para o fortalecimento de um campo de pesquisa, bem como de uma aplicabilidade no ensino. Desse modo, a revista seria um canal que congrega essa rede

e que permite uma certa sistematização dos estudos acumulados, em meio aos conflitos e às divergências de memórias sobre o local.

Os diferentes pertencimentos dos autores, tanto como professores na FEUDUC, como professores da rede pública, são atravessados por cargos em instituições de APPH-Clio e na ASAMIH, o que reforça que o processo de desenvolvimento da institucionalização da história local estava atravessado pelas críticas e pelos diálogos realizados nesses espaços. Mesmo com oposições de abordagens, muitos dos autores que caminharam para a institucionalização universitária o fizeram com a instrumentalização dos primeiros estudos e dos seus pares presentes na ASAMIH. Os estudos de Mattoso Maia Forte (1933) serviram como base, por exemplo, para a apresentação geográfica da freguesia estudada por Bezerra (2003, p. 9), como expresso abaixo:

quanto à freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, estendia-se o território para o norte, ao Morro Grande da Cava, próxima à atual estação de José de Bulhões, dividindo-se aí com a de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu. Deste ponto corria o limite pela margem meridional do Iguaçu, buscando o rumo da fazenda de São Bento até chegar ao porto dos Saveiros, exclusive, limitando-se também com a freguesia de Nossa Senhora do Pilar. A leste era banhado pela Guanabara e tinha ao sul a freguesia 6 de Meriti; a oeste ficava a de Marapicu.

A instrumentalização dos primeiros estudos foi também recorrente em outros artigos, que, preocupados em situar o Local, apresentavam os detalhes do espaço ao fazerem referência às muitas obras realizadas fora do circuito acadêmico. Os livros de Guilherme Peres (1993; 2000) tiveram indicação recorrente por diferentes pesquisadores, como Rafael da Silva Oliveira (2004), que, na época, era mestrando em Geografia pela UFF, professor da FEUDUC, da Fundação Educacional Unificada Campo-grandense e das Faculdades Integradas Simonsen. No artigo “O ouro e o café na região de Iguaçu: da abertura de caminhos à implantação da estrada de ferro”, Oliveira (2004) destaca o posicionamento privilegiado da Baixada Fluminense. Ao mencionar o papel dos caminhos na região, ele se apoia nos estudos de Peres (1993; 2000)

para indicar as referências do espaço, as trocas de correspondência com a Coroa portuguesa e as particularidades do local, como: “[...] mesmo depois de abandonado este ‘Caminho Velho’, continuou durante todo o século XVIII a servir de escoadouro da produção colhida nos engenhos e fazendas de serra acima que descia em busca das águas da baía da Ilha Grande” (PERES, 1993 *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 9).

No texto de Tânia Amado de Almeida (2004), “Rio de Janeiro: desenvolvimento e retrocesso”, no qual aborda os processos de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro em relação ao entorno, especialmente a “Baixada da Guanabara”,⁸⁴ Peres (1996) também é citado. Para apresentar os caminhos, a autora diz: “[...] partindo do Rio de Janeiro, atingiam as “Gerais”, assim escreveu o historiador Guilherme Peres” (ALMEIDA, 2004, p. 56), e segue com a citação do autor sobre os processos do caminho do ouro na região. Peres também é citado em outros trabalhos, seja diretamente ou indiretamente, ao constar referências bibliográficas.

A sistematização das primeiras obras e os desdobramentos das leituras sobre o Local são multiplicados pelos agentes por meio de seus orientandos nas instituições locais, como expresso na na seção “Visões Universitárias” da revista. A partir da sua quarta edição, em 2004, apareciam alguns “frutos” das pesquisas realizadas, tanto na FEUDUC ou na UNIGRANRIO. Do mesmo modo, são identificados graduandos de outras instituições, como a UFF. A seção “Visões Universitárias” seria um espaço de integração das redes que os agentes estavam articulando e as escritas expressavam a simbiose dos estudos acumulados sobre a região. Assim, é possível identificar, nos artigos, referências aos trabalhos de Dalva Lazoni, Guilherme Peres, Marlúcia Souza Santos, Tania Amaro de Almeida, Gênese Torres, entre outros.

No artigo de Ângelo Marcio da Silva (2008, p. 67), “Xerém nos trilhos da estrada de ferro do Rio D’ouro”, publicado na revista,

84 Tania Amaro de Almeida define a Baixada da Guanabara como: “a região do entorno da Baía de Guanabara (indo de Cachoeira de Macaú à Itaguaí)” (ALMEIDA, 2004, p. 54).

ele destaca que: “este texto é objeto inicial de estudo para o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História na Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, no ano de 2008, sob orientação da professora Tania M. S. Amaro de Almeida”.

Assim, as publicações revelaram a atuação prática dos cursos de graduação, com produções de pesquisas desenvolvidas por alunos e ex-alunos das instituições locais, que desenvolveram trabalhos não apenas de TCC, mas em propostas de disciplinas das faculdades. O texto produzido por Cassandra Ribeiro e Ilna Cerqueira Montimór (2007), “Duas abordagens, um objeto – a Baixada Fluminense no século XIX”, foi resultado do “artigo apresentado no curso de História Local e Regional II, da Feuduc, 2006”. As autoras indicaram, como referências, textos da revista *Hidra de Igoassú* e da *Pilares da História*.

Na mesma edição, foi publicado o texto “Porto da Chacrinha”, de Leonardo Simião da Silva, Ângela Salvadora Nogueira e Antônia Cristina Gonçalves Peniche de Almeida (2006), graduados pela FEUDUC, um “artigo apresentado no curso de História Local e Regional I, da Feuduc, 2006. Localização do Porto da Chacrinha: Rodovia Washington Luiz (BR-040/ Rio - Petrópolis), na altura do bairro Jardim Gramacho, atrás do motel Nobre” (SILVA; NOGUEIRA; ALMEIDA, 2007, p. 61). O trabalho indicou fontes do instituto e uma bibliografia com referências a Genesis Torres, Tania Amaro de Almeida, Dalva Lazaroni, entre outros.

Já o texto de Elias da Silva Maia (2007, p. 55), “Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho – Aspectos da História Social”, foi “base para a Comunicação Livre apresentada no III Congresso de Professores e Pesquisadores da História da Baixada, dias 18, 17, 18 de setembro de 2005”. Ele representa os diálogos com outras instituições, já que era “Bacharel e Licenciado em História (UFF); Pós-graduando em História do Brasil (UFF)” (MAIA, 2007, p. 55). O trabalho não registrou referências bibliográficas.

Tanto as seções “Transcrição”, “Memória Viva”, “Iconografia” e “Visões Universitárias” simbolizam que o processo foi

constituído por continuidades e descontinuidades, também expressas nos congressos promovidos pelos agentes. Alguns textos da seção “Visões Universitárias” foram resultado das comunicações apresentadas nos congressos e fruto dos cursos realizados em turmas de graduação e pós-graduação. Percebe-se que os recém-formados ou os estudantes tinham como base as primeiras escritas sobre o território e recorriam às revistas para um acesso mais rápido das pesquisas recentes no período, fruto desses eventos e congressos.

De acordo com os entrevistados, o I Congresso de Professores e Pesquisadores de História realizado contou com a participação dos membros do IPABH, com a realização de “uma mesa central para eles” (ENTREVISTA ANTONIO AUGUSTO BRAZ, 22/01/2020). O segundo congresso indicava uma outra fase das pesquisas na cidade, e foi realizado no mesmo ano da criação da revista, em 2002, o que sugere o amadurecimento das ações com foco para a institucionalização universitária das pesquisas sobre a História local.

O II Congresso de Professores e Pesquisadores de História foi realizado na FEUDUC entre os dias 13 e 15 de setembro de 2002. A mesa de abertura contou com a participação dos professores doutores Flávio dos Santos Gomes e Márcia Maria Motta, que falaram da escravidão agrária e da pós-emancipação no Recôncavo da Guanabara; e da professora doutora Sônia Regina de Mendonça, que enfocou o tema Estado e políticas agrícolas no Rio de Janeiro pós-abolição. A escolha dos pesquisadores para essa abertura sugere como os agentes locais estavam buscando interlocutores em instituições renomadas e que estavam operando os significados do estudo sobre a história local e regional para a compreensão da sociedade brasileira.

Assim, os convidados das mesas do congresso representavam pesquisas e atividades que estavam em curso com o recorte regional e local, ou mesmo os professores que estavam orientando as pesquisas dos agentes da FEUDUC. De acordo com o panfleto do evento (*apud* ENNE, 2002, anexo), os convidados eram

integrantes de universidades locais, como UNIG, Santa Luzia e FEUDUC, e havia também convidados externos oriundos da UFF, UFRJ, FGV, UFRRJ e UERJ.

Algumas mesas especificaram a questão do local: “O local, o regional, o territorial. Temas para a investigação histórica?”, composta por Marco Antônio da Silva Mello (IFCS/UFRJ), Manoel Salgado Guimarães (IFCS/UFRJ) e Maria Aparecida Rezende Mota (APERJ); “Historiografia Regional e a Baixada Fluminense!”, com Virgínia Fontes (UFF), José Claudio de Souza Alves (UFRRJ) e MarluCIA Souza (FEUDUC); e “Ensino de História na e da Baixada Fluminense”, com coordenação de Jorge Luís Rocha (FEUDUC), e participação de Luiz Reznik (UERJ/PUC-RIO), Raquel Paz dos Santos (UNIG) e Luiz Alberto Bruno (UNIG).

A conferência de encerramento contou com a participação de Ana Lúcia Enne (Museu Nacional) e recebeu o título de sua tese *Lugar, meu amigo, é a minha Baixada*: memória, representações sociais e identidade. Pensar o lugar, suas lideranças e caminhos parecia central para os membros do congresso. Dessa forma, a escolha dos convidados sugere os caminhos e a solidificação do encaminhamento universitário aos estudos nas cidades, e o trabalho de Enne (2002), por mais que tenha promovido certa hierarquia entre os pesquisadores, também consagrou os diferentes agentes e agências envolvidos nas construções das escritas históricas sobre região.

Nessa perspectiva, a revista e as seções, principalmente a “Visões Universitárias”, promoveram a circulação de uma rede de eventos e atividades, que agregou novos e antigos pesquisadores, que mobilizaram os usos do acervo e o desenvolvimento das pesquisas. Discutir sobre a Baixada Fluminense implicou em um registro explicativo e informativo, no qual as primeiras produções foram necessárias para muitos estudantes e demais pesquisadores sobre o Lugar. Desse modo, as distintas apropriações sobre a região que estava em debate realizaram intensas conversas e usos.

O Instituto e a Revista como o instrumentos de legitimação das referências geográficas

Como já abordado, as indicações geográficas e suas especificidades são referências constantes dos pesquisadores, que elaboraram inúmeras e distintas leituras sobre o território, sob o ponto de vista político-administrativo, econômico, cultural e/ou social. Nesse sentido, consideramos que tratar da escrita da história local apresentada na revista como patrimônio significa considerar que as produções historiográficas promovidas pelo instituto, em especial, publicadas na revista, legitimam que os diferentes usos do Local pelos pesquisadores se propõem partir de uma base física territorial, mesmo quando essas referências são discursivas.

Assim, mesmo que a definição de Baixada Fluminense seja definida como um recorte do pesquisador, as leituras sobre a importância das bases geográficas do território não parecem questionáveis para eles. A ênfase aos chamados “caminhos” da região não é discutida, sejam os rios, as ferrovias e as estradas, e isso é algo que atravessa a escrita da história local sobre a Baixada Fluminense, como expresso no artigo “Os caminhos do Ouro na Baixada Fluminense”, de Marlucia Souza, Nielson Bezerra e Jeanne Cordeiro (2007, p. 8):

a pesquisa apresentada foi produzida a partir do *Projeto Estrada Real em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura do Município de Duque de Caxias*, o Laboratório de Arqueologia Brasileira e o Departamento de História da FEUDUC. O projeto foi coordenado pelos autores do texto (professores da FEUDUC) e alunos bolsistas da graduação de História da FEUDUC, no período de dezembro de 2005 a março de 2007. *O projeto consistiu no levantamento de fontes primárias e bibliográficas*, mapeamento dos relatos dos viajantes que atravessaram a Baixada Fluminense e de cartografia que permitisse um reconhecimento em campo dos traçados do Caminho de Garcia Paes ou do Pilar, levantamento arqueológico nos traçados do caminho novo e da Estrada do Comércio e a execução de traçados *para promover o turismo histórico na localidade* (grifo nosso).

O artigo apresenta os registros sobre levantamentos arqueológicos e reconhece que “o território que denominamos de Baixada

Fluminense já foi palco dos povos das conchas. Vestígios materiais da presença desses homens antigos podem ser encontrados no Sambaqui de São Bento e no de Iguaçu” (SOUZA; BEZERRA; CORDEIRO, 2007, p. 7). A utilização dos viajantes serviu como base para apresentar a vida dos indígenas e o processo de ocupação do território pelos portugueses. O artigo partiu do Projeto Estrada Real realizado em parceria com a Secretaria de Cultura do município de Duque de Caxias, com o laboratório de Arqueologia Brasileira e o Departamento de História da FEUDUC. Os autores coordenaram o projeto e contaram com a colaboração de alunos bolsistas da faculdade, no período de dezembro de 2005 a março de 2007. De acordo com eles:

o projeto consistiu no levantamento de fontes primárias e bibliográficas, mapeamento dos relatos dos viajantes que atravessaram a Baixada Fluminense e de cartografia que permitisse um reconhecimento em campo dos traçados do Caminho de Garcia Paes ou do Pilar, levantamento arqueológico nos traçados do caminho novo e da Estrada do Comércio e a execução de traçados para promover o turismo histórico na localidade (SOUZA; BEZERRA; CORDEIRO, 2007, p. 7).

O artigo realizou um diálogo com outros autores e indicou, nas referências bibliográficas, diferentes trabalhos, inclusive, os de Guilherme Peres, com *Os caminhos do Ouro* (1993); *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense* (1993), e *Caminho do Pilar, o pioneiro Caminho do Ouro* (2005).

O texto de Souza, Bezerra e Cordeiro (2007), na revista *Pilares da História*, indica como as escritas dos agentes são parte do processo desse encontro geracional, que compõem marcos patrimoniais da região, com diferentes abordagens do local para a consolidação de referências e a sistematização de material voltado, principalmente, para a capacitação de professores e para o desenvolvimento de novas pesquisas. Conforme registro dos agentes, os caminhos são parte dos vestígios que precisam ser preservados, assim:

os caminhos agora eram do trem e depois dos automóveis. Os caminhos são outros com o avanço do modelo urbano-industrial.

Entretanto ainda temos na Baixada Fluminense *alguns dos vestígios deixados pelos homens do tempo colonial e imperial que precisam ser preservados*. Conhecendo o nosso passado, poderemos nos reconhecer, constituir identidade coletiva que nos permita elos de pertencimento. Preservar o deixado por nossos ancestrais para lermos o nosso lugar, para compreendermos o que fomos, o que somos e o que queremos ser (SOUZA; BEZERRA; CORDEIRO, 2007, p. 20, grifo nosso).

Na busca de uma nova identidade patrimonial, tão discutida na ASAMIH, as escritas foram se consolidando sob bases das referências físicas e geográficas para a legitimação e a defesa da importância da pesquisa e da escrita sobre o território. Assim, a construção do discurso de um estudo sobre a Baixada Fluminense, pautado na invisibilidade historiográfica vivida devido ao prestígio atribuído ao Rio de Janeiro, fez fortalecer a consolidação de escritas imbricadas sobre os distintos usos do Local.

Pode-se afirmar que o uso do passado recorrente, tanto na revista aberta ao público geral quanto em uma revista especializada, fortaleceu a existência do grupo de historiadores na cidade preocupados em apresentar suas demandas políticas. O desenvolvimento das atividades e a participação ativa nas redes de decisão, por meio dos projetos e das demandas culturais do executivo, favorecem a sedimentação das escritas sobre o local em diálogo com as demandas do campo.

Nesse sentido, a revista *Pilares da História* expressa o potencial e a necessidade de investimentos em novas pesquisas e a expansão das produções, bem como a disposição de publicar as pesquisas recentes do período para os interessados sobre o local. Assim, ao mesmo tempo que as pesquisas possuíam um espaço de divulgação, elas passaram a legitimar uma revista especializada e valorizar o espaço de produção, o Instituto Histórico.

Considerações finais

Como apresentado na introdução do trabalho, meu interesse sobre os usos do passado na cidade de Duque de Caxias ocorreu durante o mestrado, mas minha trajetória de estudos e trabalho na cidade me colocou em contato com muitos pesquisadores e com a prática de ensino e pesquisa sobre a história local bem antes disso. Participei de cursos de formação e de estudos de campo pela Baixada Fluminense; me inseri em grupos de pesquisas na FEUDUC, desde 2000; apresentei trabalhos em congressos promovidos pelos historiadores da instituição. Assim, posso dizer que assisti de perto aos investimentos para o desenvolvimento de pesquisas sobre a história local/regional, e sou, inclusive, resultado e produto desse processo. Na atualidade, sou membro do “A cor da Baixada” e do grupo Ehe-lo de Estudos de História da Educação Local.

Acompanhar e participar dessas atividades reforçam, para mim, o quanto os pesquisadores, ao longo do tempo, realizaram diferentes esforços para o desenvolvimento do reconhecimento e da valorização da história local. Tais ações foram atravessadas por muitas demandas e interesses no campo educacional e cultural, e os agentes locais são impactados e impactam a consolidação de projetos políticos por meio de suas produções historiográficas.

As entrevistas, o conjunto de autores escolhidos, as partilhas e as lembranças de atuação dos agentes na região foram emocio-

nantes, repletos de recordações alegres, mas também de apontamentos de muitas disputas, seja entre os membros ou com o poder público. Fui bem acolhida pelos entrevistados, recebi indicações de materiais, ganhei livros, saboreei cafés e coalhadas, recebi muitas e diferentes sugestões de como realizar minha pesquisa. Sim, não só a proximidade permitiu críticas e sugestões, como também as atuações de cada um geraram reflexões sobre os seus lugares de pesquisas e expectativas de como a minha tese poderia seguir, ou seja, eles foram “fontes” acolhedoras e provocativas, no melhor sentido da palavra.

O que quero dizer, ao pontuar o significado das entrevistas, é que as pessoas com quem tive contato são minhas referências de estudo e de trabalho sobre história local e, claro, que o respeito por elas ultrapassa as dimensões acadêmicas, pois está no campo afetivo. Fui aluna de muitos deles, participei de projetos com alguns, fui orientada por outros.

Falar dos afetos é dizer que os agentes entrevistados representavam não apenas suas produções, mas também suas atuações profissionais e as motivações que os fazem continuar envolvidos com a pesquisa e o ensino de história local, logo, eles divergem sobre muitos pontos. A presente tese teve como propósito identificar como a atuação deles é herdeira de uma cultura histórica que envolve muitas histórias cruzadas. Os agentes promoveram muitas continuidades e descontinuidades, parte do processo de consolidação das pesquisas sobre a história local/regional na atualidade.

O enfoque do trabalho privilegiou o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e um grupo de pesquisadores que participou da criação da ASAMIH, em 2001, e esteve envolvido com práticas autorais fora dos centros consagrados de produção do conhecimento histórico. Isso nos permitiu compreender como os debates da escrita da história são assimilados e utilizados na construção de suas narrativas.

A partir da criação do Instituto Histórico, em 1971, a abordagem do estudo considerou o impacto da instituição para atua-

ção dos historiadores e os desdobramentos para os significados da história local. Entre os processos de profissionalização da História, envoltos em tensões de continuidade de práticas historiográficas antiquárias, os debates sobre o modo de fazer história estavam presentes nas discussões que permitem perceber os usos do passado e a construção de discursos identitários locais.

Desse modo, o Instituto Histórico foi o agregador significativo para o desenvolvimento dos projetos políticos dos agentes. Inicialmente, ele cumpriu um papel de consolidar uma memória da “Cidade Progresso”, por meio de comemorações e homenagens aos representantes da sociedade civil e militar. As atividades promovidas pela instituição estavam alinhadas aos eventos de valorização do IHGB e à representatividade do instituto para o regime político. Os jornais locais, *O Municipal* e *Luta Democrática* acompanharam as comemorações do Sesquicentenário da Independência. Tais acontecimentos devem ter influenciado a nomenclatura da instituição, que foi inaugurada somente em 1973, em meio às comemorações, bem como as demandas de memórias fluminenses com a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975.

Durante os primeiros anos de existência do instituto, as comemorações, as premiações reuniram civis e militares agregaram a presença de lideranças da cidade. O enquadramento de Duque de Caxias como Área de Segurança Nacional mobilizou o legislativo da cidade para ações de memória, com destaque para a importância do Instituto Histórico, que estava localizado no subsolo da Câmara Municipal e sob a administração direta desse poder.

Uma das particularidades da instituição é sua criação a partir do legislativo e a ausência de um corpo social definido. Assim, em seus anos iniciais, o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias cumpriu um papel de solidificar um discurso de cidade pacífica, pautada na figura do patrono da cidade, o Duque de Caxias. No entanto, ao longo dos anos, se assistiu a uma dificuldade de continuidade de atividades e sua própria manutenção.

Na década de 1990, o instituto ensaiou a participação de mais pesquisadores no espaço, por meio de uma agremiação, mas que só se configurou, de fato, uma década depois, em 2001. Sob a direção de Maria de Jesus e a atuação técnica de Tania Amaro de Almeida, o instituto iniciou um processo de “avivamento” do acervo. A preocupação técnica exigiu uma atuação firme para assegurar a permanência do instituto e, com a criação da ASAMIH, em 2001, ocorreu uma “simbiose” entre o Instituto Histórico e a associação de amigos. Para isso, foram convidados nomes importantes para a política local e historiadores que já orbitavam em outros institutos e/ou que atuavam na FEUDUC, o que fez da ASAMIH um ato político para assegurar a existência do instituto dentro da Câmara Municipal.

A organização da associação promoveu um encontro geracional entre os agentes e, por meio da análise das obras do grupo selecionado, foi identificado que as escritas realizadas na Baixada Fluminense permaneceram influenciadas pelas primeiras produções sobre o território.

As análises das primeiras obras realizadas sobre a região de “Iguaçu” reforçam que são produções dentro de um tempo e um espaço. Elas foram publicadas em eventos comemorativos e ligadas aos interesses do poder público, ao passo que respondiam às demandas de leitura sobre a região e apresentavam as contribuições da história local aos interesses do registro sobre a nação. Dentro de uma perspectiva do projeto fluminense, a partir da criação de órgãos geográficos, se justificava a manutenção de dados estatísticos, com ênfase em toponímia.

Nessa perspectiva, as primeiras escritas sobre a região, que receberam incentivos locais para sua publicação, são frutos de um universo de expectativas sobre a relação entre a Geografia e a História, o que evidencia as conexões entre o meio e o passado. A história local oferecia a possibilidade de análise do processo de revitalização política e econômica desejado no período (FERNANDES, 2009).

Essa abordagem com foco entre a História e a Geografia é observada nas produções sobre a Vila de Iguacu, com os livros de Mattoso Maia Forte (1933), Ruy Afrânio (1968) e Waldick Pereira (1970), e se mantém nas obras analisadas de José Lustosa (1958) e Dalva Lazaroni de Moraes (1978), sobre Duque de Caxias. Os autores das obras sobre Duque de Caxias mantêm um registro sobre a região, de modo geral, e destacam não apenas as potencialidades dos rios e das ferrovias no município, mas de todo o território ao longo do tempo.

Ao utilizar a chave dos “caminhos”, os autores deixam marcas de leituras sobre a região que se verifica nas escritas recentes. Com isso, recorrem às fontes oficiais, em especial, aos relatórios das províncias, documentos do próprio IHGB, relatos dos viajantes e informações do IBGE, o que solidifica as bases de uma escrita com ênfase nas relações entre a História e a Geografia. Desse modo, as disputas de memórias, dos agentes herdeiros e atuantes na cultura histórica da região, e os projetos sobre a escrita da Baixada Fluminense foram se consolidando no direcionamento do debate sobre os patrimônios da cidade.

Os estudos desenvolvidos no contexto da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em diferentes áreas do conhecimento, realizaram um fluxo de pesquisas sobre a região metropolitana do Estado com perspectiva problematizadora das condições estruturais do território. No âmbito local, os agentes mais direcionados à historiografia acadêmica se posicionaram em oposição às primeiras escritas sobre a região, ao destacá-las como narrativas idílicas.

No entanto, o que se verificou foi uma certa apropriação dessas pesquisas para ressignificar os aspectos geográficos. Assim, o conceito de Baixada Fluminense foi se constituindo a partir dos registros sobre o território, que, a partir dos anos 1970 e 1980, se direcionaram para uma abordagem da invisibilidade da região diante de uma estigmatização da Baixada Fluminense. Os investimentos estaduais com foco no patrimônio, nos anos 2000, favoreceram as produções com a afirmação de uma identidade territo-

rial da Baixada Fluminense, diante do processo de invisibilização no contexto estadual que promoveu uma condição periférica.

Na busca de uma nova identidade patrimonial, tão discutida na ASAMIH, as escritas foram se consolidando sob bases das referências físicas e geográficas para a legitimação e a defesa da importância da pesquisa e da escrita sobre o território. Assim, a construção do discurso de um estudo sobre a Baixada Fluminense pautado na invisibilidade historiográfica vivida, devido ao prestígio atribuído ao Rio de Janeiro, fez fortalecer a consolidação de escritas imbricadas sobre os distintos usos do Local.

A ASAMIH promoveu uma “rede de confiabilidade” entre os membros e direcionou as atividades e os projetos com orientações teóricas pautadas na concepção de patrimônio vinculadas às demandas mais recentes de memória e ao chamado “dever de memória”, que materializa a “nova noção de identidade do patrimônio” desejada pelos membros oriundos da FEUDUC.

Sob a chave do patrimônio, a ASAMIH estimulou o diálogo entre a história e a memória, e alimentou a relação dos agentes com leituras e releituras do passado da cidade, expressas em projetos políticos na cidade e registradas nas pesquisas realizadas. À medida que as demandas estaduais e nacionais se alteravam, muitas respostas e ações atingiram a cidade e repercutiam em leis locais, como a própria Lei Orgânica do Município de 1990 (DUQUE DE CAXIAS, 1990), que incorporou as demandas da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) sobre o Patrimônio Cultural Nacional para os bens de natureza material e imaterial.

O debate sobre o patrimônio que esteve em destaque na instituição revela as potencialidades do “velho” e do “novo”, e passa de uma simbiose dos espaços para uma simbiose historiográfica. De acordo com Hartog (2015), depois da memória, o patrimônio seria o seu “*alter ego*”, que se universalizou nos anos 1990. A questão sobre de qual regime de historicidade o patrimônio seria herdeiro se aplica aos usos do debate desenvolvidos pelos agentes, o que reforça o deslocamento da ideia de história-memória

à história-patrimônio. O patrimônio seria uma forma de conservação e uma obrigação no chamado “dever de memória”, ou “um convite à anamnese coletiva” (HARTOG, 2015, p. 195). Assim, o patrimônio definiria o que somos hoje, ou seja, uma manifestação presentista, na qual o futuro representaria uma ameaça.

Em 2008, a ASAMIH, por meio do Projeto “Tecendo as Ações no Presente. Construindo a Cidadania do Futuro”, tornou-se ponto de cultura estadual e passou a receber verbas com foco em atividades culturais. Conforme registro da diretora, Tania Amaro deAlmeida, o projeto promoveu um aumento da dinamização do uso do acervo do instituto e a divulgação de pesquisas sobre a região.

As produções que seguiram as orientações acadêmicas de escrita, especialmente com os membros da FEUDUC, seguiram uma perspectiva da história-patrimônio, com uma proposta de pensar a relação entre território e memória diante do “dever da memória” ou mesmo do “direito à memória”. Sob a chave do patrimônio também foram possíveis narrativas, principalmente realizadas pelos membros do antigo IPABH, na perspectiva de uma história-memória, ou seja, na abordagem de olhar o passado na condução do futuro e de operar com o reconhecimento, a valorização e a preservação dessas memórias.

A simbiose historiográfica promovida pelos agentes por meio da ASAMIH é identificada nas obras dos membros selecionados da ASAMIH, com especialização em História e com livros publicados com foco na Baixada Fluminense. Consideramos que as produções desses agentes, em revistas locais ou em dissertações, receberam estímulos de divulgação e de publicação a partir da criação da ASAMIH e da valorização do uso do acervo. Isso é expresso no volume de publicações, que aumentaram a partir dos anos 2000, no contexto de projetos estaduais com foco patrimonial. Assim, as diferentes gerações presentes no espaço puderam divulgar suas pesquisas e apresentar seus modos de escrita sobre a Baixada Fluminense.

As produções sobre a história local revelaram que o encontro geracional promoveu muitas continuidades e discontinuidades no modo de fazer história. Os membros oriundos do IPABH estavam alinhados a uma perspectiva historiográfica das produções locais condizentes com as realizadas entre os anos de 1930 e 1950, ou seja, sem um caráter metodológico. De acordo com Fernandes (2009, p. 204), as produções históricas realizadas entre as décadas de 1930 e 1950 possuíam uma dupla função: apresentar a capacidade humana de transformar sua vida; e uma função pedagógica, para além do espaço escolar, com foco em formar uma consciência histórica, ou seja, “a verdadeira história local deveria proporcionar-lhes a ideia de continuadores da obra pretérita”.

A geração oriunda da FEUDUC desenvolveu uma produção vinculada às demandas patrimoniais associadas à Museologia Social. Muitos dos agentes estiveram envolvidos com a criação do MVSB e realizaram ações com demandas de uma construção simbólica, com a evocação de um “passado sensível”, dentro da perspectiva de Hartog (2015), e de um investimento na patrimonialização na busca de identidade.

No diz respeito à periodização, os membros que ingressaram nos cursos de pós-graduação, da geração oriunda da FEUDUC, por mais que tenham produzido suas dissertações ou teses com recortes específicos, como as freguesias ou os municípios, não abandonaram um formato de apresentar uma história da Baixada Fluminense no sentido mais amplo, com o estabelecimento de uma conexão entre a região e as demandas fluminenses. A produção de história local sobre a Baixada Fluminense foi se configurando com uma abordagem de síntese, sob a demanda patrimonial que pretendia afirmar a função de compromissos com o local e a aplicabilidade de ações sensíveis ao território.

A recorrência dos “caminhos” e os vínculos entre a História e a Geografia foram marcas dos trabalhos em ambos os grupos, que apresentaram muitas imagens dos estudos de campo realizados por eles para as suas produções. Mesmo com diferentes leituras sobre os espaços, essas imagens representaram os investimen-

tos dos agentes para trazer o cotidiano para as obras e, com isso, a monumentalização dos espaços. As escritas tangenciam as ações das práticas patrimoniais associadas ao ensino da história local realizado pelos membros, bem como reforçam que serviam para ambos os grupos.

Os agentes também mantiveram o estudo sobre alguns ícones da região que chegaram ao território, o que demarca a cidade como um lugar de acolhida. Guilherme Peres enfatizou os tropeiros e seus estudos serviram como base para outros pesquisadores, especialmente, para as referências do período colonial (ENTREVISTA GUILHERME PERES, 07/05/2018). Outros estudos se fixaram nos que ficaram, especialmente os migrantes, como Tenório Cavalcanti; ou, como no caso dos estudos mais recentes, com Joãozinho da Goméia, conforme registrado por Rogério Torres (2012, p. 8), ao dizer que Duque de Caxias era “disputada pelo Pacificador, por Tenório e Joãozinho da Goméia no início dos anos 50”. Assim, com abordagens distintas, os agentes registram, em suas produções, como os protagonistas de seus interesses, na produção da história local, são um amálgama das demandas de cada contexto e das motivações pessoais, o que forja símbolos para a cidade.

Na dinâmica entre lembrar e esquecer, os agentes da ASAMIH dialogam com membros atuantes na cidade, como Carlos de Sá Bezerra, fundador da revista *Caxias Magazine*, em 1985. A revista, direcionada ao grande público, contribuiu para a consciência histórica da região, no sentido de fortalecimento de símbolos identitários e do direcionamento de políticas de memória, principalmente em eventos de comemorações da cidade.

Assim, a criação da revista *Pilares da História*, pela ASAMIH, refletiu essa continuidade de uma história pública. A revista especializada, mesmo sendo resultado do interesse da sociedade civil, a ASAMIH, tem sua produção com recursos públicos e é distribuída gratuitamente. O periódico marcou a coexistência e as disputas dos membros, o que solidificou os interesses da rede envolvida em um projeto baseado na estratégia coletiva de produção rápida.

Por meio do periódico, foi possível identificar as imbricações dos regimes historiográficos, bem como o potencial e a necessidade de investimentos em novas pesquisas e a expansão das produções

Desse modo, a partir do enfoque sobre a criação do Instituto Histórico e a articulação política de um grupo de pesquisadores que participaram da criação da ASAMIH, caminhamos para um debate sobre a escrita da história local em uma perspectiva presentista, marcado por muitas “heranças e filiações”. O direcionamento da história local em Duque de Caxias seguiu incentivando os usos do acervo do Instituto Histórico, e a ASAMIH foi um passo para a divulgação da dinamização do acervo e para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre história local e regional.

Referências

Fontes

Entrevistas

Alexandre dos Santos Marques. Entrevista concedida a Autora. Duque de Caxias, 27 jan. 2020.

Antonio Augusto Braz. Entrevista concedida a Autora. Duque de Caxias, 22 jan. 2020. Guilherme Peres. Braz. Entrevista concedida a Autora. Duque de Caxias, 7 jan. 2018. Marlucia Santos de Souza. Entrevista concedida a Autora. Duque de Caxias, 23 jan. 2020. Maria de Jesus Lima. Entrevista concedida a Autora. Paty de Alferes, 12 fev. 2020.

Nielson Rosa Bezerra. Entrevista concedida a Autora. Duque de Caxias, 20 jan. 2020. Rogério Torres. Entrevista concedida a Autora. Rio de Janeiro, 7 fev. 2020.

Tania Amaro de Almeida. Entrevista concedida a Autora. Duque de Caxias, 6 fev. 2020.

Relatórios

BRAGA, Gladis. Conjunto de periódicos com texto de apresentação sob o título: “Ação Educativa no Instituto Histórico de Duque de Caxias 1991-1996 - Testemunho da Imprensa”. In: AGUIAR, Sandra M. de. *Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” uma História, um nome. Duque de Caxias*. 2003. Monografia (TCC em História) – FEUDUC, Duque de Caxias, 2003.

ALMEIDA, T. M. da S. A. *Relatório. Ponto de Cultura Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Projeto “Tecendo as ações no presente. Construindo a cidadania do futuro”*.

ASAMIH 2016. Duque de Caxias: IH (CMDC), 2016.

ALMEIDA. T. M. da S. A. *Relatório de atividades do IHCMDC de 2009 a 2015*. Duque de Caxias: IH (CMDC), 2016.

ALMEIDA. T. M. da S. A. *Relatório. Ponto de Cultura Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Projeto “Tecendo as ações no presente. Construindo a cidadania do futuro”*.

ASAMIH 2016. Duque de Caxias: IH (CMDC), 2016.

Autorização de 13 de abril de 1971 para abertura do IH (CMDC). Duque de Caxias: IH (CMDC), 1971.

Estatuto Social da ASAMIH. Duque de Caxias: IH (CMDC), 2005.

Atas

ASAMIH. Atas de março, junho e agosto 2003. Duque de Caxias: IH, 2003. (Acervo IH-CMDC)

ASAMIH. Atas de junho 2005. Duque de Caxias: IH, 2005. (Acervo IH-CMDC)

Periódicos

Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital Brasileira)

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 02 de setembro de 1972. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. (Acesso em: 11 jan. 2020.)

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 01 de fevereiro de 1973. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. (Acesso em: 11 jan. 2020.)

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA 2 de fevereiro de 1973. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. (Acesso em: 11 jan. 2020.)

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 04 de maio de 1973. JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 02 de setembro de 1972. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. (Acesso em: 11 jan. 2020.)

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 28 de fevereiro de 1975. JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 02 de setembro de 1972. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. (Acesso em: 11 jan. 2020.)

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 18 de maio de 1975. JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA, 02 de setembro de 1972. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. (Acesso em: 11 jan. 2020.)

Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias

JORNAL MUNICIPAL, 3 de novembro de 1972. (Acervo do Instituto Histórico da CMDC) JORNAL MUNICIPAL, 25 de agosto de 1980. (Acervo do Instituto Histórico da CMDC) JORNAL MUNICIPAL, 08 a 15/12/2000, p. 6). (Acervo do Instituto Histórico da CMDC) JORNAL MUNICIPAL, 08 a 22/06/2001. (Acervo do Instituto Histórico da CMDC)

Documentos eletrônicos

Bens tombados em Duque de Caxias. Disponível em: <<https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=754/>>. (Acesso em 15 fev. 2021.)

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº. 5.449, de 4 de junho de 1968, de 4 de junho de 1968. Dispõe sobre os municípios considerados de Interesse de Segurança Nacional. Brasília/DF: Casa Civil da Presidência da República/Diário Oficial da União, 1968.

Conselho deliberativo da ASAMIH, 2011-2012 e 2013-2014. Disponível em: <http://amigosinstitutohistoricodc.com.br/?page_id=296/>. (Acesso em: 7 jul. 2020.)

Currículos Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4204185D4/>>. (Acesso em: 12 dez. 2018.)

Dados estatísticos de Duque de Caxias. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/23/25207?tipo=ranking/>>. (Acesso em: 22 jul. 2019.)

Dados do Acervo Joãozinho da Gomeia. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452/>. (Acesso em 15 fev. 2021.)

Dados de Peixoto Filho. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-filho-jose/>>. (Acesso em: 2 mar. 2020.)

DUQUE DE CAXIAS. *Lei Orgânica do Município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: CMDC, 1990. Disponível em: <<https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=3230#:~:text=Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADtica%20Administrativa,Art.,Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Estadual/>>. (Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.)

Quadro social do IHGB. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/ihgb/quadro.html/>>. (Acesso em: 26 dez. 2018.)

Mandatos de José Camilo Zito. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452/>. (Acesso em: 17 set. 2020.)

Mandatos de Washington Reis. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452/>. Acesso em: 17 set. 2020.)

Tombamento da Escola Dr. Alvaro Alberto. Disponível em: <<https://centrodememoriadaeducacao.com/atividades/794-2/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.)

Fontes bibliográficas

ALMEIDA, T. M. da S. A.; MARQUES, A.; TORRES, R. Seção Transcrição. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano II, n. 3, p. 54-62, dez. 2003.

ALMEIDA, T. M. da S. A. Nota sobre o Instituto Histórico. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 7-10, out./dez. 2002.

ALMEIDA, T. M. da S. A. Rio de Janeiro: desenvolvimento e retrocesso. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano III, n. 4, p. 54-71, maio 2004.

ALMEIDA, T. M. da S. A. *Olhares sobre uma cidade refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias*. 1. ed. Duque de Caxias: ASAMIH, 2014. 232p.

ALMEIDA, T. M. da S. A. Por “trilhas, roteiros e legendas de uma cidade chamada Duque de Caxias”: memórias e representações de Francisco Barboza Leite (1950-1990). 1. ed. Duque de Caxias: ASAMIH, 2019. 356p.

ALMEIDA, T. M. da S. A.; TORRES, R. Seção Transcrição. *Pilares da História*, Duque de Caxias, Ano II, n. 2, p. 61-68, mai. 2003.

BARROS, N. A. G. de. Fazenda São Bernardino: um marco na história iguaçuana. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 45-46, out./dez. 2002.

BARROS, N. A. G. Prefácio. In: PERES, G. *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense*, Duque de Caxias: SHAOVAN Gráfica Ltda., 2000, p. 7-8.

BRAZ, A. A. Memória viva: uma apresentação. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 96-100, out./dez. 2002.

BRAZ, A. A. Seção Memória Viva: uma apresentação. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 95-99, out./dez. 2002.

BRAZ, A. A.; ALMEIDA, T. M. da S. A. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010. 128p.

BEZERRA, C. de S. Editorial. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 1, ago. 1984.

BEZERRA, C. S. Editorial – Uma cidade com meio século de existência. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano IX, n. 108, p. 1, set. 1993.

BEZERRA, C. S. Editorial. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n.

6, p. 1, fev. 1985.

BEZERRA, C. S. Crônica – Caxias: rumo ao futuro promissor. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano IX, n. 108, p. 3, set. 1993.

BEZERRA, N. R. Tensões e interações das relações sociais em torno do regime escravista na freguesia de Santo Antônio da Jacutinga. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano II, n. 2, p. 7-18, maio 2003.

BEZERRA, N. R. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)*. 1. ed. Niterói: EdUFF, 2008. 156p.

BEZERRA, N. R.; BORRALHO, J. H.; GALVES, M. C. (Orgs.). *Pontos, contrapontos não desvendados: os vários tecidos sociais de um Brasil Oitocentista*. 1. ed. São Luís: EdUEMA, 2011. 222p.

BEZERRA, N. R.; SOARES, M. C. *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVI-XIX*. 1. ed. Niterói-RJ: EdUFF, 2011. 252p.

BEZERRA, N. R. *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. 1. ed. Duque de Caxias-RJ: Clio-INEPAC, 2011. 176p.

BEZERRA, N. R. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara*. 1. ed. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2012. 200p.

BEZERRA, N. R. *Nas sombras da diáspora: patrimônio e cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense*. 1. ed. Duque de Caxias-RJ: APPH-Clio, 2013. 412p.

BEZERRA, N. R.; ROCHA, E. P. (Orgs.). *Another black like me: the construction of identities and solidarity in the African Diaspora*. 1. ed. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2015. 230p.

BEZERRA, N.R. Memórias centenárias: Joãozinho da Gomeia e o Museu Vivo do São Bento. *mimeo*, 2021.

DUQUE DE CAXIAS. Secretaria Municipal de Educação. *Material de apoio ao Estudo 2*. Grupo de Estudos da História Local e Regional – Baixada Fluminense e Município de Duque de Caxias. Duque de Caxias: Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias, 2009.

Exposição de documentos mostra a História de Caxias. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano VII, n. 84, p. 6, ago. 1991.

FORTE, J. M. M. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & C., 1933. 133p.

FREIRE, E. A. de A.; TORRES, R. *O Coronel Elyseu e o seu tempo*. Duque de Caxias: Editora Renascer, 2009. 227p.

HB, Heraldo. *O cerol fininho da Baixada*. Histórias do Cineclube Mate com Angu. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013. 236p.

Juberlan quer governar com o povo, sem violência, sem rancor e sem ódio. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano II, n. 16, p. 4-6, dez. 1985.

LACERDA, S. *Antes que o tempo apague*. Rio de Janeiro: Portal Literário Editora, 2007.

LACERDA, S. J. da S. A emancipação política do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão). *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano II, n. 3, p. 9-27, dez. 2003.

LACERDA, S. J. da S. *Caxias de ontem*: um pouco de memória. Rio de Janeiro, RJ: Fábrica de Livros – SENAI/RJ, 2003.

LACERDA, S. J. da S. Primeiros tempos da Feira de Arte no Calçadão de Duque de Caxias – 1976 (Registros e Memória). *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 59-78, out./dez. 2002.

LACERDA, S. J. da S. *Tempos de ginásio*. Rio de Janeiro: Edições Lorena, 2010.

LACERDA, S. J. da S. *Uma passagem pela Caxias dos anos 1960* (Fragmentos de memória e registros diversos). Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.

LEITE, B. Abertura “62 – o ano do quebra-quebra – ou quando a fome é má conselheira”. In: TORRES, R.; MENEZES, N. *Sonegação, fome e saque*. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1987. s.p.

Luís Alves, o guerreiro gentil. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 11, p. 8-12, ago. 1985.

LUSTOSA, J. *Cidade de Duque de Caxias*. Desenvolvimento histórico do município – dados gerais. Rio de Janeiro: Serv. Gráfica do IBGE, 1958. 275p.

Mapa de Duque de Caxias. *Pilares da História*. Duque de Caxias, ano 18, n. 18, contracapa, dez. 2019.

MARQUES, A.; ALMEIDA, T. M. da S. A., BRAZ, A. A.; COELHO, E. *História de uma nova igreja*: Jubileu de Prata da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. 1. ed. Duque de Caxias Renascer, 2006. 136p.

MARQUES, A. dos S. Centro de Memória: caminhos e descaminhos na produção da História da Baixada Fluminense. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 79-93, out./dez. 2002.

MARQUES, M. Secretaria de Cultura: uma necessidade premente em Duque de Caxias.

Caxias Magazine, Duque de Caxias, ano 1, n. 8, p. 38-39, abr. 1985.

MARQUES, M. Tenório Cavalcanti – o outro lado da capa preta. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 5, p. 12-14, jan. 1985.

MONTEIRO, M. A. Prefácio I. Baixada Fluminense. In: TORRES, G

(Org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. 2ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008, p. 3.

MORAES, D. L. de. *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: Arsgráfica, 1978. 352p.

MORAES, D.L. de. *Quilombos e Tiradentes na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: EditoraCodpe, 1991.69p.

MORAES, D. L. de. *O município de Duque de Caxias: sua terra, sua gente, sua economia*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990. 100p.

MORAES, D. L. de. *Mate com angu*. A história de Armanda Álvaro Alberto. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2010. 600p.

NASCIMENTO, A. B. O Duque de Caxias não era o Lima e Silva. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 6, p. 6-8, fev. 1985.

OLIVEIRA, R. da S. O ouro e o café na região de Iguaçu: da abertura de caminhos à implantação da estrada de ferro. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano III, n. 4, p. 7-21, mai 2004.

PEIXOTO, R. A. *Imagens iguaçuanas*. Nova Iguaçu: Edição do Autor, 1960. 180p.

PEREIRA, W. Cana, Café e Laranja: História econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

PEREIRA, W. *A mudança da vila: história iguaçuana*. Nova Iguaçu: IBGE, 1970. 163p.

PERES, G. *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense – ensaio*. Duque de Caxias: Shaovan Gráfica Ltda., 2000. 77p.

PERES, G. *Baixada Fluminense: um lugar do passado*. Duque de Caxias: IPABH, 2007. PERES, G. *Os caminhos do ouro*. Rio de Janeiro: Impresso no Brasil, 1993.. (Ensaio) PERES, G. *Perfis meritienses*. [N.l.]: s.d., 2011.

PERES, G. *Queimados: uma história da cidade*. São João de Meriti: IPABH Editora, 2008. 65p.

PERES, G. *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: Shaovan Gráfica Ltda., 2000. 77p. (Ensaio)

Prefeitáveis na reta de chegada. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano II, n. 14, p. 4-7, out. 1985.

OLIVEIRA, R. da S. O ouro e o café na região de Iguaçu: da abertura de caminhos à implantação da estrada de ferro. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano III, n. 4, p. 7-21, mai. 2004.

REGINA, L. Um Instituto e nossa História. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 11, p. 6, ago. 1985.

SESC Rio. Prefácio II. A construção de uma história. In: TORRES, G. (Org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. 2ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008, p. 4.

SILVA, H. M. B. da. A emancipação política do município de Duque de Caxias. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano II, n. 3, p. 28-36, dez. 2003.

Solenidade e coquetel marcam o lançamento de CAXIAS MAGAZINE. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 2, p. 12-14, set. 1984.

SOUZA, M. dos S. Memória da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano II, n. 3, p. 37-53, dez. 2003.

SOUZA, M. dos S.; BEZERRA, N.; CORDEIRO, J. Os caminhos do ouro na Baixada Fluminense. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 6, n. 7, p. 7-21, maio 2007.

SOUZA, M. dos S. *Escavando o passado da cidade: História Política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014. 228p.

Tenório Cavalcanti: histórias que a história não contou. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano IX, n. 108, p. 14-15, set. 1993.

TORRES, G. A saga dos Serfaditas: Cristãos Novos na Baixada Fluminense – Séculos XVII e XVIII. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ano I, n. 1, p. 17-44, out./dez. 2002.

TORRES, G. (Org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008. 272p.

TORRES, R. *Caxias de antigamente*. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2012. 310p. TORRES, R. *Carta para Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Lorena, 2018. 337p.

TORRES, R. O cinema em Duque de Caxias. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano XI, n. 127, p. 24, abr./mai. 1995. (Coluna História)

TORRES, R. O competente Waldick Pereira. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano XI, n. 123, p. 29, dez. 1994. (Coluna História)

TORRES, R. O quebra-quebra. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano XII, n. 131, p. 60, ago. 1995. (Coluna História)

TORRES, R. O negro e a princesa. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano XI, n. 128, p. 50-51, jun. 1995. (Coluna História)

TORRES, R. Voando sobre o Iguaçu. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano XI, n. 124, p. 34, jan. 1995. (Coluna História)

TORRES, R.; LACERDA, S. *Pelos caminhos que a História deixou: passeios culturais aos principais sítios e monumentos históricos de Duque de Caxias e*

municípios circunvizinhos (1992-1994). Duque de Caxias, RJ: Renascer, 2004. 165p.

TORRES, R.; MENEZES, N. *Sonegação, fome e saque*. Duque de Caxias: Edição do Consórcio de Administração de Edições, 1987.

TUPINAMBÁ, T. Prefácio “A saga de dois guerreiros”. In: TORRES, R.; MENEZES, N. (Orgs.). *Sonegação, fome e saque*. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1987, s.p.

Um personagem místico nas telas de cinema: Tenório Cavalcanti. *Caxias Magazine*, Duque de Caxias, ano I, n. 7, p. 4-6, mai. 1985.

VELHO, L. C. *Caxias, ponto a ponto* (1953-1957). Duque de Caxias: Agora, 1965. 143p.

Bibliografia

ABREU, A. A. et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. [on-line]

ASSIS, M. *Esau e Jacó*. 12 ed. São Paulo: Editora Ática, 1999. 192p.

ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 178p. (Edição Kindle)

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 376p.

ALEXANDRE, M. L. B. da S. *Um cenáculo de letrados: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)*. 2015. 207f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

ALVES, J. C. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2002. 197p.

AGUIAR, S. M. de. *Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto”: uma história, um nome*. 2003. Monografia (Graduação em História) – FEUDUC, Duque de Caxias, 2003.

ALMEIDA, T. M. da S. A. Instituto Histórico: 40 anos de História. *Pilares da História*, Duque de Caxias, ed. especial, p. 7-16, out. 2013.

ALMEIDA, T. M. da S. *Por “trilhas, roteiros e lendas de uma cidade chamada Duque de Caxias”: memórias e representações de Francisco Barboza Leite (1950-1990)*. 2017. XXf. Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2017.

AZEVEDO, P. da S. A formação de um lócus: o IHGRN e seus sócios fundadores. In: ANPUH - BRASIL - 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HIS-

TÓRIA, 30., 2019, Recife. *Anais [...]*. Recife: Associação Nacional de História, 2019, p. 1-11.

BARROS, J. D. A. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, p. 95-129, 2005.

BARROS, J. D. A. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004. 222p.

BARROS, J. D. A. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 319p.

BARROS, J. D. A. *História, espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. 222p.

BARROS, J. D. A. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. *Revista Secuencia*, v. 103, p. 1-30, ene./abr. 2019.

BARROS, Manoel de. *Meu quintal é maior do que o mundo: antologia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 138p.

BENTIVOGLIO, J. Revistas de História: objeto privilegiado para estudar a História da Historiografia? In: BENTIVOGLIO, J.; ARRAIS, C. A. (Orgs.). *As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 7-30.

BEZERRA, N. R.; LAURENTINO, E. José Lustosa e a memória da cidade: a escrita como patrimônio. Duque de Caxias, 1958. *Pilares da hHstória*, v. 18, p. 15-22, out. 2019.

BEZERRA, N. R. Joãozinho da Gomeia e o Museu Vivo do São Bento. *Revista Periferias*, Duque de Caxias, 2021. [no prelo]

BILAC, O.; BONFIM, M. *Através do Brasil: prática da língua portuguesa; narrativa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 424p.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. Paulo: Cortez, 2009. 408p.

BONALDO, R. Um fardo do presente? O jornalista entre a história e a memória. In: MAGALHÃES, M. et al. (Orgs.). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 5.245-5.767.

BORRALHO, J. H. de P. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IGHM): patrimônio, memória e história como princípios de perpetuação da imagem de um maranhão grandioso. *Revista Patrimônio e Memória*, UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 7, n. 1, p. 19-37, jun. 2011.

BRITO, A. L.; QUINTSLR, S.; PEREIRA, M. da S. Baixada Fluminense: dinâmicas fluviais e sociais na constituição de um território. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 81, p. 1-24, 2019.

BRITO, R. de; MOREIRA, N. B. Algumas reflexões teóricas e o caso da Revista de História em Portugal (112-1928). In: BENTIVOGLIO, J.; ARRAIS, C. A. (Orgs.). *As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 55-80.

BURKE, P. A abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 7-38.

CANDAU, J. Memórias e amnésias coletivas. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 83-122.

CANTALEJO, M. H. de S. *O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. História e análise de texto In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 536-567.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 31-119.

CORDEIRO, J. M. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. 333f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

COSTA, F. S. La cultura histórica. Uma aproximación diferente a la memoria colectiva. *Passado y Memória. Revista de História Contemporânea*, v. 8, p. 267-286, 2009.

COSTA, P. A. *Duque de Caxias (RJ): de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970*. 2009. 339f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DANTAS, N. S. C. et al. Mulheres como protagonistas na política: a representatividade da mulher na política da Baixada Fluminense – Duque de Caxias e Magé, RJ. *Revista Periferia*, Duque de Caxias, v. 10, n. 2, p. 203-217, jul./dez. 2018.

DIAS, A. *Entre laranjas e letras: processo de escolarização no distrito sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014. 528p.

DIAS, A. O centenário e a vocação agrícola de Iguaçu: operações de hegemonia e enquadramentos da história (1933). In: NASCIMENTO, A. P.;

BEZERRA, N. R. (Orgs.). *Da Vila de Iguassu à Baixada Fluminense: histórias de um território*. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2019, p. 129-152.

ENNE, A. L. S. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: memória, representações sociais e identidades. 2002. 475f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FALCON, F. J. C. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 7-31, 1996.

FALCON, F. História e Poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997, p. 97-138.

FARIA FILHO, L. M. de. História da educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, A. W. C. P. et al. (Orgs.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora Federal Fluminense, 2009, p. 57-66.

FERNANDES, RUI ANICETO NASCIMENTO. Os tempos de uma obra escolar. O estado do Rio de Janeiro de José Mattoso Maia Forte. In: Helenice Aparecida Bastos Rocha; Luís Reznik; Marcelo Souza Magalhães. (Org.). Livro didático de história. Entre políticas e narrativas. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017, v. 1, p. 267-282.

FERNANDES, R. A. N. *Historiografia e a identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. 272f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, A. C.; MAHL, M. L. Preservação e patrimônio no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1937). *Revista Patrimônio e Memória*, UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 7, n. 1, p. 3-18, jun. 2011.

GAMA, E. C. *Mulato, homossexual e macumbeiro: que rei é este? Trajetória de João da Gomeia (1914-1971)*. 2012. 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GASPARIAN, Helena. Luta Democrática (verbete). In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

GEIGER, P. P.; MESQUITA, M. G. C. *Estudos rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. 214p.

GONÇALVES, S. C. A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: NICOLAZZI, F.; MELLO, H.; ARAUJO, V. (Orgs.). *Caderno de resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010, p. 1-12.

GOMES, A. de C. Essa gente do Rio...: os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOMES, A. de C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. 220p.

GOMES, F. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. 1992. 639f. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 1992.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como ‘Patrimônio sociocultural’. In: Martha Abreu e Rachel Soihet (Org.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias* – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.55-82.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos Gonçalves: O Patrimônio como categoria de pensamento. In CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. *Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A editora, UNIRIO, Faperj, 2003.p 25-34.

GOUBERT, P. História local. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 45-56, jan./jun. 1992.

GUIMARÃES, G.; BRUNO, L.; PEREZ, R. (Orgs.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017. 291p.

GUIMARÃES, L. M. P. Produção e disseminação do saber histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista HISTORELo Revista de História Regional y Local*, v. 8, n. 15, p. 31-54, ene./jun. 2016.

GUIMARÃES, L. M. P. *Da escola palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. 248p.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, M. L. S. José Pedro Ribeiro e a erudição em Portugal. In: HERMANN, J.; AZEVEDO, F. L. N., CATROGA, F. (Org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 17-33.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *Revista GEOgraphia*, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAESBAERT, R. *Global-regional*. Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. São Paulo: Bertrand, 2014. 210p.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003. 224p.

HARTOG, F. *Regimes de historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015. 267p.

HB, Heraldo. *O cerol fininho da Baixada*. Histórias do Cineclubes Mate com Angu. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013. 236p.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

LAURENTINO, E. S. S. *História local, patrimônio e culturas afro brasileiras em Duque de Caxias (2000-2014)*. 2016. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2016.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 499p.

LEITE, R. C. N. Memória e identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): origens da Casa da Bahia e celebração do 2 de julho. *Revista Patrimônio e Memória*, UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 7, n. 1, p. 54-77, jun. 2011.

LEOTTI, O. Bicentenário de Cuiabá: rememoração e invenção do passado. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho: a invenção da modernidade em Mato Grosso e sua inserção no projeto de reconstrução da nação e da nacionalidade – 1919 a 1969. *Revista Patrimônio e Memória*, UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 7, n. 1, p. 78-100, jun. 2011.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da historiografia*, 2014, n. 15, p. 27-50.

MARQUES, A. S. Centro de Memória: caminhos e descaminhos na produção da História da Baixada Fluminense. *Pilares da História*, v. 1, p. 79-94, 2002.

MARQUES, A. S. Centro de Memória: uma invenção da História. Hidra de Iguassu. *Caderno de Textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, p. 3-13, 4 abr. 1999.

MARQUES, A. S. *Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980)*. 2005. 166f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2005.

MOMIGLIANO, A. O surgimento da pesquisa antiquária. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 85-117.

MOREIRA, N. B. História local, espaço e paisagem em Portugal: panorâmica historiográfica e estudo de caso sobre a Revista de História (1912-1928). *Revista HISTORELo, Revista de História Regional y Local*, v. 8, n. 15, p.

60-89, ene./jun. 2016.

MOREIRA, N. B. A *Revista de História* (1912-1928). Uma proposta de análise histórico-historiográfica. 2012. 652f. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2012.

NASCIMENTO, A.; BEZERRA, N. R. (Orgs.). *De Iguaçu à Baixada Fluminense: histórias de um território*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 391p.

NASCIMENTO, B. C. A *Revista de História da Universidade de São Paulo em Perspectiva*. *Revista HISTOReLo, Revista de História Regional y Local*, v. 8, n. 15, p. 81-104, ene./jun 2016.

NETO, M. S. da S.; RODRIGUES, M. R. S. *Informações paroquiais e história local*. Percursos da história local portuguesa. Informações paroquiais setecentistas da Diocese de Coimbra: roteiro para os investigadores de história local e regional. Coimbra, Palimage: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2012.

NICODEMO, T. L.; SANTOS, P. A. C. dos; PEREIRA, M. H. de F. (Orgs.). *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 232p.

NICOLAZZI, F. A História e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história. In: BENTIVOGLIO, J.; NASCIMENTO, B. (Orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 7-36.

NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez./1993.

OLIVEIRA, M. M. D. de. Paraíba: “Heróica desde dos primórdios”. *Revista Patrimônio e Memória*, UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 7, n. 1, p. 38-53, jun. 2011.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2005. 100p.

OLIVEIRA, RODRIGO PEREZ. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). *REVISTA TRANSVERSOS*, v. 01, p. 87-107, 2020.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

REVEL, J. A microanálise e a construção do social. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 15-38.

ROCHA, E. P. Prefácio. In: BEZERRA, N. R. *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. 1. ed. Duque de Caxias-RJ: Clio-INEPAC, 2011, p. 13-15.

RÜSEN, J. Didática: funções do saber histórico. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico* (Teoria da História III). Brasília: Ed. UnB, 2010, p. 85-133. SÁNCHEZ-COSTA, Fernando. “La fragua de la identidad: memoria, conciencia histórica y cultura histórica”. In: PALOS & SÁNCHEZ-COSTA. *A vueltas con el pasado. Historia, memoria y vida*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 121p.

SCHWARCZ, L. M. Os institutos históricos e geográficos: “guardiões da história oficial”. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99-140.

SILVA, H. M. B. da. *Emancipação política do município de Duque de Caxias*. 1995. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, M. G.; SOUZA, M. S. Os professores e a construção do eco-museu no município de Duque de Caxias (RJ): um relato de experiência. In: PEREZ, C. L. V.; TAVARES, M. T. G.; ARAUJO, M. da S. (Orgs.). *Memória e patrimônios: experiências em formação de professores*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 149-160

SILVA, R. M. da. Entre antigos e mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

SILVA, V. M. Uma história para a História da Baixada Fluminense: reflexões acerca da produção historiográfica e das instituições de preservação documental, da memória e patrimonial. *Pilares da História*, ano 11, ed. Especial, p. 62-70, maio 2012.

SILVA, T. B. da. Arquivos públicos e a luta pelo direito à memória: aquisição de acervos e descrição de documentação em questão. In: ANPUH-BRASIL – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 30., 2019, Recife. Anais [...]. Recife: Associação Nacional de História, 2019, p. 1-10.

SIMÕES, C. C. da S.; OLIVEIRA, L. A. P. de. A importância histórica do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos do IBGE. In: IBGE. *O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos: uma trajetória de estudos populacionais do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, p. 11-13.

SIMÕES, M. R. *A cidade estilhada*. Reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno, 2006.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-270.

SOUZA, M. S. de. *Escavando o passado da cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014. 228p.

TOLEDO, M. A. L. T. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. *Antíteses*, v. 3, n. 6, p. 743-758, jul./dez. 2010.

VIANA, U. F. *A educação com o patrimônio e a educação como patrimônio: uma política na formação de professores*. 2016. 447f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Anexos



Figura 16 – Imagens da seção “Iconografia” (Revista Pilares da História). Fonte: Pilares da História, n. 1, out./dez. 2002, p. 103. Descrição da fonte: Vista parcial do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias – setembro de 2002 –Acervo iconográfico do Instituto Histórico.



Figura 17 – Jornais da cidade. Fonte: Pilares da História, n. 1, out./dez. 2002, p. 113. Descrição da fonte: Jornais pertencentes ao acervo do Instituto Histórico – Acervo iconográfico do Instituto Histórico.



Figura 18 – Inauguração da feira. Fonte: Pilares da História, n. 1, out./dez. 2002, p. 115. Descrição da fonte: Inauguração da feira de arte no calçadão de Duque de Caxias, vendo-se à frente do prefeito Renato Moreira da Fonseca, Stélio Lacerda e Armando Valente. A esposa do prefeito, senhora Heda Castro da Fonseca, cobre o rosto protegendo-se do sol. Na parte superior da foto, vê-se o relógio da praça da emancipação, daí a designação popular daquele logradouro: “praça do relógio”. – 21 de março de 1976 – Acervo iconográfico de Francisco Barboza Leite.



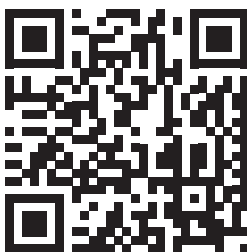
Figura 19 – FEUDUC. Fonte: Pilares da História, n. 1, out./dez. 2002, p. 117. Descrição da fonte: Entrepasto comercial da antiga Fazenda São Bento, atualmente parte do campus da Fundação Educacional de Duque de Caxias – Acervo iconográfico do Cempedoch-BF/FEUDUC

 (27) 99979-0363

 facebook.com/EditoraMilfontes

 @editoramilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond e Minion Pro.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



M I L F O N T E S



A memória institucional da historiografia brasileira construiu uma narrativa sobre o processo de consolidação do cânone de produção da escrita da história, remontando ao século XIX e à criação do IHGB e entronizando a produção das pós-graduações universitárias como o ápice de um processo evolutivo que marginalizou outros modelos que não aqueles que compuseram esse percurso. Eliana Laurentino, neste trabalho, complexifica a questão indicando como, em uma localidade que compõe a região metropolitana do Rio de Janeiro – e, como tal, próxima às universidades que desempenharam um importante papel nesse processo de profissionalização do campo –, historiadores associavam elementos de uma tradição antiquária à escrita da historiografia profissional. Uma outra dimensão abordada foi como a narrativa do passado foi chamada a participar dos processos vivenciados na localidade desde os anos 1970: Área de Segurança Nacional, a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a redemocratização e a construção de laços identitários que configuraram uma região – a Baixada Fluminense. Este trabalho é fundamental para todos os interessados em refletir sobre a historiografia brasileira do fim do século XX e princípios do XXI, sobre a escrita e os usos do passado.

Rui Fernandes (UERJ)

Realização:



Apoio:



Editora Milfontes

www.editoramilfontes.com.br

